

UNIVERSIDADE ABERTA  
MESTRADO EM ESTUDOS SOBRE AS MULHERES

Susana Gabriela da Silva Maria  
Aluna n.º 42373

*Dissertação de Mestrado*

MULHERES SOBREVIVENTES  
VIOLAÇÃO

Orientação: Prof<sup>ª</sup> Doutora Teresa Joaquim

1999/2001



DM  
MARI. 1

## AGRADECIMENTOS

Mais do que o final de uma etapa de um percurso académico, este trabalho constitui o aprofundamento e a reflexão de questões que consideramos muito importantes e necessárias, reconhecemos que tal só foi possível com o contributo e o apoio de várias pessoas, a quem pretendemos exprimir os nossos agradecimentos.

À Professora Doutora Teresa Joaquim, pela forma motivadora, entusiasta e compreensiva com que orientou este trabalho e pela disponibilidade demonstrada neste percurso.

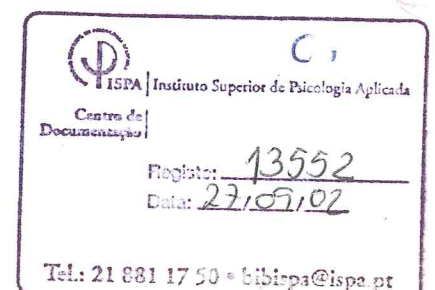
Às associações onde podemos ter acesso às participantes no estudo, à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - na pessoa da Dra. Luísa Waldherr- e à Associação de Mulheres Contra a Violência, pelos seus contributos imprescindíveis, disponibilidade, sugestões, críticas e apoio emocional/psicológico.

A todas as mulheres que aceitaram colaborar neste estudo, que prontamente apresentaram os seus testemunhos, muitas vezes passando por cima das perturbações causadas ao seu quotidiano, pelo facto de terem de se deslocar e/ou falar de assuntos, de alguma forma, difíceis. Sem vós, este trabalho já mais seria possível de realizar.

À Professora Doutora Marlene Rodrigues, pela sua disponibilidade, pelo seu incentivo, pelo seu entusiasmo e pela sua dedicação a uma causa comum.

Às amigas que me ouviram e apoiaram quando este trabalho se tornava um “carga” difícil de suportar sozinha, com especial relevo à Mónica, à Cátia e à Matilde.

Com um carinho muito especial, agradeço aos meus pais e ao Rui, pelo sempre constante amor, apoio incondicional, admiração e incentivo que demonstraram, sem os quais este caminho seria árduo de percorrer.



## ÍNDICE

---

|  | Pág. |
|--|------|
| I – INTRODUÇÃO   |      |
| 1.1. Objectivo e Relevância do Estudo                    | 1    |
| 1.1. A Influência dos Papéis Sexuais na Violação         | 6    |
| II – CARACTERIZAÇÃO DA VIOLAÇÃO                          |      |
| 2.1. Definição de Violação                               | 15   |
| 2.2. Evolução Legal da Definição de Violação             | 16   |
| 2.3. Tipos de Violação                                   | 19   |
| 2.3.1. A Violação por Conhecidos                         | 21   |
| 2.3.2. A Violação no Contexto das Relações Maritais      | 24   |
| 2.3.3. A Violação por Grupos de Violadores               | 29   |
| 2.4. As Consequências da Violação: Individuais e Sociais | 30   |
| 2.5. As Vítimas/Sobreviventes de Violação                | 31   |
| 2.5.1. Reacções Habituais das Sobreviventes de Violação  | 32   |
| 2.5.2. O Processo de Recuperação                         | 37   |
| 2.6. Mitos Sobre a Violação                              | 44   |
| 2.7. Prevalência e Incidência da Violação: Estatísticas  | 50   |
| 2.8. A Relutância em Denunciar a Violação                | 58   |
| 2.9. A Violação e o Sistema de Justiça                   | 61   |
| 2.10. A Violação e o Sistema de Saúde                    | 66   |
| 2.11. Os Agressores                                      | 70   |

---

---

|   |     |
|---|-----|
| III – PREVENÇÃO E TEORIAS EXPLICATIVAS DA VIOLAÇÃO  |     |
| 3.1. A Prevenção da Violação  | 73  |
| 3.2. Considerações Teóricas   | 76  |
| IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS  |     |
| 4.1. Objectivos do Estudo e Questões de Investigação  | 81  |
| 4.2. Método Utilizado   | 82  |
| 4.3. Selecção e Descrição da Amostra  | 84  |
| 4.4. Procedimentos e Recolha de Dados   | 92  |
| 4.5. Descrição dos Instrumentos   | 94  |
| 4.5.1. Instrumento nº1 – Caracterização   | 94  |
| 4.5.2. Instrumento nº2 – Guião de Entrevista  | 95  |
| V – RESULTADOS  |     |
| 5.1. Análise das Entrevistas  | 101 |
| 5.2. Discussão dos Resultados   | 139 |
| VI - CONCLUSÕES   | 164 |
| VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  | 169 |
| ANEXOS  | 180 |
| <b>Anexo I</b> - Guião das Entrevistas Exploratórias (Médica, Comissário da PSP e Agente da GNR) Sobre a Violação de Mulheres | 181 |
| <b>Anexo II</b> – Entrevista com Médica   | 183 |
| <b>Anexo III</b> – Entrevista com Comissário da PSP   | 186 |
| <b>Anexo IV</b> – Entrevista com Agente da GNR  | 196 |
| <b>Anexo V</b> – Entrevista com Dra. Raquel Cardoso- Presidente da Associação de Mulheres contra a Violência                  | 200 |
| <b>Anexo VI</b> – Entrevista com Dra. Luísa Waldherr – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima                                | 207 |

---

---

|  |          |
|--|----------|
| <b>Anexo VII</b> – Entrevista com Dra. Conceição Brito Lopes – Jurista da<br>Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres | 214      |
| <b>Anexo VIII</b> – Instrumento de Caracterização da Amostra   | 222      |
| <b>Anexo IX</b> – Guião de Entrevista  | 223      |
| <b>Anexo X</b> – Lista de Siglas e Conceitos   | 227      |
| <b>Anexo XI</b> – Entrevistas às Sobreviventes   | disquete |

---

## LISTA DE TABELAS

|   | Pág. |
|---|------|
| <b>Tabela 1</b> - Relação Sobrevivente/ Violador(es)  | 21   |
| <b>Tabela 2</b> - Violações Denunciadas ao Massachusetts Department of Public Health (DPH)                  | 50   |
| <b>Tabela 3</b> - Casos de Violação Denunciados na Europa por 100 000 habitantes                            | 51   |
| <b>Tabela 4</b> - Crimes de violação registados pelas autoridades policiais no ano 2000                     | 56   |
| <b>Tabela 5</b> - Condenados, segundo as penas e medidas aplicadas,<br>por crimes de violação no ano 2000   | 56   |
| <b>Tabela 6</b> - Condenados, segundo as penas e medidas aplicadas,<br>por crimes de violação no ano 2000   | 57   |
| <b>Tabela 7</b> - Caracterização demográfica da amostra – Resumo  | 87   |
| <b>Tabela 8</b> - Distribuição por grupos etários   | 88   |
| <b>Tabela 9</b> - Distribuição por n.º de filhos  | 89   |
| <b>Tabela 10</b> - Distribuição por Nº de Agregado Familiar   | 90   |
| <b>Tabela 11</b> - Distribuição por Ocupação/Profissão  | 91   |
| <b>Tabela 12</b> – Interpretação sobre a Possibilidade de Violação  | 101  |
| <b>Tabela 13</b> – Interpretação sobre o nível a que a violação afecta<br>as suas vidas no momento presente | 102  |
| <b>Tabela 14</b> - Relação entre as Vítimas/Sobreviventes e o Violador                                      | 104  |
| <b>Tabela 15</b> - Análise do tempo que decorreu desde a violação à entrevista                              | 106  |
| <b>Tabela 16</b> - Análise da utilização de armas durante a violação  | 107  |
| <b>Tabela 17</b> - Análise da ameaça de vida sentida pelas vitimas/sobreviventes<br>durante a violação      | 108  |
| <b>Tabela 18</b> - Análise das estratégias de sobrevivência utilizadas                                      | 109  |
| <b>Tabela 19</b> - Análise das primeiras revelações sobre a violação  | 111  |
| <b>Tabela 20</b> - Análise das motivações/razões para revelarem a violação                                  | 112  |
| <b>Tabela 21</b> - Análise do tempo que decorreu entre a violação e as primeiras revelações                 | 114  |
| <b>Tabela 22</b> - Análise das razões para não revelarem a violação   | 114  |
| <b>Tabela 23</b> - Análise do impacto da violação nas relações com os outros                                | 116  |
| <b>Tabela 24</b> - Análise do impacto da violação nas relações afectivas                                    | 117  |
| <b>Tabela 25</b> - Análise do impacto da violação na relação com os filhos                                  | 118  |
| <b>Tabela 26</b> - Análise do impacto da violação na profissão  | 119  |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Tabela 27</b> - Análise do impacto da violação noutras pessoas para além da vítima/sobrevivente  | 121 |
| <b>Tabela 28</b> - Análise do impacto da violação no dia-a-dia das vítimas/sobreviventes  | 122 |
| <b>Tabela 29</b> - Análise do impacto da violação na saúde física e psíquica das vítimas/sobreviventes  | 123 |
| <b>Tabela 30</b> - Análise do recurso a medicação psiquiátrica, bebidas alcoólicas ou drogas, por parte das vítimas/sobreviventes, em consequência da violação                      | 125 |
| <b>Tabela 31</b> - Análise de tentativas/ameaças de suicídio ou homicídio, por parte das vítimas/sobreviventes, em consequência da violação   | 126 |
| <b>Tabela 32</b> - Análise do recurso a instituições de saúde por parte das vítimas/sobreviventes em consequência da violação   | 127 |
| <b>Tabela 33</b> - Análise do recurso a instituições policiais por parte das vítimas/sobreviventes em consequência da violação  | 129 |
| <b>Tabela 34</b> - Análise do recurso a outras instituições de apoio por parte das vítimas/sobreviventes em consequência da violação  | 131 |
| <b>Tabela 35</b> - Análise dos apoios mais importantes recebidos pelas vítimas/sobreviventes de violação  | 133 |
| <b>Tabela 36</b> - Análise dos apoios que deveriam existir sugeridos pelas vítimas/sobreviventes de violação  | 134 |
| <b>Tabela 37</b> - Análise da descrição daquilo que as vítimas/sobreviventes gostariam que acontecesse aos violadores   | 136 |
| <b>Tabela 38</b> - Análise dos conselhos que as vítimas/sobreviventes de violação dariam a outras mulheres vítimas/sobreviventes de violação  | 137 |
| <b>Tabela 39</b> - Análise da descrição dos processos de recuperação das vítimas/sobreviventes de violação cruzando o tempo que decorreu da violação e com a relação com o violador | 158 |

## LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

|  | Pág. |
|--|------|
| <b>Gráfico 1</b> - Crimes de Violação Registados/Suspeitos Identificados           | 54   |
| <b>Gráfico 2</b> - Arguidos segundo o crime de violação                            | 55   |
| <b>Gráfico 3</b> - Distribuição por Grupos Etários                                 | 89   |
| <b>Gráfico 4</b> - Distribuição por Situação Conjugal                              | 89   |
| <b>Gráfico 5</b> - Distribuição por Rendimento Mensal                              | 90   |
| <b>Gráfico 6</b> - Distribuição por Habilitações Literárias                        | 91   |
| <b>Figura 1</b> - Síntese elaborada com base nas conclusões retiradas deste estudo | 166  |

## RESUMO

Nas últimas décadas a problemática da violência contra as mulheres tem vindo a ser enfatizada. Contudo, a violação, tem sido um assunto pouco abordado, ao nível da investigação e, sobretudo, ao nível da discussão sócio-política.

Em Portugal não existem muitos estudos que analisem ou debatam a problemática da violação. Assim, pareceu-nos pertinente uma abordagem da violação que se centrasse na vivência de mulheres vítimas/sobreviventes de violação. Optámos, assim, por entrevistar mulheres violadas, no sentido de atingirmos os seguintes objectivos: 1) desmistificar o crime de violação com base nos testemunhos das vítimas; 2) analisar o que, na perspectiva das vítimas/sobreviventes, é benéfico para a evolução positiva do percurso de vida dessas mulheres, ou seja para o seu processo de recuperação; 3) perceber que medidas ainda são necessárias tomar, nas nossas sociedades, para que sejam criadas as condições de forma a que a violação deixe de ser um crime escondido.

Neste estudo foram entrevistadas 11 mulheres que contactámos através da APAV e da AMCV.

A análise dos dados recolhidos através desta investigação leva-nos a concluir que é necessária uma alteração da forma como o problema da violação é encarado pela sociedade em geral. Sendo a violação um problema com repercussões ao nível da saúde pública e, acima de tudo, uma violação dos direitos humanos, as medidas a tomar terão de passar pelo nível da prevenção, mas também pela garantia de que os serviços existentes dão respostas às necessidades das mulheres violadas e dos seus outros significativos (familiares, amigos, colegas, vizinhos, ou seja, pessoas com quem as mulheres têm relações próximas).

**Palavras Chave:** Mulheres, Violação, Violência, Sobreviventes

## ABSTRACT

The problem about violence against women is a subject that has been emphasized and discussed in the last decades. Nevertheless the issue of rape has been slightly investigated and almost ignored in both social or political arena.

Concerning Portugal there are little studies that examine and argue the problem of rape. Being so, it seems that a research about rape, focusing on survivors/victims of rape, it is a relevant point. Therefore, we chose to interview women who were raped, with the purpose to reach the following aims:

- 1) To desmythify the rape crime, with the testimony of the victims, that is, to illustrate this issue with facts;
- 2) To analyse what (from the victims point of view) is positive for a better evolution of their lives` process, in other words, for their recovery process;
- 3) to realize what hasn't been done yet, in our societies, in order to avoid the fact that the crime of rape remains a hidden crime.

In this study we have interviewed 11 women whom we met through two associations: APAV (Portuguese Association to Victims Support) and AMCV (Woman Association Against Violence)

The data analyses of this investigation make us to conclude that it is required a change in the way the issue of rape is faced by society in a general sense. Rape is a kind of problem whose serious consequences have to do with public health and, above of all, it is an evidence of a violation of the human rights. The solutions to this problem, not only are they related to prevention, but also to the guarantee that community's services are able to respond the needs of rape survivors and of their significant others (family, friends, colleagues, neighbors).

**Key words:** Women, Rape, Violence, Feminist Research and Survivors

## RÉSUMÉ

La problématique de la violence contre les femmes a été assez relevée ces dernières décennies. Le viol toutefois a été peu approché, soit au niveau de la recherche, soit surtout au niveau du débat socio-politique.

Au Portugal il n'existe pas beaucoup d'études qui analysent ou questionnent la problématique du viol. Il nous a donc paru pertinent de l'approcher par le biais du vécu des femmes victimes du / survivantes au viol. Nous avons ainsi opté par des interviews de femmes violées, dans le but d'atteindre les objectifs suivants: 1) démystifier le crime de viol sur la base des témoignages des victimes; 2) analyser ce qui, dans la perspective des victimes / survivantes, est bénéfique dans l'évolution positive du parcours de vie de ces femmes, dans son processus de récupération; 3) comprendre quelles mesures faut-il encore mettre en oeuvre, dans nos sociétés, pour que le viol cesse d'être un crime caché.

Dans cette étude ont été interviewées onze femmes que nous avons contacté par l'intermédiaire de l'APAV et de l'AMCV.

L'analyse des données qu'on a obtenu dans cette recherche nous mène à la conclusion qu'il faut un changement de la façon dont la société en générale envisage le problème du viol. Puisqu'il s'agit d'un problème qui a des répercussions au niveau de la santé publique et, surtout, d'une violation des droits humains, les mesures à prendre doivent l'être au niveau de la prévention, certes, mais aussi concerner la garantie que les services existants répondent en fait aux besoins des femmes violées et de leurs autres significatifs (famille, ami, copain, voisins).

Mots-clé: Femmes, Viol, Violence, Survivantes

# I. INTRODUÇÃO

## 1.1. Objectivo e Relevância do Estudo

Esta tese insere-se no Mestrado de Estudos sobre as Mulheres, da Universidade Aberta de Lisboa e traduz um interesse antigo sobre a área das mulheres e, mais especificamente, da violência contra as mulheres. Apresentaremos de seguida as razões que nos levam a eleger, como matéria central deste trabalho, o tema da violação.

Ao longo das últimas décadas, o tema da violação tem sido objecto de estudo de várias ciências humanas (nomeadamente, da sociologia, da psicologia e da história). Muitas dessas investigações incidem, a nível individual, no estudo dos sintomas e reacções psicológicas pós- violação e, a nível social/colectivo, no efeito que certas características e acções da vítima/sobrevivente<sup>1</sup> têm na responsabilização, que outros lhe atribuem, pela sua própria violação.

A percepção acerca das situações de violação, dos violadores, e das vítimas/sobreviventes, é influenciada por uma variedade de factores que se encontram, muitas vezes, relacionados com a experiência pessoal, as atitudes e preconceitos sobre

---

<sup>1</sup> Os termos “vítima/sobrevivente” são usados ao longo deste trabalho porque é importante, ou mesmo crucial, reconhecer que uma mulher que é sexualmente agredida sobrevive a uma experiência traumática. Uma pessoa que procura ajuda com um problema que pode muito bem ser o mais grave que alguma vez teve de enfrentar deve ser honrado, respeitado e apoiado pela sua coragem e força na luta pela sua recuperação. Por outro lado, se queremos afastar-nos dos mitos e preconceitos que predominam na sociedade temos de alterar a forma como pensamos sobre as “vítimas” e as bases filosóficas em que assentam as leis sobre a violação. O termo “vítima” é reducionista no sentido em que remete a pessoa lesada apenas para a componente passiva do sofrimento do crime. O termo “sobrevivente” está associado à acção, à existência de recursos, à força, à coragem, ao orgulho, ao poder, ao controlo, à resposta, à não culpabilidade. Mills (1985, p. 118, cit por Renzetti & Edleson, 1996) descreve as sobreviventes como mulheres que não ficam a reviver constantemente a sua vitimização e que “have more positive identities and fewer negative identities to draw on in formulating a definition of self”. No entanto, o termo “vítima” é utilizado mais frequentemente no contexto legal e é impossível evitá-lo, visto que este é o estatuto/posição das pessoas que procuram justiça e procuram reparar o mal que lhes foi infligido por outrém. Assim, por ser o termo “sobrevivente” aquele que a maioria dos investigadores nesta área, da violência contra as mulheres, adoptam e o termo “vítima” aquele que é habitualmente utilizado pelo público em geral, iremos ao longo deste trabalho utilizar as duas terminologias em simultâneo, com o objectivo de contribuímos para o desenvolvimento de uma linguagem própria na área da violência contra as mulheres. Esta temática será novamente abordada no capítulo sobre O Processo de Recuperação.

---

a violação, as vítimas e os violadores. Estas crenças podem, mesmo, constituir o principal meio de informação sobre o este tipo de crime.

Alguns trabalhos de investigação demonstram que as mulheres raramente denunciam a violação à polícia. Koss (1993) apurou que apenas 8% das mulheres que foram violadas apresentam queixa à polícia e a taxa de denúncias era maior (29%) em mulheres violadas por estranhos do que entre as mulheres violadas por conhecidos (3%).

Os agentes policiais, têm sido, e continuam a ser a chave mais importante ao nível do Sistema de Justiça Criminal. A importância dada ao papel dos agentes policiais deve-se ao facto destes desempenharem um poderoso papel nos processos de denúncia dos crimes de violação; já que os agentes são o primeiro contacto que a vítima estabelece com o Sistema de Justiça, e a interacção polícia-vítima poderá influenciar posteriormente o sentimento de vitimização .

Sabemos, também, que o sistema médico pode tornar-se, a par da polícia, num dos primeiros contactos das sobreviventes de violação, nomeadamente, através das urgências dos hospitais. Os profissionais do sistema de saúde podem, igualmente, ter um impacto importante nas sobreviventes influenciando assim o processo de recuperação das mulheres violadas.

Se os agentes policiais e outros profissionais culpabilizam as vítimas pelo acontecimento ou duvidam das suas histórias, estas crenças (implícita ou explicitamente) transmitidas à vítima, baixam a sua auto-estima (Feldman-Summers & Palmer, 1980 cit. por Norris & Feldman-Summers, 1981).

Os autores referidos anteriormente investigaram as crenças das causas da violação em juizes, advogados, agentes policiais e técnicos de centros de crise de apoio a vítimas de violação. Os três grupos representantes do Sistema de Justiça Criminal apresentaram reflexões similares, sobre as causas da violação, mas diferenciaram-se significativamente das crenças dos técnicos dos centros de crise.

---

O percurso de recuperação das sobreviventes de violação é afectado pelas respostas de todos aqueles com quem as mulheres sobreviventes de violação contactam. Assim, se as respostas por parte da sociedade às necessidades das sobreviventes se basearem em mitos e estereótipos, isso terá um efeito prejudicial. Por outro lado, se essas respostas forem adequadas às necessidades das sobreviventes o percurso de recuperação será favorecido.

É, então, na nossa opinião, necessário desmistificar o crime de violação para que este deixe de ser um motivo de sofrimento silencioso de muitas mulheres (pelo sentimento de culpa, pela vergonha, pelo medo, pela falta de apoios...), sem que os verdadeiros culpados de tal sejam responsabilizados.

Outros autores debruçaram-se sobre o estudo dos factores relacionados com o impacto psicológico da violação, a saber: a) apresentação de queixa, b) atribuição de auto-responsabilidade, c) compreensão recebida pelos outros, e d) severidade da violação. Ou seja, determinar de que modo estes factores estão relacionados com impactos psicológicos adversos. Os autores Norris e Feldman-Summers (1981) concluíram que à excepção do primeiro factor, apresentação de queixa ou não, todos os outros estão significativamente correlacionados com o impacto psicológico da violação. Assim, a severidade da violação está fortemente relacionada com a frequência de sintomas psicossomáticos, a atribuição de auto-responsabilidade e a compreensão recebida pelos outros estão significativamente relacionadas com o nível de reclusão (“ir sozinha a bares” ou “ir sozinha a concertos e cinemas”).

Parece-nos, assim, de extrema importância, descrever e analisar os percursos pelos quais as mulheres passam a partir do momento em que são vítimas do crime de violação. Isto é, acompanhar todo o processo, desde o acto criminoso, passando pela sua denúncia ou não, pelo processo de julgamento no caso das mulheres que apresentaram queixa, até às modificações que a sua vida sofreu, e tentando explorar, na perspectiva dessas mulheres, quais os apoios que consideram, ou considerariam, essenciais para que uma vítima de violação recupere dessa experiência traumática. Para além disso, é

---

importante perceber o que pensam as mulheres que passaram por uma experiência de violação, e as razões que levam a maioria das mulheres que são violadas a não denunciar/revelar o crime.

Na nossa perspectiva, só percebendo este processo do ponto de vista das vítimas/sobreviventes podemos verdadeiramente compreender quais os mecanismos que são necessários criar e/ou transformar nas nossas sociedades para que a violação passe a ser vista como um crime, em que o culpado é o violador e não a mulher, e como tal passe a ser denunciado pelas vítimas, reconhecido pelos profissionais do Sistema de Justiça Criminal e respeitado por toda a sociedade.

Escolheu-se, então, para tema desta dissertação: “*Mulheres Sobrevivente de Violação*”. Parece-nos pertinente esta abordagem porque, apesar dos muitos estudos feitos sobre o tema da violação, poucos são aqueles que se debruçam sobre a perspectiva da vítima, e, como já foi referido, as mulheres que passaram por esta experiência, mais do que ninguém, sabem o que foi útil e positivo, difícil e negativo, no percurso das suas vidas que se seguiu ao acto da violação.

Para prosseguirmos este propósito recorreremos a instituições que, de algum modo, contactassem com mulheres vítimas/sobreviventes de violação, para assim podermos aceder à nossa amostra, ou seja, podermos entrevistar mulheres violadas. Foram entrevistadas 11 mulheres, das quais 10 entrevistas foram sujeitas a uma análise de conteúdo que pretendeu dar resposta às questões de investigação delineadas para este estudo. Todas as questões relacionadas com a parte prática deste trabalho serão apresentadas de forma desenvolvida no capítulo sobre os Procedimentos Metodológicos. Capítulo a que se seguirão a apresentação dos resultados, sua discussão e principais conclusões.

No sentido de alcançarmos os objectivos definidos nesta investigação colocámos as seguintes questões de investigação:

- De que forma as mulheres vítimas deste crime acreditam ou não nos mitos da violação e de que modo isso as afecta no seu processo de recuperação?

- 
- Quais as razões que as levaram a denunciar, ou não, o crime?
  - Como foram recebidas nas instituições a que se deslocaram após o crime e que impacto esse acolhimento teve nelas?
  - Qual o acolhimento recebido pelos outros significativos (entenda-se ao longo deste trabalho: familiares, amigos, colegas, vizinhos, ou seja, relações próximas) e de que modo isso as marcou ou não?
  - Qual a severidade do crime e nível de impacto?
  - O que consideraram ou considerariam ser útil para melhorar o processo pelo qual passam as mulheres vítimas de violação?

Nesta tese, procuraremos introduzir várias questões teóricas e estudos realizados relacionados com a grande temática desta investigação - a violação de mulheres. A revisão bibliográfica realizada proporciona-nos uma reflexão completa dos dados que esta investigação permitiu recolher.

Assim, começaremos este trabalho por uma abordagem dos direitos e papéis das mulheres na sociedade, o que pode constituir um importante ponto de partida quando se pretende educar ou reeducar a sociedade sobre o tema da violação. Do ponto de vista feminista esta abordagem faz todo o sentido, já que, segundo esta teoria, a violação não é apenas um acto de penetração, mas sim a aplicação de poder dos homens sobre as mulheres (Campbell & Davidson, 1993).

## 1.2. A Influência dos Papéis Sexuais na Violação

Segundo Barra da Costa (1999), a violência sexual encontra-se intimamente relacionada com os direitos das mulheres e a sua posição na estrutura social. Durante muitos séculos as mulheres constituíam uma espécie de troféu em tempo de guerra, o inimigo possuía e violava. Segundo a Amnistia Internacional (AI)<sup>2</sup> *“A história da violação de mulheres vencidas de guerra por parte dos soldados vencedores é longa. No séc. XII, os Cruzados violavam as mulheres em nome da religião. No séc. XV, a chamada conquista das Américas testemunhou a violação em massa das mulheres indígenas pelas forças invasoras. (...) A violação foi uma arma de terror utilizada pelo exército alemão na Primeira Guerra Mundial, uma arma de vingança utilizada pelo exército soviético na Segunda Guerra Mundial. (...) A violação por parte das forças armadas na Bósnia-Herzegovina recebeu uma publicidade sem precedentes e a dimensão desse abuso causou choque e consternação. (...) É extremamente difícil avaliar a dimensão total do abuso sexual de mulheres na Bósnia-Herzegovina. A vergonha e o conseqüente estigma social levam muitas mulheres a não denunciarem o que lhes foi infligido. (...) A violação não é um acidente de guerra, ou um complemento accidental do conflito armado. O seu uso alargado em tempos de conflito reflecte o terror especial que guarda para as mulheres, o poder especial que confere ao violador sobre a vítima, e o desprezo que mostra pelas suas vítimas. A utilização da violação durante os conflitos, reflecte as desigualdades que as mulheres enfrentam, no seu dia-a-dia, em tempo de paz.”* (Amnistia Internacional, 1995, p. 27, 28, 29 32).

O modelo característico das sociedades patriarcais tradicionais, no qual as estratégias de socialização têm suporte na preparação dos rapazes para a guerra, para a luta, para a conquista e as raparigas para mães, esposas, servas, ou seja, os homens têm de ser duros e agressivos; em contrapartida as mulheres devem ser sensíveis, submissas e condescendentes, é ainda preservado nos tempos correntes (Silva, 1995).

---

<sup>2</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

---

Apesar de toda a igualdade que as sociedades ocidentais dizem ter alcançado, hoje ainda não se assiste a uma situação paritária entre os dois sexos no que diz respeito à sua participação na vida familiar, social, profissional, na política e na religião.

O peso da tradição mantém-se nas mentalidades. O que é bastante evidente na educação das meninas e dos meninos desde a infância: «*ridiculariza-se um rapazinho que tem medo, o que numa menina nos parece normal; se ela choraminga, diz-se que nos está a aborrecer mas dá-se-lhe atenção, mas se é um rapaz, chamamo-lhe “menina” (num tom depreciativo). (...) Irritamo-nos com uma menina desordenada, que suja e rasga as roupas; o que aceitamos, pelo contrário, num rapaz.*» (Baril, Cousineau, & Gravel cit por Silva, 1995, p. 79).

Para além da família, também a escola dos nossos dias contribui para reproduzir estas diferenças sociais ensinadas pela família. Exemplo disso são os manuais escolares, que continuam a perpetuar a imagem da mãe na cozinha e do pai no trabalho (Liñares, 1989)

A publicidade – quer na rádio, televisão ou imprensa – também é um factor condicionante de estereótipos, pois as imagens reforçam a ideia da mulher sedutora, objecto de admiração, subalterna do homem, dona de casa e mãe, e do homem com sucesso, dominador, cavalheiresco, etc. (Silva, 1995).

Por outro lado, a erotização da violência pelos média, quer através de fotografias em revistas, quer através da literatura ou do cinema, tem um impacto directo na vida das mulheres, pois não só encoraja a imagem da mulher enquanto objecto sexual como associa o prazer à dor (Waldron, 1985).

Também em Portugal as mulheres foram quase sempre colocadas numa posição de desigualdade e submissão em relação aos homens. Por exemplo, durante a Expansão Portuguesa, na Península Ibérica a letra *M* era utilizada em três palavras que se relacionavam entre si: *Maria, mulher e mãe*. O nome Maria evoca, as raízes do

---

Cristianismo, enquanto os outros significam os dois papéis irrecusáveis, por praticamente todas as sociedades, às mulheres: esposa e mãe (Magalhães, 1994, p.705).

Para Fernando Pessoa as lágrimas de Portugal, que são femininas, reflectem o duplo papel de mãe e esposa das mulheres portuguesas:

*« Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Para te cruzarmos, quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!... »*

Fernando Pessoa

Até ao início do século passado (entenda-se século XX), as mulheres portuguesas ainda estavam totalmente submetidas à autoridade do marido (Silva, 1995).

Foi apenas na década de sessenta que se começou uma viragem na história da família e, conseqüentemente, nas relações entre homens e mulheres (Silva, 1995). Por outro lado, “*o direito a dispor de si e dos seu corpo, a importância atribuída ao sentimento, à expressão do desejo, à espontaneidade e à comunicação impuseram novas formas de relações privadas entre as pessoas. (...) Progressivamente, as opiniões tornam-se mais permissivas em matéria de vida sexual, com incidência particular no que respeita às atitudes das mulheres (...)*” (Silva, 1995, p. 59).

As mulheres nos anos setenta, depois de terem dado voz à sua autonomia física, com assuntos relacionados com a sua satisfação sexual, o controlo da gravidez, o aborto, as preferências sexuais, ficaram finalmente aptas para falarem da violência contra as mulheres, nomeadamente, da violação (Brownmiller, 1999).

Contudo, ainda nos nossos dias, ser homem ou mulher não é um dado biológico neutro, mas sim uma qualificação social de pertença a um género com papéis determinados, papéis esses que são “impostos” pela cultura dominante, sendo que a maioria das mulheres ainda estão num estado de sujeição social e cultural, ou seja, o modelo dominante é o do masculino (Silva, 1995).

---

No que diz respeito à violação, ela é, nesta perspectiva, o resultado da dominação e exploração das mulheres pelos homens e, portanto, não é vista como um acto sexual mas como um crime de violência, humilhação e poder. Ou seja, a violação pode ser considerada como o ponto extremo de um *continuum* da interiorização dos papéis sexuais. Assim, de um problema aparentemente individual, passamos a um problema estrutural (Sousa, Mateus, & Lopes, 1993).

Segundo Susan Brownmiller (1999) Kate Millet foi uma pioneira nos assuntos relacionados com a violação, e identificou a violação como “*a weapon of the patriarchy*” (Brownmiller, 1999, p. 195).

As respostas institucionais, embora hoje em dia comecem já a integrar outras perspectivas, continuam a colocar as mulheres violadas mais como culpadas do que como vítimas. Tal atitude integra-se no ideal patriarcal que condiciona as mulheres, tornando-as culpadas das agressões sexuais. Muitas vezes no processo de investigação do crime ou no seu julgamento (quando se chega até ele) os juízos de valor não vão contra o agressor mas sim contra a vítima/sobrevivente.

A este propósito Marlene Rodrigues Lourenço (2001) refere que existem dois tipos de vítimas: as ideais e as culpadas. A distinção entre estes dois tipos de vítimas é feita com base em critérios sociais e morais que consideram, por um lado, as vítimas irreprováveis e, por outro, as vítimas reprováveis, recaindo sobre estas a vitimização secundária ou “*blaming the victim*”. No estudo realizado pela mesma investigadora cerca de 41% das mulheres, consideradas vítimas não-ideias, relatam terem recebido um atendimento desadequado nas instituições a que se dirigiram, já no que se refere às vítimas ideias, cerca de 64% consideram que o atendimento recebido foi adequado.

Culpabilizar as mulheres violadas – “*Blaming the Victim*”- é um fenómeno frequente, que se tornam ainda mais forte quando as mulheres são violadas por conhecidos. As pessoas em geral acreditam que as mulheres, de alguma forma ou de alguma maneira, deviam saber as intenções dos homens. Por outro lado, a sociedade ocidental, tem tendência a pensar que tudo acontece por uma razão, que seria a resposta

---

ao “porquê?”. Quando uma mulher é violada por um conhecido, atribuir culpa a alguém parece inevitável, quer pelos envolvidos nesse acto, quer pela sociedade em geral. Infelizmente a pessoa considerada culpada é na maioria dos casos a vítima/sobrevivente (Allison & Wrightsman, 1993).

Sabemos que as pessoas que defendem uma ideologia mais conservadora tendem a culpabilizar mais as vítimas/sobreviventes de violação. Lambert & Raiche (2000) tentaram apresentar três hipóteses explicativas para o facto do conservadorismo ter este efeito culpabilizador nas sobreviventes: 1) a hipótese do mundo justo; 2) a hipótese da responsabilidade pessoal; e 3) a hipótese da legitimação.

A hipótese do mundo justo, um princípio bem conhecido da psicologia social, tenta explicar a tendência que as pessoas têm em acreditar que o mundo é justo, e na qual está implícita a noção que as pessoas obtêm aquilo que merecem e merecem aquilo que têm (Lerner, 1965, 1980; Lerner & Miller, 1978, cit. por Lambert & Raichle, 2000).

A hipótese da responsabilidade pessoal assenta na ideia de que as pessoas mais conservadoras respondem de uma forma mais punitiva perante as pessoas que violam as regras tradicionais (Lambert & Raichle, 2000).

A hipótese da legitimação, sugere que os indivíduos mais conservadores legitimam as relações hierárquicas entre homens e mulheres o que levaria a uma tendência de, aquando uma situação de violação, justificar o comportamento do homem violador perante a mulher violada (Lambert & Raichle, 2000).

Muitos estudos têm demonstrado que os julgamentos de violência sexual são influenciados por uma variedade de factores: características da vítimas/sobreviventes, relação entre as vítimas/sobreviventes e o violador, resistência da vítima/sobrevivente; comportamentos das vítimas/sobreviventes que antecedem o ataque (Pollard, 1992).

Relativamente às características das vítimas/sobreviventes, os estudos referem que a punição recomendada ao violador é menor se, a alegada “respeitabilidade” da

---

sobrevivente, for menor. “A reputação ou condição moral da vítima é um elemento determinante: a incriminação das vítimas aumenta à medida que decresce a aceitabilidade da sua conduta, em função dos registos da normatividade social predominante.” (Lourenço, 2001, p. 265).

A beleza física da sobrevivente é, também, um factor de influência, as mulheres menos atraentes são vistas como tendo, de alguma forma, provocado ou seduzido o violador. As informações sobre a existência de actividade sexual por parte da vítima/sobrevivente também aumenta a responsabilidade que lhe é atribuída (Pollard, 1992).

Ao nível da relação entre as vítimas/sobreviventes e o violador, verificamos que os estudos apontam no sentido de ser atribuída mais responsabilidade à sobrevivente quando existe uma relação anterior entre ela e o violador do que quando o violador é um desconhecido. A maioria das pessoas considera que a violação cometida por um conhecido é menos traumatizante que por um desconhecido e, em consequência, consideram também que a punição do violador deve ser menor (Pollard, 1992).

Por outro lado, como já foi referido, historicamente as mulheres têm sido vistas como uma propriedade sexual dos homens – uma visão que, como iremos apresentar mais à frente, foi sustentada pelo sistema legal que até muito recentemente não reconhecia a violação marital. Nesta perspectiva as mulheres não têm o direito de dizer que “não” aos seus maridos e esta ideia estende-se a outras formas de relação existentes entre a sobrevivente e o violador.

Outra das questões, que se prende com as anteriores, é a resistência demonstrada pela vítima/sobrevivente durante o ataque, neste casos as pessoas tendem a atribuir menos culpa às mulheres que resistiram à violação (Pollard, 1992).

Relativamente aos comportamentos das mulheres que antecederam a violação, os comportamentos que são considerados como sendo de risco, são, também, aqueles que são vistos como uma violação dos papéis sexuais (Pollard, 1992). Isto é, certos

---

comportamentos (como por exemplo, dar boleias a estranhos, ou andar até tarde na rua), são entendidos como aqueles que as mulheres não devem ter e se esses comportamentos levarem a uma violação a mulher é percebida como tendo sido punida por ter excedido as fronteiras do seu papel sexual. De referir que este raciocínio está mais presente nos indivíduos que têm uma visão tradicionalista dos papéis sexuais.

Tal como Susan Brownmiller (1975) refere *“to accept a special burden of self-proteccion is to reinforce the concept that women must live and move about in fear and can never expect to achieve the personal freedom, independence and self-assurance of men”* (pag. 400).

Tudo isto faz com que a maioria das mulheres prefira não denunciar o crime de violação, pois não tem “forças” para aguentar o embate dele resultante, proporcionando, por outro lado, que as estatísticas oficiais apresentem somente uma parte muito reduzida de denúncias.

Numa sociedade em que subsiste uma Cultura de Violação<sup>3</sup>, tanto as mulheres como os homens assumem que a violência sexual é um facto da vida inevitável, tal como os impostos e a morte. No entanto, esta violência não é nem determinada biologicamente nem divinamente ordenada. Muito do que consideramos inevitável são, na realidade, a expressão de valores e atitudes que podem ser modificados (Buchwald; E.; Fletcher; P. & Roth, M., 1993).

A maioria das pessoas desconhece que mais de metade das violações são cometidas por homens conhecidos das mulheres, mas uma vez que este facto passe a ser um dado adquirido pela sociedade, começaremos a ter outra compreensão das questões relacionadas com o poder, a sexualidade, as relações entre o género e a violência sexual (Idem).

---

<sup>3</sup> Uma cultura de violação é um complexo conjunto de crenças que encoraja a agressão sexual dos homens e apoia ou suporta a violência contra as mulheres. É uma sociedade onde a violência é vista como “sexy” e a sexualidade como violenta.

---

A violação é, de facto, uma crise pessoal e um fenómeno político. E faz com que, algumas autoras, considerem que este serve para manter as mulheres em estado de alerta constante, tornando-se para algumas como um sexto sentido. Ou seja, é visto como uma forma de controlo social, no sentido em que limita os direitos e comportamentos das mulheres. Cada país define o que é que constitui uma violação, o que é violável, quem viola e que punição terá. Mas a para além destas definições formais, que estão escritas, existem as informais, que são as práticas firmemente estabelecidas e que se baseiam nos mitos que as sociedades fazem permanecer, sobre a violação (Waldron, 1985).

## ***II. Caracterização da Violação***

---

## II. CARACTERIZAÇÃO DA VIOLAÇÃO

### 2.1. Definição de Violação

Susan Brownmiller (1975, p. 5) afirma que a violação “*is nothing more or less than a conscious process of intimidation by which all men keep all women in a state of fear*”. Bohner et al. (1993) especificam esta ideia afirmando que a ameaça da violação baixa a auto-estima das mulheres, enfraquece a sua confiança nos outros, e diminui a sua percepção de controlo pessoal, com a consequência de levar as mulheres a conformarem-se, quer nas suas crenças, quer nos seus comportamentos, com os papéis sexuais tradicionais (Bohner, Weisbrod, Raymond, Barzvi & Schwarz, 1993, p.562).

A violação é um crime de violência e controlo que usa o acto sexual como arma, isto significa que não é motivado pelo desejo sexual. "A Violação" é, também, um termo legal que é definido no estado de Massachusetts, Estados Unidos da América, por três elementos: penetração em qualquer orifício por qualquer objecto; usando violência ou ameaça de violência; perpetrado contra a vontade da vítima (Alexander, 1990).

Contudo, ao dizermos que a violação é um acto de violência não significa que a sobrevivente tenha, necessariamente, de ser agredida fisicamente. Muitos violadores ameaçam matar ou agredir severamente e podemos considerar que essas ameaças constituem uma violência emocional. E, acima de tudo, forçar a penetração no corpo de alguém contra a sua vontade é, de facto, violência. No entanto, podemos, ainda ouvir em determinados contextos a terminologia “violação não violenta”.

A violação é usualmente premeditada. Através de um trabalho com os violadores, verificou-se que a grande maioria das violações são planeadas pelo(s) mesmo(s). Este facto desafia a ideia de que a violação é um acto impulsivo causado por um desejo incontrolável por parte do violador (Alexander, 1990 & Cohn, 1993).

O último relatório, *Violência Contra as Mulheres nos Estados Unidos*, aponta para que a violação, tal como outras formas de violência contra as mulheres

*... ocorre no contexto das actividades diárias e associada aos papéis social e económico das mulheres.... Uma história de subordinação, que coloca a mulher na família e na sociedade num estatuto de inferioridade torna as suas experiências de violência diferentes das dos homens, mais invisíveis para a sociedade*<sup>4</sup>.

Segundo o Código Penal Português vigente<sup>5</sup>, o crime de violação encontra-se integrado no capítulo cujo título é “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, na secção sobre “crimes contra a liberdade sexual”. O Artigo 164º - Violação, do Código Penal refere:

1. *Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.*

2. *Quem abusando de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, constranger outra pessoa, por meio de ordem ou ameaça não compreendida no número anterior, a sofrer ou a praticar cópula, coito anal ou coito oral, consigo ou com outrem, é punido com pena de prisão até 3 anos.*

## 2.2. Evolução Legal da Definição de Violação

O Código Penal Português de 1979, no Artigo 393º - Violação referia “*Aquele que tiver cópula ilícita com qualquer mulher, contra sua vontade, por meio de violência física, de veemente intimidação, ou de qualquer fraude, que não constitua sedução, ou achando-se a mulher privada do uso da razão, ou dos sentidos, comete o crime de violação e terá pena de prisão maior de dois a oito anos.*”

<sup>4</sup> *Violence Against Women in the U.S.: A Comprehensive Background Paper (New York, 1996)* Cit. por Diamond, M., & Robbins, C. (1997). *Manual de apoio a sobreviventes de violação*. Departamento de Saúde Pública de Massachusetts – Coligação de Massachusetts contra a violência sexual (Tradução e adaptação para português – AMCV e DGS).

<sup>5</sup> Código Penal Português de 1995, com a alteração feita em 1998 pela Lei 65/98 de 2 de Setembro. Nesta revisão o n.1 do artigo 164º passa a ser constituído pelos antigos n. 1 e 2 e o n.2 é acrescentado. Código Penal Anotado de Gonçalves Maia, 1999.

---

No Código Penal Português de 1982, no capítulo dos Crimes contra os fundamentos ético-sociais da vida social, secção dos Crimes Sexuais, no artigo 201º - Violação, estava escrito:

1. *Quem que tiver cópula com mulher, por meio de violência, grave ameaça ou, depois de, para realizar a cópula, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir ou ainda, pelos mesmos meios, a constranger a ter cópula com terceiros, será punido com prisão de 2 a 8 anos.*

2. *Na mesma pena incorre quem, independentemente dos meios empregados, tiver cópula ou acto análogo com menor de 12 anos ou favorecer estes actos com terceiro.*

3. *No caso n.º 1 deste artigo, se a vítima, através do seu comportamento ou da sua especial ligação com o agente, tiver contribuído de forma sensível para o facto, será a pena especialmente atenuada.*

Como podemos observar em 1979 na definição de violação dizia "copula ilícita com mulher" e a partir de 1982 com a alteração do Código Penal desapareceu a palavra "ilícita". A palavra "ilícita" era considerada pelos juristas como excluído automaticamente a cópula no casamento, porque a cópula no casamento era sempre lícita. Por outro lado, no Código Penal de 1982, o crime de violação continua a ser punido com pena de 2 a 8 anos de prisão, tal como acontecia no Código anterior. Contudo, para o crime de furto de objecto valiosos sem violência é prevista uma pena de 1 a 10 anos.

Segundo Conceição Brito Lopes<sup>6</sup> "*nós fomos uns dos primeiros países da Europa a fazer isso*". Em Novembro de 1987, num Colóquio do Conselho da Europa só dois países, Portugal e França, é que tinham nos seus códigos a possibilidade de violação no casamento (Relatório do Conselho da Europa, 1987).

Na revisão de 1995 ao Código Penal Português, destacou-se a necessidade de corrigir o desequilíbrio entre as penas previstas para os crimes contra as pessoas e os

---

<sup>6</sup> Entrevista exploratória, em anexo.

---

crimes contra o património, propondo-se uma agravação para os primeiros. Aliás segundo Teresa Beleza (1996) foi ao nível dos crimes sexuais que a revisão de 1995, teve alterações mais profundas e em maior quantidade. Um exemplo disso é o desaparecimento da *provocação* da vítima como atenuante no crime de violação (beleza, 1996).

O Código Penal actual, como já foi referido, prevê uma pena um pouco mais elevada para o crime de violação, a qual se situa entre 3 a 10 anos de prisão. Este Código Penal demonstrou, também, alguma preocupação com o facto de a palavra “cópula” excluir a violação pelo coito anal ou oral, acrescentando assim ao Código de 1995 “... *cópula, coito anal ou coito oral...*” Desta forma, o coito anal, realizado com qualquer pessoa, independentemente do sexo, passa a ser integrado no crime de violação e punido com pena substancialmente mais elevada do que era anteriormente. Não obstante, o problema mantém-se relativamente à penetração com qualquer objecto inanimado.

Em Espanha, o Código Penal, no artigo 429º, descreve que “*comete violação quem tiver relação física com outra pessoa, seja por via vaginal, anal ou oral, se usar força ou intimidação, quando a outra pessoa se encontra privada dos seus sentidos ou em estado de alienação, ou quando for menor de 12 anos.*”

O Código Penal francês, nos artigos 332º e 333º, não define muito claramente o que se entende por violação, embora corresponda a penas criminais aplicadas a quem possui mulher virgem ou desflorada sem o seu consentimento.

Em Inglaterra considera-se violação, a copula ilícita sem consentimento, pela força ou pelo engano. E em Itália a violação é considerada a partir da conjugação carnal praticada com violência ou ameaça.

No que se refere às penas atribuídas ao crime de violação, pelos vários países referidos, elas situam-se entre os 2 e os 20 anos.

---

Relativamente aos *crimes sexuais*, uma das transformações mais visíveis tem sido a sua *dessexualização*, ou seja, a eliminação do género sexual do autor ou da vítima. Pois esta questão, da especificação do género, levanta algumas dificuldades quando falamos de igualdade. A distinção entre homem e mulher, como habitualmente aparecia nas leis, remetendo para conceitos pré-legais, consistia numa produção da ideia de subordinação, isto é, de desigualdade. Tornando-se, por isso, difícil falarmos sobre crimes sexuais sem referirmos, simultaneamente, a questão da desigualdade (Beleza, 1996). O que quer dizer que para podermos falar de igualdade plena entre homens e mulheres, é necessário eliminar-se das leis a especificação do género do autor do crime ou da vítima.

No entanto, numa revisão sobre o conceito legal de violação, Teresa Beleza refere “(...) *parece evidente que as grandes dúvidas, discussões e críticas à ordem jurídico-penal da violação se relacionam mais com a law in action do que com a law in the books. As hoje, amplamente reconhecidas, dificuldades enfrentadas pelas vítimas de violação (...) não serão certamente geradas ou resolvidas pela pura alteração de definições ilegais*” (Beleza, 1994, pp. 52).

### 2.3. Tipos de Violação

Podemos considerar que a violação é mal compreendida, em parte porque se pressupõe que esta seja cometida por estranhos. De facto, um dos mitos associados à violação é a ideia de que este crime é habitualmente cometido por desconhecidos. Contudo, existem muitos outros contextos em que existe violação, nomeadamente no contexto das relações maritais e (no contexto) de um encontro, em que a vítima conhece o violador.

Em 1987 Estrich defendia que o sistema legal define dois tipos de violação: A violação “real” e a violação “simples”. A violação “real” é cometida por um estranho, envolve usualmente o uso de armas e provoca danos físicos na vítima. A violação “simples” é cometida por alguém que a vítima conhece. Na prática, segundo a autora, é

---

a violação “real” que recebe maior atenção por parte do sistema de justiça e avança com quatro elementos que estão implícitos na doutrina legal e que, em conjunto, fazem com que a violação por conhecidos seja suspeita: 1) os casos em que existe uma relação anterior são vistos como disputas privadas, o que os retira dos sistema público; 2) estes casos são vistos como menos sérios visto que, a filosofia que está subjacente é a de que, “uma vez que a mulher consentiu o sexo anteriormente o homem tem o direito de continuar a obter satisfação sexual com essa mulher”; 3) considera que as mulheres que aceitam sair, beber, boleias, etc. deviam saber que estes actos antecedem o sexo; 4) as violações cometidas por conhecidos são vistas como sendo menos sérias e menos perturbadoras para as vítimas. Isto é, a cultura do sistema legal define a violação como um crime mais provável entre estranhos e a violência sexual entre conhecidos não suficiente para ser considerada crime (Campbell & Johnson, 1997).

Num estudo realizado com 240 estudantes verificou-se que a violação cometida por conhecidos é considerada, por esses estudantes, menos grave do que a violação por desconhecidos. Os sujeitos que participaram na investigação apontam, como explicação para essa ideia, a ambiguidade existente, nos primeiros tipos de violação, relativamente ao consentimento por parte da mulher, atribuindo, assim, uma maior responsabilidade à vítima/sobrevivente nesses casos e uma penalização mais reduzida para o violador (Kanekar & Seksaria, 1993) estes resultados foram ao encontro de outros estudos anteriormente realizados (Kanekar & Vaz, 1988).

A tabela abaixo apresentada (tabela 1) é resultado da análise dos dados denunciados ao Massachusetts Department of Public Health (DPH) entre Agosto de 1983 e Abril de 1986 (referido por Alexander, 1990, pp.18).

| Tabela 1 - Relação Sobrevivente/ Violador(es) |            |             |
|---|------------|-------------|
|   | Frequência | Porcentagem |
| Marido/companheiro                            | 297        | 6%          |
| Amigo íntimo                                  | 364        | 7%          |
| Conhecido                                     | 1145       | 23%         |
| Pai/Padrasto                                  | 788        | 16%         |
| Outro familiar                                | 545        | 11%         |
| Colega de trabalho                            | 73         | 1%          |
| Desconhecido/Estranho                         | 1034       | 21%         |
| Múltiplos violadores                          | 38         | 0,8%        |
| Outros  | 650        | 13%         |

Fonte: Alexander, K. & Waldron, C. (1990). The Realities of Rape. In E. Crespo & C. Waldron (eds.), *Reclaiming Our Lives*. (pp. 15- 31). Massachusetts: Department of Public Health.

### 2.3.1. A Violação por Conhecidos

Da análise da tabela anteriormente apresentada apuramos que a maioria das violações ocorrem entre pessoas que se conhecem, quer sejam, maridos/companheiros, amigos íntimos, conhecidos, pais/padrastos ou colegas de trabalho, ou seja, 53% das violações recai nesta categoria e note-se que, por vezes, na categoria “outros” muitos são, também, conhecidos das vítimas. De facto, de acordo com os dados desta tabela, apenas 21 % das violações são cometidas por estranhos.

Os dados sobre violação captados através dos inquéritos de vitimização são pouco reais. Para investigarmos as realidades sobre este crime temos de utilizar outras formas de pesquisa. Um estudo realizado nos anos 90, pelo *Statistics Canada* (Instituto de Estatística do Canadá), devido à metodologia utilizada captou dados mais próximos da realidade. O quadro seguinte indica a amostra, a metodologia e os resultados encontrados.

**Amostra:** Amostra aleatória ao nível nacional de 2300 mulheres

**Método:** Entrevista telefónica

**Resultados encontrados:** - 1 em cada 3 mulheres denuncia a violação  
 - Em mais de 60% dos casos o incidente acontece mais do que uma vez  
 - Apenas 6% das mulheres denunciam à polícia  
 (comparando com 25% de casos de Violência Doméstica)

Fonte: Johnson & Sacco, 1995 in *Rape: The Forgotten Issue? A European research and networking project*. Child and Woman Abuse Studies Unit, University of North London: London (p. 15).

---

Estes dados desafiam algumas das formas como a violação tem sido entendida até agora – ou seja, que era apenas um evento isolado e que o sentimento de segurança após o assalto não é relevante. O facto de, em mais de um terço, existir repetição da vitimização está correlacionado com o facto de a maioria dos violadores serem conhecidos das mulheres.

A revista *Police Review* (1989) refere que as mulheres correm maiores riscos de serem violadas por pessoas que elas conhecem do que por pessoas que desconhecem, o que contradiz o preconceito de que a violação é um crime cometido por estranhos, quando as mulheres andam sozinhas pelas ruas. De acordo com esta constatação, as mulheres têm mais probabilidades de serem violadas dentro de casa do que na rua. Segundo a mesma revista, em Londres, entre 1973 e 1985, a proporção de condenações por violação cometidas por conhecidos das mulheres subiu de 14% para 30%. Em 1985, de todas as violações, apenas 39% foram cometidas por estranhos enquanto que 61% foram-no por conhecidos das mulheres.

Muitos outros estudos têm vindo a confirmar a ideia de que muitos dos crimes de violação são cometidos no contexto de uma relação preexistente entre a sobrevivente e o violador. Koss (et al. 1987, referido por Frazier & Seales, 1997) realizou uma investigação com o objectivo de identificar vítimas de violação, de acordo com a definição legal de violação, na qual envolveu 3 187 mulheres universitárias. Os resultados demonstram que 15% das mulheres que responderam a esta investigação já foram vítimas de violação e 12% já passaram por uma experiência de tentativa de violação pelo menos uma vez a partir dos seus 14 anos. A investigação indica, também, que a maioria dos violadores (89%) eram conhecidos das mulheres ou indivíduos com quem saíram.

Dentro da violação por conhecidos, temos a *Violação de Encontro* ou “*Date Rape*”<sup>7</sup>, onde existe uma relação mais definida entre as duas partes. O tipo de coerção exercida pelo violador nestes casos é mais subtil. Muitos destes violadores dizem às

---

<sup>7</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

---

mulheres que se elas recusarem ter sexo eles deixam de gostar delas e muitos chegam a ameaçar acabar com a relação. A *violação de encontro* tende a ocorrer ao fim-de-semana, entre as 22 horas e a 1 hora, e em locais isolados, no carro ou na casa do violador (Allison & Wrightsman, 1993).

Muitos dos estudos realizados nesta área demonstram que a violação por conhecidos tem consequências idênticas ao crime de violação cometido por estranhos. Mais especificamente estas sobreviventes apresentam níveis de depressão<sup>8</sup>, medo e ansiedade<sup>9</sup>, e sintomas de *estresse pós-traumático*<sup>10</sup>, iguais, e muitas vezes superiores<sup>11</sup>, aos das mulheres violadas por desconhecidos (Frazier & Seales, 1997).

Se existe uma grande relutância por parte das mulheres violadas em geral em denunciarem a sua violação, os números aumentam quando falamos de mulheres violadas por conhecidos pois tendem a sentir-se, ainda mais culpabilizadas. Assim, mesmo que os seus danos físicos sejam menores que os das mulheres violadas por desconhecidos, o seu sofrimento psicológico vivido de modo silencioso é maior (Allison & Wrightsman, 1993).

Sabe-se que muitas mulheres sobreviventes de violação por conhecidos tendem a não considerar essa experiência como uma violação, o que não significa que a experiência seja menos traumatizante, o conhecimento pessoal não suaviza o acontecimento para essas mulheres. Significa apenas que necessitamos de continuar a educar as mulheres sobre o facto de que a violação nunca é da sua responsabilidade e que a violação cometida por um conhecido continua a ser uma violação.

---

<sup>8</sup> Beckerm Kkinner, Abel, Axelrod, & Tracy, 1984; Frank, Turner, & Stewart, 1980; Gidycz & Koss, 1991; Katz, 1991; Koss, Dinero, Seibel, & Cox, 1988; Sales, Baum, & Shore, 1984; Santiago, McCall-Perez, Gorcey, & Beigel, 1985; Siegel, Golding, Stein, Burnam, & Sorenson, 1990; Ullman & Siegel, 1993.

<sup>9</sup> Frank et al., 1980; Gidycz & Koss, 1991; Girelli, Resick, Marhoefer-Dvorak & Hutter, 1986; Koss et al., 1990.

<sup>10</sup> Kramer & Green, 1991.

<sup>11</sup> Ellis, Atkeson, & Calhoun, 1981; Ellis et al., 1981; Ullman & Siegel, 1993; Bownes, O'Gordon & Sayers, 1991<sup>a</sup> 1991b).

---

Layman, Gidycz e Lynn (1996) realizaram um estudo que incidiu sobre mulheres violadas que reconheciam as suas experiências como violação e mulheres que não reconheciam que eram vítimas de violação. Nesse estudo os autores verificaram que apenas 27% das mulheres reconheciam serem vítimas de violação. Estas mulheres tendem a perceberem que os ataques foram forçados, que resistiram mais e que a sua recusa de ter relações sexuais foi clara. Demonstram, também, uma maior predisposição para apresentarem queixa contra o agressor. Os autores verificaram, ainda, que as vítimas que reconhecem a sua violação apresentam níveis de estresse pós-traumático mais elevados do que as mulheres que não reconhecem as violações. A análise a outros sintomas psicológicos e a outras defesas psicológicas não difere, porém, entre os dois casos. Esta investigação leva-nos a concluir que enquanto as mudanças sociais não se tornarem mais evidentes, é muito provável que algumas mulheres continuem a não ver os ataques que sofreram como verdadeiras violações, o que possivelmente perpetuará o ciclo da revitimização (Layman, Gidycz, Lynn, 1996).

### **2.3.2. A Violação no Contexto das Relações Maritais**

A violação no contexto das relações maritais é um crime que existe, mas não é visto, na maioria dos casos, como tal. Mesmo quando ele está previsto na legislação, raramente existe na consciência da pluralidade dos indivíduos.

No caso da presente investigação 50% das mulheres entrevistadas foram/são violadas pelos seus maridos. Mas muitos dos pedidos de ajuda surgiram com base na violência de que eram também vítimas/sobreviventes e só posteriormente revelaram as violações. Sobre esta questão Conceição Brito Lopes refere: *“Os outros casos de violação de que tenho conhecimento, são mulheres casadas que eram constantemente violadas pelos maridos, isto é, obrigadas a suportar relações sexuais contra a sua vontade, e, na maior parte dos casos, não tinham a menor noção de que estavam a ser vítimas do crime de violação ou de abuso sexual, (porque eram relatadas outras formas de abuso sexual): estavam incomodadas, estavam revoltadas, mas, como era o marido, não referiam o caso como sendo violação. Eles batiam-lhes para terem relações sexuais*

---

*e era isso que apresentavam como motivo da consulta, mas não se queixavam propriamente do crime de violação, havia a noção de que ele era marido «tinha direitos»... Era muito raro sentirem que tinham sido sexualmente abusadas. Partiam do princípio que uma violação ou um crime sexual se passa com uma outra pessoa...”*

Ainda no contexto desta investigação, verificamos que algumas mulheres continuam a coabitar com os violadores, o que vai ao encontro do que Layman, Gidycz & Lynn (1996) referem, que 1/3 das mulheres continua a manter convivência com os seus violadores, e 1/4 continua a ter sexo com esse homem após a violação, (embora esse sexo no caso da amostra do nosso estudo continue a ser forçado, ou seja, continua a ser uma violação).

As crenças culturais sobre a violação acabam por influenciar a percepção das próprias mulheres violadas, reduzindo, assim, a probabilidade das mulheres identificarem as suas experiências de sexo forçado como uma violação (Koss, et al., cit por Langhinrichsen- Rohling & Monson, 1998). António Pedro Pires no seu livro *Mulheres Violentadas* (1985), refere que as mulheres, sobre as quais se debruça o seu livro, comentam muitas vezes, ao referirem-se às suas situações de violação pelos seus maridos e companheiros, “quando o meu marido se serve de mim” (Pires, 1985, pp. 75).

Muitas mulheres violadas pelos maridos hesitam em identificar as suas experiências de sexo forçado como uma violação. Uma das razões apontadas para este facto é o mito que identifica a violação como um acto cometido por um desconhecido. Algumas acabam por considerar que foram alvo de uma violação quando as circunstâncias que rodeiam a situação são semelhantes ao estereótipo da violação, mas muitas só redefinem as suas experiências como uma violação após saírem da relação (Renzetti & Edleson, 1996).

Russell (1990, cit por Renzetti & Edleson, 1996) argumenta que a origem da violação marital está no entendimento social de que as mulheres são propriedade dos homens, primeiro dos seus pais e depois dos seus maridos. Por esta razão, as mulheres,

---

uma vez casadas, não têm o direito de recusar ter sexo com os seus maridos sob qualquer pretexto.

Os mesmos autores (1996) referem, também, que as mulheres violadas pelos maridos que participaram no seu estudo, ao tentarem explicar as violações que sofreram, indicam que os maridos consideram que têm o direito de exigir ter sexo.

A denúncia de uma violação cometida por um marido ou companheiro, é muito difícil para a maioria dessas mulheres, pois elas estão a par das crenças da sociedade sobre “as obrigações das esposas” e por outro lado, não podemos ignorar possíveis ameaças ou retaliações por parte do próprio violador. No entanto, o facto deste tipo de violação ser pouco denunciado não significa que seja pouco frequente, cerca de 10% a 14% das mulheres são violadas pelos maridos ou companheiros, e este tipo de violação pode ser encontrado entre as violações mais violentas (Allison & Wrightsman, 1993).

No sentido de saberem um pouco mais sobre este tipo de crime, Finkelhor & Yllo (1984) fizeram uma investigação com 50 mulheres que foram violadas pelos seus maridos. A amostra foi recolhida junto de serviços de planeamento familiar onde, juntamente com outras questões, lhes era perguntado se já tinham sido abusadas sexualmente pelos seus maridos. Dessas mulheres foram entrevistadas 50, que revelaram terem sido sexualmente abusadas pelos seus maridos. Nessas entrevistas as mulheres revelaram histórias de verdadeira brutalidade e crueldade, que nunca denunciaram à polícia ou revelaram a um jornal, muitas nunca tinham mesmo revelado esses acontecimentos a ninguém.

Neste estudo os autores (Finkelhor & Yllo, 1984) dividiram este crime em três categorias: violações com agressão física; violações sem agressão física e violações obsessivas. Na primeira das categorias, enquadrava-se as violações com incidentes mais violentos, normalmente, associadas a relações onde para além do abuso sexual existia um grande índice de agressão física e que nada têm a ver com a sexualidade, parecem antes ser motivadas pelo desejo intenso de magoar, humilhar, as suas mulheres usando o sexo como veículo para o fazer. Cerca de 45% das mulheres entrevistadas enquadravam-

---

se nesta categoria. Na segunda das categorias incluíram as histórias em que a violência era mais reduzida, em que a força utilizada tinha a ver com acesso ao sexo mas não causando danos físicos muito severos, este tipo de violação indicavam ser motivados menos pela raiva ou fúria e mais pelo desejo de ter poder, de controlar, de dar uma lição, de demonstrar quem manda. Cerca de 45% das mulheres entrevistadas enquadravam-se nesta categoria. Finalmente, na última categoria incluíam as histórias em que os maridos tinham algumas preocupações sexuais pouco habituais, muitos obsecados por pornografia desejavam que as suas mulheres colaborassem em algumas ideia que retiravam da pornografia; alguns com medo de serem impotentes ou homossexuais e muitos com rituais sexuais muito estruturados. Nestes casos, parecia que os homens necessitavam de luta para terem sexo e consideravam a humilhação estimulante, por isso os autores consideram que existe uma componente sádica neste tipo de violação. Cerca de 10% das mulheres entrevistadas enquadravam-se nesta categoria.

Os investigadores que realizaram este estudo consideram que poderá haver outras formas de caracterizar as violações nas relações maritais. O que consideram de extrema importância é referirem que as violações no casamento acontecem em contextos muito variados. Outros autores (Renzetti & Edleson, 1996) caracterizaram as violações nas relações maritais, também, em três grupos: violação simples, violação com agressão física e violação sádica, mas apenas os nomes dados às categorias são diferentes, porque a descrição das três categorias é semelhante às descritas anteriormente.

Os mesmos autores anteriormente referidos e outros (Russel, 1990, cit. por Langhinrichsen- Rohling & Monson, 1998), realizaram estudos sobre a prevalência da violação marital que indicaram que entre 10% a 14% de todas as mulheres casadas nos Estados Unidos foram violadas pelos seus maridos.

Outra questão que deve ser realçada é que, ao contrário do que a maioria dos indivíduos pensa, as violações nas relações maritais provocam traumas extremamente graves. Pois as violações são uma experiência traumática não porque não conhecemos o

---

violador, mas sim porque é com uma pessoa com quem se recusa ter relações sexuais, seja ele um estranho, um amigo ou o marido. Por outro lado, estas mulheres muito raramente recebem apoio da sociedade pois muito raramente denunciam o crime e quando o denunciam, são requeridas mais provas de que houve força e coacção neste tipo de violação do que quando a violação é cometida por um estranho (Langhinrichsen-Rohling & Monson, 1998).

No estudo realizado por Renzetti & Edleson (1996) a maioria das mulheres violadas pelos maridos preferiram não pedir apoio aos amigos nem à famílias e as razões apontadas foram as seguintes: medo de envolverem outras pessoas de quem gostam, medo de retaliação e vergonha. Para além disso, a maioria destas mulheres acaba por estar afastada das suas redes de suporte devido à situação de violência doméstica em que estão envolvidas<sup>12</sup>.

As mulheres vítimas de violação marital apresentam uma série de consequências psicológicas negativas que advêm directamente das suas experiências de sexo não desejado no casamento. Essas consequências incluem redução da auto-estima, aumento do risco de estresse pós traumático, e sentimentos negativos sobre o sexo (Campbell, 1989, cit por Langhinrichsen- Rohling & Monson, 1998).

A verdade é que as mulheres que são violadas pelos seus maridos podem não apresentar o mesmo tipo de resistência que as mulheres que são violadas por estranhos. A maioria dos casos de violação marital encontrados neste estudo acontecem num contexto de violência doméstica, mas alguns casos de violação marital acontecem fora de relações em que existe violência doméstica.

Numa investigação realizada por Langhinrichsen- Rohling e Monson (1998), verificou-se que os participantes consideravam mais a possibilidade de violação e não culpabilizavam tanto a mulher quando ela era vítima de uma violação marital no

---

<sup>12</sup> Para um aprofundamento da questão do isolamento social na violência doméstica, ver: Monteiro, F. J. (2000) *Mulheres Agredidas pelos Maridos: De vítimas a sobreviventes*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

---

contexto da violência doméstica, acontecendo o contrário quando a mulher era violada pelo marido mas não existia violência doméstica anterior. As próprias mulheres podem acreditar nesta crença e por isso culpabilizarem-se e minimizarem a gravidade das suas experiências de violação. As crenças sociais sobre a violação no casamento consideram que as mulheres têm, pelo menos, alguma responsabilidade pelas suas violações.

As respostas inadequadas dos serviços existentes reflectem a ambivalência por parte da sociedade em geral, relativamente à violação marital e a falta de preocupação, a todos os níveis, sobre este assunto (Renzetti & Edleson, 1996).

A única forma de eliminarmos a violação marital é alterando a estrutura social que criou e perpetua a desigualdade entre homens e mulheres, entre maridos e esposas, pois este crime é o resultado da dominação masculina, quer na sociedade em geral, quer no âmbito doméstico.

Neste sentido, as sociedades necessitam de educação e informação sobre a prevalência e as consequências da violação marital, quer sejam, ou não, no contexto da violência doméstica.

### 2.3.3. A Violação por Grupos de Violadores

A violação por grupos de rapazes é uma realidade, dizem-nos as(os) autoras que têm vindo a estudar este tipo de crime. Em Filadélfia um estudo representativo da média americana, realizado por Menachem Amir<sup>13</sup> (referido por Alexander, 1990), demonstrou que 43% das mulheres sobreviventes foram violadas por pares de violadores ou grupos de violadores; 71% dos violadores referem terem estado envolvidos em violações múltiplas; e, mais surpreendente, é o número de violações planeadas em grupo: 97% de violações em grupo e 92% de violações por dois violadores.

A violação por grupos de violadores também pode acontecer quando a mulher conhece os violadores. Muitas vezes este crime é chamado “*party rape*”- a violação de

---

<sup>13</sup> Amir, Menachem (1971). *Patterns in Forcible Rape*. IL: University of Chicago Press.

uma mulher por vários homens conhecidos - mas este tipo de violação só recentemente foi reconhecido como tendo alta incidência nos colégios e faculdades e, ainda, noutros contextos. Sanday (1990, cit por Allison & Wrightsman, 1993) refere que este tipo de violação é muitas vezes considerado como “treino” e faz parte da cultura das universidades americanas. No entanto, estes crimes raramente são denunciados em consequência do facto de muitas das mulheres violadas acabarem por desistir de estudar pouco tempo após serem violadas.

Alexander (1990) refere que a violação em grupo não acontece apenas em bairros degradados e que homens de todas as idades e classes sociais estão associados a violações em grupo, por exemplo: violação de uma enfermeira por um grupo de médicos em Boston; violação de uma mulher num bar por um grupo de homens em New Bedford. Neste caso em New Bedford, (sobre o qual foi realizado um filme), a comunidade reagiu mal à condenação dos violadores, uma mulher dessa comunidade (descendente portuguesa), referiu “*ela devia era estar em casa a cuidar dos filhos em vez de andar a destruir a vida da alguns homens*”. A comunidade chegou a organizar um grupo de protesto de cerca de 6 000 ou 8 000 pessoas, não contra a violação, mas sim contra a condenação dos quatro violadores descendentes portugueses (Allison & Wrightsman, 1993).

Assim, apesar de alguns autores (Groth, 1979, cit por Allison & Wrightsman, 1993) apontarem que a violação por grupos de violadores é mais comum nos adolescentes, esta também acontece com os adultos.

#### **2.4. As Consequências da Violação: Individuais e Sociais**

A violência sexual é um crime tremendo, em termos pessoais e sociais. Os efeitos da violação na saúde física, emocional, pessoal e espiritual das vítimas/sobreviventes são, na maioria das vezes, profundos. As ramificações sociais e económicas da violação, no que diz respeito aos efeitos no trabalho, na vida familiar e nos custos relativos aos cuidados de saúde, são, também, consideráveis.

---

De acordo com os autores de *Violação na América*, "A violência sexual é tão comum e produz traumas físicos e psicológicos tão sérios que é imperativo que a violação seja classificada como um dos maiores problemas de saúde pública dos Estados Unidos."<sup>14</sup>

Nos Estados Unidos onde as questões relacionadas com a violência contra as mulheres e, nomeadamente, a violação já são estudadas com profundidade, existem algumas estatísticas que sugerem os custos da violação, a nível económico, para a sociedade. Segundo Marci Diamond e Carol Robbins (1997) cerca de 31% das sobreviventes de violação sofrem de Estresse Pós-Traumático, o que aumenta dramaticamente o risco de abuso de drogas ou álcool por parte das sobreviventes; ¾ das mulheres em recuperação que abusam de substâncias, como álcool e/ou drogas, têm uma história de violência sexual; as sobreviventes de violação recorrem muito mais vezes aos médicos depois da agressão do que antes devido a uma variedade de problemas crónicos, cerca de 16 000 mulheres por ano, no âmbito nacional (EUA), fazem abortos devido a violação ou incesto.

Fátima Monteiro (2000) refere ainda consequências económicas da violência doméstica, ao nível do tratamento, da reabilitação e da segurança social e podemos, igualmente, supor que existem custos relacionados com a violação associados à acção das polícias, tribunais, hospitais, serviços de suporte, e muitos outros.

## 2.5. As Vítimas/Sobreviventes de Violação

Apesar de nesta investigação apenas nos debruçarmos sobre as violações de mulheres, podemos perguntar-nos quem são habitualmente as vítimas/sobreviventes de violação. A resposta é unânime entre os(as) investigadores(as) desta área: o crime de violação é cometido contra aqueles que são considerados mais frágeis ou com menos poder, assim, as mulheres e as crianças são os alvos privilegiados, as mulheres por serem vistas como o "sexo fraco", as crianças por serem naturalmente mais fracas

---

<sup>14</sup> *Rape in America: A report to the Nation* (Arlington, VA, April 23, 1992). Cit. por Diamond, M., & Robbins, C. (1997). *Manual de apoio a sobreviventes de violação*. Departamento de Saúde Pública de Massachusetts – Coligação de Massachusetts contra a violência sexual (Tradução e adaptação para português – AMCV e DGS).

---

quando comparadas com os adultos no que diz respeito à sua compleição física, ao seu nível de conhecimento e experiência, recursos económicos, etc. Depois temos o caso daqueles que se encontram encarcerados em instituições onde outros se encarregam de cuidar das suas vidas. É neste último contexto que acontecem as poucas violações de indivíduos do sexo masculino adultos (Alexander, 1990).

No grupo das mulheres, podemos verificar que qualquer mulher de qualquer etnia, grupo sócio-económico, idade, orientação sexual, compleição física, profissão/ocupação, local de residência, etc. pode ser violada. A ideia de que só as mulheres fisicamente atraentes são violadas é um mito<sup>15</sup> e reforça a ideia de que a mulher é a culpada, isto é, devido à sua beleza torna-se irresistível. Na realidade as vítimas são escolhidas porque o violador as vê como vulneráveis e não como atractivas.

Scout, Lefley e Hicks (1993) realizaram uma pesquisa que conduziu à confirmação de que as vítimas/sobreviventes de violação, enquanto grupo, não apresentam perturbações psiquiátricas anteriores ou factores de risco, diferentes das mulheres que não são violadas. Podendo, algumas mulheres violadas apresentarem algumas condições pessoais ou situacionais que as tornaram especialmente vulneráveis à violação.

### **2.5.1. Reacções Habituais das Sobreviventes de Violação**

O interesse pelas reacções das vítimas/sobreviventes de violação tem crescido desde a década de 70<sup>16</sup>. Kilpatrick, Veronen and Resick (1979 cit. por Ellis, Atkeson & Calhoun, 1981) descobriram que seis meses após a violação as sobreviventes continuam a apresentar medos intensos. Feldaman-Summers, Gordon e Meagher (1979 cit. por Ellis, Atkeson & Calhoun, 1981) indicam que as mulheres violadas apresentam diminuição da actividade sexual imediatamente após a violação e, a longo termo, consequências ao nível da satisfação sexual.

---

<sup>15</sup> Ver capítulo "Mitos sobre a Violação"

<sup>16</sup> Burgess & Holmstrom, 1974; Notman & Nadelson, 1976; Sutherland & Scherl, 1970; cit. por Ellis, Atkeson & Calhoun, 1981

---

Numa investigação realizada em Atlanta com 27 mulheres violadas, há aproximadamente um ano, demonstrou-se que 90% das mulheres apresentavam graves índices de estresse e 26% índices moderados de estresse; 50% das sobreviventes relataram terem tido pensamentos suicidas durante o seu processo de recuperação e 48% tiveram de procurar tratamento para lidarem com problemas resultantes da violação; as mulheres, apresentaram, ainda, uma diminuição do prazer nas actividades diárias. Este estudo apontou, também, que 12 das sobreviventes não falaram da violação a ninguém, facto que contribuiu para a culpabilização, o isolamento e para a depressão em muitos dos casos. Noutros casos analisados foram os próprios familiares que se recusaram a falar sobre a violação. Todas as mulheres relataram terem tido pesadelos, insónias, e medos profundos logo após a violação (Ellis, Atkeson & Calhoun, 1981).

Ao nível das relações afectivas, verificou-se que entre as mulheres do estudo anteriormente referido, quatro das mulheres, que estavam casadas na altura da violação, divorciaram-se no espaço de 18 meses e duas foram abandonadas imediatamente após a violação. Todas as mulheres referem terem dificuldades em confiarem nos homens e evitam o contacto íntimo (Ellis, Atkeson & Calhoun, 1981).

Podemos concluir que as mulheres sobreviventes de violação apresentam grandes problemas resultantes da violação durante um longo período de tempo: têm índices de estresse bastante elevados, não sentem prazer nas actividades diárias, indicam sentirem-se mais fatigadas e tensas e apresentam mais problemas nas relações interpessoais.

De acordo com Koss et al. (1996), para além dos problemas psicológicos, as sobreviventes de violação apresentam consequências graves na saúde física resultantes da vitimação.

Um vasto conjunto de reacções são comuns nas vítimas/sobreviventes de violação. Embora não signifique que existe algo de errado inerente às sobreviventes; pelo contrário, elas estão a tentar lidar com uma situação difícil que, em primeiro lugar, nunca deveria ter acontecido. No decorrer do processo de recuperação, diferentes reacções podem intensificar-se ou diminuir. Marci Diamond e Carol Robbins (1997)

---

fizeram uma compilação dessas mesmas reacções que apresentamos de seguida por ser bastante completa.

**Culpabilização e Vergonha:** Os sentimentos de vergonha e culpa (responsabilidade pelo sucedido) podem dificultar o facto das sobreviventes falarem sobre a violência sexual pelo medo de serem desacreditadas, criticadas ou rejeitadas. Podem considerar que as suas acções foram erradas ou inadequadas e por isso conduziram à violação. Ou podem sentir vergonha ou embaraço pelo que foram obrigadas a fazer ou pelos seus comportamentos de defesa durante a violação (como por exemplo, tomar a decisão, no sentido de sobreviver à situação, de representar que se está a gostar, durante a violação).

**Ira e Raiva:** É normal na mulher violada o sentimento de raiva. Esta emoção pode tornar-se difícil para as sobreviventes - especialmente para as mulheres que foram socializadas no sentido de serem "boazinhas" e não sentiram raiva. Visto que a raiva que sentem pelo violador pode parecer demasiado ameaçadora ou irrealista, as sobreviventes podem dirigir essa raiva para os outros que as rodeiam. Embora os seus entes queridos possam sentir-se um pouco confusos, esta é uma reacção normal. A raiva pode ocorrer em qualquer circunstância e de qualquer forma, tudo parece provocar as sobreviventes; ou pode ser toda a irritação que nunca tinha emergido antes na sobrevivente, que agora causa essas reacções tão intensas.

**Isolamento:** As sobreviventes podem sentir que ninguém pode realmente compreender o que elas sentem ou podem sentir-se embaraçadas devido aos seus longos processos de recuperação. Os familiares podem encorajar as sobreviventes a "colocar isso no passado" ou "continuar a viver", enquanto os sentimentos das sobreviventes ainda continuam muito confusos. As sobreviventes podem optar por não falarem da violação por medo de serem desacreditadas, culpabilizadas ou rejeitadas, ou é porque o sucedido é demasiado humilhante e horrível levando a que as sobreviventes tenham dificuldade em falar ou mesmo pensar.

---

**Medo, Terror e Insegurança:** Medo intenso, é outra reacção normal ou comum, que pode interferir em muitos aspectos das vidas das sobreviventes. Podem sentir medo que o violador volte para as atacar ou para atacar aqueles que lhes estão próximos. Podem ter medo que outro violador possa aparecer. O medo e o terror podem generalizarem-se a outras áreas (como por exemplo desconfiam de todos os homens), ou a situações que, de alguma forma, levam a reminiscências da situação da violação.

**Perda e Dor:** As sobreviventes experienciam o sentimento de perda de variadas formas. A violação ou o abuso podem contradizer a ideia que tinham sobre em quem confiar, ou onde estão seguras. As sobreviventes podem sentir pesar sobre partes da suas vidas que sentem ter perdido. Podem sentir que perderam a inocência. De facto, a descoberta de que qualquer um pode ser vítima de violação provoca o sentimento de perda àquelas que nunca tiveram essa experiência bem como às sobreviventes.

**Tristeza e raiva dirigida para dentro:** A tristeza está usualmente relacionada com a dor e a raiva. Quando a raiva não é expressa e posteriormente se vira para as próprias, as sobreviventes podem sentir uma tristeza intensa que pode levar à depressão. Podem não conseguir realizar as suas actividades diárias, como por exemplo, irem para o emprego, ir às compras ou interagir com amigos e família, ou podem levar a pensamentos ou actos suicidas.

**Perda do Controlo e Impotência:** Após uma violação as sobreviventes podem sentir que lhes foi tirado o controlo e a vontade. A violação física e emocional pode, por vezes, transformar-se num sentimento de impotência generalizado e em falta de vontade de se envolverem no processo de recuperação.

**Flashbacks e Pesadelos:** Lembranças muito intensas da violação é uma reacção comum nas sobreviventes. Um *flashback* é uma experiência mnemónica com sensações físicas. Um *pesadelo* é um sonho que envolve aspectos da violação, mas pode, também, combinar outros eventos ou aspectos da vida da sobrevivente. Os *flashbacks* e pesadelos podem ser assustadores e aterradores para as sobreviventes.

---

**O que faz accionar as lembranças: Épocas, Cheiros e Circunstâncias:** As sobreviventes relembram-se da violação com todos os sentidos. O que faz accionar as lembranças são circunstâncias que são as mesmas ou semelhantes às da violação, que trazem memórias e sentimentos relacionadas à violação. Certos cheiros, sinais, lugares ou momentos do ano ou dia podem lembrar o sucedido. Estas lembranças podem fazer com que as sobreviventes sintam que estão a reviver a violação; o que pode levar a uma perda da confiança no processo de recuperação que estão a atravessar.

**Modificações na Sexualidade ou Intimidade:** Mudanças no nível de interesse na actividade sexual é comum nas sobreviventes. Algumas mulheres sentem medo e aversão ao sexo e à intimidade. Outras podem reagir à falta de controlo que experienciaram durante a violação começando a envolver-se na actividade sexual com menos preocupação e cuidado que antes. Estas reacções podem mudar ao longo do processo de recuperação das sobreviventes.

**Preocupações Físicas: Gravidez, Infecções Sexualmente Transmissíveis e Outros Danos:** Pode haver uma variedade de assuntos ligados às questões físicas. Muitas sobreviventes preocupam-se com a gravidez como resultado da violação. Enquanto a prevenção medicamentosa é administrada durante o exame pós-violação, sabe-se que nem todas as sobreviventes recebem tratamento a tempo deste ser eficaz; e, também, há mulheres que recusam o tratamento por questões relacionadas com efeitos secundários, motivos éticos ou religiosos. O HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis é uma preocupação de muitas sobreviventes. Novamente, algumas destas infecções podem receber tratamento hospitalar, mas outras, incluindo o VIH, requerem um período de incubação antes de se poder saber se a infecção foi transmitida e se ser seguida do ponto de vista médico.

**Crises Espirituais:** O estresse provocado pela violação cria, muitas vezes, intensas crises espirituais, especialmente nas pessoas que funcionavam com base na religião ou outro tipo de espiritualidade antes da violação. Algumas sobreviventes podem sentir-se enfurecidas com o ser superior em que acreditavam ou podem perder a fé. Outras podem acreditar que a violação é uma punição pelos seus pecados. As

---

sobreviventes podem sentir que para além do sofrimento físico e emocional, elas foram espiritualmente violadas.

### 2.5.2 O Processo de Recuperação

Uma crise significa uma mudança na vida de um indivíduo, para a qual o indivíduo não tem mecanismos para lidar com a situação. Eventos como, a morte de entes querido, perder o emprego ou a casa, um divórcio ou um desastre natural, são habitualmente considerados como momentos de crise

Quando os mecanismos que o indivíduo dispõe falham, há tendência à desorientação. Uma pessoa em crise passa por emoções fortes e conflituosas, tensão e ansiedade. O pensamento pode tornar-se ilógico, confuso ou fragmentado; os sentimentos podem tornar-se tão intensos que obstruem os processos cognitivos e alteram os comportamentos do indivíduo.

A sobrevivência a uma violação é, frequentemente, uma crise privada; por uma variedade de razões, as suas emoções são experienciadas de uma forma isolada. No sentido de sobreviverem a essa crise as mulheres desenvolverem mecanismos para lidarem com a crise (estratégias de “*coping*”).

Um estudo realizado por Meyer e Taylor (1986), procurou analisar essas estratégias de *coping* utilizadas pelas vítimas/sobreviventes de violação. Algumas dessas estratégias são consideradas como benéficas outras como prejudiciais. Burgess and Holmstrom (1979 cit. por Meyer & Taylor, 1986), consideram como estratégias benéficas: 1) a explicação – identificação de razões para a violação ter sucedido; 2) a supressão – fazer um esforço consciente para não pensar na violação; 3) acção – manter-se ocupada, mudar de emprego, ou mudar-se); 4) e redução do estresse - usar técnicas específicas de meditação; e como estratégias prejudiciais: 1) diminuição da actividade; 2) isolamento; e 3) abuso de substâncias tóxicas.

Estudos realizados por Janoff-Bulman (1979, cit. por Meyer & Taylor, 1986), referem que a culpabilidade é uma das estratégias utilizadas pelas vítimas sobreviventes

---

e distinguem entre culpabilidade comportamental e culpabilidade caracterológica, no primeiro caso a mulher considera-se responsável pela violação e passa a modificar alguns dos seus comportamentos (ex: fechar a porta à chave, não pedir boleia), no segundo caso a mulher culpabiliza o seu carácter (ex. “eu confio demais nas pessoas”, “eu sou má pessoa”), assim, enquanto que no primeiro caso os autores consideravam uma estratégia de *coping* benéfica, visto que dava o sentimento de controlo à mulher, no segundo os autores consideravam ser uma estratégia de *coping* prejudicial, porque faz com que as mulheres sintam que a violação foi merecida.

No entanto, o estudo posteriormente realizado por Meyer e Taylor (1986), apesar de confirmar que a maioria das vítimas/sobreviventes de violação apresentam índices elevados de culpabilidade (quer comportamental, quer caracterológica) - cerca de 50% das mulheres - não confirma a ideia de que a culpabilidade, seja ela qual for, possa ser benéfica para as mulheres violadas. A culpabilidade é vista como estando associada a sentimentos de insatisfação, sintomas de depressão e medos intensos. Apenas a culpabilização da sociedade é encarada como positiva para o processo de recuperação das mulheres violadas, quando estas tentam encontrar uma razão para a violação.

Com este último estudo, podemos registar que a culpabilidade não é uma resposta saudável ao processo de recuperação das mulheres violadas e, como tal, as intervenções junto dessas sobreviventes devem desencorajar a culpabilização das próprias.

Contudo, não se sabe porque é que os índices de culpabilidade são tão elevados nas mulheres violadas, quando elas são vítimas/sobreviventes de um crime. Brownmiller (1975) considera que este facto se deve à socialização que é feita às mulheres, uma socialização para serem vítimas e que as leva a aceitarem a responsabilidade dos eventos que as vitimam.

Muitas sobreviventes de experiências traumáticas passam por um processo de recuperação que se constitui por etapas. Estas etapas funcionam apenas como linhas gerais de orientação, pois esse processo depende das circunstâncias da violação e de

---

outros assuntos específicos relacionados com a experiência individual da sobrevivente. É bastante importante para as sobreviventes perceberem que sentirem raiva é "normal" e estarem preparadas para o evoluir dos seus sentimentos ao longo do tempo.

As primeiras três a seis semanas a seguir à violação é a **fase aguda** da crise, na qual, a comoção nervosa, os pesadelos, os *flashbacks* e outras reacções emocionais intensas são praticamente, comuns. Após esta fase aguda, as sobreviventes podem começar a sentir uma diminuição dos sintomas experienciados anteriormente. Esta fase é usualmente denominada **fase da repressão** e geralmente tem a duração aproximada de um a dois anos. Pode ser interrompida por períodos de sintomas típicos da fase aguda, normalmente despertados por situações/acontecimentos relacionados com a violação. Uma sobrevivente pode ter sintomas da fase aguda devido ao aniversário de uma determinada data, mudanças na sua vida ou outros acontecimentos específicos (Diamond & Robbins, 1997).

A fase de **integração** pode começar com um período relativamente breve de *flashbacks* ou outros sintomas da fase aguda, por vezes experienciados de uma forma ainda mais intensa do que na primeira fase. As sobreviventes, os seus familiares e amigos podem pensar que há algo de errado com elas - que andam para a frente e para trás e que nunca vão ultrapassar os problemas e reconquistar o controlo das suas vidas. É importante lembrar-lhes que a fase da integração é comumente precedida por esses períodos, que fazem parte do processo de recuperação e do seu avanço (Diamond & Robbins, 1997).

As reacções dos outros quando as vítimas/sobreviventes revelam que foram violadas têm, também, um impacto importante no processo de recuperação dessas mulheres. O estudo realizado por Sarah Ullman (1996) procurou analisar uma variedade de reacções sociais, positivas e negativas, por parte das redes naturais das vítimas/sobreviventes. Nessa análise verificou que as reacções negativas, tais como, culpabilizar as mulheres, tratá-las de forma diferente e controlar as suas decisões, têm um impacto negativo no seu processo de recuperação e nos sintomas psicológicos, mesmo a longo prazo. E as reacções positivas, tais como, acreditar nas mulheres, ouvi-

---

las e permitir-lhes que expressem os seus sentimentos, facilitam o processo de recuperação e os sintomas psicológicos são menores (Ullman, 1996).

Os resultados do estudo referido confirmam os resultados anteriormente encontrados por Davis, Brickman & Baker (1991), no qual as suas principais conclusões apontam para a necessidade daqueles que são próximos das mulheres violadas receberem informação específica sobre os comportamentos que serão mais adequados ao processo de recuperação das mulheres. Neste sentido os autores avançam que pode ser útil, nalguns casos, envolver os outros significativos das mulheres em processo de apoio específico.

Os resultados dos estudos, anteriormente referidos, demonstram a necessidade de educar os membros das redes naturais de suporte das vítimas/sobreviventes sobre as reacções sociais que ajudam e aceleram o processo de recuperação das mulheres violadas. A vitimização secundária das mulheres violadas pode ser reduzida aumentando-se a consciencialização das redes naturais e formais de suporte acerca dos efeitos das suas respostas nessas mulheres. Nesse sentido, as sequelas da violação poderão ser reduzidas, para que as mulheres mais facilmente continuem as suas vidas livres do estigma da violação.

A maioria das vítimas/sobreviventes de violação não revela que foi violada às redes formais de ajuda, como os hospitais, a polícia e outras instituições de ajuda, apenas 2% a 20% o fazem<sup>17</sup>. Pelo contrário, a maioria das mulheres prefere revelar aos amigos e família, entre 59% a 91% e o apoio dos amigos e da família é considerado mais eficaz do que o apoio da rede formal<sup>18</sup>. A eficácia das redes naturais de suporte relativamente às redes formais é, também, referida por Monteiro (2000) no seu estudo sobre mulheres sobreviventes de violência doméstica e por Hoff (1990). De facto, os resultados de ambos os estudos revelam que as respostas da rede formal eram praticamente inexistentes.

---

<sup>17</sup> Binder, 1981; Brickman & Briere, 1984; George et al., 1992; Golding et al., 1989; Kos, Dinero, Seibel, & Cox, 1988; Russell, 1982 cit. por Ahrens & Campbell, 2000, e Ullman, 1996

<sup>18</sup> George et al., 1992; Golding et al., 1989 cit. por Ahrens & Campbell, 2000, e Ullman, 1996

---

Uma investigação realizada por Ahrens & Campbell (2000) sobre a reacção dos amigos das vítimas/sobreviventes verificou que estes, na sua grande maioria, não sentiam dificuldades em saber como ajudar as mulheres violadas, a maioria sentia que poderia ajudar, no entanto, sentiam-se revoltados e preocupados com a segurança das vítimas/sobreviventes. Esta imagem positiva não foi, contudo, comum a todos os sujeitos em estudo. Os autores encontraram, a nível das reacções dos amigos das mulheres violadas, três padrões: a) os amigos compreendem o impacto devastador da violação, não se sentem estressados com a situação e consideram que houve uma melhoria na relação de amizade; b) os amigos não consideram que as reacções das vítimas/sobreviventes sejam despropositadas, não se sentem perturbados e sentem-se capazes de ajudar as sobreviventes a recuperar, no entanto, não consideram que tenham ocorrido mudanças positivas ou negativas ao nível da relação de amizade; c) os amigos revelam estresse, incapacidade e sentem que a relação de amizade piorou, pois muitos optaram por evitar ou acabar com a relação de amizade, esta situação é uma experiência negativa quer para a vítima/sobrevivente quer para os amigos.

Importa, no entanto, realçar que no estudo anteriormente referido a maioria dos amigos enquadrou-se no padrão de resposta mais positivo. Ou seja, os resultados encontrados indicam que os amigos acreditam que podem apoiar positivamente as sobreviventes de violação nos seus processos de recuperação, mas alguns podem necessitar de apoio e orientação durante esse processo.

Concluindo, os processos de recuperação das sobreviventes de violação podem beneficiar se os outros, com quem contactam, estiverem aptos a dar o apoio necessário e as respostas adequadas às suas necessidades e isso poderá ser alcançado através de programas de educação, que ajudarão as vítimas/sobreviventes e os seus outros significativos a ultrapassarem esses momentos difíceis.

Monica Thompson (2000), num estudo realizado sobre o processo de recuperação de mulheres violadas, apresenta dados que indicam que as mulheres violadas conseguem apresentar resultados positivos em consequência da violação e do

---

seu processo de recuperação. Neste sentido a autora encontrou sete temas dominantes e 4 sub-temas, referidos pelas mulheres.

O primeiro destes temas remete para a conceptualização da relação entre vítima e sobrevivente. Estes termos têm uma conotação muito importante para as mulheres entrevistadas no estudo de Monica Thompson. O termo “sobrevivente” evoca a imagem de uma pessoa que possui características que as mulheres percebem como positiva, forte, recuperada, que ultrapassou a violação. Pelo contrário, o termo “vítima” é visto negativamente e associado a características como, fraca, sem poder, vulnerável e que ainda está afectada pela violação. Neste estudo todas as mulheres se consideravam “vítimas” no momento da violação mas com o passar do tempo, vêm-se mais distantes deste conceito. Parece que o estatuto de “vítima” era sentido como apropriado no momento da violação porque ser vítima implicava não ter culpa e responsabilidade pelo facto, mas a longo termo este estatuto torna-se indesejado, pois este estatuto desperta nos outros respostas negativas, como a pena, ou serem olhadas como fracas e não como sobreviventes. Não obstante, a maioria as mulheres utilizava ambos os termos (vítima e sobrevivente) para se descreverem a elas próprias (Thompson, 2000).

O outro tema relaciona-se com o processo transformação de vítima em sobrevivente, este processo é visto como uma viagem, que metaforicamente as vai distanciando da violação. As mulheres indicam que no início da viagem são vítimas e, no final dessa viagem são sobreviventes, porém, este processo não é linear. Para se tornarem sobreviventes as mulheres têm de ultrapassar o trauma da violação, para algumas isto é feito gradualmente e, nesse sentido, as mulheres lidam com os mecanismos que dispõem. Este não é um processo pacífico, as mulheres envolvem-se activamente nele, embora muitas não tenham consciência desse facto durante o processo, mas quando atingem o estatuto de sobrevivente reconhecem a viagem que fizeram e como realizaram esse processo. Neste processo as mulheres indicam que se produziram mudanças ao nível emocional, cognitivo e espiritual, que são vistas como positivas. Por exemplo, as mulheres referem perceberem-se de uma forma mais positiva após o processo de recuperação do que antes da violação (Thompson, 2000).

O terceiro tema tem a ver com bloqueios em relação a determinados sentimentos e memórias relacionados com a violação, estes são uma estratégia que a maioria das mulheres violadas usam para lidarem com sentimentos dolorosos, este tipo de estratégia não é passiva e é consciente (Thompson, 2000).

O quarto tema tem a ver com o poder e neste sentido muitas mulheres indicam ter sofrido mudanças quer físicas quer psicológicas, por exemplo uma mulher participante neste estudo refere:

*« I made myself tough. Survival means making yourself tough. I was cunning ... I was innocent and charming to everybody so I thought to myself I am going to make myself tough, I am going to make myself fat and I am going to make myself ugly. I deliberately put on weight to make myself look ugly... I once saw Diana Dors on the telly and she was treating her man very tough and I was watching a "carry-on" film with Hattie Jacques and I noticed she was treating her man tough and I said I wish I was like that, I have never been as fat as that. And I wished I was fat and could handle men like they could and so I started eating and making myself fat ... Men don't look at you in the sexual sense as they do if you are nice and slim and dainty and really cute, you know what I Mean? (Thompson, 2000, pp. 334).»*

O quinto tema refere-se à perda, apesar de todas as mulheres referirem mudanças necessárias e positivas após a violação, algumas referem terem sofrido algumas experiências de perda, como por exemplo, de algumas relações de amizade e atribuem esse facto às suas mudanças psicológicas e físicas. Apesar dessas perdas as mulheres sublinham, mesmo assim, terem ganho mais do que perderam, como por exemplo, ao nível das mudanças das suas personalidades (Thompson, 2000).

O sexto tema refere-se às técnicas do “empowerment<sup>19</sup>” e neste caso quatro sub-temas surgem como estratégias utilizadas pelas participantes no processo de recuperação da violação: 1) Comparações positivas – Pensarem ou saberem que as suas experiências de violação poderiam ter sido piores, parece ajudar as mulheres a sentirem-se melhor com as suas experiências; 2) “Vencer a guerra” – Utilizando uma metáfora, em que as mulheres ganham uma batalha contra o violador porque não deixam que ele atinja o seu objectivo, o de as fazer sentirem-se indefesas; 3) Validação dos relatos – Não se deixarem envolver ou intimidar pelas histórias do violador que são

---

<sup>19</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

---

contraditórias das suas; 4) Falar com os outros – é vista pelas mulheres como uma estratégia muito importante no processo transformação de vítima em sobrevivente, especialmente quando essa partilha dos acontecimentos é feito com mulheres que passaram pela mesma experiência ou com pessoas que têm uma postura neutra (isto é, sem julgamentos de valor), pois normaliza o sentimento de culpabilidade e dá “*empowerment*” a essas mulheres. A teoria feminista argumenta que falar da violação e quebrar o silêncio pode ser muito importante como contributo para o processo de recuperação das mulheres violadas (Thompson, 2000).

O sétimo e último tema refere-se aos mitos da violação<sup>20</sup> e a seus efeitos nos processos de recuperação da mulheres violadas (Thompson, 2000).

O estudo referido, anteriormente, não procura apresentar um novo discurso sobre o modo como se “comportam” as mulheres que foram violadas e até onde poderão chegar nos seus processos de recuperação ou apresentar uma atitude de apoio ao crime de violação, muito pelo contrário, procura antes demonstrar que as mulheres podem atingir resultados positivos nos seus processos de recuperação. O conhecimento de que isso é possível é um factor positivo não só para as próprias mulheres violadas (promovendo o “*empowerment*”) como também para as pessoas que lidam com elas.

## 2.6. Mitos Sobre a Violação

Muitas das ideias erradas sobre a realidade da violação servem o propósito da desreponsabilização do violador e levam a que muitas sobreviventes que interiorizam essas ideias, mitos, acabem por se sentir responsáveis pelo que lhes aconteceu.

Os mitos da violação são criados e defendidos com o objectivo de salvaguardarem o papel masculino, esquecendo que as mulheres são seres humanos com direito a terem, também, controle da sua vida e das suas decisões. De acordo com Teresa Rocha e Margarida Vieira o entendimento e conhecimento desta mitologia é

---

<sup>20</sup> Ver capítulo sobre os mitos da violação.

---

preponderante porque: "a) influencia as reacções das vítimas, b) influencia as reacções dos outros em relação à vítima e, conseqüentemente, c) intensificam as dificuldades de recuperação da vítima" (Rocha & Vieira, 1990, p.180).

Burt (1980) realizou um dos primeiros trabalhos sobre os mitos da violação, onde o autor define mitos como "prejudicial, stereotyped, or false beliefs about rape, rape victims, and rapists" (Lonsway & Fitzgerald, 1995, p. 704). O mesmo investigador (1994, citado por Lonsway & Fitzgerald, 1995) fez, recentemente, uma revisão teórica do tema e propôs uma outra definição para os mitos da violação: "attitudes and beliefs that are generally false but widely and persistently held, and that serve to deny and justify male sexual aggression against women" (Lonsway & Fitzgerald, 1995, p. 704).

As autoras, Teresa Rocha e Margarida Vieira (1990), consideram dois tipos de mitos, mitos em relação à vítima/sobrevivente e mitos em relação ao violador:

a) Mitos em relação à vítima/sobrevivente

**Mito:** a violação é impossível se a mulher lutar.

**Facto:** muitos dos actos de violação são acompanhados de ameaças de violência e/ou morte, com o uso de armas e, muitas vezes, a violação é praticada por mais de um violador.

**Mito:** as mulheres fantasiavam acerca da violação e desejam ser violadas.

**Facto:** esta crença foi encorajada por livros e filmes que oferecem cenas de crueldade de homens para com mulheres contra sua vontade e, na ficção, elas mostram que sentem prazer, ou seja, é uma ficção sem ligação com a realidade, pois as mulheres podem ter fantasias eróticas, o que não significa que tenham de ser fantasias de violação.

**Mito:** a mulher provoca a violação através de comportamentos ousados, vestidos provocantes, andando até tarde na rua, etc., pelo que só as mulheres "más" são violadas.

**Facto:** todas as mulheres são potenciais vítimas de violação, independentemente da idade, da raça e estatuto sócio-económico.

**Mito:** as mulheres acusam os homens de violação numa tentativa de os controlarem ou ofenderem.

**Facto:** não são muitas as mulheres que acusam os homens de violação. As estatísticas do FBI (1974, citado por Rocha & Vieira, 1990) mostraram que apenas 1 em 10 mulheres participava a violação à polícia. As mulheres decidem não revelar o crime por medo das reacções dos outros e porque sabem que têm poucas possibilidades de ganhar o processo legal.

**Mito:** a maior parte das denúncias de violação são falsas.

**Facto:** num estudo feito pela New York Police Force nos anos 70 (citado por Rocha & Vieira, 1990), concluiu-se que a percentagem de alegações falsas de violação é exactamente a mesma do que para os outros crimes (2%) (Rocha e Vieira, 1990).

Kelly e Regan (2001) acrescentam mais dois mitos sobre as mulheres violadas:

**Mito:** todas as mulheres reagem às violações da mesma forma

**Facto:** existem mulheres que reagem à violação de forma controlada; e mulheres que ficam muito estressadas e descontroladas, e existe ainda a imensidão de reacções à violação que são variações entre estes extremos.

**Mito:** se as mulheres não reagirem não é violação.

**Facto:** este mito ignora o facto de existirem várias reacções ao medo e às ameaças.

b) Mitos em relação ao violador

**Mito:** o violador está mentalmente perturbado.

**Facto:** estudos americanos mostram que na generalidade não existem diferenças psicológicas entre violadores e não violadores.

**Mito:** os violadores têm necessidade de contactos e de gratificação sexual, sendo o crime provocado por um impulso sexual incontrolável.

---

**Facto:** determinados estudos revelam que os violadores têm geralmente acesso regular a uma parceira sexual e, a maior parte deles, têm vidas perfeitamente normais e a maioria das violações são planeadas (80% dos violadores planeiam o crime).

**Mito:** os violadores são sempre estranhos.

**Facto:** cerca de metade das vítimas conhecem os violadores, geralmente, essas mulheres são da mesma comunidade, escola, local de trabalho, local de habitação ou, ainda, da mesma família. Segundo Allison e Wrightsman (1993) apontam que apenas 15% das violações são realizadas por estranhos, o que significa que este tipo de violação está longe de ser o mais comum.

**Mito:** a maior parte das violações dão-se entre raças diferentes (homens negros que violam mulheres brancas).

**Facto:** não existem estatísticas que comprovem esta ideia.

Outras autoras referem, ainda, mitos relacionados com o contexto da violação:

**Mito:** as violações acontecem à noite, na rua e envolvem sempre armas:

**Facto:** a maioria das violações ocorrem em casa, acontecem a qualquer hora e muitas violações envolvem o uso de estratégias de poder, controlo e ameaças. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos concluiu que apenas em 30% das violações são utilizadas armas. Esta percentagem é baseada nas violações denunciadas e considerando que as violações mais violentas têm mais probabilidades de ser denunciadas, podemos supor que, na realidade, a percentagem de violações em que é utilizada uma arma é ainda menor (Allison e Wrightsman, 1993).

**Mito:** das violações resultam sempre ferimentos.

**Facto:** apenas ¼ dos casos denunciados apresentam evidências externas claras e uma percentagem idêntica de lesões internas (Kelly, & Regan, 2001).

---

**Mito:** ser violada é pior do que ser assassinada.

**Facto:** este mito nega duas realidades: 1) o facto da violação ser um crime comum e 2) a maioria das mulheres escolhe sobreviver (Kelly, & Regan, 2001).

Os trabalhos realizados por Burt (1980) concluíram que a aceitação dos mitos da violação está fortemente relacionada com as crenças sexuais, com a tolerância à violência interpessoal, e com os estereótipos sexuais (Lonsway e Fitzgerald, 1995).

Allison & Wrightsman (1993), referem que Burt (1980) no seu trabalho verificou que as pessoas que acreditam nos mitos sobre a violação desenvolveram uma ideologia, constituída por valores e crenças que encoraja a aceitação desses mitos. Entre os aspectos dessa ideologia destacam-se os seguintes:

1. Conservadorismo Sexual – o ênfase aqui é dado às restrições associadas aos parceiros sexuais, aos actos sexuais e às circunstâncias em que ocorre a actividade sexual, visto que a violação viola muitos destes aspectos, uma pessoa que acredite no conservadorismo sexual não dará a devida importância à coerção e à força usada na violação e condenará a vítima/sobrevivente por participar nesses actos;
2. Crenças sexuais adversas - refere-se à ideia de que as relações sexuais se centram numa atitude de exploração de ambas as partes envolvidas, nesse sentido para as pessoas que advogam esta teoria, a violação parece-lhes um continuo dessa exploração, mas não uma situação inesperada e horrível, que justifique o seu apoio ou suporte;
3. Aceitação da violência Interpessoal – representa a crença de que a força e a coerção são formas legítimas de obter concordância e que são legítimas nas relações sexuais, como tal esta ideologia aprova o domínio do homem sobre a mulher;
4. Estereótipos dos papéis sexuais – considera que cada género tem de assumir determinados papéis e deste modo, especialmente as mulheres que são vistas como tendo um papel inferior e passivo.

---

Alguns dos mitos anteriormente referenciados estão de certa forma disseminados nas leis e, virtualmente, afectam o modo como os outros indivíduos respondem às mulheres violadas e são muitas vezes usados por advogados e juízes nos tribunais.

A este propósito, Sousa, Mateus e Lopes (1993, pp. 152) referem “Mitos como: se a mulher provoca e deixa as coisas andar é culpada se o parceiro a forçar a ter relações ainda fazem vacilar os decisores independentemente do seu grau de peritagem...”. Isto porque, frequentemente, o processamento de informação é dirigido pelas concepções do indivíduo e não pelos dados da situação (Sousa, Mateus, & Lopes, 1993).

Bohner et al. (1998) realizaram uma investigação com o objectivo de saber, numa amostra de homens, a relação existente entre a aceitação dos mitos da violação e a propensão ou tendência para violar e verificaram que essa correlação é significativamente elevada, isto é, a aceitação dos mitos associados à violação têm uma influência causal na propensão para violação nos homens. No entanto, existem muitos outros factores na etiologia da violência sexual (Bohner, Reinhard, Rutz, Sturm, Kerschbaum, & Effler, 1998).

Muitos autores, com uma abordagem feminista da violação, corroboram esta ideia, defendendo que a violação é suportada por crenças que encorajam a dominação social e económica dos homens sobre as mulheres e a aceitação dos mitos sobre a violação ajuda a suportar essas crenças (Amir, 1971; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Donatand & D’Emilio, 1992; Feild, 1978; Malamuth, 1981; Sanday, 1981; Sorenson & White, 1992; citado por, Costin, & Kaptanoglu, 1993).

Com base na interiorização destes mitos sobre a violação, muitos indivíduos atribuem às vítimas/sobreviventes a culpa ou a responsabilidade pela sua própria violação. Num estudo realizado por Kanekar e Nazareth (1988) sobre a responsabilidade atribuída às vítimas/sobreviventes de violação, verificou-se que uma sobrevivente que se encontra fisicamente mais magoada ou emocionalmente mais perturbada, desperta mais empatia à da maioria dos indivíduos. Estes dois factos (fisicamente mais magoada e/ou emocionalmente mais perturbada) irão minimizar a ideia de existência de

consentimento por parte da mulher, o que em consequência irá diminuir a culpa atribuída à vítima/sobrevivente pela sua própria violação e irá aumentar a recomendação da pena para o violador. Estes julgamentos de valor partem do mito que considera que “a violação é impossível se a mulher lutar”.

## 2.7. Prevalência e incidência da violação: estatísticas

Nos Estados Unidos são muitos os estudos e investigações que demonstram que a violação não é um crime raro. Segundo Diana Russel, em cada três minutos uma mulher é violada nos E.U.A., uma em cada quatro irá tornar-se vítima/sobrevivente de violação ao longo da sua vida e uma em cada duas mulheres irá tornar-se vítima/sobrevivente de uma tentativa de violação (Alexander, 1990).

De acordo com o F.B.I.<sup>21</sup> (que geralmente aponta números menores que a realidade) estima-se que uma em cada três mulheres nascida nos meados dos anos setenta será violada durante a sua vida (Alexander, 1990).

As tabelas seguintes indicam o numero de violações denunciadas ao Massachusetts Department of Public Health (DPH), de Agosto de 1983 a Abril de 1986.

| <b>Ano da Denuncia</b> | <b>Frequência</b> | <b>Percentagem</b> |
|------------------------|-------------------|--------------------|
| 1983                   | 164               | 3%                 |
| 1984                   | 2048              | 37%                |
| 1985                   | 2600              | 47%                |
| 1986                   | 721               | 13%                |
| <b>TOTAL</b>           | <b>5533</b>       | <b>100%</b>        |

**Fonte:** Alexander, K. & Waldron, C. (1990). *The Realities of Rape*. In E. Crespo & C. Waldron (eds.), *Reclaiming Our Lives*. (pp. 15- 31). Massachusetts: Department of Public Health.

<sup>21</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X

<sup>22</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

Analisando os dados da tabela, verificamos que houve um aumento bastante considerável de denúncias de 1983 para 1984, um aumento de 34%; de 1984 para 1985 esse aumento é de 10%; e, por fim, uma diminuição em 34% de denúncias.

Na Europa os dados que nos chegam foram compilados por um estudo realizado por Liz Kelly e Linda Regan (2001). Estas autoras referem os dados sobre a violação publicados pelo Conselho da Europa, em 1999, através do Sourcebook on Crime and Criminal Justice Statistics, dados que apresentamos na tabela seguinte.

| País            | 1990 | 1991 | 1992 | 1993       | 1994       | 1995       | 1996       | % mudança |
|-----------------|------|------|------|------------|------------|------------|------------|-----------|
| Albânia         | -    | 3.3  | -    | 4.9        | 4.7        | 3.0        | 3.0        | -         |
| Áustria         | 7.6  | 7.1  | 7.8  | 7.5        | 7.6        | 7.1        | 6.4        | -15       |
| Bélgica         | -    | -    | -    | -          | 8.3        | 11.3       | 12.5       | -         |
| Bulgária        | 4.6  | 8.6  | 8.9  | 9.5        | 8.7        | 9.0        | 7.5        | 61        |
| Croácia         | 3.4  | 2.6  | 2.3  | 3.1        | 2.0        | 1.7        | 2.0        | -41       |
| Chipre          | 0.4  | 1.2  | 1.4  | 1.1        | 2.1        | 2.3        | 2.0        | 361       |
| Republica Checa | 8.6  | 7.4  | 6.9  | 7.4        | 7.1        | 7.0        | 6.6        | -24       |
| Dinamarca       | 9.5  | 10.3 | 10.8 | 9.6        | 9.2        | 8.4        | 7.4        | -22       |
| Estónia         | 3.4  | 3.9  | 4.7  | 6.9        | 8.3        | 6.9        | 6.5        | 92        |
| Finlândia       | 7.6  | 7.5  | 7.3  | 7.2        | 7.6        | 8.7        | 7.7        | 1         |
| França          | 8.1  | 8.9  | 9.3  | 9.7        | 11.3       | 12.6       | 12.3       | 52        |
| Alemanha        | 8.1  | 7.3  | 7.8  | 7.9        | 7.5        | 7.6        | 7.6        | -6        |
| Grécia          | 1.9  | 2.4  | 2.7  | 2.6        | 2.5        | 2.2        | 1.7        | -8        |
| Hungria         | 4.5  | 4.5  | 4.2  | 4.0        | 4.2        | 4.1        | 4.1        | -9        |
| Irlanda         | 2.5  | 3.1  | 3.6  | 4.0        | 5.1        | 5.3        | 5.0        | 97        |
| Itália          | 1.2  | 1.3  | 1.4  | 1.5        | 1.5        | 1.7        | 2.0        | 67        |
| Letónia         | 5.0  | 6.0  | 4.7  | 5.0        | 5.1        | 6.3        | 5.3        | 5         |
| Luxemburgo      | 7.3  | 6.7  | 5.1  | 5.3        | 6.5        | 8.8        | 9.9        | 35        |
| Malta           | 1.1  | 1.4  | 1.4  | 1.4        | 1.1        | 1.3        | 2.9        | 160       |
| Moldava         | 8.0  | 7.8  | 6.5  | 6.7        | 6.0        | 5.2        | 6.2        | -23       |
| Países Baixos   | 8.9  | 8.9  | 8.9  | 9.8        | 10.0       | 9.1        | 9.2        | 3         |
| Noruega         | -    | 9.0  | 10.0 | 9.2        | 8.4        | 8.5        | 9.7        | -         |
| Polónia         | 5.0  | 5.3  | 5.2  | 5.4        | 5.7        | 6.1        | 5.4        | 8         |
| <b>Portugal</b> | -    | -    | -    | <b>4.9</b> | <b>5.0</b> | <b>5.4</b> | <b>5.0</b> | -         |
| Roménia         | 4.2  | 5.3  | 4.7  | 6.2        | 6.1        | 6.5        | 6.0        | 45        |
| Rússia          | 10.1 | 9.5  | 9.2  | 9.7        | 9.4        | 8.4        | 1.3        | -87       |
| Eslovénia       | 7.1  | 6.8  | 7.1  | 6.8        | 6.1        | 6.2        | 5.3        | -25       |
| Espanha         | 4.6  | 5.0  | 4.1  | 4.0        | 4.1        | -          | -          | -         |
| Suíça           | 6.3  | 4.8  | 4.5  | 4.8        | 3.9        | 4.2        | 4.8        | -24       |
| Suécia          | 16.5 | 17.0 | 19.5 | 24.7       | 20.6       | 19.3       | 18.2       | 10        |

|                            |     |     |     |      |      |      |      |     |
|----------------------------|-----|-----|-----|------|------|------|------|-----|
| Macedónia                  | 2.7 | 2.0 | 2.1 | 2.0  | 2.1  | 2.7  | 2.6  | -1  |
| Turquia                    | -   | -   | 0.6 | 0.9  | 1.0  | 1.1  | 1.3  | -   |
| Reino Unido                |     |     |     |      |      |      |      |     |
| Inglaterra e País de Gales | 6.7 | 7.9 | 8.1 | 8.9  | 9.8  | 9.6  | 11.1 | 66  |
| Irlanda do Norte           | 7.9 | 9.8 | 9.7 | 12.1 | 13.0 | 16.1 | 18.1 | 129 |
| Escócia                    | 6.5 | 6.3 | 6.9 | 6.7  | 7.7  | 7.9  | 8.7  | 34  |

Fonte: Sourcebook on Crime and Criminal Justice Statistics, Council of Europe (1999).

Ao analisarmos a tabela 3 podemos verificar que existe um aumento gradual nas denúncias de violação nalguns dos países, nomeadamente, França, Itália, Turquia e Reino Unido. Alguns dos países apresentam variações nas denúncias de ano para ano, países como: Bulgária, Chipre, Estónia; Irlanda, Latvia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Polónia, Portugal e Roménia. Outros países apresentam uma diminuição do número de denúncias: Croácia, Czech, Dinamarca, Alemanha, Hungria; Lituânia, Moldava, Rússia, Eslovénia e Espanha. E, por fim, existem alguns países que apresentam variações inconsistentes, e são eles: Albânia, Áustria; Finlândia; Grécia, Macedónia; Noruega; Suécia e Suíça.

De acordo com Liz Kelly e Linda Regan (2001), sabe-se, ainda, muito pouco sobre o que faz aumentar, e muito menos reduzir, o índice de denúncias. O aumento do índice de denúncias tem sido associado a uma série de factores, estando estes interligados e são: 1) o facto de se ter quebrado o tabu e de se permitir às mulheres falarem abertamente sobre a violação e as agressões sexuais; 2) mudanças a nível institucional nos sistemas policiais e de justiça; 3) novas formas de dar apoio, como as linhas telefónicas e os projectos de apoio às mulheres; 4) aumento da consciência pública sobre estes assuntos; e um trabalho feito pelos média que corrobora esta mudança de atitudes.

Verifica-se também, na análise da tabela 3, que a Suécia tem níveis bastante mais elevados de denúncias que os outros países. As possíveis explicações para tal podem ser: 1) porque as mulheres da Suécia tendem a considerar o sexo não desejado como violação e denunciam-no à polícia; 2) porque a polícia da Suécia pode ser mais eficaz ao receber estas denúncias (Kelly & Regan, 2001). É importante recordar que estas explicações são para os índices de denúncias e não para a incidência do crime.

Ainda através da análise da mesma tabela podemos observar que existem, também, alguns países que estão acima ou abaixo da média europeia que se situa entre 6.0 – 6.6. A cima da média estão países como: Áustria, Bélgica; Dinamarca; Finlândia; França; Alemanha; Holanda; Noruega; Rússia; Suécia; e o Reino Unido. Com a exceção da Rússia, todos estes países são Ocidentais, o que significa que a violação tem sido politizada e publicitada pelo movimentos das mulheres e onde novos apoios e mudanças institucionais têm surgido (ainda que com algumas diferenças entre estes vários países). A baixo da média, encontram-se países como: Albânia; Croácia; Chipre; Grécia; Hungria; Irlanda; Macedónia; Malta; Espanha a Turquia. Não existe um factor que relacione todos estes países, mas ou têm uma tradição católica muito forte e/ou uma cultura baseada na honra<sup>23</sup>. Em muitos deles, embora não em todos, o movimento das mulheres tem, até muito recentemente, sido bastante fraco e não tem havido desenvolvimentos quer ao nível dos serviços de apoio, quer ao nível das mudanças institucionais (Kelly & Regan, 2001).

Em Portugal o inquérito “Violência Contra as Mulheres”, realizado em 1995, no âmbito de um protocolo celebrado entre a Universidade Nova de Lisboa e a Comissão Para a Igualdade e para os Direitos da Mulheres, (Lourenço, Lisboa e Pais, 1997) refere que 254 mulheres inquiridas indicaram terem sofrido alguns tipos de violência sexual, a maioria das mulheres refere, ainda, ter sofrido mais do que um acto (n = 144). Destas mulheres apenas seis respondem terem sido vitimas/sobreviventes de violação ou tentativa de violação.

Num inquérito de vitimação realizado em 1992 pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, das 6348 mulheres inquiridas com mais de 16 anos, nem uma única mulher admitiu ter sido vítima de violação. Como já referimos anteriormente este método de recolha de dados não nos parece adequado para estudar

---

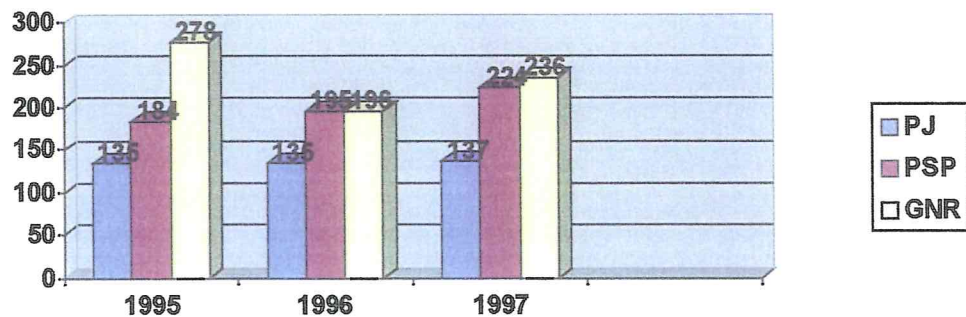
<sup>23</sup> “Todas as sociedades têm regras de conduta: na realidade, os termos «sociedade» e «regulamentos sociais» são coextensivos. Todas as sociedades sancionam as suas regras de conduta, recompensando os que lhes obedecem e punindo os que delas se afastam. Honra e vergonha são valorizações sociais e partilham portanto da natureza de sanções sociais (...) Honra e vergonha são dois pólos de uma valorização. São o reflexo da personalidade social no espelho dos ideais sociais.” (Peristiany, 1965, p. 3) A noção de honra é algo mais do que uma forma aprovação ou reprovação. Possui uma estrutura geral que se revela nas instituições e juízos de valor tradicionais de cada cultura.” (Peristiany, 1965, p. 13).

um fenómeno tão complexo como a violação. A comprová-lo está o facto de este ser o único crime em que resultados oficiais são superiores aos reportados pelas mulheres. Nesse mesmo ano, o Ministério da Justiça (MJ<sup>24</sup>) revelou a existência de 257 arguidos, dos quais foram condenados 234 por crimes de violação e atentado ao pudor (Costa & Alves, 1999).

Muitas mulheres ao analisarem a suas experiências sexuais, responderão afirmativamente se lhes perguntarmos “Alguns vez teve sexo com um homem quando não queria, porque foi forçada?” mas ao mesmo tempo poderão responder com um firme “não” se lhes perguntarmos “Alguns vez foi violada?”.

Relativamente aos crimes de violação registados pelas autoridades portuguesas podemos observar a evolução entre 1995 e 1997 através dos gráficos em seguida apresentados (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Crimes de Violação Registados/Suspeitos Identificados



Podemos constatar, sem avançarmos com explicações para estes dados, que ao nível da Polícia Judiciária (PJ<sup>25</sup>) a evolução do número de casos foi mínimo, foi ao nível da Polícia de Segurança Pública (PSP<sup>26</sup>) que os valores sofreram um aumento considerável e no que diz respeito à Guarda Nacional Republicana (GNR<sup>27</sup>), que os dados sofreram uma diminuição de 1995 para 1996 e depois um ligeiro aumento de 1996 para 1997, ficando ainda aquém dos valores de 1995.

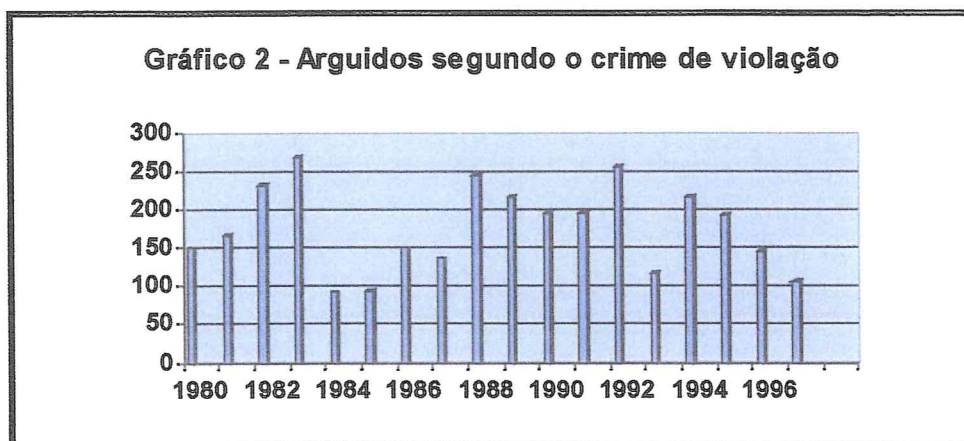
<sup>24</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

<sup>25</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

<sup>26</sup> Idem

<sup>27</sup> Idem

Uma análise mais longa no tempo, também, não nos elucidada sobre os possíveis motivos que fazem com que existam estas oscilações nos valores relativamente ao crime de violação, como é observável no gráfico seguinte (gráfico 2).



No ano de 1999 verificamos que o número de arguidos nos crimes contra a liberdade e auto determinação sexual, se distribui da seguinte forma: violação simples e agravada – 72 arguidos; violação com abuso de autoridade simples e agravada – 3 arguidos; coacção, abuso e fraude sexual – 38 arguidos; coacção sexual com abuso de autoridade simples e agravada – 3 arguidos; tráfico de pessoas e lenocínio – 7 arguidos; lenocínio e tráfico de menores – 3 arguidos; abuso sexual de crianças, de adolescentes e dependentes – 95 arguidos ; actos sexuais e homossexuais com adolescentes – 2 arguidos. Perfazendo um total de 223 arguidos ao nível dos crimes contra a liberdade e auto determinação sexual ( Dados fornecidos pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (GEPMJ<sup>28</sup>), cit. por Canço & Castro, 2001)

Relativamente ao ano passado (2000), os dados sobre o crime de violação que nos chegam através do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (GPLPMJ<sup>29</sup>) estão divididos da seguinte forma: 1) crimes de violação registados pelas autoridades policiais no ano 2000; 2) condenados, segundo as penas e medidas aplicadas, por crimes de violação no ano 2000, e; 3) condenados segundo o sexo, a

<sup>28</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

<sup>29</sup> Idem

idade, antecedentes criminais e prisão preventiva, por crimes de violação no ano 2000. No entanto, estes dados são referidos como dados provisórios.

| Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual: | TOTAL | PJ | PSP | GNR |
|--|-------|----|-----|-----|
| <b>Violação</b>                                      | 385   | 37 | 177 | 171 |

\* Dados provisórios

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Na análise da tabela 4 verificamos que houve um total de 385 crimes de violação registados pelas autoridades no ano 2000, foi ao nível da PSP (177) que se deu o maior número de registos, seguindo-se a GNR (171) e por fim a PJ (37).

|  | Total de condenados | Prestação de trabalho a favor da comunidade | Prisão substituída por multa | Prisão não substituída suspensa |                                   | Prisão não substituída e não suspensa |             |                  |            |            |            |                |   |
|--|---------------------|---|------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|-------------|------------------|------------|------------|------------|----------------|---|
|  |                     |   |                              | Simple                          | Com regras, deveres ou reg. prova | Total                                 | Até 6 meses | 6 meses a 2 anos | 2 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 8 anos | Mais de 8 anos |   |
| <b>Violação simples ou agravada</b>                        | 51                  | -   | -                            | 17                              | 14                                | 3                                     | 33          | -                | -          | 3          | 5          | 15             | 9 |
| <b>Violação com abuso de autoridade simples e agravada</b> | 13                  | -   | -                            | 4                               | 3                                 | -                                     | 8           | -                | -          | -          | 5          | -              | - |

\* Dados provisórios

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Os dados da tabela 5 permitem-nos observar que foram condenados 64 indivíduos pelo crime de violação, sendo que tínhamos 385 casos de violação registados pelas autoridades, ficaram por condenar 321 casos de violação. Das 51 condenações, 21

ficaram pela pena suspensa e 41 deram origem a prisão, sendo a pena mínima destes casos de 2 a 3 anos e a máxima mais de 9 anos de prisão.

**Tabela 6 - Condenados, segundo as penas e medidas aplicadas, por crimes de violação no ano 2000\***

|  | Total | Sexo |   | Idade        |              |              |              |              | Antecedentes criminais     |                            | Prisão Preventiva |           |             |              |
|--|-------|------|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------------------|----------------------------|-------------------|-----------|-------------|--------------|
|  |       | M    | F | 16 a 19 anos | 20 a 25 anos | 26 a 29 anos | 30 a 39 anos | 40 a 59 anos | Sem condenações anteriores | Com condenações anteriores | Total             | Até 1 mês | 1 a 6 meses | 6 a 12 meses |
| <b>Violação simples ou agravada</b>                        | 51    | 51   | - | 10           | 16           | 3            | 8            | 13           | 47                         | 4                          | 21                | -         | 6           | 9            |
| <b>Violação com abuso de autoridade simples e agravada</b> | 13    | 12   | - | -            | 3            | -            | 6            | -            | 11                         | -                          | 4                 | -         | -           | -            |

\* Dados provisórios

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

A tabela 6 permite-nos confirmar que os violadores condenados eram todos do sexo masculino e a idade dos violadores vai dos 16 aos 59 anos. Observamos, também, que, segundo estes dados, 58 dos violadores não tinham antecedentes criminais e apenas em 4 dos casos tinham antecedentes criminais.

O sucedido é que, tal como acontece noutros países da Europa, em Portugal, as estatísticas oficiais fornecidas pelos inquéritos de vitimação e outras fontes, dão-nos uma imagem em que praticamente não existem crimes de violação. No entanto, os dados empíricos que as instituições que dão apoio às mulheres violadas, como a Associação de Apoio à Vítima - APAV<sup>30</sup>, a Associação de Mulheres contra a Violência – AMCV<sup>31</sup>, a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres - CIDM<sup>32</sup> e o Instituto de Medicina Legal - IML<sup>33</sup>, demonstram que essa não é a realidade, e que a violação é um problema grave que não pode ser ignorado (Costa & Alves, 1999).

O facto é que muitos dos casos de violação não chegam a entrar nas estatísticas oficiais, porque as mulheres não chegam a denunciá-los. As razões que as levam a tal é o que abordaremos em seguida no próximo capítulo deste trabalho.

<sup>30</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

<sup>31</sup> Idem

<sup>32</sup> Idem

<sup>33</sup> Idem

## 2.8. A Relutância em Denunciar a Violação

Sabe-se hoje que a violência contra as mulheres é, no geral, pouco denunciada, fazendo com que as estatísticas criminais não sejam verídicas; e no caso da violação este desfasamento é ainda maior (Johnson & Sacco, 1995)<sup>34</sup>.

Várias investigações realizadas nos últimos tempos apontam para o facto de, apesar dos números sobre as violações serem verdadeiramente alarmantes, apenas uma percentagem dos verdadeiros casos de violação serem denunciados ou mesmo revelados. As razões para tal estão, entre outras, normalmente relacionadas com os mitos da violação, com o sentimento de culpabilidade por parte das mulheres sobreviventes.

Na realidade, em muitos casos, com a apresentação da queixa, a mulher violada passa a agressora das normas vigentes no seu grupo social e, por isso, o processo penal pode funcionar contra ela mais do que contra o violador (Sousa, Mateus, & Lopes, 1993).

Segundo Kathleen Alexander e Candance Waldron (1990) o facto do crime de violação ser pouco denunciado tem a ver com algumas das seguintes razões: medo de retaliações; medo da polícia e dos procedimentos hospitalares e judiciais; no caso das adolescentes, medo de que os pais descubram; medo que não acreditem nelas; sentimentos de vergonha e embaraço; sentimentos de culpa; medo das reacções dos maridos, companheiros(as) ou namorados(as); medo de que isso traga mais problemas; não querer lidar com a polícia devido a más experiências anteriores e não acreditarem em que têm provas suficientes, especialmente no caso das mulheres que foram violadas por sujeitos que tinham relações próximas.

---

<sup>34</sup> Johnson, H. & Sacco, V. (1995). Researching violence against women: Statistics Canada's national study. *Canadian Journal of Criminology: Special Issue: focus on the violence against women survey*, vol. XXX, pp. 281-304 cit. por Kelly & Regan (2001).

---

Num estudo, já referido; realizado nos anos 90 pelo Statistics Canada verificou-se que apenas 6% das mulheres denunciam a violação à polícia e entre as razões para não o fazerem apontam: 1) a polícia não pode fazer nada (50%); 2) as atitudes dos polícias e dos tribunais (41%) e medo de outro ataque (33%). O medo de um novo ataque tem agora outro nível de importância, visto que a maioria dos violadores são conhecidos das mulheres (Kelly & Regan, 2001).

Estes dados chamam à atenção para o facto da violação não ser apenas um evento isolado, em que o sentimento de insegurança após o assalto é irrelevante, visto que em mais de um terço das violações existe repetição da vitimização. Um estudo realizado no Reino Unido demonstrou que este medo de um novo ataque não é infundado; a Victim Support (1995) verificou que: 1/3 das mulheres envolvidas em processos legais são ameaçadas ou atacadas pelo réu ou pelos seus familiares. Assim, verificamos que tem de se dar mais atenção à repetição das vitimizações, à protecção e à segurança para que os crimes de violação sejam realmente denunciados (Kelly & Regan, 2001).

Para além dos estudos referidos anteriormente não encontramos mais estudos sobre as razões para não se denunciar a violação. Mas a investigação realizada por Liz Kelly e Linda Regan (2001) na Europa, procurou saber junto dos departamentos de justiça dos vários países quais as razões para os baixos índices de denúncias, estes apontaram essencialmente três razões para tal: 1) medo, 2) o estigma e a publicidade, 3) a falta de confiança no sistema criminal de justiça.

As mesmas autoras tentaram perceber junto das ONGs<sup>35</sup> (Organizações não Governamentais) que trabalham na área da violência contra as mulheres dos vários países da Europa, quais as razões para tão baixo índice de denúncias de violação, estas, apesar de concordarem com as respostas dadas pelos departamentos de justiça, acrescentaram: 1) as percepções negativas associadas à polícia e ao sistema legal e 2) o facto de muitas mulheres não considerarem que sexo “forçado” é uma violação.

---

<sup>35</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

---

Com base nos dados recolhidos as autoras da investigação concluíram que existe um baixo nível na pesquisa sobre a prevalência da violação em toda a Europa. Por outro lado, estas pesquisas devem incidir especificamente sobre violência sexual e, também, devem ser integradas noutras pesquisas sobre violência contra as mulheres no geral. O facto de a maioria das violações serem cometidas por conhecidos das mulheres e de poderem existir vitimizações repetidas precisa de ser analisado cuidadosamente. Por fim, as autoras consideram que as razões que levam a que existe um baixo índice de denúncias ao nível da violação – medo de ser novamente violada, medo do estigma e falta de confiança no sistema criminal de justiça - são sérias barreiras à implementação de respostas ao nível da política internacional tal como foi preconizado pela Plataforma de Acção de Beijing (Kelly & Regan, 2001).

Por outro lado, no que se refere a um dos mitos associados à violação, - aquele que diz que muitas mulheres apresentam falsas queixas de violação como retaliação para com alguns homens, - verificamos que, de acordo com as estatísticas do F.B.I.<sup>36</sup> o número de falsas denúncias de violação é igual ou menor a outros crimes violentos. A denúncia de um crime de violação pode ser considerado infundado por uma variedade de razões, incluindo falta de provas, o que não significa que o crime não ocorreu (Alexander, 1990).

Na verdade, as histórias que se ouvem de um mau acolhimento das vítimas de violação por parte das autoridades acabam por desmobilizar outras mulheres a apresentarem queixa. Ana Maria Braga da Cruz (1990) refere que uma consulente lhe contava que no interrogatório lhe tinham afirmado que "uma mulher só vai se quer" para além de terem, também, insinuado que a violação poderia ter sido praticada pelo marido da mulher para depois extorquir uma indemnização ao acusado. Essa mulher retirou a queixa, dado o estado de perturbação que todos esses interrogatórios lhe provocavam. As autoridades têm de assumir um compromisso na intervenção junto das mulheres violadas pois da qualidade dessas intervenções depende, entre outras coisas, o equilíbrio futuro da sobrevivente (Cruz, 1990).

---

<sup>36</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

## **2.9. A Violação e o Sistema de Justiça**

Um grande número de estudos concluíram que um tratamento insensível por parte de elementos do Sistema de Justiça pode intensificar sentimentos de vergonha, culpa e impotência na vítima de violação (Feldman-Summers & Palmer, 1980; Madigan & Gamble, 1981 citados por Norris & Feldman-Summers, 1981).

No estudo realizado por Kelly e Regan (2001) ao nível das ONGs Europeias ligadas à violência contra as mulheres e, nomeadamente, à violência sexual, verifica-se que estas organizações consideraram existir ao nível das atitudes dos agentes policiais, graves problemas. As principais atitudes são o facto dos agentes policiais frequentemente não acreditarem ou reduzirem a importância das queixas de violação, sem que exista uma investigação apropriada e/ou com base em estereótipos e preconceitos. Por outro lado, existe uma grande dificuldade, por parte das mulheres violadas que apresentam queixa, de acederem a mulheres policiais; os policiais estão deficitariamente treinados; e existem muitas falhas no fornecimento de informação e apoio.

Muitas polícias europeias, estimam que as falsas denúncias de violação se situem entre os 20 e os 50 % (Kelly, Regan, 2001). É difícil imaginar porque é que uma mulher, se sujeitaria voluntariamente a dar um depoimento e a ser examinada sobre uma coisa que não aconteceu.

Desde os meados dos anos setenta que muitos países têm alterado as suas leis sobre a violação, mas é importante sabermos como é que essas mudanças afectam a aplicabilidade das leis. Os agentes da polícia são a “entrada” do sistema de justiça e por isso é importante percebermos como é que eles interpretam essas mudanças.

Nesse sentido, Barbara Krahe (1991) investigou as definições dos agentes da polícia relativamente aos vários tipos de violação. Nesse trabalho a autora concluiu que

---

os agentes que participaram nesta investigação percebem a violação como um crime grave com consequências pesadas para as vítimas. Contudo, os policiais investigados consideram suspeitas certas queixas de violação quando estas se apresentam em determinadas situações, como por exemplo: a) a existência de uma relação, entre a mulher e o violador, anterior à violação; b) se a mulher não apresenta lesões físicas; c) se a mulher não se apresenta psicologicamente perturbada; d) se a violação teve lugar na casa do violador ou da mulher violada; e) se a mulher tem mais de 40 anos; f) se a mulher não apresentou resistência (Krahé, 1991).

Rebecca Campbell (1995) realizou uma investigação que tinha como objectivo examinar a influência das experiências com situações de violação e das crenças sobre as mulheres nas percepções dos agentes da polícia sobre as “violações de encontro”. Os resultados dessa investigação demonstram que os agentes que tinham mais experiências de trabalho relacionadas com a violação e aqueles que achavam que a formação nesta área era importante tinham valores mais adequados sobre a violação de encontro e sobre as vítimas/sobreviventes de violação de encontro. Os comportamentos destes policiais eram menos culpabilizantes relativamente às mulheres violadas numa situação de violação de encontro. Assim, as autoras sugerem que as intervenções de formação no sentido de tornarem as atitudes dos policiais mais adequadas a este tipo de vítimas/sobreviventes deveriam ser iniciadas por questões mais gerais, como as atitudes sobre as mulheres e os papéis sexuais. Deste modo, abordar as crenças sexistas pode ser bastante importante quando se pretende educar ou reeducar os policiais sobre a violação (Campbell, 1995).

Numa perspectiva feminista, esta abordagem faz todo o sentido, visto que a violação é entendida não só como um acto de penetração mas sim de poder, o poder dos homens sobre as mulheres. E, se esse trabalho for alargado a toda a sociedade, podemos estar a falar de um trabalho que leve à diminuição das causas da violação.

Dois anos após o estudo anteriormente referido, Rebecca Campbell e Camille Johnson (1997) realizaram uma outra investigação que pretendia analisar a congruência existente entre a definição de violação dada pelos policiais, nas suas próprias palavras, e

a definição legal de violação. Como resultado, obtiveram três grupos de respostas distintos, o primeiro (31% da amostra) definia a violação quase exclusivamente pela penetração e o não consentimento; o segundo (19% da amostra) mencionava a penetração, o uso de força ou ameaça de força; o terceiro grupo (50% da amostra) focou-se na penetração, na violação como um acto de gratificação sexual e no consentimento. As autoras concluíram que a maioria dos polícias que participaram no estudo não só demonstram terem esquecido elementos chave da definição legal de violação como apresentam alguns dos mitos sobre a violação. Verificaram, também, que os polícias que tinham recebido formação específica ou que já tinham experiência com casos de violação apresentavam definições de violação mais consistentes com a definição legal. Por fim, as autoras chegaram, ainda, à conclusão que os polícias devem receber mais formação sobre as realidades da violação.

No contacto com os agentes policiais (Comissário da PSP e agente da GNR) a quem realizámos entrevistas (Anexos III e IV), verificámos que a formação específica na área da violação por parte destes polícias é inexistente. *“A minha formação profissional foi num campo mais abrangente”* (agente da GNR); *“Quando se abordam os crimes sexuais na Escola Superior de Polícia, aborda-se meramente os aspectos legais que devem ser cumpridos. Mas em termos de preparação psicológica, chamemo-lhe assim, ou preparação técnica, não tivemos”* (comissário da PSP).

No entanto, é demonstrada alguma preocupação, por parte dos superiores das instituições policiais portuguesas, para que as vítimas/sobreviventes de violação sejam recebidas e acompanhadas por uma mulher polícia. A esse propósito o comissário da PSP que entrevistámos refere: *“Nestes casos temos várias determinações internas que nos orientam no sentido de: sempre que haja uma senhora, uma vítima de um crime sexual, o caso deve ser de imediato, em primeira instância, o primeiro contacto logo, deve ser feito com uma mulher polícia, mas não é uma especialista, tem formação policial, mas pensa-se que assim se consegue uma maior aproximação, que a mulher vítima se sente mais à vontade se for uma mulher.”*

---

Para além dos polícias outros profissionais do sistema de justiça têm impactos nos processos de violação. Feldman-Summers e Palmer (1980, cit. por Gylys & McNamara, 1996), verificaram que relativamente aos profissionais de serviço social, os advogados tendem a culpar e a responsabilizar mais a vítima de violação do que os primeiros. No entanto, Gylys e McNamara (1996), realizaram um estudo com o objectivo de analisar a presença de mitos sobre a violação em advogados. Concluíram que os advogados tendem a acreditar mais nesses mitos do que as advogadas. Contudo, os resultados deste estudo reflectem uma grande mudança de atitudes entre os advogados que parece ser o reflexo das mudanças ocorridas nas duas últimas décadas, mudanças essas ocorridas a nível histórico, político e social, relativamente à violência contra as mulheres. Estes resultados parecem ser contraditórios aos encontrados por Stanko (1981-1982) e Frohmann (1991) onde os advogados parecem indicar altos níveis de estereótipos relativamente à violação (Gylys e McNamara, 1996).

Jennifer Temkin (1997) realizou um estudo que pretendeu analisar a experiência de um grupo de 23 mulheres violadas que denunciaram o crime à polícia de Sussex entre 1991 e 1993, ou seja, procurou analisar as suas percepções sobre os serviços que lhe foram prestados por esses polícias. Por outro lado, a autora entrevistou, também, 16 polícias sobre as suas percepções sobre o crime de violação e sobre as suas capacidades de lidar apropriadamente com estes casos. Os resultados indicam que 57% das mulheres entrevistadas estavam parcialmente ou totalmente satisfeitas com os serviços policiais e 43% estavam parcialmente ou totalmente insatisfeitas com os serviços prestados pela polícia. Verificou-se, também, através dos dados obtidos que, a maioria das mulheres que estavam mais satisfeitas com o trabalho dos polícias tinham sido violadas por estranhos, e sujeitas a violência e apresentaram a denúncia logo após a violação. Estas mulheres referiam a importância da simpatia, de sentirem que não estavam a ser julgadas e que estavam a acreditar nelas, referiam, também, a manutenção dos contactos e o fornecimento continuado de informação sobre o processo.

As mulheres que estavam insatisfeitas com o acolhimento dos polícias, referiam que estes apresentavam atitudes de descrença, insensibilidade e falta de privacidade ao lidarem com o caso e, por outro lado, não havia uma continuidade dos contactos nem

---

informações sobre a evolução do processo. A maioria das mulheres refere ser bastante importante que o primeiro contacto seja feito com uma mulher policia.

Dos 16 policias entrevistados no mesmo estudo, referido anteriormente, apenas um refere ter recebido treino específico sobre violação. Verificando-se a inexistência de formação que desafie os mitos sobre a violação e os estereótipos sobre as vítimas e violadores. Informações sobre o Estresse Pós-Traumático e o sintomas pós violação, explicam como as mulheres podem ficar afectadas e frequentemente reagem à violação, são, também, descuradas nas formações dos policias. Assim, de acordo com este estudo, verifica-se que as “velhas” atitudes e práticas dos policias, que pareciam ter desaparecido, continuam a ser uma evidência e continuam a causar sofrimento e traumas às vítimas de violação (Temkin, 1997).

Ao nível dos tribunais existem, também, alguns dados interessantes que reflectem a influência dos mitos sobre a violação, inclusivamente ao nível dos julgamentos dos violadores. Linda Foley e Melissa Pigott (1997) verificaram, num estudo realizado sobre a influencia da raça nas decisões dos tribunais em situações de violação, que os violadores negros, pobres e sem habilitações literárias são julgados mais severamente pelos membros dos júris. Por outro lado, a raça da vítima/sobrevivente também afecta as decisões dos júris, os negros que violam caucasianas são mais severamente punidos que os negros que violam mulheres negras (Foley & Pigott, 1997).

McBarne t(1983, cit. por Lourenço, 2001) ao analisar 105 julgamentos de vítimas de violação escocesas verificou que o tribunal exigia uma análise pormenorizada dos factos implicando, em muitos casos, a humilhação pessoal da mulher violada. O mesmo autor acrescenta que, o facto de as mulheres desconhecerem os papéis judiciais implica uma dificuldade acrescida.

Em Portugal, verificamos que, ao nível das policias, têm surgido alguns projectos que visam sensibilizar estes profissionais para o atendimento às mulheres vítimas de violência, como é o caso do projecto INOVAR do Ministério da

---

Administração Interna, desenvolvido com a PSP e a GNR e que procura aumentar a confiança das vítimas nas polícias através de um atendimento mais adequado aquando da apresentação da queixa.

## 2.10. A Violação e o Sistema de Saúde

Num estudo realizado por Pauline Bart e Patricia O'Brien (1985) sobre mulheres violadas, constatou-se que nenhuma das participantes que recorrera aos hospitais, recebera informação adequada sobre os efeitos secundários da pílula do dia seguinte (quando esta lhes era prescrita). Nesse mesmo estudo, muitas delas afirmaram que preferiam não ter tomado a pílula por causa dos seus efeitos.

As mesmas autoras (Bart & O'Brien, 1985) referem nas conclusões do estudo, que todos os profissionais que trabalham nas emergências dos hospitais deveriam ser competentes para lidarem com as vítimas de violência sexual. O que significa que, deveria ser dada formação a enfermeiras e médicos sobre como tratar adequadamente mulheres e crianças vítimas de violência sexual e que estes conhecimentos deveriam ser testados nos exames durante as suas formações.

Em Portugal, não existem muitas referências sobre a adequação do tratamento do pessoal médico relativamente às vítimas/sobreviventes de violação. Contudo, segundo a entrevista exploratória (Anexo II) que realizámos a uma médica, verificamos que: *“Não existe um serviço especializado para atendimento a vítimas de violação, isso não. Nem conheço nenhum hospital que o tenha. A mesma médica refere, ainda, ter algumas dificuldades em lidar com situações de violação: “Dificuldades em lidar com as lesões físicas não, mas para dar encaminhamento ou aconselhamento sim.”* Relativamente à formação, a médica que entrevistamos acrescenta: *“Tive formação para lidar com situações difíceis no geral, do tipo comunicar notícias ou ouvir algumas informações mais complicadas, não propriamente situações de violação. Acho que era muito importante que passasse a haver essa formação, porque nós não estamos preparados para lidar com essas situações, quando isso acontece nós não sabemos*

---

*muito bem o que fazer na altura e não damos seguimento às coisas como deve ser.” E completa referindo “A comunidade tem lacunas a muitos níveis. Há tanta coisa que faz falta. Mas nestas situações de violação o mais urgente é a criação de apoios imediatos, ou seja, o apoio na crise (...) o apoio imediato é que é muito importante, porque é a partir daí que a pessoa começa a organizar as coisas, os sentimentos, toda a situação; porque naquele momento eu penso que a pessoa não consegue entender o que lhe aconteceu conscientemente e, depois disso, posteriormente, traz-lhe problemas [consequências mais tarde]. As pessoas deveriam receber esse apoio no momento em que são vistas pelos médicos. É claro que depois todo o acompanhamento é importante mas o momento da crise é fundamental. Porque se a mulher tiver esse apoio se necessitar de mais apoio mais tarde ela vai pedir, mas se não tiver nesse momento então... E depois aparecem problemas mais tarde (...)”*

No que respeita aos exames forenses as ONGs europeias referem existirem prática desadequadas, recursos limitados e falhas na recolha atempada das evidências (Kelly, Regan, 2001).

O exame forense após uma violação é sempre uma experiência difícil, mas Jennifer Tempkins's (1996, cit por Kelly & Regan, 2001) através da sua investigação encontrou três elementos que podem reduzir a dificuldade do exame: 1) ser realizado por uma médica; 2) atitudes e acções adequadas por parte da médica; e 3) uma gestão apropriada do exame.

O objectivos do exame forense são, por um lado, documentar os ferimentos e, por outro lado, procurar evidências que possam identificar o agressor. Contudo os ferimentos internos ou externos só aparecem numa minoria de casos, o que dificulta a recolha de provas.

Ainda sobre estes exames, também denominados como periciais, Jorge Costa Santos<sup>37</sup> (1998) refere que estes deveriam ser realizados por especialistas em medicina

---

<sup>37</sup> Director de serviços do Instituto de Medicina Legal de Lisboa.

legal ou, no mínimo, ginecologistas ou outros médicos com formação específica nestes domínios. No entanto, acrescenta:

*Mas não é isso que se verifica. E não é isso que se verifica, em larga medida por força de um certo tipo de regionalização da medicina legal que antecipou, em muito, o debate sobre a regionalização no nosso país. (...) nas áreas de Lisboa, Porto e Coimbra – servidas por Instituto de Medicina Legal (...) as alegadas vítimas de abuso sexual e não só – são examinadas por especialistas dos respectivos Institutos, enquanto no resto do país esses exames são efectuados por médicos avençados que desempenham funções periciais - chamados peritos de comarca – os quais, salvo raras excepções, não possuem especial qualificação médico-legal. O sistema surge assim inquinado porque, logo a este nível, questões idênticas são tratadas de maneira diversa, com pesos e medidas diferentes. (Santos, 1998, p. 62).*

Assim, se é atribuída capacidade médico - legal para o diagnóstico da violação aos médicos das comarcas fora de Lisboa, Porto e Coimbra, sem que exista um controlo feito por especialistas em medicina legal podem permitir-se situações graves na administração da justiça (Sousa, 1990). Num estudo realizado no Instituto de Medicina Legal do Porto entre 1980 e 1984, relativamente à comparação de exames realizados às mesmas mulheres, por peritos de comarca e, posteriormente, por peritos do Instituto de Medicina Legal do Porto, verificou-se que em 70% dos casos não houve concordância (Sousa, 1990).

Sobre estas questões Maria José Carneiro de Sousa<sup>38</sup> (1990), reforça a necessidade e a pertinência de se actualizarem os laboratórios médico-legais e refere: "*é importante que se destinem as verbas necessárias para que a Justiça portuguesa disponha da mesma eficiência médico-legal como a que é proporcionada no estrangeiro. A ciência avança rapidamente, e a justiça deve acompanhar o progresso técnico e científico*" (Sousa, 1990, p. 186).

---

<sup>38</sup> Médica Legista Chefe do Instituto de Medicina Legal do Porto, nesta data.

---

Podemos completar esta informação com a afirmação feita pelo agente da GNR que entrevistámos:

*Depois é fazer o auto e encaminhá-la para o médico do tribunal para que seja examinada. Mas o Tribunal tem vários dias pré estabelecidos para esse atendimento mediante a comarca e segundo essa tabela nós vimos e por vezes aconselhamos que a mulher recorra a um médico que ela tenha, o médico de família, para fazer o exame porque assim é mais recente. Se nós mandarmos para as urgências, ela em princípio faz logo esse exame e fica a saber se está tudo bem com ela, pode ter lesões internas ou externas, e assim a pessoa fica mais tranquila e eles ficam com o relatório e é uma prova. Outras vezes elas vão para as urgências e depois a polícia é lá chamada. Mas de qualquer forma ela tem de ser vista pelo médico do tribunal, para fazer os exames. Isto acontece com qualquer vítima de agressão.*

O comissário da PSP acrescenta, contudo, que:

*(...) ainda existem muitos casos em que os exames são feitos uma semana depois. (...) para se fazer a recolha de sémen ou outros vestígios, existe um prazo máximo que vai das 48 horas às 72, a partir daí torna-se difícil...*

Para além das questões anteriormente levantadas é necessário referir, ainda, que a sexologia forense ainda está impregnada de vícios do passado. Apesar das evoluções científicas neste âmbito, as mentalidades ainda apresentam vestígios do Séc. XIX, tempo em que os exames das vítimas dos crimes, designados na altura, “contra a honestidade” eram feitos pela observação dos órgãos genitais externos e, em especial, do hímen, questão essencial para efeitos de prova ( Santos, 1998).

Ao terminarmos este capítulo e pegando nas palavras de Jorge Costa Santos (1998), consideramos importante referir que é essencial que a medicina legal se muna dos requisitos necessários para responder eficazmente ao que dela se espera.

### 2.11. Os Agressores

Qualquer indivíduo pode ser vítima ou agressor de violência sexual - independentemente da idade, género, orientação sexual, aparência, localização, educação, profissão, raça, ou estatuto sócio- económico. Não obstante, as vítimas de violação são predominantemente mulheres e os agressores são, quase sempre heterossexuais masculinos (Diamond & Robbins, 1997).

Os violadores, (como já foi referido anteriormente), podem ser qualquer pessoa, até mesmo alguém que nunca poderíamos imaginar. As suas características e estilos de vida não são diferentes do chamado “homem norma.”, ou seja, da restante população masculina. Marlene Rodrigues Lourenço refere que “*algumas investigações produzidas ao nível do violador, descrevem a violação mais como o produto extremo de uma estrutura ‘normal’ do que de uma personalidade ‘anormal’* (2001, p. 274).

Estudos realizados (Alexander, 1990) sobre o perfil dos violadores revelam que apenas 3% dos violadores são psicóticos, de acordo com os testes psicológicos aplicados aos violadores e 2/5 dos violadores são casados ou têm parceiras sexuais.

Ao analisarmos algumas estatísticas sobre os agressores, que nos chegam dos Estados Unidos, podemos tirar algumas conclusões bastante interessantes. De acordo com Marci Diamond e Carol Robbins (1997), os maridos, pais, namorados, amigos, vizinhos, e conhecidos das mulheres constituem 75% do conjunto dos violadores, apenas cerca de 20% das violações de mulheres são cometidas por estranhos ou por pessoas que a vítima/sobrevivente não conhecia bem; e em 93% dos casos de violação o violador é do mesmo grupo racial da vítima.

De forma a obtermos um correcto entendimento sobre o crime de violação, devemos começar por reconhecê-lo como um crime que não é motivado por desejo sexual ou pela necessidade de satisfação sexual, é sim um acto de violência, motivado pela necessidade de controlo. Muitos violadores não têm o sentimento de controlo sobre as suas vidas, o que lhes causa sentimentos de frustração. Quando estão a violar as suas

---

vítimas os violadores sentem, temporariamente, que têm algum poder e que podem controlar as suas vidas. As vítimas são escolhidas porque o violador sente que pode exercer o poder, sobre pessoas que se encontram vulneráveis ao seu ataque (Alexander, 1990).

Barra da Costa e Barata Alves (1999, p. 289) afirma que “o violador é (...) uma pessoa normal”, ou seja, sem que exista uma personalidade específica dos violadores que os diferencie das outras pessoas.

Tem vindo a ser confirmado por estudos<sup>39</sup> que os homens que acreditam nos papéis sexuais tradicionais, têm atitudes hostis para com as mulheres, e aqueles que acreditam nos mitos da violação, tendem a ter comportamentos sexuais agressivos.

Alguns violadores acreditam mesmo que algumas mulheres merecem ser violadas. Esta mentalidade divide as mulheres em dois grupos: aquelas que devem ser protegidas pelos homens dos outros homens e aquelas que são vistas como prostitutas e como tal merecem ser violadas.

Groth (1979, cit. por Allison, & Wrightsman, 1993) identificou que o poder é o motivo mais comum entre os violadores. Outros estudos<sup>40</sup> vão mais além e indicam que para os violadores o sexo pode servir várias motivações: poder, domínio, raiva, bem como motivos puramente sexuais.

As tentativas de explicação da agressão sexual são complexas, e não existe uma única variável que possa prever a agressão sexual, nalgumas violações existem muitas das motivações referidas anteriormente, noutras porém, apenas existe uma. Por outro lado, não existe um “perfil de violador”, que nos permita perceber que em determinadas circunstâncias e devido a certas motivações, certos homens podem ser violadores.

---

<sup>39</sup> Koss, Leonard, Beezley, & Roth, 1988; Malamuth, 1986; Muchlenhard & Linton, 1987; Rapaport & Burkhart, 1984; cit. por Allison, & Wrightsman, 1993

<sup>40</sup> Malamuth, 1986, 1988; Burkhart & Stanton, 1988; White, 1988, cit por Allison, & Wrightsman, 1993.

### ***III. Prevenção e Teorias Explicativas da Violação***

---

### III. PREVENÇÃO E TEORIAS EXPLICATIVAS DA VIOLAÇÃO

#### 3.1. A Prevenção da Violação

Podemos considerar que a prevenção da violação é um grande “chapéu”, e os resultados específicos que as várias estratégias de prevenção procuram alcançar podem passar por objectivos como: a) eliminar a violação banindo as crenças, os valores e os mitos que perpetuam e desculpam a violação sexual das nossas sociedades; b) deter as tentativas de violação ensinando as potenciais vítimas a evitarem os riscos e a defenderem-se; c) reduzir as consequências do trauma da violação proporcionando respostas adequadas às necessidades das mulheres violadas; e d) evitar a recorrência de violações prendendo e/ou tratando os violadores (Koss & Harvey, 1991 cit. por Allison & Wrightsman, 1993).

Uma abordagem ao nível da prevenção da violação que parte do pressuposto de que determinados comportamentos podem ser tidos por parte de potenciais vítimas para evitar a violação (abordagem individual), coloca a responsabilidade de evitar a violação apenas na vítima/sobrevivente e, como tal, corre o risco de criar um envolvimento que culpabiliza a vítima – “*blaming the victim*”. Por outro lado, uma resposta dada por uma mulher pode ter sido bem sucedida e a mesma resposta dada por outra sobrevivente pode ter sido um insucesso (Allison & Wrightsman, 1993).

A abordagem situacional considera que é possível evitar-se a violação focalizando-se na identificação de situações que podem colocar as mulheres em risco de serem violadas. Tal como a abordagem individual, o facto de existirem determinadas situações que são mais favoráveis à ocorrência da violação, isso não deve significar que uma mulher que é violada em determinada circunstância o mereça (Allison & Wrightsman, 1993).

A abordagem social, da prevenção da violação, coloca este problema na sociedade considerando que a violação apenas pode ser eficazmente evitada através do

---

desenvolvimento de uma consciência da sociedade. Esta abordagem considera a violação como um problema humano e não um problema das mulheres ou dos homens individualmente. Os objectivos desta abordagem incluem a informação e educação da sociedade no sentido de esclarecer e anular os mitos da violação e o desequilíbrio de poder entre homens e mulheres (Allison & Wrightsman, 1993).

Esta última abordagem, da prevenção da violação, parece-nos a mais adequada, no entanto, as mudanças sociais levam tempo. De facto, os esforços para que as desigualdades entre homens e mulheres deixassem de existir começaram nos anos setenta. Estas mudanças devem ser alcançadas através de programas educacionais e de consciencialização dirigidos quer à comunidade em geral, quer às escolas e/ou universidades. Estes programas procuram, por um lado, desenvolver competências da auto – defesa para as pessoas em risco e, por outro, o desenvolvimento de valores que sejam incompatíveis com a violação na população em geral.

Estudos realizados (Feltz, Ainslie, & Geib, 1991; Giarusso, Johnson, Goodchilds, & Zellman, 1979; Ogletree, Kupecz, & LaCursia, 1993; cit. por Kershner, 1996) demonstram que os adolescentes, do sexo feminino e masculino, consideram que o sexo forçado é aceitável em determinadas condições. A relação entre a culpabilização das vítimas e a presença de mitos sobre a violação são nos adolescentes, também, uma realidade (Blumberg & Lester, 1991; cit por Kershner, 1996). No sentido de desenvolver um currículo que constitua as bases da prevenção da violação, Kershner (1996) desenvolveu um estudo com adolescentes (com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos) que pretendia analisar a presença de mitos sobre a violação e verificou que a prevalência de mitos é comum entre os adolescentes estudados.

Em termos da elaboração de um currículo para a prevenção da violação, é importante referir que não basta educarmos as jovens mulheres sobre estratégias de prevenção, pois tal perpetuaria a ideia de que as mulheres têm a responsabilidade de evitar as violações. Esses currículos devem, assim, incluir os adolescentes do sexo masculino, visto que grande parte das violações são cometidas por homens. Educar sobre os aspectos socioculturais da violação, poderá providenciar aos adolescentes

---

informações relevantes para identificarem o que constitui sexo não consensual e rejeitarem os mitos sobre a violação e sobre as vítimas, o que lhes permitirá a adoção de um sistema de valores com base na igualdade, que proporcionará uma diminuição da incidência da violação (Kershner, 1996).

Sendo que os mitos sobre a violação servem como neutralizadores cognitivos da violência sexual, um contributo importante para a prevenção da violação será a substituição desses mitos por interpretações realísticas da violação (Bohner, Reinhard, Rutz, Sturm, Kerschbaum, & Effler, 1998).

Por fim, se a sociedade quer prevenir a violação, primeiro tem de a compreender, (o que não significa, de maneira nenhuma aceitá-la). A violação é um crime, é um acto de violência, e as suas consequências são dramáticas. Tentar prevenir a violação apenas com base no comportamento da vítima/sobrevivente serve apenas para perpetuar os mitos e os preconceitos acerca da violação; é necessário, pois, envolver todos os indivíduos e responsabilizá-los pelos seus comportamentos. A sociedade tem de reconhecer que todos os tipos de violência, incluindo a violação, são comportamentos inaceitáveis.

Em forma de síntese das ideias aqui ilustradas, podemos pegar nas palavras de Marlene Rodrigues Lourenço (2001, p. 280) *“Urge, para tal, [prevenção da violação] adoptar todo um conjunto de medidas (sociais, educativas, legais, administrativas) com vista a diminuir o número de vítimas de crimes sexuais (ou a sua erradicação total). As respostas (...) encontram-se precisamente no local onde se originam estes crimes: nos processos sociais e educativos, nas relações entre homens e mulheres, no sistema normativo social que controla a conduta sexual (...).”*

### 3.2. Considerações Teóricas

Ellis (1989, cit. por Allison & Wrightsman, 1993) identificou três teorias contemporâneas relativamente a violação: 1) a teoria feminista, 2) teoria da aprendizagem social, e 3) teoria evolucionista.

A teoria feminista considera que a violação é o resultado da longa tradição social em que os homens dominam todas as actividades políticas e económicas importantes. A este propósito Russel (1975, p. 265) refere *“Eradicating rape requires getting rid of the power discrepancy between men and women, because abuse of power flows from Unequal Power.”* (Whaley, 2001, p. 531). No entanto, um estudo realizado por Rachel Bridges Whaley (2001) indica resultados paradoxais, ou seja, que o desenvolvimento social em termos da igualdade entre os géneros pode resultar, ainda que temporariamente, num aumento dos índices de violações; segundo este estudo esse facto deve-se a um aumento da frustração por parte dos homens, que percebem a igualdade como uma ameaça para todos os homens enquanto grupo. Contudo a autora ressalva que essa situação é apenas um processo temporário e, como tal, os esforços para a igualdade devem continuar e explica: *“Social life is complicated; positive social developments may come with problems. The passage of time and reactive social change appear to be capable of reversing some negative trends.”* (Whaley, 2001, p. 552).

A teoria feminista considera, ainda, que tanto a prostituição como a pornografia fazem com que as mulheres mantenham um papel degradante e de subserviência. No extremo as mulheres são vistas como meros objectos. A impotência das mulheres causa a sua dependência e conseqüentemente a subserviência perante os homens. Esta teoria não considera que a gratificação sexual seja a principal motivação para a violação, a violação é antes vista como o uso da sexualidade para manter as mulheres sob o domínio e controlo dos homens (Allison & Wrightsman, 1993).

As sociedades ou os indivíduos que reflectem atitudes degradantes em relação às mulheres, como a pornografia, contribuem para a prevalência da violação. Algumas

---

feministas e outros estudiosos consideram que tem havido um aumento ou uma intensificação, da brutalidade para com as mulheres em alguns filmes<sup>41</sup> e têm demonstrado que os homens que se expõem a pornografia violenta desenvolvem atitudes mais agressivas para com as mulheres nas suas interações do que os homens que não têm contacto com esses materiais; esta ideia é também sustentada pela investigação realizada por McKenzieMohr & Zanna (1990), (Allison & Wrightsman, 1993).

A teoria da aprendizagem social, desenvolvida por Albert Bandura (1973), propõe que a agressão é aprendida, principalmente, através da imitação e sustentada através do reforço. Relativamente à violação, esta teoria considera que é um comportamento agressivo que é aprendido através da observação de actos reais ou imagens dos média, especialmente os actos agressivos que não são punidos. Apesar desta teoria e a teoria feminista se assemelharem no facto de considerarem que as crenças sociais e culturais são responsáveis pelas violações, diferem, no entanto, no que consideram ser a motivação da violação, esta teoria acredita que a violação é motivada pela sexualidade. Ou seja, esta teoria vê a violação como resultado das influências culturais, de experiências provenientes de atitudes, dos estereótipos dos papéis sexuais e de outros processos que ligam a socialização masculina à agressão física e à sexualidade (Allison & Wrightsman, 1993).

A teoria evolucionista ou sociobiológica defende que o comportamento social se desenvolve no sentido de se ir adaptando à propagação da espécie, por exemplo, no caso dos mamíferos, os machos e as fêmeas desenvolveram tendências para utilizarem o seu tempo e energia, relativamente à reprodução, de formas diferentes; as fêmeas cuidam das crias, enquanto os machos tentam assegurar o maior número de parceiras sexuais possíveis. Neste sentido, a cópula forçada ou violação é o reflexo das regras da selecção natural (Allison & Wrightsman, 1993; Thornhill, R. & Palmer, C., 2000).

Acreditar na teoria evolucionista, ou seja, que os homens violam devido a tendências biológicas ou genéticas, é ao mesmo tempo irresistível e assustador; no

---

<sup>41</sup> Allison & Wrightsman, 1993). Estudos (Feshbach & Malamuth, 1978; Donnerstein, 1982; Linz, Donnerstein, & Penrod, 1984, 1987b, 1988; Malamuth & Donnerstein, 1982.

---

entanto, esta teoria pode ilustrar a afirmação de algumas feministas de que todos os homens são potenciais violadores. Contudo, esta teoria controversa não subscreve a tese de que todos os homens violam, pelo contrário considera que os homens que violam o fazem porque não conseguem procriar de outra forma socialmente aceite como, por exemplo, através do casamento.

Esta teoria pode ser responsável pelos mitos da violação que consideram que só os homens insatisfeitos sexualmente violam e que só as mulheres em idade fértil são violadas. Para além deste facto, a realidade não suporta esta perspectiva, ou seja, as evidências são inconsistentes com esta teoria (Allison & Wrightsman, 1993).

Estas teorias identificadas por Ellis (1989), podem ter a sua importância mas, segundo Diana Russell, falham no sentido em que não têm em consideração que uma violação cometida por um estranho é bastante diferente de uma violação cometida por um marido ou um namorado (Allison & Wrightsman, 1993).

Outras teorias focalizam-se no violador para justificarem as violações. A teoria psiquiátrica tradicional, tem contribuído para que os violadores sejam considerados, erradamente, pessoas diferentes do “normal”. Esta teoria parte de determinadas suposições: 1) a violação é resultado de uma perturbação psicológica; 2) a violação é principalmente um acto sexual na sua essência; e 3) os comportamentos associados aos actos de violação são estranhos e anormais. Uma das implicações desta teoria é a conclusão de que a violação é pouco frequente e é cometida apenas por indivíduos atípicos e pouco vulgares que diferem drasticamente da norma (Allison & Wrightsman, 1993).

Nas duas últimas décadas a tentativa de compreender a violação tem se direccionado, mais para os aspectos sociais que influenciam os comportamentos dos violadores e não para as suas psicopatologias, referimo-nos à teoria feminista e à teoria da aprendizagem social. Ao contrário da teoria psiquiátrica, estas perspectivas, não consideram a violação como algo estranho e anormal, mas antes, uma resposta às normas culturais e sociais que assentam nos mitos da violação, mitos esses que, como já

---

foi referido anteriormente, servem para manter a dominação masculina e a passividade feminina, e servem, ainda, para explicar e justificar a ocorrência da violação.

A psicanálise tem vindo a ser outra teoria que, ao focalizar-se na vítima/sobrevivente, contribui para a perpetuação de certos mitos sobre a violação. A teoria psicanalítica questiona “porque foi violada a vítima?” em vez de perguntar “porque viola o violador?”, esta questão tem uma longa história que ainda prevalece nos nossos dias. Esta teoria, apesar de considerar que os violadores têm impulsos incontroláveis ou mentes doentes, refere que as mulheres violadas têm um conflito interno por resolver. O conflito entre o consciente e o inconsciente, o consciente que tenta repelir o violador e o inconsciente que deseja encorajar a violência e este conflito vai subverter a capacidade da vítima resistir. Podemos supor que é através desta teoria que nasce o mito de que “as mulheres secretamente desejam ser violadas” (Allison & Wrightsman, 1993).

Da análise feita a todas as teorias sobre a violação, é a teoria feminista aquela que melhor explica, na nossa opinião, o problema da violação. Sendo o seu corpo teórico sustentado por factos e realidades indiscutíveis. Foi com fundamento nesta teoria que realizámos a parte prática desta investigação, que apresentamos no próximo capítulo.

## ***VI. Procedimentos Metodológicos***

---

## IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1. Objectivos do Estudo e Questões de Investigação

Tendo por base a revisão bibliográfica efectuada sobre a temática escolhida, elegeu-se como principais objectivos desta investigação, a análise do crime de violação na perspectiva das vítimas. Neste sentido, os objectivos são:

- 1) desmistificar o crime de violação com base nos testemunhos das vítimas, isto é, demonstrar com factos;
- 2) analisar o que, na perspectiva das vítimas/sobreviventes, é benéfico para a evolução positiva do percurso de vida dessas mulheres, ou seja para o seu processo de recuperação;
- 3) perceber que medidas ainda são necessárias tomar, nas nossas sociedades, para que as condições sejam criadas de forma a que a violação deixe de ser um crime escondido (pelos sentimentos de vergonha, culpa e sentimento de impotência, falta de apoio afectivo, social e institucional, medo, etc.).

Na sequência dos objectivos referidos identificámos determinadas questões de investigação, que apresentamos em seguida.

Assim, para atingirmos “os objectivos desta investigação” colocámos as seguintes questões de investigação:

- De que forma as mulheres vítimas deste crime acreditam ou não nos mitos da violação e de que modo isso as afecta no seu processo de recuperação?
- Quais as razões que as levaram a denunciar, ou não, o crime?
- Como foram recebidas nas instituições a que se deslocaram após o crime e que impacto esse acolhimento teve nelas?
- Qual o acolhimento recebido pelos outros significativos (familiares, amigos, colegas) e de que modo isso as marcou ou não?

- 
- Qual a severidade do crime e nível de impacto?
  - O que consideraram ou considerariam ser útil para melhorar o processo pelo qual as mulheres vítimas de violação passam?

No entanto, dado o modelo de pesquisa que pretendemos utilizar, *feminist participatory model* (que será abordado mais adiante nesta dissertação), admitimos que outras questões, ainda não referidas, possam ser levantadas e consideradas pertinentes pelas próprias participantes na pesquisa, no decurso da investigação.

Com o objectivo de esclarecermos estas e outras questões metodológicas apresentamos, de seguida, um capítulo sobre a metodologia a ser utilizada neste estudo.

#### 4.2. Método Utilizado

Como foi, anteriormente, indicado o modelo de investigação que nos propomos utilizar assenta no *feminist participatory model*. É importante referir que não existe um modelo feminista de investigação único, contudo, alguns autores (Cancian, 1992, através do trabalho de Cook e Fonow, 1989, citados por Renzetti, 1997) identificaram cinco elementos da metodologia feminista: a) focaliza-se no género e na desigualdade entre géneros, o que implica uma forte preocupação moral e política na redução dessa mesma desigualdade; b) tem como objectivo descrever ou dar voz a experiências pessoais, do dia-a-dia, especialmente à experiência de mulheres ou de outros grupos marginalizados; c) assume um comprometimento de acção social como objectivo de provocar mudanças que melhorem as condições em que as mulheres ou outros grupos marginalizados vivem; d) pretende proporcionar uma reflexão analítica sobre de que forma o sexo, raça, classe social ou orientação sexual do investigador, em conjunto com as condições sociais, políticas e económicas, podem influenciar o processo de pesquisa; e e) rejeita a tradicional relação entre pesquisador e pesquisado a favor de uma abordagem que dá aos “sujeitos” da pesquisa mais poder no próprio processo da pesquisa, pensando-se que a reciprocidade entre pesquisadores e pesquisados contribui

---

não só para o sucesso dos projectos como também é parte integrante do tipo de pesquisa.

Para além disso, para a pesquisa feminista não basta documentar um problema é, também, importante tentarmos resolver esse problema (Maguire, 1987, citado por Renzetti, 1997).

O comprometimento feminista em dar voz à vida pessoal e às experiências do dia-a-dia, especialmente às experiências de marginalização, resulta num reforço importante no uso de amostras de conveniência ou intencionais, e de métodos qualitativos, como sejam, as entrevistas em profundidade, estudos etnográficos e histórias de vida (Renzetti, 1997).

Sintetizando, nesta perspectiva, as investigações devem dar *empowerment* aqueles que participaram no estudo, no sentido do desenvolvimento e implementação de estratégias que contribuam para a resolução de problemas concretos que os preocupam.

Consideramos que esta metodologia se adequa aos objectivos definidos para esta investigação pelas razões supracitadas e, ainda, pelo facto de este estudo se inscrever numa área de investigação ainda recente no nosso país, assim, sentimos necessidade de recorrer a métodos qualitativos para identificarmos as principais variáveis existentes nas situações de violação. Nesse sentido, pensamos que através de uma amostra de conveniência, ou seja, as mulheres vítimas/sobreviventes de violação que se dirijam a instituições que dão apoio a este tipo de violência e que aceitem participar neste estudo, poderemos realizar entrevistas em profundidade sobre o que aconteceu durante e depois do crime de violação até ao momento actual, no sentido de darmos resposta as questões de investigação.

Concluindo, este estudo define-se pelo seu carácter exploratório, pois não pretende confirmar ou infirmar hipóteses mas, tão somente, recolher dados sobre a violação. A amostra a ser utilizada, pelas razões anteriormente descritas, é uma amostra

---

de conveniência e será dado ênfase às metodologias qualitativas (entrevistas)<sup>42</sup>, embora sejam, também, utilizados determinados dados quantitativos (estatísticas).

### 4.3. Selecção e Descrição da Amostra

Para a presente investigação, a população alvo foi constituída por mulheres vítimas/sobreviventes de violação que contactaram a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) ou a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) para receberem apoio em diferentes áreas.

Tendo por base os objectivos deste estudo exploratório e o método escolhido, foi utilizada uma amostra de conveniência constituída por casos de mulheres violadas que recorrem à APAV e à AMCV.

Estas instituições foram escolhidas por serem associações que, em Portugal, desempenham um papel importante no apoio de mulheres vítimas/sobreviventes de violência, nomeadamente de violação. De referir que ambas as instituições são Organizações Não Governamentais.

A APAV surgiu, nas palavras da Dra. Luísa Waldherr *“A APAV apareceu há cerca de 11 anos. E apareceu do seguinte modo: o Presidente do Instituto de Reinserção na altura, era o Dr. Miranda Pereira. Ele e mais algumas pessoas com quem ele falou, começaram a aperceber-se que, de facto, havia algum trabalho feito na*

---

<sup>42</sup> **Entrevistas exploratórias** - As entrevistas exploratórias foram efectuadas a uma médica, a um comissário da PSP e a um agente da GNR, com o objectivo de sabermos um pouco mais, na generalidade, sobre os procedimentos habituais quando uma mulher sobrevivente de violação se dirige a esses serviços (**Anexos I – Guião de entrevista, II, III e IV**). Foram ainda realizadas entrevistas à Dra. Raquel Cardoso - Presidente da Associação das Mulheres Contra a Violência, à Dra. Luísa Waldherr - Gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Lisboa e à Dra. Conceição Brito Lopes - Jurista da Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulheres, por serem pessoas que trabalham/lidam com mulheres vítimas de violação, podendo assim contribuir com as suas experiências para o enriquecimento da investigação (**Anexos V, VI e VII**).

**Entrevistas em profundidade (Anexo VIII – Caracterização da amostra, Anexo IX - Guião de entrevista)** As entrevistas em profundidade tiveram por objectivo a recolha de elementos relacionados com a violação e com todo o processo que se lhe seguiu. Estas entrevistas foram feitas às mulheres vítimas/sobreviventes de violação que aceitaram participar neste estudo.

---

*parte do agressor, mas que nada havia na parte das vítimas. Essas pessoas acharam que era indispensável que se fizesse algum trabalho com a vítima. Porque a parte da penalização do agressor ajuda imenso a vítima, ajuda ao "sara das feridas", mas mais nada, ficava-se por aí. Daí que ele juntou um grupo de pessoas e formou então a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV, cujo objectivo era apoiar as vítimas aos vários níveis, a nível psicológico, a nível social e a nível jurídico. Esses objectivos ainda se mantêm."*

A APAV tem como objectivo e actividade promover e prestar informação, protecção e apoio às vítimas de crime. Os serviços prestados são gratuitos e confidenciais. A APAV é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS<sup>43</sup>) de utilidade pública reconhecida (<http://www.apav.pt>).

A AMCV surge, de acordo com Dra. Raquel Cardoso, "(...) em 1992, porque há um conjunto de mulheres que são sobreviventes de vários crimes que sentem que há uma desadequação entre os serviços que existem na comunidade. Por exemplo, as mulheres têm seis meses para apresentar queixa, mas só podiam fazer uma perícia se quisessem apresentar queixa, penso que essa situação ainda continua, só mudou foi o sítio da queixa, agora podem apresentar queixa no Instituto de Medicina Legal, mas continuam a ser quase obrigadas, compelidas a apresentar uma queixa, quando elas têm seis meses para apresentar uma queixa. Continua a haver uma desadequação entre o real e aquilo que são as medidas. E é nesse quadro de referência que em 1992, surge um grupo na comunidade, um grupo de apoio a sobreviventes de violência de várias áreas, nomeadamente de sobreviventes de violação. Depois houve um processo de constituição de uma associação como movimento da sociedade civil com o objectivo de criar serviços na comunidade, criar lobbies de pressão para que estas incoerências sejam alteradas e criar mecanismos de prevenção, fazer formação aos profissionais, portanto, um leque global de intervenção. É um movimento de sobreviventes que se organiza, à semelhança de outras organizações deste género que foram criadas pelo mundo fora, que sente que há uma necessidade e havendo uma necessidade a sociedade civil tem de se organizar para lhe dar resposta, e é assim que surge esta associação."

---

<sup>43</sup> Ver lista de siglas e conceitos – Anexo X.

---

A Associação de Mulheres Contra a Violência é uma organização não governamental cuja finalidade última é agir contra a violência exercida sobre as mulheres e crianças, nomeadamente, nas formas de violência doméstica, violação e abuso sexual. É uma associação independente, sem fins lucrativos, cuja actividade é assegurada exclusivamente através do pagamento de quotas por parte dos sócios e donativos. Em 1998 foi-lhe reconhecido o estatuto de Utilidade Pública (<http://www.amcv.pt>.)

Depois de contactarmos com estas duas instituições (APAV e AMCV) e de lhes darmos conhecimento sobre os objectivos do estudo, procedeu-se ao contacto com as possíveis participantes na investigação.

A apresentação deste estudo às mulheres e o convite para nele participarem foi feito através de duas formas diferenciadas, por opção das instituições contactadas (APAV e AMCV). No caso da APAV o contacto foi feito telefonicamente numa primeira abordagem. Posteriormente, no caso das mulheres que se disponibilizassem, foi agendada uma data para um encontro com a autora do estudo, no qual as mulheres puderam esclarecer todas as dúvidas que tivessem sobre o mesmo e sobre a sua participação, após o qual as mulheres decidiam se queriam, ou não, realizar a entrevista.

A APAV elaborou uma listagem com, aproximadamente, 50 contactos de mulheres violadas, foram feitas várias tentativas de contacto, mas apenas 20 mulheres foram efectivamente contactadas. As razões para tal facto prendem-se com alterações e desactivação de contactos e mesmo erros no registo dos contactos. Na continuidade dos contactos efectuados, apenas duas mulheres referiram peremptoriamente não estarem interessadas em participar no estudo, três mulheres alegaram falta de disponibilidade, duas mulheres ficaram de pensar na proposta e posteriormente contactarem a autora, três mulheres marcaram vários encontros mas não compareceram.

No caso da AMCV foram as próprias técnicas da Associação que, tendo conhecimento dos objectivos do estudo, abordaram as mulheres vítimas/sobreviventes de violação que recebiam e/ou receberam apoio desta instituição. Neste caso, apenas, uma mulher aceitou marcar um encontro com a autora do estudo.

Assim, foram realizados 11 primeiros encontros com essas mulheres, onde foram novamente explicitados os objectivos do estudo e esclarecidas as dúvidas que as mulheres poderiam ter. Todas as mulheres que compareceram nesses encontros aceitaram, de imediato, realizar a entrevista, foram deste modo realizadas 11 entrevistas. No entanto, uma das entrevistas realizadas não pôde ser incluída, por não se tratar de um caso de violação, mas antes de um caso de Abuso Sexual de Crianças.

Assim, a amostra do estudo foi constituída por 10 mulheres vítimas/sobreviventes de violação, que solicitaram apoio e/ou consultoria à APAV e à AMCV e que aceitaram colaborar na investigação. Seguidamente é apresentada a caracterização demográfica da amostra recorrendo ao cálculo de frequências (Tabela 7).

| <b>Nome da Participante<sup>44</sup></b> | <b>Idade</b> | <b>Situação Conjugal</b> | <b>Nº de Filhos</b> | <b>Nº de Agregado Familiar</b> | <b>Ocupação/ Profissão</b>            | <b>Rendimento Mensal</b> | <b>Habilitações Literárias</b> |
|--|--------------|--------------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|
| Denise                                   | 26           | União de Facto           | 1                   | 3                              | Cabeleireira                          | >151 e < 250             | Secundário                     |
| Rute                                     | 49           | Solteira                 | 0                   | 1                              | Funcionária Pública                   | >151 e < 250             | Superior                       |
| Catarina                                 | 22           | Solteira                 | 1                   | 2                              | Funcionária de agência de publicidade | > 67 e < 150             | Secundário                     |
| Manuela                                  | 45           | Em processo de divórcio  | 1                   | 3                              | Encarregada Fabril                    | >151 e < 250             | Primário                       |
| Carmo                                    | 25           | Casada                   | 0                   | 2                              | Desempregada                          | > 67 e < 150             | Secundário                     |
| Carolina                                 | 24           | Separada                 | 2                   | 3                              | Abastecedora na Galp                  | > 67 e < 150             | Preparatório                   |
| Sónia                                    | 27           | Casada                   | 1                   | 3                              | Ajudante de apoio familiar            | >151 e < 250             | Secundário                     |
|  |              |                          |                     |                                |                                       |                          |                                |

<sup>44</sup> Os nomes das mulheres foram alterados no sentido de salvuardarmos o seu anonimato.

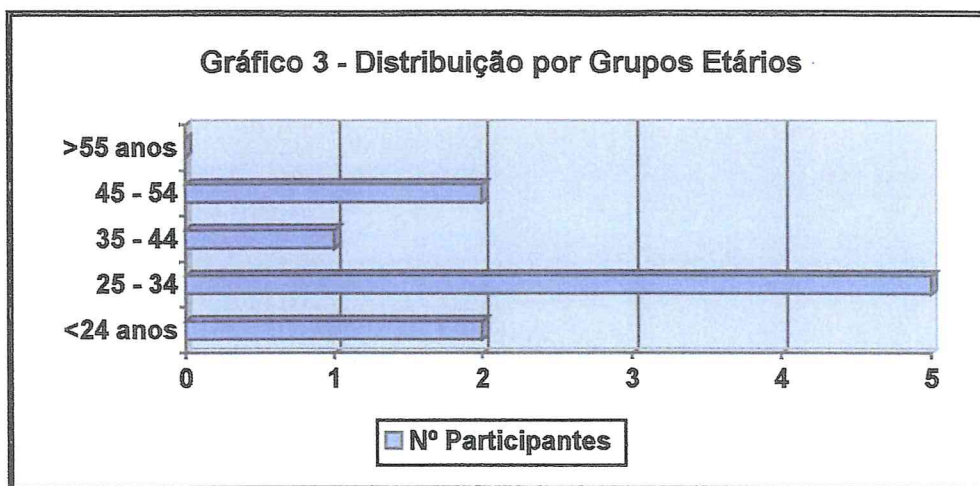
|            |    |                |   |   |                     |              |                   |
|------------|----|----------------|---|---|---------------------|--------------|-------------------|
| Maria João | 38 | União de Facto | 3 | 4 | Vendedora Ambulante | >151 e < 250 | Primário          |
| Leonor     | 33 | Solteira       | 0 | 3 | Professora          | >151 e < 250 | Pós-Universitário |
| Maria      | 33 | Casada         | 0 | 2 | Professora          | >251 e <450  | Superior          |

No que respeita à preferência religiosa, das mulheres que compõem a amostra ( $n = 10 = 100\%$ ), 8 indicaram a religião católica como a sua preferência religiosa, 1 indicou ter pertencido a Igreja Universal do Reino de Deus – IURD e outra considerou não ter preferência religiosa.

Quanto à nacionalidade, 7 mulheres são portuguesas, 2 têm dupla nacionalidade, sendo uma alemã/portuguesa e outra angolana/portuguesa e apenas uma tem nacionalidade cabo-verdiana.

| <b>Tabela 8</b>                        |                     |                |                |                |                     |
|--|---------------------|----------------|----------------|----------------|---------------------|
| <b>Distribuição por grupos etários</b> |                     |                |                |                |                     |
| <b>Categorias</b>                      | <b>&lt; 24 anos</b> | <b>25 - 34</b> | <b>35 – 44</b> | <b>45 - 54</b> | <b>&gt; 55 anos</b> |
| <b>Nº Participantes</b>                | 2                   | 5              | 1              | 2              | 0                   |

Em termos de faixa etária, verificamos, tal como ilustram a tabela 8 e o gráfico 1, que cinco mulheres têm entre 25 a 34 anos, duas têm menos de 24 anos, duas têm entre 45 a 54 anos e apenas uma mulher têm entre 35 e 44 anos.

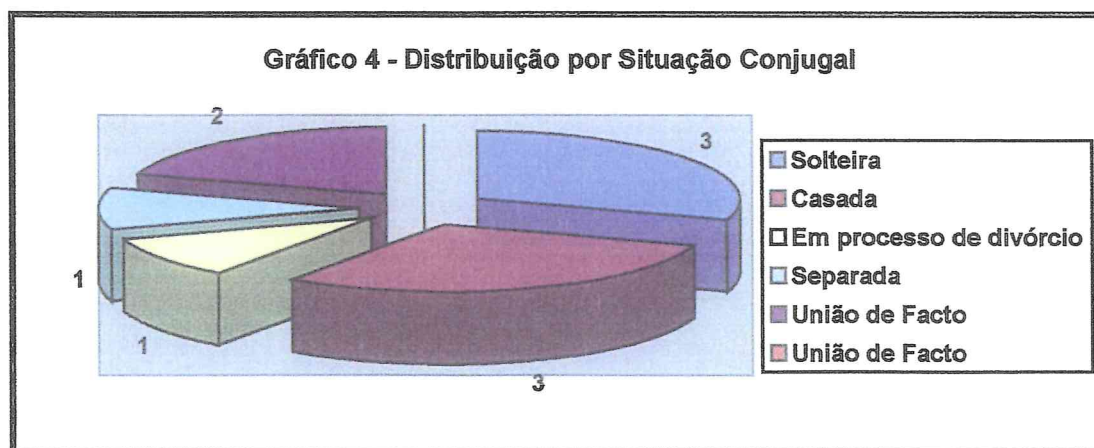


Relativamente ao número de filhos, podemos verificar na tabela 9 que, o número mais frequente é de um filho, quatro mulheres não têm filhos, uma tem dois filhos e uma outra tem três filhos.

**Tabela 9**  
**Distribuição por nº de filhos**

| Categorias       | 0 | 1 | 2 | 3 |
|------------------|---|---|---|---|
| Nº Participantes | 4 | 4 | 1 | 1 |

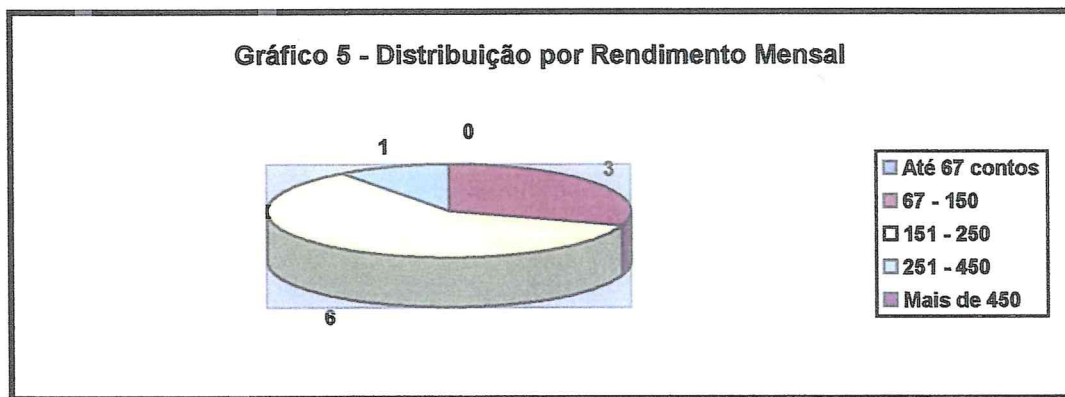
No que diz respeito à situação conjugal encontramos três mulheres solteiras, três mulheres casadas, duas mulheres em união de facto, uma separada e uma mulher em processo de divórcio (gráfico 4).



Quanto à distribuição por nº de agregado familiar, verifica-se que a maioria das mulheres (n=5) tem um nº de agregado de 3 pessoas, três mulheres têm um nº de agregado familiar de 2 pessoas, uma mulher vive com mais três pessoas e apenas uma mulher vive sozinha (ver tabela 10).

| <b>Categorias</b>          | <b>1</b> | <b>2</b> | <b>3</b> | <b>4</b> |
|----------------------------|----------|----------|----------|----------|
| <b>Nº de Participantes</b> | 1        | 3        | 5        | 1        |

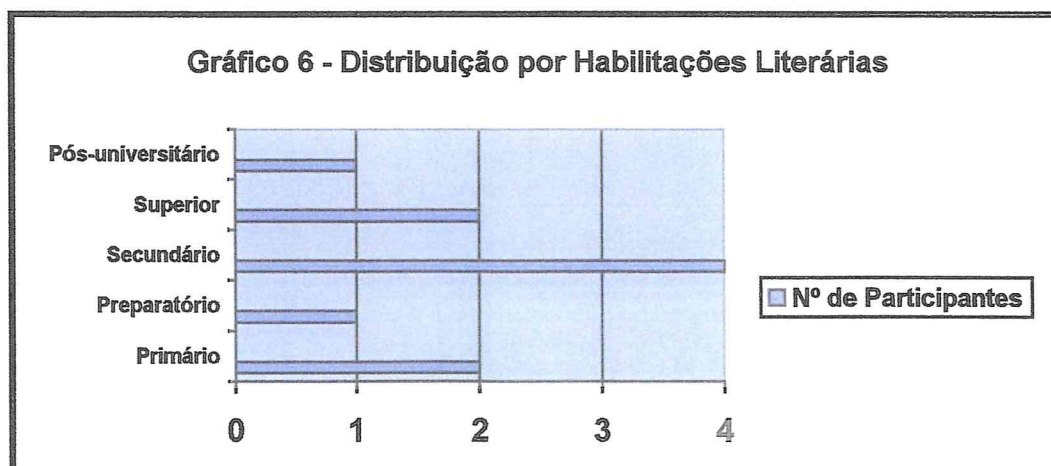
Relativamente ao rendimento mensal, tal como ilustra o gráfico 5, verificamos que das nove mulheres que constituem a mostra, seis têm rendimentos mensais entre 151 e 250 contos e três entre 67 e 150 contos.



Ao nível da ocupação/profissão verificamos que apenas uma mulher está desempregada, as restantes têm as mais diversas profissões ilustradas na tabela 11.

|                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| Cabeleireira                          | 1 |
| Funcionária Pública                   | 1 |
| Funcionária de agência de publicidade | 1 |
| Encarregada Fabril                    | 1 |
| Abastecedora na Galp                  | 1 |
| Ajudante de apoio familiar            | 1 |
| Vendedora Ambulante                   | 1 |
| Professora                            | 2 |

Quanto às habilitações literárias (ver gráfico 6), quatro mulheres têm o secundário, duas mulheres completaram o ensino primário; uma mulher fez o ensino preparatório, duas têm cursos superiores e outra tem um curso pós-universitário



#### **4.4. Procedimentos e Recolha de Dados**

Como foi referido anteriormente aquando da descrição e selecção da amostra, o primeiro passo consistiu num levantamento, por parte das técnicas da APAV e da AMCV, dos contactos dos casos de violação. Em seguida, procedeu-se às tentativas de estabelecimento dos contactos reunidos pela APAV, donde de 50 contactos de mulheres violadas apenas 20 mulheres foram efectivamente contactadas. As razões para tal facto, já anteriormente apontadas, prendem-se com alterações e desactivação de contactos e mesmo erros no registo dos contactos. No caso da AMCV os contactos foram estabelecidos entre as técnicas da associação e as mulheres sobreviventes de violação. Uma mulher aceitou reunir com a autora do estudo para um esclarecimento mais aprofundado sobre a investigação.

O passo seguinte consistiu na marcação de encontros com as mulheres que aceitaram colaborar, até esse nível na investigação. Esses encontros foram realizados nos dias e horas que eram mais convenientes para as mesmas. O local preferido para a realização deste primeiro encontro foi na maioria dos casos as instalações da própria instituição (na APAV em sete dos casos e na AMCV num dos casos), um dos encontros teve lugar no local de trabalho de uma das mulheres, que preferiu aproveitar o intervalo do almoço para o realizar, e outro teve lugar na própria casa da mulher, que disse preferi-lo por ter dificuldade em deslocar-se à APAV.

No caso dos encontros que foram realizados na APAV e na AMCV, foram disponibilizadas salas muito apropriadas, onde a privacidade era totalmente assegurada, e as não interrupções eram garantidas através de uma indicação, no caso da APAV, colocada na porta da respectiva sala –“Reunião a decorrer, não interromper”.

O encontro que foi realizado no local de trabalho da mulher, teve lugar num pequeno escritório onde, por ser hora de almoço, não se encontrava ninguém, para além da própria e da autora do estudo, o que garantia a privacidade.

---

Por último, o encontro que foi realizado na casa da mulher, teve lugar na sala, encontrando-se a mulher sozinha em casa, garantido mais uma vez a privacidade desejada para este estudo. No entanto, foi esta a entrevista que não pode ser incluída no estudo, dado que, no decorrer da entrevista, foi verificado que a mulher era vítima/sobrevivente de abuso sexual em criança e não de violação.

Após terem sido especificados, mais uma vez, os objectivos do estudo e esclarecidas as dúvidas que as mulheres pudessem ter, foi-lhes perguntado se concordavam, então, dar seguimento à sua colaboração participando numa entrevista. Todas as mulheres responderam positivamente a esta questão. Em seguida foi-lhes questionado se preferiam fazer a entrevista naquele ou noutro momento a agendar, todas as mulheres preferiram avançar de imediato com a realização da entrevista.

Assim, deu-se início ao processo de recolha de dados. Solicitou-se às mulheres que respondessem a alguns dados de caracterização demográfica a que se seguiram as questões que constavam do guião da entrevista, no entanto, as questões da entrevista foram introduzidas consoante o curso da narrativa das mulheres, alterando muitas vezes a ordem com que se encontram no guião definido. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio após autorização concedida pelas mulheres. As entrevistas tiveram a duração média de 45 minutos a uma hora.

No final de cada entrevista, era solicitado às mulheres que acrescentassem alguma informação que considerassem pertinente, para além das questões da entrevista, ou que colocassem alguma questão à autora caso sentissem necessidade. Posteriormente eram feitos os respectivos agradecimentos. Verificou-se que a grande maioria das mulheres acabava, também, por agradecer à autora do estudo a oportunidade de falarem sobre o seu caso. Apesar de, em muitos dos casos, se ter observado que o facto de terem de falar e reflectir sobre a violação lhes provocou momentos de emoções intensas. Para além disso, muitas mulheres tiveram de faltar ao trabalho, ou fazer grandes deslocações até ao local da entrevista.

---

Finalmente, 10 das 11 entrevistas foram transcritas<sup>45</sup> e o seu conteúdo foi analisado com o objectivo de se responder às questões da investigação.

#### **4.5. Descrição dos Instrumentos**

Os instrumentos utilizados foram elaborados a partir da “Interview Guide”, construída e aplicada por Hoff (1990) na sua investigação sobre violência contra as mulheres, descrita e publicada no livro “Women as Survivors”. Assim, temos um primeiro instrumento (instrumento nº 1), que pretende, unicamente fazer uma caracterização das mulheres participantes no estudo e um segundo instrumento (instrumento nº 2) que é um guião de entrevista, que tem como objectivo conhecer a realidade do crime de violação na perspectiva dessas mulheres, as suas necessidades, dificuldades, relações com as instituições a que recorreram e com os seus outros significativos.

A adaptação do segundo instrumento, o guião de entrevista, consistiu na modificação de algumas questões, as razões que justificam essas alterações prendem-se com: a) o facto dos objectivos do estudo serem um pouco diferentes, visto que se trata de um estudo com mulheres vítimas/sobreviventes de uma violência específica – a violação; b) a revisão teórica realizada sobre o tema; c) as entrevistas exploratórias realizadas junto de alguns técnicos especializados, nomeadamente, médicas, juristas, polícias e membros de associações ligadas à temática da violação.

##### **4.5.1. Instrumento nº 1 – Caracterização da Amostra**

Este instrumento<sup>46</sup> refere-se à caracterização social, demográfica e económica das mulheres que constituem a amostra do estudo através dos seguintes itens:

1. Idade
2. Situação conjugal
3. Número de filhos
4. Ocupação/profissão

---

<sup>45</sup> Ver anexo XI.

<sup>46</sup> Ver em anexos.

- 
5. Nível de rendimento
    - a. Agregado familiar
  6. Habilitações literárias
  7. Nacionalidade
  8. Preferência religiosa.

O instrumento nº1, que pretende identificar e descrever a amostra, foi construído para a este estudo tendo por referência os itens considerados relevantes para este tipo de população alvo em diversas investigações, nomeadamente Hoff (1990).

#### 4.5.2. Instrumento nº2 – Guião de Entrevista

Este estudo tem como objectivo saber um pouco mais sobre o crime de violação na perspectiva das mulheres que viveram essa experiência, para que num futuro próximo as formas de lidar com essa situação seja mais adequada. Gostaria de contar com a sua colaboração, isto é, que respondesse a algumas questões com base na sua experiência.

Com esta introdução pretende-se esclarecer as mulheres que aceitaram participar no estudo sobre o tema em questão e, por outro lado, valorizar a sua experiência no sentido em que, de alguma forma, podem ter influência na alteração das condições actuais.

Algumas das questões que lhe vou colocar relacionam-se com uma situação que deve ser bastante difícil para si falar sobre ela. Gostaria, desde já de lhe agradecer por ter aceite participar neste estudo.

2. Presentemente como classificaria o nível em que a violação ainda afecta a sua vida:

- o Ao nível das suas relações com os outros
- o Ao nível da sua segurança
- o Ao nível da saúde física e psíquica
- o Ao nível profissional

Outros níveis \_\_\_\_\_

---

Com estas primeiras questões pretende-se por um lado valorizar e agradecer o facto das mulheres aceitarem participar no estudo e, por outro lado, pretende-se perceber, de uma forma genérica, de que forma é que estas mulheres se sentem perturbadas, no momento actual, pela violação. Permitindo, assim, à entrevistadora um conhecimento prévio de como a entrevista pode ser conduzida, e prever algumas reacções por parte das mulheres.

1. Alguma vez pensou que poderia vir a passar por uma situação deste tipo?

Esta pergunta tem por objectivo conhecer-se a definição e a interpretação que as mulheres têm da violação.

3. Pode-me falar um pouco de como é que tudo se passou.

Com esta primeira pergunta queremos que as mulheres comecem por relatar os factos que lhe parecem mais pertinentes sem que sejamos nós a induzir-lhes a forma de o fazer. No entanto, é nosso objectivo que nesse relato as mulheres nos indiquem: há quanto tempo foram violadas, que idade tinham na altura, o local e hora (aproximada) da violação, a ligação delas com o violador ou violadores, se a violação foi um acto isolado ou não, que tipo de agressões sofreram, como tentaram defender-se. Ou seja, com esta pergunta pretendemos obter informação sobre as situações ou contextos de ocorrência da violação. No caso das mulheres, nos seus relatos espontâneos, não nos darem algumas das informações que citámos anteriormente a entrevistadora colocará, então, algumas dessas questões:

3.1. Há quanto tempo ocorreu a violação?

3.2. Que idade tinha na altura?

3.3. Conhecia o(s) violador(es)? (Se sim) De que forma?

3.4. Em que contexto (local e a que horas) se deu a violação?

3.5. Foi utilizada alguma arma?

4. Sentiu durante o ataque que a sua vida estava ameaçada? Que estratégias utilizou para se defender?

5. Como descreve os momentos imediatos que se seguiram à violação?

---

Estas perguntas pretendem conhecer o impacto imediato que uma mulher vítima de violação sofre, saber qual o seu estado emocional e físico, saber quais os pensamentos que lhes ocorreram após a violação.

6. Após a violação o que é que fez?

16. Dirigiu-se a alguma instituição? (Se sim) Como foi recebida?

18. Recorreu à polícia? (Se sim) Como é que foi a ajuda que recebeu? Como é que se sentiu? (Se não) Quais foram as suas razões para não o fazer?

17. Recorreu a serviços de saúde? (Se sim) Como é que foi a ajuda que recebeu? Como é que se sentiu? (Se não) Quais foram as suas razões para não o fazer?

19. Recorreu à justiça? (Se sim) Como é que foi a ajuda que recebeu? Como é que se sentiu? (Se não) Quais foram as suas razões para não o fazer?

20. Recorreu a outros serviços de apoio? (Se sim) Quais? Que ajuda lhe foi prestada? Como é que se sentiu? (Se não) Quais foram as suas razões para não o fazer?

Este conjunto de questões tem por objectivo saber a que tipo de instituições recorreram as vítimas em primeira mão, para sabermos quem podem ser na realidade alguns dos primeiros interlocutores institucionais destas situações e, também, como funcionam perante estas situações. Ou seja, estas questões têm como objectivo obter informação sobre o papel da rede social formal nas situações de violação. Por outro lado procuramos, também, saber quais as razões que levaram, ou não, estas mulheres a recorrerem a estes serviços existentes na comunidade.

7. Revelou a alguém, dos seus familiares, amigos, colegas ou vizinhos, que tinha sido vítima de violação? Porque razões? (Se sim) Como reagiram?

Com estas perguntas pretende-se conhecer qual o papel que a rede social natural desempenhou/desempenha nas situações de violação.

---

8. De uma forma geral, como é que a violação afectou a sua vida pessoal na relação com os outros [os seus familiares, os(as) seus (suas) amigos(as), os(as) seus(suas) colegas, os(as) seus(suas) vizinhos(as)]?

9. Qual o impacto que a violação teve nas suas relações afectivas dessa altura (companheiro(a), ou tem namorado(a), marido)?

10. Tem filhos(as)? (Se sim) De que modo é que a violação afectou a relação com os(as) seus(suas) filhos(as)?

12. Sente que, de algum modo, a sua situação acabou por afectar a vida de outras pessoas? (Se sim) Quem e como?

Com este conjunto de questões queremos saber qual o impacto que a violação teve nas relações das mulheres com os seus outros significativos e consequentemente na sua vida quotidiana.

11. Tem emprego? (Se sim) De que modo é que a o facto de ter sido vítima de violação afectou a sua situação de trabalho? (Se não) A violação teve alguma relação com essa situação?

Esta pergunta destina-se a saber qual o impacto que a violação teve na situação profissional das mulheres.

13. Que impacto é que a situação de violação teve no seu dia-a-dia? Ou seja, tinha alguns hábitos [como ir ao cinema, a um bar, sair sozinha etc... (referir estes exemplos apenas se não for entendido o teor da questão)] que deixou de ter em consequência da violação?

Com esta questão pretende-se conhecer de que forma a violação transformou a vida das mulheres, ou seja, quais as grandes mudanças nas suas vidas que elas atribuem ao facto de terem sido violadas.

14. Tem alguns problemas de saúde que considere que, de alguma forma, estão relacionados com a violação? (Se sim)Quais ?

---

15. Sentiu necessidade de recorrer a medicamentos psiquiátricos, bebidas alcoólicas ou drogas?

Estas questões pretendem conhecer o impacto da violação na saúde física e mental das mulheres.

21. Qual foi a ajuda mais importante (vizinhos, amigos e familiares ou dos serviços profissionais)? E a mais eficaz?

22. Que apoios é que acha que deveriam existir e não existem? Na sua opinião o que considera mais importante para prevenir a violência sexual, nomeadamente a violação, contra as mulheres?

Estas perguntas têm como objectivo conhecer o que foi mais importante para as mulheres (dentro das redes informais ou formais) para o seu processo de *recovery*, e como foi(foram)/é (são) percebida(s) a(s) ajuda(s) mais úteis e eficazes.

23. Descreva o que gostaria que acontecesse aos violadores:

- o Tratamento (médico/psiquiátrico/ psicológico/outro)
- o Prisão
- o Prisão perpétua
- o Pena de Morte
- o Outras \_\_\_\_\_

Nesta questão pretende-se saber a opinião das mulheres vítimas de violação sobre o tipo de consequências que devem existir para os violadores.

24. Como descreveria o seu processo de recuperação?

25. Com base na sua experiência, que conselhos daria a uma mulher que foi violada?

Com estas questões procuramos explorar que contribuições podem dar as mulheres vítimas de violação para a recuperação de outras mulheres vítimas de violação.

Outros comentários.

Com este item procuramos incluir todas as informações e comentários adicionais realizados pelas mulheres e que sejam considerados pertinentes para a investigação.

## ***V. Resultados***

## V. RESULTADOS

## 5.1. Análise das Entrevistas

| Categorias  | Nº de Participantes | Narrativas sobre o Tema   |
|---|---------------------|---|
| Nunca pensaram na possibilidade de serem violadas | 6                   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não. Nunca!</li> <li>2. Não. Nunca. Nem nunca pela cabeça sequer... Não, nunca... Se bem que eu tivesse visto na televisão há um ano, (um ano antes do facto) um programa na televisão sobre, um debate, e uma parte abordava violações, e eu lembro-me que o vi com atenção, as pessoas que falaram de cara tapada e tudo e lembro-me perfeitamente e lembrei-me, também, do programa aquando do facto...</li> <li>3. Não, nunca pensei vir a passar por momentos tão difíceis. Até eu tomar esta decisão passei muitas noites sem dormir, chorei muito, muito.</li> <li>4. Não, nunca, porque isso parece que é daquelas coisas que só acontece aos outros. Eu casei-me aos 17 anos e não estava nada à espera que isso um dia me fosse acontecer a mim, ainda mais pelo meu marido, não é. Portanto é daquelas coisas que costumo dizer para mim que só acontece aos outros não me acontece a mim.</li> <li>5. Não. Nunca. Nós pensamos que ao outro [acontece], ao próximo, nunca a nós.</li> <li>6. Não, nunca pensei nisso. Nunca Pensei. Principalmente com esta pessoa. Porque quando eu o conheci, nada me levava a pensar que ele se ia tornar assim tão violento.</li> </ol> |
| Consideravam a hipótese de serem violadas         | 6                   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim. Porque eu acho que a gente nunca deve pensar que é só aos outros que acontece. E eu sei que anda para aí muito maluco... Já na escola me tentaram violar muitas vezes.</li> <li>2. Acho que sim, porque eu já tinha passado por muitas mais antes. É que eu já fui violada antes duas vezes, quando era mais nova.</li> <li>3. Bem, como vivemos num mundo de homens, uma pessoa pode pensar que essa situação poderá vir a acontecer. De uma forma um pouco longínqua, mas passava-me pela cabeça.</li> </ol>   |

Quando questionadas sobre se algumas vez pensaram que poderiam vir a ser violadas, as mulheres da nossa amostra tenderam na sua maioria ( $n = 7$ ) a dizer que não, duas das mulheres que colocavam essa hipótese, já eram sobreviventes de violação ou tentativa de violação, e uma terceira mulher que colocava essa hipótese, considerava-a pelo facto de “vivermos num mundo de homens” (Ver tabela 12).

| <b>Tabela 13 – Interpretação sobre o nível a que a violação afecta as suas vidas no momento presente</b> |                            |  |
|--|----------------------------|--|
| <b>Categorias</b>  | <b>Nº de Participantes</b> | <b>Narrativas sobre o Tema</b>   |
| Ao nível das relações com os outros  | 7                          | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Afecta ao nível da desconfiança dos outros, da maior parte dos homens. Já não tenho tanta confiança como tinha. Perdi a confiança completamente, seja conhecido ou não conhecido.</li> <li>2. Ao nível das suas relações com os outros. Com os meus amigos, sinto-me mais insegura, aqueles mais chegados, comecei a ter uma relação mais distante, eu sei que eles não têm culpa, mas hoje em dia já não podemos confiar em ninguém.</li> <li>3. ... as amizades que eu tinha perdi tudo. Eu ia na rua e se as pessoas me chamassem eu não conseguia falar com ninguém, andava num estado de nervos, que não conseguia falar com ninguém, deixei de falar com toda a gente. Ouve uma altura que eu chegava a casa e não via nada nem falava com ninguém, via só o telejornal, mais nada.</li> <li>4. Ao nível das relações com os outros, mas não com toda a gente, com os que me são mais próximos sinto-me mais à-vontade mas com pessoas de fora já não tenho esse à-vontade. Afectou ainda a minha relação com o meu marido, tem vindo a melhorar bastante...</li> <li>5. Estou muito afectada, eu não tenho vontade para nada, nem para a minha filha.</li> <li>6. ... eu não consigo ter uma relação estável com ninguém, é muito complicado...</li> <li>7. ... ao nível das relações familiares</li> </ol>   |
| Ao nível da sua segurança  | 6                          | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ... muni-me de alguma segurança, pus umas persianas metálicas e estou sempre trancada, completamente trancada, todas as janelas e portas, inclusive, durmo no quarto fechada à chave com a luz acesa. (...) E por outro lado, acabei por comprar umas lâmpadas que se põe nas fichas (...) E por outro lado, tenho medo de andar na rua, às vezes à noite evito e às vezes assusto-me e penso será uma pessoa como esta... às vezes estou em casa à janela, ou a estender a roupa e penso "será que me estão a ver?"(...) , mas durante largos meses, eu quando ia tomar banho, como deixava de ouvir os ruídos da casa, muitas vezes desligava a água para ver se estava tudo bem. A secar o cabelo fazia o mesmo, a ouvir música... Todos esses barulhos eu não conseguia. Estava sempre em alerta constante... embora tente fazer a vida.</li> <li>2. Ao nível da minha segurança. Tenho um bocado mais de cuidado.</li> <li>3. Eu acho que afecta mais ao nível da minha segurança. Sinto-me mais insegura, principalmente quando vou na rua sinto-me mais insegura. Já pensei em adquirir uma arma para me sentir mais segura, mas não o vou fazer.</li> <li>4. Ao nível da segurança, sinto-me muito insegura, agora.</li> <li>5. ...tudo me mete medo, do escuro tenho pavor, sair à rua nem pensar a noite, só consigo sair ou com muita gente ou com o meu marido.</li> </ol> |

|                                     |   |   |
|-------------------------------------|---|---|
|                                     |   | 6. (...) no outro dia fui comprar uma navalha pequenina, não sei o que quero fazer com ela, mas vou prevenir. Não quero fazer nenhuma estupidez, mas quero sentir-me mais segura.   |
| Ao nível da saúde física e psíquica | 2 | 1. Ao nível da saúde psíquica, assusto-me com muita facilidade... E tenho muitos pesadelos que me deixam bastante transtornada.<br>2. Tenho mudanças de humor repentinas...   |
| Ao nível profissional               | 1 | 1. Ao nível do emprego, eu penso que o facto de eu ter deixado de trabalhar teve a ver com isto, eu nunca faltei ao trabalho, trabalhei sempre, mas como aquilo funciona como produção, e a minha produção baixou um bocadinho.   |
| Outros níveis                       | 2 | 1. E outra coisa que aconteceu é que eu tenho uma posição inata de dormir, que é virada sobre o meu lado direito, que é a minha posição de conforto para dormir, e desde essa data, quando me deito, procuro essa posição de conforto e depois contrario essa posição... o que me causa um certo desconforto, e é um bocado complicado às vezes adormecer.<br>2. ... às vezes acabo uma relação sexual e desato a chorar entro em pânico. No princípio de uma relação posso começar aos gritos e dizer "pára", quando essa pessoa não tem nada a ver com o assunto.<br>3. ... afectou-me bastante, porque foi um pânico, um medo... |

No que se refere à interpretação que as mulheres fazem sobre o nível a que a violação afecta as suas vidas no momento presente (ver tabela 13), verificamos que muitas (n =7) sentem que a violação afecta as suas relações com os outros, nomeadamente, com os amigos, com os maridos/companheiros/namorados, com os filhos, com os familiares em geral e com os homens em particular. Ao nível da segurança, seis mulheres referem sentirem-se afectadas, chegando a tomarem medidas para reduzirem a insegurança que sentem. Duas mulheres referem ainda sentirem-se no momento presente afectadas ao nível da sua saúde psíquica. Ao nível profissional apenas a mulher que se encontra desempregada o referiu. Foram ainda referidas como consequências da violação no presente, problemas ao nível das relações sexuais (uma mulher), problemas ao nível da posição de adormecer que tinha antes da violação (uma mulher) e uma terceira mulher que apenas refere sentir-se ainda muito afectada, esta mulher encontra-se ainda a residir na mesma casa com o violador.

Verificamos também que estas foram as respostas imediatas das participantes à questão que lhes foi colocada, [*Presentemente como classificaria o nível em que a violação ainda afecta a sua vida: 1) Ao nível das suas relações com os outros,, 2) Ao*

nível da sua segurança, 3) Ao nível da saúde física e psíquica, 4) Ao nível profissional e 5) Outros níveis?], na continuidade da entrevista, (como teremos oportunidade de o demonstrar) verificamos que muitas delas se sentem afectadas a outros níveis que não referiram de início.

**Tabela 14 - Relação entre as Vítimas/Sobreviventes e o Violador**

| Categories   | Nº de Participantes | Narrativas sobre o Tema  |
|--------------|---------------------|--|
| Desconhecido | 4                   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Isto foi na madrugada (...) eu estava a dormir(...), e senti um vulto, um corpo em cima de mim, na cama, e pôs-me o braço, (...) no pescoço e disse que era um assalto.</li> <li>2. Eu ia numa rua do Cacém, depois de sair da casa de uma amiga minha com o meu filho, quando um carro com três indivíduos parou e meteram-me lá dentro. (...) Nunca os tinha visto.</li> <li>3. (...) por volta da 1 da manhã cheguei a casa (que é nos arredores de Lisboa) e a escassos metros de casa, (...) fui abordada por um indivíduo de cor negra. (...)Esse indivíduo puxou-me o braço e disse que era um assalto...</li> <li>4. (...) e lá dentro estavam oito homens todos nus. Fecharam a porta à chave e começaram a agarrar-me por todos os lados...</li> </ol>                     |
| Conhecido    | 8                   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fui num carro com um amigo meu mais a namorada deram-nos boleia e no meio do percurso eles saíram e foram para a vida deles e eu segui porque iam levar-me a casa. Como eram pessoas conhecidas eu não tive medo, só que não foi bem assim. E pronto violaram-me...</li> <li>2. (...) naquele momento eu trabalhava com a esposa do rapaz que me fez isso. Entrei no carro dele, porque se fosse um desconhecido certamente não entraria, nem lhe ligava tão pouco. Entrei no carro dele porque o conhecia há tanto tempo, nunca me passou pela cabeça que ele me viesse a fazer mal, além disso ele sempre me mostrou respeito, se ele me tivesse mostrado desconfiança ou algum interesse eu nunca entraria naquele carro. (...) mas eu já o conhecia desde os 17 anos.</li> </ol> |
| Amigo        | 2                   |  |
| Tio          | 1                   |  |

|        |   |  |
|--------|---|--|
| Marido | 5 | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. E ele separou as camas, nós tínhamos outro quarto livre e ele foi para lá dormir. Já há dois anos que dormimos separados. (...) Depois entrava-me no quarto quando eu estava a dormir apertava-me o pescoço e tentava ter relações comigo à força. Às vezes conseguiu, outras vezes, eu consegui fugir-lhe, passava para o outro lado da cama e escapava. (...) E agora eu durmo com a porta do quarto fechada, porque dá-lhe aquelas coisas, ainda há dias aconteceu... Ele já me tentou violar, e violou, muitas vezes (...)</li> <li>2. Era um casamento muito instável (...) Naquele dia tive medo, quando o vi chegar a casa daquela maneira eu vi que poderia acontecer qualquer coisa de mais grave, então, ele começou a chamar-me nomes dos mais graves que possa imaginar e agarrou-me à força.</li> <li>3. É uma vida muito triste e eu queria separar-me dele porque eu já não gosto dele nada. (...) E depois, claro, obriga-me a ter relações.(...) Quando ele me obriga eu estou a ter relações e estou a chorar.</li> <li>4. Depois conheci o pai da minha filha, (...) Ele não me deixava sair de maneira nenhuma, fechava-me à chave, trancava-me tudo, e depois só saía quando conseguia ter relações, amarrava-me à cama, pés e mãos. Isto aconteceu muitas vezes.</li> <li>5. (...) sempre que ele tem vontade e eu não tenho vontade ele não respeita a minha vontade, simplesmente arranca-me à força a roupa e faz o que tem a fazer, viola-me.</li> </ol> |
|--------|---|--|

Ao analisarmos a relação entre as vítimas/sobreviventes e o violador (ver tabela 14) verificamos que quatro mulheres foram violadas por desconhecidos e oito foram violadas por conhecidos, (estes valores acontecem porque uma das mulheres entrevistada foi violada três vezes por diferentes violadores). Das violações cometidas por conhecidos, duas foram cometidas por amigos ou conhecidos das vítimas/sobreviventes, uma foi cometida por um tio e cinco pelos maridos das mulheres. Das mulheres violadas pelos maridos, apenas uma foi violada uma única vez, as restantes foram, ou são, violadas repetidamente.

| <b>Tabela 15 - Análise do tempo que decorreu desde a violação à entrevista</b> |  |
|--|--|
| <b>Categorias</b>  | <b>Narrativas sobre o Tema</b>   |
| Menos de 6 meses   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O divórcio ainda não chegou ao fim... (...) Ele começou com a violação porque como nós começamos a não nos entender, ele como não conseguia a bem começou a tentar a mal. E mesmo agora ele chega a entrar no quarto já vem assim...</li> <li>2. ... Eu tenho uma vida muito triste, só tenho 27 anos e já sofri muito, já há 8 anos que eu estou com ele. (...) Ele desde o ano passado que me obriga a ter sexo. Ainda este ano obrigou-me a ter relações, outra vez, desde as cinco da manhã que estava a tentar... batia-me... e eu não queria(...)</li> <li>3. Isto já aconteceu muitas vezes. Eu estou com ele vai fazer 3 anos. A última vez que ele me violou foi aí há uns três meses.</li> </ol> |
| 6 meses a 12 meses   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há oito meses.</li> <li>2. Então foi... em Dezembro último, já há seis meses.</li> <li>3. Isto está a fazer agora um ano, praticamente, foi em Agosto do ano passado.</li> </ol>   |
| 12 meses a 18 meses  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fez um ano no dia 10 de Fevereiro.</li> <li>2. Eu tinha ido à festa da música de Bach ao Centro Cultural de Belém. Isto foi na madrugada do dia 1 de Maio.</li> <li>3. Vai agora fazer um ano para Outubro.</li> </ol>   |
| 18 meses a 24 meses  |  |
| 24 meses a 30 meses  |  |
| Mais de 30 meses   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A primeira tinha aí uns 14 anos</li> <li>2. Na segunda vez foi num baile à noite, tinha 15 ou 16 anos.</li> <li>3. Depois conheci o pai da minha filha, namoramos 3 meses tivemos relações, fiquei grávida sem saber e juntei-me com ele. Eu tive a minha filha aos 17. Depois tratámos os papéis (...) Só que depois foi aquilo tudo que lhe contei. (...) aparecia e aí foi a primeira vez que me violou. Isto aconteceu há uns 18 anos.</li> </ol>  |

Verificamos, assim, que relativamente ao tempo que decorreu desde a violação até ao momento da entrevista, que três das violação ocorreram à menos de seis meses, três tiveram lugar entre 6 a 12 meses, três ocorreram há pouco mais de um ano e apenas a vítima/sobrevivente de três casos de violação, o foi, nas três situações, há mais de 30 meses (ver tabela 15).

| Tabela 16 - Análise da utilização de armas durante a violação |   |
|---|---|
| Categorias  | Narrativas sobre o Tema   |
| Utilização de arma/objecto                                    | 1. (...) ele apanhou-me e apontou-me uma 6-35 à cabeça, (...)   |
| Ameaça de utilização de arma                                  | 1. Não. Ele não utilizou nenhuma arma. Mas utilizou a força dele. e aí ele disse "se tu não abrires as pernas ou vou buscar a arma que tenho ali. Ele não foi buscar a arma e não me mostrou objecto nenhum, mas fez o gesto de ir sair de cima de mim para ir buscar. Depois ele disse "Eu sei tudo sobre a vida do teu filho", foi quando eu... pronto fiquei um bocado em baixo e ele disse "eu sei onde o teu filho está", ele ameaçou o meu filho.<br>2. Ele disse que tinha uma faca e todo o tempo me ameaçou com essa faca, mas eu não a vi.  |
| Sem utilização de arma  | 1. (...) e pôs-me o braço no pescoço e disse que era um assalto. (...). E depois disse "Não grites que eu não faço mal". Nisto tirou a fronha da almofada e pôs-me na cabeça. (...) também me torceu os braços com força que me doeu. (...)<br>2. Não[Não foi utilizada nenhuma arma]. Mas ameaçaram-me com o meu filho.<br>3. Depois entrava-me no quarto quando eu estava a dormir apertava-me o pescoço e tentava ter relações comigo à força. Às vezes conseguiu, outras vezes, eu consegui fugir-lhe, passava para o outro lado da cama e escapava. (...) Ouve uma vez que me arranhou toda eu até tenho marcas [mostrou cicatrizes], dele me tentar violar [disse com voz baixa]. Tenho marcas no pescoço, tenho uma escoriação nas costas. Ele entrava no quarto coma pila já assim [fez gesto com dedo], era um autêntico animal. (...) Não [Não foi utilizada nenhuma arma], ele agarra-me, arranha-me quando eu tento fugir. É só com as mãos.<br>4. Não [Não foi utilizada nenhuma arma], foi a força dele. Eu levei tanta porrada nesse espaço de tempo, que eu já não tinha forças...<br>5. Não[Não foi utilizada nenhuma arma] (...)Qualquer coisa bate-me .Um dia chegou a casa perdido de bêbedo ás tantas da noite deu-me um tatião.<br>6. Quando lá cheguei (...) lá dentro estavam oito homens todos nus. Fecharam a porta à chave e começaram a agarrar-me por todos os lados...<br>7. Como eram pessoas conhecidas eu não tive medo, só que não foi bem assim. E pronto violaram-me...<br>8. Ele não utilizou nada, nem me agrediu. Ele apenas me persuadiu psicologicamente.<br>9. Não, isso não. Não chegou a esse ponto, ainda. |

Da análise das violações sobre a utilização de armas ou objectos, observamos que na maioria das violações (n=9) não foram utilizadas armas ou quaisquer outros objectos. Em dois dos casos da nossa amostra, houve ameaça da utilização de armas, que nunca foram visualizadas pelas mulheres. Apenas num único caso foi utilizada uma arma. Mas em dois dos casos os violadores ameaçaram os filhos das vítimas/sobreviventes. (Ver tabela 16)

**Tabela 17 - Análise da ameaça de vida sentida pelas vítimas/sobreviventes durante a violação**

| Categorias                                   | Narrativas sobre o Tema   |
|--|---|
| <b>Sentimento de risco de vida</b>           | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim, [sim, senti a minha vida ameaçada] naquele momento... enquanto ele queria me penetrar ele não conseguia tirar-me as calças e naquele momento ele... torceu-me a perna e conseguiu mesmo tirar-me as calças. Antes dele me penetrar ele disse "abre as pernas" e eu disse "não" e aí ele disse "se tu não abrires as pernas ou vou buscar a arma que tenho ali. Ele não foi buscar a arma e não me mostrou objecto nenhum, mas fez o gesto de ir sair de cima de mim para ir buscar. Depois ele conseguiu abrir-me as pernas e começou a tirar-me as cuecas e disse "Abre as pernas que eu não te quero magoar" e eu disse "tu já me estás a magoar", mas ele disse "mas eu não te quero magoar". Depois ele disse "Eu sei tudo sobre a vida do teu filho", foi quando eu... pronto fiquei um bocado em baixo e ele disse "eu sei onde o teu filho está", ele ameaçou o meu filho.</li> <li>2. Senti [a minha vida ameaçada]. Senti quando me torcia os braços, sim, senti. Bem, eu não sei se era bem risco de vida, mas tinha medo que me batesse ou me desse uma facada, ou uma pistola. Mas eu estava de olhos fechados e estava sempre à espera que viesse uma coisa dessas...</li> <li>3. Ele fica muito roxo e houve uma altura que eu tive medo, até a própria filha tem medo... Que ele me faça mal com objectos não, mas faz-me outras coisas: já é segunda vez que ele me dá uma coisa que diz que é chá (...) Coisas na comida ele já me pôs muitas vezes.</li> <li>4. Senti. Eu corri risco de vida.</li> <li>5. Sim, tenho a certeza, ele estava completamente drogado. E quando eu lhe pedi para usar um preservativo vi também que era a minha vida que estava em jogo, e mesmo isso acho que já foi... Mas de qualquer maneira a minha vida sempre esteve em risco. (...)</li> <li>6. Várias vezes mesmo. Então não senti [que a minha vida estava em risco]...</li> <li>7. Sim, claro. Quando ele me apontou a 6-35 e mostrou-me as balas, 8 balas e tirou-as lá de dentro e tornou a por na pistola. Foi a primeira vez que ele me violou. Ele disse "se não és minha, não és de mais ninguém". Eu tinha conseguido fugir há uns dias. E quando ele me levou eu pensei mesmo "Hoje é que é o último dia da minha vida."</li> </ol> |
| <b>Não houve sentimento de risco de vida</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não [não senti a minha vida ameaçada] porque eu já sabia o objectivo deles.</li> <li>2. Não era aquele tipo de matar e "dá-me aí o dinheiro", eles nem me roubaram nada.</li> <li>3. Nas outras violações [duas violações] anteriores não senti ameaça de vida porque eu sabia que se fizesse o que eles queriam depois me deixavam.</li> <li>4. Não [não senti a minha vida ameaçada] .</li> <li>5. Durante as violações não, mas noutros momentos já senti...</li> </ol>  |

Podemos verificar através da tabela 17 que, a maioria (n = 7) das mulheres sentiram que as suas vidas estavam ameaçadas durante as violações, apenas em cinco casos de violação da nossa amostra as mulheres não sentiram que corriam risco de vida, sendo que dois dos casos se passaram com a mesma vítima/sobrevivente.

**Tabela 18 - Análise das estratégias de sobrevivência utilizadas**

| Categorias  | Narrativas sobre o Tema  |
|---|--|
| Tentaram lutar, fugir ou gritar   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Depois de ele me ter conseguido penetrar ele pôs-me esta mão a trás das costas eu já não tive forças para lutar. Eu ando sempre com as unhas grandes e arranhei-o todo, arranhei nas costas e depois procurei posição para lhe morder na cara e na orelha, mas ele conseguiu desviar. Com o peso dele eu nem conseguia ter força nesta mão, e quando eu vou para o arranhar ele morde-me aqui (parte lateral exterior da mão) ele fica com essa mão na boca e partir daí eu não consegui lutar mais. (...)</li> <li>2. Por um lado dei-lhe pontapés, murros, rrossa o carro era pequenino (...)</li> <li>3. eu lutei tanto, com as mãos, com os pés... (...) Eu estava aflita eu não tomava a pílula e eu não sabia o que é que ele tinha ingerido e com quem tinha andado... E depois de ter esperneado, gritado, de já não ter mais nenhum tipo de forças, (...)</li> <li>4. Eu tentei fugir, gritar, (...)</li> <li>5. (...) outras vezes, eu consegui fugir-lhe, passava para o outro lado da cama e escapava</li> </ol> |
| Tentaram apelar aos sentimentos com o objectivo de dissuadir o violador | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. (...) disse-lhe que estava grávida para ver se... se ele não me fazia mal.</li> <li>2. uma pessoa que eu conheço há tantos anos, que eu admiro tanto, inclusive eu disse-lhe mesmo " O tio não me vai fazer isso porque para mim é quase como um pai". Talvez tenha sido ingenuidade da minha parte, mas eu pensei que ao dizer isto ele acatasse, porque perante uma coisa desta não há nada a dizer. Portanto, se calhar podemos dizer que a minha estratégia foi apelar-lhe aos sentimentos. Eu pensei que isso era uma barreira suficiente para ele não continuar.</li> <li>3. Nessa altura eu não estava a tomar a pílula e estava com muito medo de engravidar. Lembro-me de lhe pedir encarecidamente...(...) pedi-lhe que usasse um preservativo.</li> <li>4. Outras vezes tento por palavras dissuadi-lo, umas vezes consigo, outras vezes não.</li> </ol>  |
| Estratégias para a evitar a aproximação do violador                     | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. E noutras alturas ficava na rua até a miúda chegar, sentava-me no vão da escada e só subia quando ela chegava. (...)E agora eu durmo com a porta do quarto fechada, porque dá-lhe aquelas coisas(...) Agora só deixo a aporta do quarto aberta quando a minha filha está em casa. Eu começo a gritar a miúda vem logo (...)</li> <li>2. (...) eu não consigo estar deitada e ele no sofá, tenho medo. (...) Eu só posso dormir quando ele já está a pegar no sono porque eu nem a dormir estou descansada.</li> <li>3. No ano passado eu utilizava a estratégia de, como estava em estágio, tinha sempre muito trabalho para fazer , eu ficava sempre o mais possível acordada até mais tarde, e assim ele ia-se deitar, adormecia, e quando eu ia para a cama já estava descansada.</li> </ol>  |

|   |   |
|---|---|
| <p>Tentaram aceder ao que lhes era exigido para salvaguardarem as suas vidas, as dos seus filhos ou evitarem mais sofrimento.</p> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. (...) eu acho que não vale a pena a pessoa reagir... não sei... porque eu estava dentro de casa... na rua não sei se poderia ter fugido ou não, mas ali de portas fechadas...passou-me pela cabeça... mas a pessoa fica... se reagisse podia levar uma facada, uma bofetada, podia ser atada, esfaqueada. Por isso, quanto a mim o melhor é não reagir... Sei lá. (...)eu acho que foi a minha estratégia para não me magoar e se calhar hoje poderia não estar aqui a contar isto...</li> <li>2. Eu não fazia nada, ficava em pânico e pensava "se hoje é o meu último dia de vida seja o que Deus quiser" e também pensava que era preferível morrer do que viver uma morte-vida.</li> <li>3. Foi tentar aceder aquele que ele queria, fui apanhada de surpresa e fiquei muito passiva, aquilo estava a acontecer-me e eu só pensava "Não pode ser, é mentira", (...)</li> <li>4. Eu tentei estar calma, pensei "se eu mostrar agressividade neste momento, ou ele mata-me ou faz-me alguma coisa". Mostrei-me como se tivesse aceitado tudo aquilo na boa.</li> <li>5. (...) e tive de ceder porque senão eu não sabia o que me poderia acontecer.</li> <li>6. Foi fazer tudo o que ele queria pelo meu filho.</li> <li>7. e depois para defender o meu filho fiz o que ele quis. (...) Foi mesmo, assim, senti-me uma puta, mas o meu filho estava lá... estava a brincar, mas... nem sei.</li> </ol> |
|---|---|

Verificamos, através da tabela 18 que as vítimas/sobreviventes utilizaram as mais variadas táticas de sobrevivência, muitas vezes combinando várias estratégias para tentarem salvaguardar-se e fazendo uma avaliação da sua situação, verdadeiras heroínas, lutando pelas suas vidas, e, por vezes, pelas dos seus filhos. Algumas tentaram lutar, fugir ou gritar por ajuda, outras tentaram apelar aos sentimentos do violador com o objectivo de o dissuadir. Outra estratégia, utilizada especialmente pelas mulheres que ainda se encontra na iminência de serem violadas pelos seus maridos, é a de evitarem a aproximação do violador. E a estratégia de sobrevivência mais frequentemente utilizada pela nossa amostra foi a acederem ao que lhes era exigido para salvaguardarem as suas vidas, as dos seus filhos ou evitarem mais sofrimento.

| Tabela 19 - Análise das primeiras revelações sobre a violação |  |
|---|--|
| Categorias  | Narrativas sobre o Tema  |
| <b>Revelaram apenas a amigos(as) chegados(as)</b>             | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não. Também não[não contou as pais da violação]. Foi só a amigos, professores.</li> <li>2. (...) disse que me tinham assaltado, só.(...) Tive vergonha. (...)e eu não aguentava mais... eu não tinha contado a ninguém, nem aos meus pais, nem aos meus irmãos, nem às minhas irmãs, sempre pela mesma razão, por vergonha, muita vergonha... (...) Entretanto pedi ajuda a esse casal e disse que precisava de falar com eles. Eu tenho uma relação com eles como irmãos,(...)</li> <li>3. Só contei a uma amiga minha, só ela é que sabia, eu contava-lhe a ela tudo sobre as coisas do meu marido. Das outras já nem me lembro.</li> <li>4. Só a uma amiga minha, uma amiga minha sabe disso.</li> </ol>  |
| <b>Revelaram apenas a familiares</b>                          | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quando cheguei revelei à minha mãe, ao meu pai, as pessoas que estavam mais chegadas a nós eram o meu padrinho, a minha mãe contou ao meu padrinho, por arrastamento e por circunstâncias várias acabou por saber a mulher do meu padrinho e minha prima. Depois foram alertados os meus primos que têm as duas pequenitas, e a minha madrinha.</li> <li>2. Contei á minha filha. E agora já começo a contar mais, mas a princípio não contava a ninguém. Contei a uma cunhada.</li> </ol>   |
| <b>Revelaram a familiares e colegas</b>                       | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. (...)telefonei logo à minha irmã a dizer o que tinha acontecido. Veio logo o meu sobrinho. Que também tirou ou está a acabar o curso de Psicologia. Foi a primeira pessoa que lá chegou. Depois veio o meu cunhado e veio ela. E pronto... sabem perfeitamente o que aconteceu.(...) Revelei a alguns amigos meus, que são mesmo meus amigos e acho que tiveram todos um papel importante. E disse no serviço a minha chefe e aos meus colegas directos, só. (...)A minha mãe nunca soube, não estava cá nunca sonhou, nem sonharia... Nem sequer lhe contei do roubo, sequer.</li> <li>2. <b>Para além do seu pai e da sua mãe revelou a mais alguém, dos seus familiares, amigos, colegas ou vizinhos, que tinha sido vítima de violação?</b> Sim, eu já cheguei a ir marcada para o meu trabalho (...)</li> </ol>                             |
| <b>Revelaram a amigos(as) e posteriormente e familiares</b>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. eu só tenho uma única pessoa minha amiga... tenho muitos conhecidos, mas amigas... e a minha mãe já tinha falecido nessa altura... então eu telefonei para essa amiga e pedi para me vir buscar, disse-lhe que estava completamente desesperada ela veio. (...)Contei ao meu pai,(...)</li> </ol>  |
| <b>Revelaram a amigos e posteriormente e companheiros</b>     | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Depois telefonei para um vizinho e amigo meu, que também me tinha oferecido boleia, porque mora perto de mim, disse-lhe que precisava de ajuda. Ocorreu-me ele. (...)Depois veio esse meu amigo, contei-lhe o que se passou e depois ele ajudou-me. Eu pedi-lhe para ele me levar ao pé da mulher dele (mulher do violador) e ele levou-me lá, mas antes eu telefonei-lhe e disse-lhe que precisava de falar com ela e ela notou que se passava alguma coisa. Quando eu cheguei lá estava lá a mãe dela e o padrasto. (...)naquele momento estavam lá também a mãe e o pai dela foram só as pessoas a quem revelei. Por que a mãe dela foi à casa-de-banho perguntar o que se passava e ela contou-lhe. (...)O meu companheiro na altura estava em Londres a trabalhar. Quando eu lhe contei o que se passou ele acreditou, mas (...)</li> </ol> |

Podemos observar que todas as mulheres acabaram por revelar as suas violações (ver tabela 19), na sua grande maioria os(as) amigos(as) foram os primeiros contactos, nalguns casos após os amigos seguiram-se os familiares, os colegas de trabalho e, num dos casos, o companheiro. Duas mulheres preferiram, ainda, revelar em primeira mão aos familiares e uma delas após os familiares revelou, também, aos colegas de trabalho.

Para compreendermos um pouco melhor as escolhas feitas pelas vítimas/sobreviventes, vamos analisar, também, as motivações/razões que as levaram a escolher determinadas pessoas para o fazer (tabela 20).

| <b>Tabela 20 - Análise das motivações/razões para revelarem a violação</b>                     |  |
|--|--|
| <b>Categorias</b>  | <b>Narrativas sobre o Tema</b>   |
| <b>Pedidos de ajuda imediatamente a seguir à violação e querer avançar para a justiça.</b>     | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Depois veio esse meu amigo, contei-lhe o que se passou e depois ele ajudou-me. Eu pedi-lhe para ele me levar ao pé da mulher dele (mulher do violador) e ele levou-me lá, mas antes eu telefonei-lhe e disse-lhe que precisava de falar com ela e ela notou que se passava alguma coisa. (...) Depois eu disse só preciso de saber se for preciso alguma coisa, se isto for para Tribunal e ela disse que eu tinha todo o apoio dela.</li> <li>2. (...) dirigi-me ao telefone, que fica junto à porta da rua, e telefonei logo à minha irmã a dizer o que tinha acontecido. (...) Poderia ter dito ou não dito, mas como acho que no final de um crime as coisas devem ser denunciadas.</li> </ol>   |
| <b>Revelação a uma única pessoa ou grupo restrito com o objectivo de obter apoio emocional</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. E eu achava que se contasse as pessoas não me iriam ajudar iam era contar a toda a gente. (...) Contei a uma cunhada. E ela apoiou-me, porque ela vai à terra aos fins-de-semana e leva-me, conversa comigo... Porque eu afastei-me de toda a gente, eu tinha muitas amigas que iam lá a casa jantar, etc (...) E eu presentemente não tenho ninguém, estou muito sozinha. Não me dá conselhos mas ouve-me. Ela é uma pessoa que também já passou muito(...) também tem tido uma vida complicada. E partilhamos os nossos problemas.</li> <li>2. Tive vergonha [de dizer que tinha sido violada]. Mas eu já não aguentava mais aquilo só para mim, estava completamente apavorada, e só de pensar que tinha de contar mais medo sentia. Mas eu sentia que tinha de contar porque eu já não aguentava aquilo só para mim. Era como se tivesse... sei lá... uma pedra enorme em cima de mim... eu tinha de contar a alguém... se ficasse só para mim... eu não estava a aguentar. Entretanto pedi ajuda a esse casal e disse que precisava de falar com eles.</li> <li>3. Porque estava sozinha, não tinha ninguém, não sabia o que poderia acontecer... e depois ia sair da minha casa e ia dizer o quê? Precisava de desabafar com alguém. Eu sei que há pessoas nas mesmas circunstâncias que se calam, mas eu não... a minha revolta era tão grande, já que não podia fazer nada para evitar o que aconteceu, ao menos que falasse para calar o mundo ou para dizer "não se calam porque não nos podemos calar numa situação destas". Percebe?</li> <li>5. Elas vêm e depois dão-me apoio psicológico. A minha mãe é que tem ajudado muito, coitada. (...) O meu pai queria-me levar com ele só que eu tenho medo por causa da miúda, das doenças lá da Guiné. (...) Eu também desabafo muito com a minha irmã mais velha. Ela dá-me apoio psicológico, mas não podem ajudar mais porque se eu for para casa delas ele arma barraca.</li> <li>6. Só contei a uma amiga minha, só ela é que sabia, eu contava-lhe a ela tudo sobre as coisas do meu marido. (...) Ela não tinha hipóteses de me ajudar. Ela deu-me algum apoio, mas pouco. Porque ela era a única pessoa com quem ele me deixava falar. Só que sair eu não podia, só em casa... e eu chorava e lamentava-me... (...) E eu dizia-lhe que preferia matar-me do que viver assim, e depois ela dava-me aqueles conselhos, evidentemente, que não o fizesse, que havia sempre uma oportunidade, que de hoje para amanhã poderia ficar melhor, que ele podia ter um descuido e eu fugia... E assim foi.</li> <li>7. Eu tinha necessidade de contar a alguém, tinha necessidade de desabafar, de contar a alguém e escolhia a ela, porque tenho confiança nela.</li> </ol> |

|   |  |
|---|--|
| <b>Revelação no sentido de resolver um problema concreto resultante da violação</b> | 1. Naquela altura eu só queria que me ajudassem a fazer o aborto porque eu descobri que estava grávida. Eu não estava prevenida, aconteceu aquilo, assim de repente. Foi uma tragédia em cima da outra...          |
| <b>Revelação com o objectivo de proteger outras pessoas</b>                         | 1. Eu não seria nunca capaz de guardar só para mim e também por existirem as duas pequeninas, se a mim ele deu-me a volta e sou uma pessoa crescida, o que é que ele poderia fazer com às miúdas mais pequenas?... |

As razões ou motivações que levaram a que as mulheres da nossa amostra revelassem que tinham sido violadas prendem-se, na maioria dos casos (n =6), com o facto de não suportarem guardar apenas para si esse crime de que foram vítimas/sobreviventes. Algumas destas mulheres sentiram, apesar de tudo, que ninguém as poderia ajudar, mas necessitaram de apoio emocional. Outras tinham vergonha de revelar a violação, mas o peso de guardar esse acontecimento só para elas era sentido como demasiado, optando, assim, por partilhar o acontecimento com apenas uma pessoa, ou com um grupo muito restrito. Nos outros casos foi o sentimento de revolta que as levou a revelar.

Duas, das mulheres entrevistadas, revelaram a violação por necessitarem de apoio imediato após a violação e foram essas mesmas mulheres que afirmam, também, ter revelado por irem seguir com o processo para a justiça.

E, ainda, duas mulheres que revelaram a violação porque tiveram razões muito específicas para o fazer, uma delas por ter ficado grávida em consequência da violação e outra porque queria proteger outras familiares da mesma situação (Ver tabela 20).

Devido ao facto de terem diferentes motivações para revelarem, verificamos que nem todas as mulheres revelaram a sua violação logo após a mesma. A tabela 21, permite-nos observar quanto tempo após a violação as mulheres da nossa amostra optaram por revelar.

| <b>Tabela 21 - Análise do tempo que decorreu entre a violação e as primeiras revelações</b> |   |
|---|---|
| <b>Categorias</b>   | <b>Narrativas sobre o Tema</b>  |
| <b>Logo após a violação</b>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Depois telefonei para um vizinho e amigo meu, (...) Ocorreu-me ele.</li> <li>2. (...)dirigi-me ao telefone, que fica junto à porta da rua, e telefonei logo à minha irmã a dizer o que tinha acontecido.</li> </ol>   |
| <b>No dia seguinte</b>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ... levantei-me e cheguei aqui ao meu trabalho e como eu só tenho uma única pessoa minha amiga... (...) então eu telefonei para essa amiga e pedi para me vir buscar, disse-lhe que estava completamente desesperada ela veio.</li> <li>2. Quando cheguei revelei à minha mãe,(...)</li> </ol>  |
| <b>Algum tempo depois</b>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. E agora já começo a contar mais, mas a princípio não contava a ninguém.</li> <li>2. (...)e eu não aguentava mais... eu não tinha contado a ninguém, nem aos meus pais, nem aos meus irmãos, nem às minhas irmãs, sempre pela mesma razão, por vergonha, muita vergonha... Mas eu já não aguentava mais aquilo só para mim, estava completamente apavorada, e só de pensar que tinha de contar mais medo sentia. Mas eu sentia que tinha de contar porque eu já não aguentava aquilo só para mim. Era como se tivesse... sei lá... uma pedra enorme em cima de mim... eu tinha de contar a alguém... se ficasse só para mim... eu não estava a aguentar.</li> <li>3. Só depois de dois meses é que contei a alguém.</li> </ol> |
| <b>Muito tempo depois</b>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A minha mãe soube mais para a frente que ele me tinha violado. A minha irmã também soube muito tempo depois.</li> </ol>   |

Como podemos observar na tabela 21, duas mulheres revelaram as suas violações logo após o crime, duas mulheres acabaram por revelar apenas no dia seguinte, três das vítimas/sobreviventes apenas revelaram algum tempo depois, e uma mulher acabou por revelar muito tempo depois da violação ter sucedido.

| <b>Tabela 22 - Análise das razões para não revelarem a violação</b> |  |
|---|--|
| <b>Categorias</b>   | <b>Narrativas sobre o Tema</b>   |
| <b>Medo</b>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. E existem muitos homens em que as mulheres que eles violaram não têm coragem de falar, têm medo, mas essas mulheres nunca deveriam ter medo deles. Mas eles ameaçam matar ou ameaçam que se tu fores contar...</li> <li>2. Medo, vergonha, receio que lhes possa acontecer mais. E no fundo não confiam nas outras pessoas. Como no meu caso eu pensava, o que é que eles vão fazer... eu fui violada estou grávida... não é com conversa que eu resolvo. Resulta pouco.</li> <li>3. estava completamente apavorada, e só de pensar que tinha de contar mais medo sentia.</li> <li>4. Na primeira foi o medo que eu tive, fiquei com medo, fiquei apavorada.</li> <li>5. Eu acho que ele não deve saber por causa do feitio dele, ele é bastante desconfiado e muito cauteloso, já para ganhar a confiança dele já tive de fazer muito, acho que não devo por isso(...). Eu nem consigo imaginar se ele soubesse o que é que faria, por isso por uma questão de segurança minha prefiro não contar.</li> </ol> |

|  |   |
|--|---|
| <b>Falta de confiança na justiça</b>                         | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se a justiça fosse mais forte, também haveriam mais mulheres a apresentarem queixa.</li> <li>2. Mas hoje nem os próprios policiais têm respeito.</li> <li>3. (...) tenho medo, que aquilo vá dar merda. O Juiz e todos aqueles que nos estão a rodear, não vão acreditar...</li> <li>4. E depois a justiça, nem vale a pena falar, nem podemos contar com ela para nada. (...) Por isso, também, é que eu não apresentei queixa da violação, nem valia a pena.</li> </ol>   |
| <b>Sentirem que iam ser culpabilizadas ou desacreditadas</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Para já os meus pais iam dizer "Tás a ver isto um dia tinha que acontecer", iam me culpar. E o meu namorado, se calhar, dizia a mesma coisa. Achava que a culpa, também era minha.</li> <li>2. Na altura achei ... E por isso também é que eu não queria contar, porque eu achava que todos me iam dizer que eu não devia andar na rua aquela hora.</li> <li>3. (...) algumas pessoas que não quiseram acreditar.</li> <li>4. eu pensei que não iria ser capaz de arranjar argumentos, por mais que eu queira que mostrem à minha tia o que ele fez, para já não havia provas nenhuma, era só a minha palavra contra a dele, eu não iria arranjar maneira de provar o que tinha acontecido.</li> <li>5. Porque eu acho que as mulheres acabam por ter um sentimento de culpa e de vergonha,</li> </ol>                        |
| <b>Vergonha</b>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não queria que se espalhasse a notícia, porque a gente nunca fica bem. As pessoas olharem para mim e dizerem "Olha aquela foi violada!" (Ar de desespero)</li> <li>2. E eu achava que se contasse as pessoas não me iriam ajudar iam era contar a toda a gente.</li> <li>3. Quando cheguei a casa desse casal disse que me tinham assaltado, só. (...) Tive vergonha.</li> <li>4. Porque eu acho que as mulheres acabam por ter um sentimento de culpa e de vergonha,</li> </ol>  |
| <b>Pouparem os outros ao sofrimento e às próprias</b>        | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A minha mãe nunca soube, não estava cá nunca sonhou, nem sonharia... (...) Depois ela ficava muito... tenho de a poupar a essa questão.</li> <li>2. (...) ele é o pai dos meus filhos, e já viu o que é ele ir preso e daqui a uns anos os meus filhos dizerem que o pai deles está preso por minha causa. Foi para os proteger a eles (...)</li> <li>3. Se eu falasse na violação não ia ganhar nada com isso só ia chatear-me e lembrar-me de coisas que eu não queria. E deixei passar.</li> <li>4. De resto na minha família ninguém sabe das violações. Não tenho coragem de contar á minha mãe, não tenho coragem... (...) A minha mãe sabe de tudo menos das violações. Porque a minha mãe já está tão revoltada com ele, que acho que é melhor não dizer, porque eu acho que ela ia sofrer muito com isso.</li> </ol> |

Ao nível da análise das razões para não revelarem a violação (tabela 22) as mulheres apontam as seguintes razões: medo, falta de confiança na justiça, o sentimento de que iriam ser culpabilizadas ou desacreditadas, ou quererem poupar os outros e as próprias, ao sofrimento.

**Tabela 23 - Análise do impacto da violação nas relações com os outros**

| Categorias                                       | Narrativas sobre o Tema   |
|--|---|
| <b>Perda de confiança nos outros</b>             | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Com os meus amigos, sinto-me mais insegura, aqueles mais chegados, comecei a ter uma relação mais distante, eu sei que eles não têm culpa, mas hoje em dia já não podemos confiar em ninguém.</li> <li>2. Mudei um pouco a maneira como me relaciono com as pessoas no geral, estou mais agressiva, mais nojenta comigo mesma e com as outras pessoas. E não acredito tanto nos outros, estou sempre de "pé atrás", sou mais desconfiada.</li> <li>3. Afectou muito as relações familiares(...)Eu fiquei afectada no sentido em que, se eu já não tinha muita confiança com as pessoas de fora, agora nem dentro da família posso ter. A palavra "família" passou a ter outra conotação, não é assim um paraíso como eu pensava que era.</li> <li>4. Ao nível das relações com os outros, mas não com toda a gente, com os que me são mais próximos sinto-me mais à-vontade mas com pessoas de fora já não tenho esse à-vontade.</li> </ol> |
| <b>Perda de confiança nos homens</b>             | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Afecta ao nível da desconfiança dos outros, da maior parte dos homens. Já não tenho tanta confiança como tinha. Aquele sorriso e aquela simpatia que estava sempre presente já não tenho. Perdi a confiança completamente, seja conhecido ou não conhecido.</li> <li>2. Mas tornei um pouco mais desconfiada com as relações com o sexo oposto.</li> <li>3. Eu parece que já nem consigo ver os homens, às vezes eles estão a falar comigo e eu estou revoltada, estou revoltada com os homens no geral, são todos iguais, não prestam.</li> </ol>  |
| <b>Quebra de relações com os outros</b>          | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. (...) as amizades que eu tinha perdi tudo. Eu ia na rua e se as pessoas me chamassem eu não conseguia falar com ninguém, andava num estado de nervos, que não conseguia falar com ninguém, deixei de falar com toda a gente.</li> </ol>   |
| <b>Dificuldade em estabelecer novas relações</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Presentemente eu já tenho outro relacionamento e no início foi bastante complicado pois eu ainda não sei gerir uma relação, mas também me tem ajudado muito. Foi a este nível que acho que me afectou mais, eu não consigo ter uma relação estável com ninguém, é muito complicado.</li> </ol>  |

Nove mulheres da nossa amostra referiram ter sentido que as relações com os outros ficaram afectadas pela violação, quatro apontam como a maior consequência a perda de confiança nos outros, muitas delas (n = 3) indicam que essa perda de confiança aconteceu tanto nas relações mais próximas como nas relações com os estranhos. Três vítimas/sobreviventes indicam ter perdido a confiança sobretudo nos homens. Uma vítima/sobrevivente apontou que a maior consequência a nível das relações com os outros foi o facto de quebrar o contacto com os seus amigos. Uma outra mulher indicou que a sua grande dificuldade ao nível das relações com os outros em consequência da violação é o estabelecimento/gestão de novas relações (ver tabela 23).

Tabela 24 - Análise do impacto da violação nas relações afectivas

| Categorias  | Narrativas sobre o Tema  |
|---|--|
| <b>Em consequência da violação a relação foi quebrada</b>                         | 1. O meu companheiro na altura estava em Londres a trabalhar. Quando eu lhe contei o que se passou ele acreditou, mas houve um dia em que ele telefonou para o salão e ela encheu-lhe a cabeça e ele parece que ficou frio comigo, ele acreditou naquilo que ela disse. E com isso tudo eu separei-me, deixei-o. É um bom marido, é um marido que todas as mulheres querem, mas a falta de confiança que ele demonstrou, porque ele acha que eu nunca deveria ter entrado naquele carro. Em parte ele culpa-me.  |
| <b>Houve relutância em revelar a violação e a relação ficou bastante afectada</b> | 1. (...) o meu marido chegava a casa. Depois ele foi-me buscar e eu disse-lhe que tinha sido assaltada, mas não contei mais nada. (...) Ele sempre foi e ainda é muito querido, sempre que há um problema ele tenta sempre ir pelo lado onde não magoe tanto. Ele disse sempre que se eu não quisesse contar que não fazia mal, que eu tinha todo o tempo para ver se queria contar ou não, e disse, também, que não estava muito interessado em saber o que se tinha passado. Disse, ainda, que estava comigo que me ia ajudar e que os dois íamos passar esta fase difícil que tinha surgido. Não foi brusco, não houve discussão. (...) As coisas não estão ainda como eram, mas estão melhores. Na intimidade, ao princípio não conseguia, um simples toque, uma simples carícia fazia-me recordar tudo aquilo que eu tinha passado atrás. Agora já estou um bocadinho melhor. E o meu marido reagiu muito bem a esta situação, muito melhor do que eu estava à espera.  |
| <b>Novos relacionamentos dificultados em consequência da violação</b>             | 1. Presentemente eu já tenho outro relacionamento e no início foi bastante complicado pois eu ainda não sei gerir uma relação, mas também me tem ajudado muito. Foi a este nível que acho que me afectou mais, eu não consigo ter uma relação estável com ninguém, é muito complicado. Tenho mudanças de humor repentinas, às vezes acabo uma relação sexual e desato a chorar entro em pânico. No princípio de uma relação posso começar aos gritos e dizer "para", quando essa pessoa não tem nada a ver com o assunto. (...) Afecta muito. Afecta tanto que, ainda agora... e eu gosto dele, não digo que seja uma paixão porque isso já não me vai acontecer...mas disse-lhe vamos acabar com isto... é que tenho momentos, tenho mudanças de humor, agora está tudo bem, depois quero acabar com tudo...<br>2. Agora tenho outro companheiro, (...) Ele tem um feitio muito especial, pior ainda que o outro, (...) Ele sabe de tudo, das violações, etc. e não devia saber. Não devia saber porque ele faz muitos filmes... (...)<br>3. Mesmo eu tenho tido sexo com esse meu namorado e no princípio custou-me muito ele tocar-me e isso, eu não deixava ele tocar-me... (Pausa) Para mim voltar a atingir o orgasmo (e eu não tenho vergonha do dizer), foi muito difícil. |
| <b>Os companheiros não chegaram a saber mas as relações ficaram afectadas</b>     | 1. Não! É único que não sabe... Não tive coragem... (...) Na altura afectou um bocadinho. Mas já passou. Eu sentia-me suja e ele pensava que eu já não gostava dele.<br>2. O namorado eu arranjei depois e ele não sabe de nada e espero que não venha a saber, porque eu acho que ele não tem nada a ver com isso. Eu acho que ele não deve saber por causa do feitio dele, ele é bastante desconfiado e muito cauteloso, já para ganhar a confiança dele já tive de fazer muito, acho que não devo por isso em perigo por uma situação que foi anterior a esta e que não tem nada a ver com ele. Eu nem consigo imaginar se ele soubesse o que é que faria, por isso por uma questão de segurança minha prefiro não contar. Nas questões mais íntimas eu acho que afectou um bocadinho, porque eu a princípio pensei que não seria capaz de ter uma relação com alguém, pensei mesmo que a nível íntimo teria problemas, mas não, não tenho tido problemas, acho que superei.  |
| <b>Não afectou a relação</b>  | 1. (...) a ajuda do meu namorado foi extraordinariamente importante. Porque eu sei que numa situação dessas as pessoas ficam menos receptivas, colocam imensas questões. Mas neste caso foi o contrário, deu-me imenso apoio e total.  |

Relativamente ao impacto que a violação teve nas relações afectivas verificamos que seis dos casos a que tivemos acesso acabaram por afectar as relações. Num dos quais a relação foi mesmo quebrada e noutra houve muita relutância por parte da mulher em revelar ao marido que tinha sido violada, ficando a relação também afectada por isso. Três das mulheres referem terem iniciado novos relacionamentos, (visto que em dois dos casos os seus violadores eram os anteriores companheiros), e apontam como bastante difíceis estas novas relações em consequência das violações. Duas mulheres optaram por não revelarem aos seus companheiros as violações, em todos os casos as relações foram, também, afectadas.

Apenas uma mulher refere não ter sentido a sua relação afectada, ressaltando que o companheiro foi até um grande ajuda (Tabela 24)

Devemos, aqui chamar à atenção para o facto de três das mulheres entrevistadas ainda estarem a viver com o violador.

**Tabela 25 - Análise do impacto da violação na relação com os filhos**

| <b>Categorias</b>  | <b>Narrativas sobre o Tema</b>  |
|--|---|
| <b>Afectou a disponibilidade para os(as) filhos(as) apesar do esforço das mães</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. No Princípio sim, afectou um bocadinho. Porque eu não tinha paciência (comoção), Porque só a voz dele, eu não conseguia ouvir a voz de ninguém que já me incomodava. Mas depois eu comecei a pensar eu tenho um filho, eu é que tenho do criar não vou deixá-lo na rua, não vou deixá-lo a ninguém, eu é que vou ter de ter forças para o criar porque ele é meu filho, ele tem 4 anos mas é muito meu amigo. Ele dava algum apoio. Mas naqueles momentos dava-me raiva eu dava-lhe comida e ponha-o a ver televisão só para ele estar calado para não me chatear. Mas sim, afectou um bocadinho.</li> <li>2. A nossa relação ficou um bocado afectada, pois eu não tinha disposição, não falava com ela.</li> <li>3. Pois tem [prejudicado muito a sua filha]. A minha disponibilidade é toda para ela, passear com ela no parque lá ao pé de casa.</li> <li>4. Não, aos meus filhos não. Há uma prioridade na minha vida, e essa prioridade são os meus filhos, portanto eu esforço-me para que aquilo que me atinge a mim não atinja os meus filhos. Não é que eles não notem que eu ando mais em baixo, ou dou mais um grito, ou assim. Porque o meu filho também é muito inteligente.</li> </ol> |
| <b>A relação com os filhos (as) ficou valorizada</b>                               | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não. Eu acho que comecei a dar mais valor ao meu filho. Eu antes deixava-o na casa de uma amiga, agora já não deixo, já não sou capaz. Sou uma pessoa com mais responsabilidade. Agora é mais amor de mãe. Foi por ele, também, que me sujeitei aquilo. (pausa) Só não quero é que ele descubra mais tarde. Porque eu não lhe vou contar.</li> </ol>  |

|   |  |
|---|--|
| <b>Foi afastada do contacto com a filha</b> | 1. Com a minha filha não porque eu não vivia com ela. Eu só a via a fim-de-semana e estava 3 e 4 meses sem a ver porque ele não me aparecia com ela. |
|---|--|

Relativamente ao modo como as mulheres da nossa amostra que têm filhos (n = 6) consideram que essas relações foram afectadas verificamos que, (tal como demonstra a tabela 25), quatro consideram que as relações foram de algum modo afectadas devido a sua falta de disponibilidade mental, apesar de referirem o esforço que fizeram para que os filhos(as) sofressem o menos possível. Uma das mulheres considera que a relação com o seu filho ficou valorizada depois da violação, outra foi afastada da sua filha em consequência da situação de violência em que vivia com o seu violador e companheiro (ver tabela 25).

**Tabela 26 - Análise do impacto da violação na profissão**

| Categorias   | Narrativas sobre o Tema   |
|--|---|
| <b>Não puderam trabalhar durante um período de tempo</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. No emprego saí, não consegui trabalhar durante uns tempos eu não conseguia trabalhar. (...) não conseguia ir trabalhar. Afectou realmente um bocadinho. Tive uns dois ou três meses em casa porque não conseguia trabalhar.</li> <li>2. Ao nível do trabalho, eu penso que não, neste momento, porque já fez um ano. (...) E durante esse mês não consegui trabalhar eu tive de estar de baixa e não conseguia fazer nada, nada, nada, porque a má disposição era tão grande, (...)</li> <li>3. Eu já tinha este emprego na altura. E penso que afectou porque eu estava no início, e agora sou encarregada número 1, e aqui é assim, temos de ter muita atenção, muito cuidado, quando chega um carro à garagem, quando abastecemos lá fora não nos podemos enganar, e houve uma altura que eu tive mesmo para pôr baixa porque não aguentava a pressão, eu estava no princípio, numa aprendizagem porque tinha entrado em fins de Julho e aquilo aconteceu em Outubro. Mas contei à minha encarregada, não contei bem o que aconteceu, mas ela ajudou-me, soube-me compreender. Agora já cheguei onde cheguei e por mérito meu...</li> <li>4. (...)Tenho de faltar muitas vezes, (...) E depois ando sempre enervada, cansada... Ouve uma utente que eu cuidava da casa, que quando eu tive de faltar uma semana ela disse "se calhar foi por causa do marido, que ela tem muitos problemas". E depois a minha chefe veio me chamar e disse que eu não devia falar dessas coisas com os utentes... mas eu contei porque eu tinha vindo de casa estava tão carregada que tive de desabafar...</li> </ol> |

|  |  |
|--|--|
| <b>Afectou o desempenho, teve como consequência o despedimento</b> | 1. (...) afectou a minha produção no trabalho. Em Janeiro, logo a seguir ao Natal houve uma avaliação para se saber quem eram as pessoas que iriam passar para o ano seguinte e as pessoas que teriam de ir embora, logo por azar eu fui avaliada numa dessas alturas, ainda não tinha vindo à APAV, e só fiz porcaria enquanto estiveram lá as pessoas que me estavam a avaliar, estava nervosa antes mas naquela altura fiquei muito pior, pois eu sabia que daquela avaliação dependia a minha permanência ou não na empresa, e estraguei tudo.   |
| <b>Afectou as relações com os colegas do sexo masculino</b>        | 1. Não, não afectou. Isto passou-se nas férias eu depois voltei ao trabalho, e ainda bem, portanto não afectou. Afectou só no aspecto em que eu agora penso duas vezes quando algum homem, seja colega, seja o que for, começa a falar comigo, começo logo a pensar onde é que ele quer ir. Talvez tenha afectado na primeira semana, na segunda semana em que comecei a trabalhar, porque tenho colegas meus que me agarram e tal e eu sou a Leonorzinha, porque tenho este aspecto mais pequenino eles tratam-me quase como filha e eu algumas vezes repeli isso um bocado, e depois eles diziam "estou a brincar" e eu só pensava "estas conversa já me vêm de outro lado". Mas isto depois foi superado, não afectou mais. |
| <b>Não tinham emprego</b>  | 1. Não [não tinha emprego]. Foi por isso é que a questão do aborto foi complicada. Porque nesta época era fácil... Na altura eu vivia em casa dos meus pais... era impossível... estava em casa tinha sido mãe.<br>2. Na altura não fazia nada.  |

No que diz respeito ao impacto que as mulheres consideram ter sofrido no seu emprego/ocupação em consequência da violação (ver tabela 26), podemos analisar que quatro consideram ter ficado afectadas nos seus empregos porque não puderam (não podem) trabalhar durante um período de tempo. Uma considera que a violação afectou o seu desempenho no seu local de trabalho tendo como consequência o despedimento. Uma das vítimas/sobreviventes considera que a violação afectou o seu relacionamento com os colegas de trabalho do sexo masculino. Duas mulheres da nossa amostra não estavam empregadas aquando das violações.

| <b>Tabela 27 - Análise do impacto da violação noutras pessoas para além da vítima/sobrevivente</b> |   |
|--|---|
| <b>Categorias</b>  | <b>Narrativas sobre o Tema</b>  |
| <b>Nos companheiros e outros familiares</b>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mas sim algumas pessoas sofreram com isto, algumas pessoas que não quiseram acreditar. Como o meu companheiro da altura, porque ele não estava aqui e gostava de poder dar-me mais apoio.</li> <li>2. Sim. A minha irmã. A minha irmã ficou muito mal. Ficou quase tão mal quanto eu, ela vomitou passou muito mal, muito transtornada....</li> <li>3. Sim, a minha filha. O meu pai e a minha mãe... quer dizer, os pais nunca gostam.</li> <li>4. Sim, do meu marido, principalmente. Esse casal que eu trato como se fossem meus pais. E os meus pais.(...) Eles ficaram bastante preocupados, queriam que eu fosse para lá viver com eles e tudo, porque achavam que eu corria aqui perigo. Mas depois eu disse-lhes que o indivíduo estava preso. O meu marido, penso que tentou levar sempre tudo normal, tentámos não falar no assunto, e por mim ele nunca soube, às vezes falamos nisso e pergunto-lhe se ele quer saber e ele diz que não que está muito bem assim, que não precisa de saber mais do que sabe e que só me vai magoar a mim ter de contar outra vez, eu penso que ele me está a proteger, mas também se está a proteger de coisas que o magoam. O tal casal, que é como se fossem meus pais, isto também os preocupou bastante, estavam sempre a ligar lá para casa, a saber se eu precisava de sair, eles vinham comigo a qualquer sítio.</li> <li>5. Para além de mim e dos meus filhos... Não. Quer dizer o meu pai. O meu pai costuma dizer-me que tudo aquilo que eu faço está bem feito, e claro, se eu estou mal ele está mal, se eu choro o meu pai chora comigo, se eu riu ele ri comigo.</li> <li>6. Sim, principalmente a minha mãe, a miúda, o meu pai e o meu avô. O meu avô diz que se fosse mais novo...</li> <li>7. A minha mãe, por causa da relação com a irmã, a minha tia. O meu pai, eu e o meu pai tínhamos, e temos, uma relação muito afectiva, próxima, e ele retrai-se um bocado, não sei bem durante quantos meses mas ele retraiu-se um bocado (...) Acho que mais ninguém.</li> </ol> |
| <b>Nas amigas</b>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acho que sim, porque as fiz meditar sobre o assunto. Às pessoas a quem contei, às minhas amigas especialmente. E houve uma que eu consegui e ela também confessou que foi violada duas vezes. Eu conheço pelo menos duas pessoas que foram violadas, e nenhuma delas revelou. Eu disse-lhes para irem à APAV e falarem com alguém, mas elas disseram que não que já passou. Uma delas foi há cinco anos, tinha treze anos.</li> </ol>   |
| <b>Apenas a vítima/sobrevivente</b>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Com a violação em sim acho que ninguém, só eu... era aquele nojo que eu senti até por mim mesma.</li> <li>2. Não[mais ninguém ficou afectado com a violação].</li> </ol>  |

Da análise do impacto da violação noutras pessoas para além da vítima/sobrevivente, verificamos que apenas em dois casos as mulheres consideram que mais ninguém ficou afectado com a sua violação, os restantes casos apontam os companheiros, os(as) filhos(as), os pais e as mães, e ainda num caso a irmã e noutro o avô, como os familiares mais afectados para além das próprias. Uma outra mulher aponta as amigas como as que mais sofreram o impacto da sua violação visto que também já tinham sido violadas (ver tabela 27).

Tabela 28 - Análise do impacto da violação no dia-a-dia das vítimas/sobreviventes

| Categorias  | Narrativas sobre o Tema  |
|---|--|
| <b>Modificaram as suas “formas de estar”</b>                  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Deixei, deixei já... (comoção) pronto, eu tive sonhos como qualquer pessoa, hoje não...hoje vivo a vida, hoje trabalho, amanhã levanto-me, faço a minha vida, já não tenho sonhos, perdi (comoção)... já não sou aquela mesma pessoa que eu era. Eu era simpática, agora já não, começo a desconfiar das pessoas, estou com uma pedra na mão...</li> <li>2. Mudei alguns... Porque se passaram coisas horríveis, depois da separação. Uma das coisas que faço agora é olhar para trás(...) coisas que antes eu não fazia. Ninguém pode falar atrás de mim porque eu grito, grito mesmo, dou um pulo. Mas mudar a minha rotina isso não mudei...</li> <li>3. Eu acho que estou muito anti-social. (...) Parece que estou revoltada com o mundo inteiro. Não me apetece falar com ninguém, não me apetece estar em sítios onde esteja muita gente, apetece-me é ficar isolada.</li> </ol>  |
| <b>Modificaram alguns hábitos</b>                             | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não passo por ruas desertas ou escuras, procuro sítios com muita gente. E evito andar sozinha, ir a espectáculos sozinha... Tomei todas aquelas medidas de segurança que lhe referi há pouco. E a forma como dormia, a posição de dormir, (que também lhe falei) e que se torna bastante desconfortável...</li> <li>2. Agora não saio, não vou a discotecas, não saio à noite. Desde essa vez, já era de noite... (...) Mas de resto continuo a fazer tudo a ir às compras ao supermercado. Senão não vivia.</li> <li>3. Mudei um bocadinho, e isso é o que mais me chateia. (...) Nós moramos em Porto Salvo e ele mora em Paço d`Arcos, mas ia bastante a Paço d`Arcos, até porque foi onde sempre morei até há cinco anos, e isso limitou-me porque estou sempre a ouvir a minha mãe "agora tem cuidado porque eles estão cá", (...) Portanto, Paço d`Arcos para mim é entrar e sair, fazer qualquer coisa e ir-me embora porque posso eventualmente cruzar-me com ele. E portanto nesse aspecto, talvez me tenha limitado. Fora isso, durante um tempo, também, ele tem um carro prateado e eu via carros prateados em tudo quanto era sítio, estava sempre a fugir dos carros prateados. E de vez em quando isso volta-me a acontecer.</li> </ol>   |
| <b>Modificaram alguns hábitos e as suas “formas de estar”</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Eu era uma pessoa que andava sempre a rir, era muito alegre. E as pessoas que me conhecem chegaram a dirigir-se a mim e perguntar o que se passava comigo porque nunca mais me viram rir. E eu não entro num café para beber um café, não sou capaz de sair sozinha (lágrimas e choro. Um grande silêncio).</li> <li>2. Agora nunca saio à noite sozinha, nunca. E eu tenho um cafezinho mesmo ao pé da porta de casa e o meu marido não é muito de ir tomar café à noite, chega janta e já não sai mais, normalmente ia tomar café sozinha, ou então com esse casal amigo, mas agora já não vou. E depois, aquela alegria que eu tinha também desapareceu. Eu era alegre, divertida, o maior problema eu tentava minimizá-lo para não me ir abaixo, e agora já não sou assim, sou mais calma, mais alerta, mesmo quando vou na rua de dia e se ouço pessoas atrás de mim não avanço sem ver quem vem atrás, sou muito desconfiada agora e eu não era. Deixei de trabalhar..</li> <li>3. Muito. Eu era uma pessoa alegre eu saía eu ia para bailes para festas, era uma pessoa alegre. Agora não saio de casa, estou sempre assim, quando muito vou ao parque lá em frente com a miúda...</li> <li>4. Quando foi da primeira violação (...), ou da segunda, eu pensei que nunca mais saía à noite sozinha, nunca mais ia a bailes, nunca mais ia confiar em ninguém, mas depois com o tempo uma pessoa vai... também, não pode viver na desconfiança, senão, também, não se vive, mas estou sempre de "pé atrás".</li> </ol> |

Relativamente às alterações provocadas pelas violações nas vidas destas mulheres verificamos que se centram essencialmente em dois níveis de análise, alterações nas suas “forma de estar” e modificações nalguns dos seus hábitos, em certos casos verificaram as duas consequências (ver tabela 28)

**Tabela 29 - Análise do impacto da violação na saúde física e psíquica das vítimas/sobreviventes**

| Categorias                    | Narrativas sobre o Tema  |
|-------------------------------|--|
| <p><b>Na saúde física</b></p> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. (...) Naquele momento o que eu perdi foi muito peso. Emagreci muito, agora já estou mais gorda. Emagreci muito porque não tinha vontade para fazer nada... emagreci muito e tive hemorragias com os nervos...</li> <li>2. E depois fizeram-me a medicação. Essa foi outra das coisas muito dolorosas, porque eu tive de fazer um tratamento para a SIDA. Tomei lá uma injeção para a Hepatite. E depois trouxe um tratamento para casa complicadíssimo, foi horrível! Tive de fazer durante um mês, tomava 16 comprimidos por dia. E durante esse mês não consegui trabalhar eu tive de estar de baixa e não conseguia fazer nada, nada, nada, porque a má disposição era tão grande, tão grande, a pessoa está tão mal disposta que tem de estar na cama deitada, prostrada, agoniada... depois engorda, não consegue comer nada ou come e... é de uma violência o tratamento. Foi horrível!(...)Eu neste momento ainda estou...fiquei assim como eu estou...Olhe. (Levantou-se e mostrou a zona abdominal muito saliente). Eu não era assim, eu não tinha isto, tinha um pouquinho de barriga, quando muito. Porque há uns medicamentos que dizem lá que provocam acumulações de gordura no pescoço e na zona abdominal. Eu depois até foi ao banco do hospital porque fiquei assustada de ver aqui uma bola no estômago. E depois fiz muitas consultas externas lá e as análises que estou a fazer sempre, as últimas vou fazer no fim deste ano. E o médico até disse que eu tive sorte que a gordura ficou aqui não ficou no sangue... Foi muito doloroso... Eu até estou a pensar fazer uma lipoaspiração, porque eu vejo-me, assim, e recordo-me logo para trás... o tratamento é muito, muito doloroso... Nem imagina o que é... (...) Ah! E tomei a pílula do dia seguinte e estes medicamentos todos que me puseram completamente impossibilitada de trabalhar, repercutiu-se na minha vida toda com muita violência. Depois eu tive de tratar do rabo que ficou em mau estado. Depois como estive nua muito tempo tive uma anginas muito fortes, e depois como tomei antibióticos para as anginas, também fiquei com uma inflamação na vagina, foi uma coisa muito má, muito complicada... (...)eu tenho destes dentes pontes, parti um dente quando trínquei a almofada, trínquei-me toda(...)</li> <li>3. E eu acho que os meus problemas de garganta também têm a ver com esta situação, porque quando me enervo eu faço muita força para falar, então as cordas vocais roçam uma na outra e já é a terceira vez que tenho quistos nas cordas vocais e depois tenho de os tirar e não tem sido nada fácil, eu perco a voz por completo e depois ainda forço mais.</li> <li>4. Tenho a incontinência urinária (...)</li> <li>5. Houve alturas em que fico com muitos vómitos depois das violações e cheguei mesmo a vomitar.</li> </ol> |

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| <b>Na saúde psicológica</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Perdi a vontade de mim própria, perdi a vontade de me vestir, de ter aquele higiene, perdi a vontade para isso tudo. Tinha de cozinhar porque tinha de dar comer ao meu filho, levava-o à ama e ficava todo o dia em casa sozinha. (...) Tenho pesadelos. Durante meses eu sonhava com ele, tinha medo de dormir...aquele cheiro dele. Houve uma altura em que eu pensava que estava a ficar maluca, não conseguia dormir, não conseguia comer, não tenho vontade de sair, só me apetece estar sozinha, não ouvir barulhos. Estava sempre a pensar, mas porque é que aquilo me aconteceu.</li> <li>2. Tenho é um grande trauma... O aborto foi um grande trauma, porque eu queria ter, mas não queria. Queria ter porque era meu, mas não queria ter por causa dele... Foi muito difícil...</li> <li>3. E tenho feito um tratamento aos nervos com ampolas e outras coisas.</li> <li>4. Mas não durmo muito bem, tenho pesadelos.</li> <li>5. (...) e tive uma depressão nervosa. E na semana que fui morar com o meu pai tive um ataque de nervos e fui parar ao hospital, na altura pensei que era um ataque de coração porque eu não conseguia respirar, nem falava, e como eu tenho um problema de coração que herdei da minha mãe, pensei que era isso. Mas o médico acalmou-me disse que foi uma crise nervosa... Tenho pesadelos constantemente e sonho sempre com a mesma pessoa e parece que revivo aquilo constantemente.</li> <li>6. Tenho, tenho. Tenho depressões, estou sempre a chorar,(...)</li> <li>7. Só mentalmente, nervos e sistema nervosos quando aquilo me vem à cabeça, mas há alturas em que me vem tudo à cabeça. Nos dias em que uma pessoa está mais enervada, está mais em baixo, e quando há situações, não digo idênticas, mas assim um pouco parecidas, ou que nem são idênticas, mas eu deduzo logo que vão ser iguais, fico mal da minha cabeça.</li> <li>8. Tirando o facto de estar cada vez mais enervada e nervosa. Sinto, talvez, a minha saúde psicológica ameaçada.</li> </ol> |
| <b>Sem consequências</b>    | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. (...) em consequência daquilo não identifico nenhum problema de saúde.</li> </ol>  |

No que diz respeito às consequências para a saúde das mulheres vítimas/sobreviventes de violação que entrevistámos verificamos que (ver tabela 29) são muitas as consequências a nível físico e psicológico. Apenas uma mulher diz não identificar consequências da violação ao nível da sua saúde.

| <b>Tabela 30 - Análise do recurso a medicação psiquiátrica, bebidas alcoólicas ou drogas, por parte das vítimas/sobreviventes, em consequência da violação</b> |  |
|--|--|
| <b>Categorias</b>  | <b>Narrativas sobre o Tema</b>   |
| <b>Sentiram necessidade e recorreram a medicamentos psiquiátricos</b>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. (...), tomei comprimidos naquele dia (no dia da violação), tomei sim, e senti-me muito mal, (...) Tomei para me esquecer de tudo, (...) <i>Para além dos comprimidos que tomou nesse dia. Sentiu necessidade de voltar a recorrer a medicamentos psiquiátricos, bebidas alcoólicas ou drogas? Se eu disser que não estou a mentir.</i></li> <li>2. Tomei comprimidos para dormir e ainda hoje, se for necessário, tomo.</li> <li>3. Sim, eu não consigo dormir sem tomar comprimidos. E tenho feito um tratamento aos nervos com ampolas e outras coisas.</li> <li>4. Tive de tomar calmantes. Hoje ainda tomo, mas só em SOS.</li> <li>5. (...)tomo Xanax e tudo, mas sinto pouco efeito.</li> <li>6. Sim, (...), tinha de tomar calmantes.</li> <li>7. Houve uma altura em que eu tomava comprimidos para dormir, precisava de alguma coisa que me ajudasse a dormir.</li> </ol> |
| <b>Sentiram necessidade mas não recorreram aos medicamentos psiquiátricos</b>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Senti e tive mesmo para ir a uma farmácia para me darem uns calmantes para eu poder dormir, mas não cheguei a ir, não tive coragem, tive medo de me habituar a isso. Sempre pensei que havia de passar...</li> </ol>   |
| <b>Já consumia medicamentos psiquiátricos</b>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não. Eu já tomava o Xanax.</li> </ol>  |
| <b>Não sentiu de necessidade de recorrer</b>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não. Eu não fumo, não bebo, e não senti necessidade nenhuma de o fazer.</li> </ol>   |

Relativamente ao recurso a medicação psiquiátrica, podemos observar (ver tabela 30) que grande parte das vítimas/sobreviventes de violação da nossa amostra, não só sentiram necessidade, como recorreram a calmantes e comprimidos para dormir, apenas uma das vítimas/sobreviventes refere ter sentido necessidade, mas não chegou a recorrer. Uma das mulheres refere não ter sentido necessidade de o fazer. Outra mulher referiu que anteriormente à violação já tomava medicação psiquiátrica.

**Tabela 31 - Análise de tentativas/ameaças de suicídio ou homicídio, por parte das vítimas/sobreviventes, em consequência da violação**

| Categorias                    | Narrativas sobre o Tema   |
|-------------------------------|---|
| <b>Tentativas de suicídio</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Tive muito em baixo Duas vezes tentei cometer suicídio, tomei comprimidos naquele dia (no dia da violação), tomei sim, e senti-me muito mal, desmaiei 3 ou 4 vezes na casa-de-banho, o meu filho sempre deitado. Tomei para me esquecer de tudo, cheguei a casa e sentia-me suja (comoção) até com lixívia eu cheguei a tomar banho. (comoção e pausa)</li> <li>2. (...) perguntaram (...), se tinha feito alguma tentativa de suicídio. E chegou a passar-me pela cabeça. Eu cheguei a meter-me dentro do carro e ir contra uma parede e depois pensei "Quem cria os meus filhos?", e lá mudava a direcção do carro. E é precisa muita coragem para acabar com a própria vida, dizer é uma coisa, fazer é outra. Só uma pessoa muito corajosa. Houve outra vez que eu estava em casa a um Sábado sozinha com os meus filhos, o meu pai tinha saído, e os miúdos estavam tão rebeldes (são crianças de 5 e 3 anos, o que é que se pode esperar...) eu abri a janela e pensei "eu atiro-me", mas olhe que tive mesmo para me atirar, mas a minha filha veio com um copo de água e passou.</li> <li>3. Nessa altura já pensava é preferível a morte do que viver assim. (...) E eu dizia-lhe que preferia matar-me do que viver assim (...)</li> <li>4. (...) e a ideia era meter na minha sopa e na dele, eu ia mas ele também não ficava cá, que era para a minha filha um dia mais tarde não me culpar.</li> <li>5. pensei em suicidar-me... Mas depois pensei melhor no divórcio, pensei na miúda...</li> </ol> |
| <b>Ameaça de homicídio</b>    | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se eu tivesse uma arma na altura, que Deus me perdoe, eu já o tinha matado. Porque não há direito de fazer uma maldade dessas a uma pessoa.</li> <li>2. Na altura se eu pudesse, matava-o, mas antes fazia-lhe mal, para pagar tudo o que ele me fez a mim e às outras senhoras.</li> <li>3. Eu cheguei até a pensar pôr-lhe 605 forte no comer, cheguei mesmo a comprar, se não era este era outro veneno qualquer, (...)</li> <li>4. Pensei em matá-lo...</li> </ol>  |

Podemos verificar, através da tabela 31, que grande parte das mulheres da nossa amostra (n =8) fizeram tentativas/ameaças de suicídio e/ou homicídio. O que demonstra o grau de sofrimento a que estas mulheres estiveram, ou estão, sujeitas.

| <b>Tabela 32 - Análise do recurso a instituições de saúde por parte das vítimas/sobreviventes em consequência da violação</b> |  |
|---|--|
| <b>Categorias</b>   | <b>Narrativas sobre o Tema</b>   |
| <b>Recorreram às urgências do hospital</b>  | <p>1. E depois fui para o Hospital (...) fui sozinha. O Carlos queria acompanhar-me, mas eu disse que preferia ir sozinha. (...)Eu acho que cá em Portugal não têm formação, eu sei que no estrangeiro eles fazem o "corpo de delito" e cá não me fizeram, só me fizeram a colheita de esperma, viu-me aquela marca, viu se eu tinha mais algum ferimento no corpo, mas naquele momento não se formaram hematomas, depois é que se formaram. No Instituto de Medicina Legal é que, até foi uma médica estrangeira, que me disse que cá em Portugal não tinham conhecimentos sobre violação, porque no Hospital eles tinham de me fazer o "corpo de delito", pronto, tirar fotografias, fazer todos aqueles exames e não o fizeram. E naquele momento eu deveria ser logo acompanhada pela polícia, logo ali no Hospital e não o fizeram, eu é que saí do Hospital e fui dar a minha queixa no posto da polícia. E lá no Instituto de Medicina Legal ela disse, que me deveriam ter feito todos aqueles exames que agora eu estava ali mas já era tarde, no Hospital é que deveriam ter feito. Mas depois ela fez mais uns exames que faltavam e fez aquelas perguntas todas sobre como tinha sido, que deveriam ter feito no Hospital.</p> <p>2. (...) depois fui para o banco do Hospital. (...). No hospital foram, sei lá, uns cinco ou seis médicos, só que não havia Delegado de Saúde porque estava fora. E estive lá desde as seis da manhã até às onze e tal. E eu não me lavei, nem fiz chi-chi, eu nem me mexia porque eu não queria perder nada, nada... E esperei porque a tal senhora teve de vir da Costa porque não estava lá ninguém capaz de fazer as provas. (...) Eu acho que em termos do Hospital, de imediato, talvez não estivessem[à altura de lidar com a situação]. Também foi num feriado, enfim... Não havia ninguém de serviço no Instituto e acho que apanharam a senhora por acaso, que tinha ido para um Congresso e depois tinha o telemóvel, só que eu estive muitas horas... Eu cheguei lá ainda não eram sete da manhã e ela apareceu por volta das onze e meia e eu lembro-me de me contorcer toda porque não podia ir à casa de banho e eles também não podiam fazer nada ... foram lá vários médicos falar comigo. (...) eu estava lá num sítio onde estão outros doentes à espera. E depois fizeram-me a medicação. Essa foi outra das coisas muito dolorosas, porque eu tive de fazer um tratamento para a SIDA. Tomei lá uma injeção para a Hepatite. E depois trouxe um tratamento para casa complicadíssimo, foi horrível! Tive de fazer durante um mês, tomava 16 comprimidos por dia(...) é de uma violência o tratamento. Foi horrível! (...)A minha irmã é que lá foi, mas acho que a alertaram, porque aquilo tinha várias contra-indicações. . Eu depois até foi ao banco do hospital porque fiquei assustada de ver aqui uma bola no estômago. E depois fiz muitas consultas externas lá e as análises que estou a fazer sempre, as últimas vou fazer no fim deste ano. E o médico até disse que eu tive sorte que a gordura ficou aqui não ficou no sangue... (...)Não sei se eles falaram dos sintomas, mas o tratamento foi recomendado. Eles dizem que evita a SIDA, para eu estar segura, porque eu cheguei a ir à consulta e não querer continuar o tratamento mas o médico disse-me para eu o fazer, que ficaria mais descansada. Ah! E tomei a pílula do dia seguinte e estes medicamentos todos que me puseram completamente impossibilitada de trabalhar, repercutiu-se na minha vida toda com muita violência.</p> |

|  |  |
|--|--|
| <b>Recorreram aos médicos(as) de família</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim, fui à minha médica de família. (...)Receitou-me uns comprimidos, ela agora também tem estado de baixa, tem estado doente, há meses que não vai ao Centro de Saúde. Mas ela sabe ela, até é duma religião que não é Católica, nem é Jeová, mas disse-me muitas vezes para eu pedir a Deus. (...) No hospital quando eu disse que tinha sido o meu marido que me tinha maltratado nem sequer disseram para eu ir à policia, nem fizeram lá aquele papel, nem nada, foi só pode ir para casa.</li> <li>2. Recorri à minha médica de família. Ela coitada tem sido incansável, e sabe tudo o que se passa. Porque eu no início, como ela era médica de família fui lá para ela ver se lhe falava para ele ir a um especialista da cabeça e ele ainda foi ao Júlio de Matos. (...)Pois a minha médica de família tem me dado muito apoio mas mais em termos da saúde.</li> <li>3. Fui ao médico porque queria fazer o aborto. Mas depois eu vi que não me iam fazer o aborto, queriam que eu aceitasse, e diziam que quem cria um cria dois. Estava a querer que eu tivesse o filho e eu tive de contar que foi violada. Isto tinha passado dois ou três meses. (...) [Nesse serviço de saúde] Aconselharam-me a ir à APAV e foi a única coisa.(...) Eu não queria falar com ninguém [não queria ir aos serviços de saúde]. Eu fui violada, mas na minha cabeça passou. Quando descobri que estava grávida aí foi diferente, eu entrei em pânico... (...)Montes de exames para provar que eu fui violada. (...)Até houve uma senhora lá no centro saúde que disse, "mas porque é que a senhora não tem e depois dá para adopção?" Eu até fiquei com raiva dela. Ter um filho e depois dar para adopção, isso é a pior coisa, depois de ter, não tinha coragem. Ou tinha ou não tinha.</li> </ol> |
| <b>Não recorreram a serviços de saúde</b>    | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não. [Não recorreu a serviços de saúde.]</li> <li>2. Não. [Não recorreu a serviços de saúde.]</li> <li>3. Não nunca recorri a serviços de saúde. Tenho medo dele, tenho muito medo dele.</li> <li>4. Não. Nenhum sítio, nenhuma instituição.</li> <li>5. Não. [Não recorreu a serviços de saúde]. Na polícia eles perguntaram-me se eu sentia necessidade de fazer exames , mas eu, sei lá, talvez por vergonha, disse que não, que estava tudo bem, que não queria fazer nada. Mais tarde fiquei com medo e fiz umas análises e estava tudo bem. Mas fiz por minha iniciativa e não disse porque é que as queria fazer.</li> </ol>  |

No que diz respeito ao recurso aos serviços de saúde, verificamos que (ver tabela 32), cinco das mulheres entrevistadas recorreram aos serviços de saúde, sendo que, duas recorreram às urgências do Hospital e três recorreram ao Centro de Saúde. As restantes cinco referem que não recorreram aos serviços de saúde em consequência da violação, no entanto, uma destas mulheres acabou por sentir necessidade de, posteriormente, fazer análises.

**Tabela 33 - Análise do recurso a instituições policiais por parte das vítimas/sobreviventes em consequência da violação**

| Categorias  | Narrativas sobre o Tema  |
|---|--|
| <p><b>Recorreram à polícia logo após a violação</b></p> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Depois veio a Polícia da esquadra da zona.(...) E os policiais é que viram que ele tinha entrado pela janela (...).E depois veio a judiciária (...) Depois quando o senhor veio fez as provas e depois foi lá à Judiciária e levaram partes de roupa e as provas periciais, depois voltei a casa e depois eles foram lá tiraram-me fotografias e viram as impressões digitais. (...) [Relativamente aos profissionais da polícia] Isso não tive razão de queixa. Eles até correram o quarteirão todo, fizeram o percurso e andaram a avisar os prédios, e correram tudo. E depois o agente da judiciária disse para não dizer lá nada, que falasse apenas no assalto porque eu ficava mais salvaguardada. Achei que eles tiveram um certo cuidado.</li> <li>2. À polícia foi mais a raiva, a raiva dele. Justiça, para ele pagar por aquilo que fez. Porque se não fosse a raiva eu teria ido ao hospital, mas não teria ido à polícia. E agora estou à espera de julgamento.</li> <li>3. (...)encontrou, então, dois agentes da PSP e contou que eu tinha sido assaltada e eles vieram-me buscar e perguntaram-me se eu era capaz de o reconhecer e eu disse que sim e nessa mesma noite ainda fomos à procura a ver se o conseguíamos encontrar. Mas ele nunca mais apareceu. Fui para a esquadra e o senhor que me atendeu disse que havia lá o problema do tal assalto da pastelaria, se eu não me importava de ir apresentar queixa no cã a seguir, eu disse que não, (...) Foi aí informada que tinha um prazo para apresentar queixa, segundo esse prazo vi que tinha hipóteses de apresentar queixa mais tarde. Mas nunca falei na questão da violação sempre só como se fosse um assalto. E ainda bem que eu não fiz a queixa naquele dia , porque eu não teria dito nada, absolutamente nada... (...)E eles disseram que eu não podia fazer uma queixa de um simples roubo, que tinha de contar mais do que só o assalto. Ofereceram-se para irem comigo, para estarem sempre ao pé de mim se eu quisesse e disseram que lá eu iria encontrar pessoas que me iam ajudar. Fui apresentar queixa, mas esse meu colega, entrou primeiro e falou com dois agentes, aliás, com os mesmos dois agentes que tinham falado comigo naquela noite, ou seja, eles já estavam mais ou menos a par do que se tinha passado. Foi muito mais fácil, assim, ele ter ido primeiro falar com eles... Fiz a identificação do indivíduo por fotografia e depois de eu apresentar queixa eles indicaram-me a APAV.(...) Eles na polícia receberam-me muito bem, não estava à espera que fosse assim, até porque sempre tive uma ideia muito diferente dos policiais, foram muito humanos, falaram comigo com calma, disseram-me que eu tinha todo o tempo para contar o que se tinha passado, para não ter medo porque as coisas tinham de ser feitas e eu podia colaborar, visto que decidi apresentar queixa. Eles tentavam animar-me com piadas, piadas sobre o café deles que era tão bom que até os cães da rua não bebiam, isto enquanto eu estava a prestar o meu depoimento. A principal razão para eu ter apresentado queixa foi o facto de esses meus amigos me dizerem que eu não era a primeira e não ia ser a última... (...) E estes casos não podem ficar impunes porque o que me aconteceu a mim pode no dia a seguir acontecer a outra pessoa e assim eu poderia ajudar bastante contando o que se tinha passado e apresentando a queixa. Eu queria justiça e não queria que outras pessoas passassem pelo o que passei. Agora ele foi preso, mas ainda não houve julgamento, ele está a aguardar julgamento preso.</li> </ol> |
| <p><b>Recorreram à polícia algum tempo depois</b></p>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fui. Mais ou menos na mesma altura, mais ou menos dois meses depois.(...) Levaram-me ao hospital ao serviço de medicina legal e eles fizeram-me testes, mas já não valia muito a pena porque já tinha sido há dois meses. Mas isso deu-me muito trabalho. O que se sofre para se resolver um assunto, nos dias de hoje... A PSP fez tudo e mais alguma coisa para terem tudo. Mas eu só queria uma coisa, tirar aquilo que estava dentro de mim, porque aquilo não era meu, era mas não era. Eu só queria isso, não queria polícia, não queria prende-los, não queria nada.</li> </ol>   |

|   |  |
|---|--|
| <p><b>Recorreram à polícia devido à situação de violência que viviam e não só pela violação</b></p> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recorri, apresentei queixa dele. Fui bem recebida, eles até me perguntaram como é que eu ainda estava naquela situação, e disseram-me para eu ir à Câmara de Loures para dar andamento ao processo e disseram-me que iam lá a casa falar com ele, (...)... e eu fui à polícia, também, perguntar se eu não podia mudar a fechadura à porta ele ficava na rua, mas eles disseram-me que não, que a casa também era dele, disseram-me para eu não fazer isso. (...)A principal razão para eu ir à polícia foi pedir informação, para saber o que era legal e protecção, porque ele andava sempre a ameaçar-me, (...) também saber se ele podia fazer isso. E depois para eles saberem o que se passava, porque eu cheguei a pensar que ele me dava com uma coisa na cabeça...</li> <li>2. Por causa da violação não. Fiz queixa das agressões porque depois ele veio aqui ao trabalho e partiu-me o carro todo e agrediu-me aqui e depois a polícia veio e fui à esquadra, mas não da violação. Da violação só falei a pessoas amigas. Eu mantive isso só para as pessoas amigas porque... eu sei que neste aspecto eu não penso bem... mas ele é o pai dos meus filhos, e já viu o que é ele ir preso e daqui a uns anos os meus filhos dizerem que o pai deles está preso por minha causa. Foi para os proteger a eles porque eu sei que uma violação já dá uns bons tempos de prisão. E o meu amigo polícia disse-me que se eu levasse isto para a frente ele ia apanhar uns bons anos de cadeia. Mas para quê? Certamente ele vai ser castigado e preso por outras coisas que anda a fazer agora, mas pelo meus os meus filhos não vão dizer que é por minha causa.</li> <li>3. O polícia foi simpático, foi comigo ao hospital primeiro e depois fui à GNR com ele. Depois a GNR foi várias vezes a casa da minha mãe. Mas depois deixaram de lá ir. Bem, eu também nunca mais lá fui... (...)Mas uma vez, como me disseram para eu falar com a GNR sobre os metros que ele não se podia aproximar de mim ou não sei quê... eu telefonei para lá e ainda se puseram, não sei quem era o homem, a dizer que o melhor era irem lá quando eu estivesse sozinha... ainda se queriam era aproveitar de mim. Eu depois percebi que ele queria era outra coisa e chamei-lhe "porco" ao telefone.</li> <li>4. Já houve uma participação dele à polícia, mas não foi por violação. Foi por outra situação de violência. Da violação nunca falei, só aqui na associação e com a minha amiga.</li> </ol> |
| <p><b>Não recorreram à polícia</b></p>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não, nunca [Nunca recorreu à polícia].</li> <li>2. Também não. Levantou-se também essa hipótese aqui na APAV, se eu queria apresentar queixa dele, mas eu ... por um lado ele é muito persuasivo e isso pôs-me de pé atrás... aliás uma das hipótese que eu pus nessa noite foi levantar-me e dizer tudo à minha tia, só que eu pensei que não iria ser capaz de arranjar argumentos, por mais que eu queira que mostrem a minha tia o que ele fez, para já não havia provas nenhuma, era só a minha palavra contra a dele, eu não iria arranjar maneira de provar o que tinha acontecido. Ir à polícia criava-me logo mais problemas, o resto da família que não sabe de nada ia ficar a saber e não ia resultar em nada, acho eu...</li> </ol>   |

No que respeita ao recurso aos serviços policiais, verificamos que (ver tabela 33) sete mulheres da nossa amostra recorreram à polícia, três fizeram-no logo após a violação, ainda que uma não tivesse revelado, nesse primeiro contacto, que tinha sido violada, mas apenas assaltada e uma das vítimas/sobreviventes recorreu à polícia dois meses depois da violação. Uma das mulheres entrevistadas recorreu à polícia algum tempo após a violação. Quatro mulheres dirigiram-se à polícia por serem vítimas/sobreviventes, para além, da violação, de violência doméstica. Verificamos, também, que as formas de actuação da polícia foram muito diversificadas. Duas mulheres afirmam não terem recorrido à polícia.

**Tabela 34 - Análise do recurso a outras instituições de apoio por parte das vítimas/sobreviventes em consequência da violação**

| Categorias                      | Narrativas sobre o Tema   |
|---------------------------------|---|
| <p><b>Recorreram à APAV</b></p> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Foi só a APAV porque eu estava-me a acabar psicologicamente. Dia para dia eu estava a acabar-me (comoção). Mas vim quatro ou cinco meses depois, foi quando comecei a trabalhar. Eu estava num estado, as pessoas perguntavam-me se estava doente, outras pensavam que eu consumia drogas. Depois a minha advogada disse "Denise, eu estou-te a ver cada dia pior, eu vou-te aconselhar a irs falar com uma psicóloga". Eu até disse que ela me estava a chamar maluca (risos). Ela disse "não, não te estou a chamar maluca, mas tu vais lá falas com elas e vais te sentir melhor." Depois ela deu-me o número de telefone e quando eu vim cá fui atendida pela Dra. (?), depois deixei de vir cá porque não era sempre a mesma pessoa e cada vez que cá vinha tinha de contar tudo outra vez. Mas ela foi muito querida, depois quando me via dizia sempre "Já está mais bonita, vejo que já está a levar a vida para a frente." Mas a ajuda foi só psicológica.</li> <li>2. Vim aqui (APAV). (...) Houve outra que uma amiga minha me falou... agora não me lembro... Das Mulheres Contra a Violência, uma amiga minha deu-me a morada e o telefone mas eu depois acabei por não ir.</li> <li>3. Não. Só a APAV. (...) Indicaram-me onde é que eu poderia ir, fui para ao Hospital Amadora Sintra. Meu Deus, onde eu fui para, montes de gente, montes de tempo à espera... Depois disseram-me que o bebé já estava formado, fiquei mesmo traumatizada com aquilo. (...) Duas vezes [que veio a APAV], acho eu. Eles deram-me mais foi a ajuda psicológica, porque assim havia alguém que estava dentro do meu assunto, não era como essas pessoas que estão fora e dizem "E tem bebé, ah!". Senti que me apoiava e não impunham nada.</li> <li>4. Vim aqui à APAV, vi numa revista e vim cá. Falei com uma rapariga que estava a dar apoio porque a doutora não estava, ela depois disse-me para eu vir mais tarde, mas eu não vim. (...) Era uma rapariga com muito pouca experiência, deveria estar a estagiar ...o apoio foi muito pouco...quer dizer, desabafei, deu para desabafar, mais nada.</li> <li>5. Ao princípio quando cheguei [à APAV] puseram-me à minha disposição um senhor para eu falar, eu não me senti à-vontade, e então trocaram. Eu disse que preferia que fosse uma senhora. Nessa altura o meu marido estava comigo, (...) Depois, aqui na APAV, veio essa senhora, ela perguntou se eu queria ficar sozinha com ela eu disse que sim e o meu marido saiu. Conteí precisamente a mesma coisa que lhe conteí a si, mas não completamente tudo porque não me senti à-vontade para o fazer. Depois fiz outra consulta, não senti necessidade de fazer mais porque me transtornava muito a minha vida, ter de conciliar os horários para cá vir. Mas ajudaram-me imenso, aliás foi com a ajuda deles que eu consigo estar agora como estou, mesmo só com duas consultas.</li> <li>6. (...) foi só a APAV. (...) Deram-me apoio psicológico e disseram-me o que eu tinha que fazer, para ir à GNR se eu quisesse sair de casa para comunicar à GNR.</li> <li>7. Só à APAV. Fui muito bem recebida. Foram muito amáveis e eu estava à espera de uma coisa do género, venha daqui a 15 dias, mas não, fui logo recebida e foi uma grande ajuda porque eu acho que sozinha não era capaz. Eu estava a ficar... Uns dias após a minha vinda para Lisboa eu fechei-me no quarto, ficava lá deitada na cama a pensar naquilo, e no que eu poderia ter feito, se tinha culpa se não tinha... eu precisava mesmo de falar com alguém, porque se eu não falasse com ninguém naquela altura... E os meus pais também não eram uma boa ajuda porque no fundo eles também estavam a sofrer com tudo aquilo. Tinha de se uma pessoa de fora. E foi mesmo a minha mãe que se lembrou da APAV e trouxe-me cá. Vim cá uma vez por semana durante um período de tempo, falei sempre com a mesma pessoa, quer dizer, a pessoa com quem eu falei na primeira vez não era uma pessoa indicada mas desabafei, ouviu-me, o que foi ótimo, e depois a partir daí tive várias sessões com a mesma técnica.</li> </ol> |

|   |   |
|---|---|
|   | <p>8. Não, foi só à APAV, vim cá, mais ou menos, há 1 ano e meio. (...) Eu só vim naquela altura.. Tanto que ele até chegou a vir à APAV e chegou a fazer aqui queixa de mim, porque ele interpretava as coisas de uma tal maneira que ele é que era a vítima e não eu. Aqui na APAV foi mais um desabafo, um consolo. Na altura o que eu precisava era que me arranjassem um sítio para eu trabalhar bem longe daqui, que pudesse ir para outro lado mas com um trabalho para eu poder sobreviver. Foi isso que eu vim pedir, mas não me arranjaram... eu também acabei por não vir cá mais.</p> <p>9. Fui à APAV, por sugestão do meu amigo. O que eu queria era um pouco de orientação, saber onde é que me havia de dirigir. Porque eu queria fazer um divórcio, depois ele batia-me aqui à porta (...) para levar os filhos... Eu queria saber o que fazer se tinha de o deixar levar os filhos e ficava sujeita a que ele não os trouxesse mais...Querida saber o que fazer... Lá falaram comigo, perguntaram se eu me levantava bem de manhã, se tinha feito alguma tentativa de suicídio.</p> |
| <b>Recorreram a outras instituições para além da APAV</b> | <p>1. Agora também tenho telefonado para a Comissão das Mulheres e falo, e elas disseram que se eu precisasse elas próprias mandavam a GNR local lá ir. Eu ouvi isto na televisão.</p> <p>2. Dirigi-me a AMCV. A primeira vez dirigi-me à APAV e depois a APAV é que me indicou esta associação. Fui muito bem recebida, tanto na APAV (que foi pelo telefone) a senhora que me atendeu deu-me muito apoio nessa altura. E depois aqui na Associação também. Ajudaram-me a ver várias hipóteses para eu poder decidir sobre a minha vida.</p>   |
| <b>Recorreram a apoios alternativos</b>                   | <p>1. Houve uma altura que eu andava tão desesperada que eu fui a uma daquelas mulheres que lêem a sina, mas ela levava-me tanto dinheiro... Eu até procurei estas coisas, procurei tudo. Mas isto também não me ajudou muito.</p>  |

Tal como podemos observar na tabela 34, todas as mulheres contactaram a APAV e para além desta instituição, uma mulher recorreu à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, outra dirigiu-se, também, à Associação de Mulheres Contra a Violência – AMCV, (onde está a ser acompanhada) e outra, ainda, a um apoio alternativo.

**Tabela 35 - Análise dos apoios mais importantes recebidos pelas vítimas/sobreviventes de violação**

| Categorias                 | Narrativas sobre o Tema   |
|----------------------------|---|
| <b>Rede social natural</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. (...)hoje eu estou com essa pessoa e ele tem me dado muito apoio. Ele sabe de tudo. (...) e tem-me dado muito apoio, ele é que me deu mais força de viver. (...) A mais importante, a desse rapaz que eu disse, o meu companheiro.</li> <li>2. Das não profissionais a ajuda do meu namorado foi extraordinariamente importante. Porque eu sei que numa situação dessas as pessoas ficam menos receptivas, colocam imensas questões. Mas neste caso foi o contrário, deu-me imenso apoio e total.</li> <li>3. Mas houve alturas em que foram os amigos.</li> <li>4. Mas tive pessoas que me ajudaram, as amigas, os professores, (...)</li> <li>5. (...) o meu marido a parte mais afectiva, os meus vizinhos nas coisas mais práticas do dia a dia...</li> <li>6. Acho que foi a minha amiga e ela sabe perfeitamente. Se não fosse ela de certeza que eu não me tinha "levantado", ou tinha-me levantado e voltado logo a cair. Porque isto foi um levantar e cair constantemente, mas o apoio essencial foi dela. (...). O apoio dela foi mais psicológico.</li> <li>7. (...) e dos meus filhos, sem eles saberem, é claro.</li> <li>8. (...) tenho uma amiga com quem desabafo bastante, (...)</li> <li>9. E acima de tudo a minha família.</li> <li>10. Foi aquela minha amiga. Se não fosse ela possivelmente hoje já cá não estava.</li> <li>11. Do ponto de vista emocional foi tanto a família (...) precisava da família para sentir que o núcleo ainda funcionava.</li> <li>12. (...) a minha amiga (...)</li> </ol>   |
| <b>Rede social formal</b>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nas instituições gostei da APAV senti apoio aqui.</li> <li>2. Da polícia sinto confiança neles, mas acho que eles têm muitas limitações.</li> <li>3. (...)a APAV.</li> <li>4. Eu acho que foi a minha médica de família, porque ela é que me incentivou, ela perguntava várias vezes se eu queria continuar a minha vida assim, a tomar medicamentos e ela sabia de tudo.</li> <li>5. A APAV foi mais a parte psicológica, (...)</li> <li>6. E a APAV, também me ajudou. Bem eu só cá vi uma vez, porque eu trabalho e não podia estar a perder dias para cá vir sempre. Mas aquilo que falei gostei muito, ouviram-me eu ouvi-as, mas eu também não fiz para que me ajudassem mais.</li> <li>7. (...) a APAV, (...) precisava de outra pessoa que percebesse do assunto mas que não estivesse emocionalmente envolvida no assunto para me ajudar a ver as coisas mais claramente.</li> <li>8. A advogada(...) ... ela era lá cliente no salão, mas ela tem me estado a ajudar, quem me dá o apoio e tudo é ela. Mesmo em dinheiro e tudo, se não tiver ela paga com o dinheiro dela e depois eu pago, tem sido uma pessoa impecável.(...) como a advogada que me está a acompanhar deu-me mais apoio, disse-me que eu precisava de uma advogada para me acompanhar, disse-me como é que tinha de ser. (...)tem sido uma ótima pessoa para mim.</li> <li>9. (...) e a AMCV, mas aqui na associação estive poucas vezes, porque eu só recorri aqui há 2 meses, e depois meteram-se as férias. (...)Ajudaram-me a ver várias hipóteses para eu poder decidir sobre a minha vida.</li> </ol> |

Relativamente aos apoios considerados como mais relevantes para as mulheres vítimas/sobreviventes de violação, estes podem ser vistos como sendo constituídos por dois grandes grupos, as suas redes sociais naturais e as suas redes sociais formais. Ao nível da rede social natural foram referidos: os companheiros, os(as) amigos(as), os(as) filhos(as), os vizinhos os professores e a família. No que concerne à rede social formal foram referidos: a APAV, a AMCV<sup>47</sup>, a médica de família e a polícia (com algumas limitações) (tabela 35).

| <b>Tabela 36 - Análise dos apoios que deveriam existir sugeridos pelas vítimas/sobreviventes de violação</b>  |  |
|---|--|
| <b>Categorias</b>   | <b>Narrativas sobre o Tema</b>   |
| <b>Instituições de apoio às mulheres violadas (acompanhamento aos serviços de saúde; acolhimento durante um período de tempo; encaminhamento; apoio ao processo de recuperação, apoio jurídico)</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Psicólogos como estavam na APAV, possibilidades da pessoa, dependendo da situação ser acompanhada hospitalmente e até mesmo... também há violação por parte do marido à mulher... possibilidade dela sair de casa e durante um tempo haver acompanhamento tanto de um como de outro. Eu suponho que isso não exista em Portugal, porque "entre marido e mulher ninguém mete a colher", não é?! E eu acho que nestas situações também são importantes.</li> <li>2. Um sítio onde as mulheres pudessem ser acolhidas e onde ali ninguém pudesse chegar, até irem a Tribunal ou pelo menos passarem uns tempos. Uns centros onde as pessoas pudessem ter segurança e trabalhar, ou seja, terem um prato de sopa para comer e uma cama para dormir. E depois a pessoa poderia pensar sobre as suas opções e pensar na vida. Porque depois há as crianças... e as mães querem ter sempre os filhos ao pé de si. Assim a pessoa sentir-se-ia mais protegida.</li> <li>3. Acho que devia haver apoio logo quando o caso começasse, mas as mulheres deveriam saber como dar os primeiros passos. E eles deveriam ser logo castigados à primeira bofetada. (...) daqui a um ano ou dois anos já a pessoa está morta.</li> <li>4. (...) para dar apoio às mulheres violadas eu acho que deveriam existir muito mais instituições como a APAV, ou então que estivessem mais espalhadas pelo país, por exemplo eu tinha de me deslocar aqui para ter essas consultas. (...)</li> <li>5. Médicos, tratamentos... sei lá. Cada pessoa tem o seu método de esquecer os problemas, de ultrapassá-los.</li> <li>6. (...) por exemplo, para o advogado teve de ser a pagar, se eu não tivesse recursos não poderia ir, (...) De início eu fui à Junta de Freguesia da minha zona, fui lá a um advogado aconselhar-me, mas ele disse-me que pela Junta não podia tratar de nada só particularmente.</li> <li>7. (...)deveriam haver mais abrigos, para as mulheres. Se uma mulher que não tem emprego quiser sair de casa...</li> </ol> |

<sup>47</sup> É de salvaguardar, mais uma vez, que a amostra foi recolhida essencialmente através da APAV e da AMCV.

|  |   |
|--|---|
| <b>Justiça/segurança</b>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. E depois a justiça, nem vale a pena falar, nem podemos contar com ela para nada.</li> <li>2. Se a justiça fosse mais forte, também haveriam mais mulheres apresentarem queixa.</li> <li>3. A GNR devia era vir logo e levá-los presos logo.</li> <li>4. Mas, também, acho que deveria haver uma vigilância maior nas ruas por parte das autoridades, policia e guarda.</li> <li>5. Eu tenho visto que, bem, a justiça aqui em Portugal. Em Portugal e em todo o mundo... Eu acho que deveria haver mais justiça. É, deveria haver mais justiça. A maioria dos homens que violam mulheres saem logo cá para fora. E existem muitos homens em que as mulheres que eles violaram não têm coragem de falar.</li> <li>6. E deveria existir em Portugal um regime mais rigoroso, porque assim certas pessoas já não faziam o que fazem.</li> </ol>  |
| <b>Sensibilização/Educação da comunidade/Informação</b>                | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. E as próprias pessoas, os vizinhos, as pessoas também deveriam colaborar, (...) As pessoas deveriam ter mais responsabilidade pelos outros, ter mais consciência.</li> <li>2. As pessoas deveriam ser educadas. E depois eu já vi pessoas a serem assaltadas e ninguém faz nada. E isso revolta.</li> <li>3. Uma pessoa pode ser violada na Estação do Rossio e ninguém liga, ninguém olha uns pelos outros. (...) As pessoas deviam ser mais unidas.</li> <li>4. Eu acho que a escola tem um papel importantíssimo, quando faz a distinção entre o menino e a menina, logo desde a creche. Eu acho que é uma mudança de valores que é necessário fazer , porque continua-se a educar o rapaz e a rapariga de formas diferentes e dar valor à força (...) e o rapaz pode fazer tudo e a rapariga tem de ser submissa, etc., etc.</li> <li>5. E mais informação. Porque eu acho que as mulheres acabam por ter um sentimento de culpa e de vergonha, e isso é um factor que pesa muito e acaba por as impedir de apresentarem queixa. Porque ainda deve haver muitas pessoas que pensam que se estamos casadas temos aquela obrigação. Depois também deve haver pessoas que pensam que nós só temos aquilo que merecemos, que se calhar provocámos... Penso que para isto devia haver mais informação nesse sentido.</li> <li>6. (...) mais formação desde crianças, sobre os Direitos Humanos das mulheres e das crianças...</li> </ol> |
| <b>Desconhecimento do tipo de apoios que existe ou deveria existir</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Todo o apoio é pouco. Ma seu nem sei bem o que há...</li> <li>2. O que deveria existir para ajudar... não sei, acho que , não sei...</li> </ol>   |
| <b>Desnecessidade de instituições por não existirem denúncias</b>      | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não vale a pena haver para aí muitas instituições, porque só há uma ou duas que revela que foi violada.</li> </ol>  |

Ao nível dos apoios que deveriam existir para ajudarem as mulheres vítimas/sobreviventes de violação na opinião das mulheres entrevistadas, verificamos que a criação de instituições de apoio é muitas vezes salientada pela nossa amostra. A necessidade de justiça é também condição essencial para estas mulheres, assim como a sensibilização da comunidade em geral para estes casos. Algumas mulheres referem, ainda, ter desconhecimento do que existe em Portugal e em consequência não saberem o

que deve existir. Uma mulher considera, pelo contrário, que não são necessárias mais instituições porque as mulheres violadas não denunciam as suas violações (tabela 36).

**Tabela 37 - Análise da descrição daquilo que as vítimas/sobreviventes gostariam que acontecesse aos violadores**

| Categorias                          | Narrativas sobre o Tema  |
|-------------------------------------|--|
| <b>Tratamento</b>                   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. E acho que deviam também ter esse tratamento, e acho que esse tratamento deveria passar por trabalho à comunidade, ligado precisamente com mulheres, para eles verem também o outro lado.. não sei se isso acontece com todos...mas, provavelmente, eles devem ter tido na sua evolução, na sua educação eles devem ter sofrido qualquer distorção, porque mesmo o bater é cobarde, portanto eles devem ter tido uma educação que os levou a isso. Portanto, era mostrar-lhes o outro lado dando-lhes um papel dentro da comunidade... Se calhar isto é um bocado utópico...</li> <li>2. Neste caso era de tratamento psiquiátrico.</li> <li>3. (...) tratamento compulsivo.</li> </ol>  |
| <b>Prisão</b>                       | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pena de morte não pode ser porque pertenço a AI (risos) Se não tinha de sair da amnistia. Mas penso que deviam ter uma penas, mas de quanto tempo... dependeria daquilo que tivessem feito, o grau de violência que tivessem exercido sobre a mulher, mas sim... deveriam ter uma pena.</li> <li>2. A GNR devia era vir logo e levá-los presos logo.</li> <li>3. (...) essa raiva toda já passou mais e acho que ele deveria ficar preso uns bons anitos, mas mesmo uns bons aninhos (...)</li> <li>4. Eu não sou a favor da pena de morte, porque não penaliza muito, penaliza mais a família de quem morre. Prisão perpétua não sei... mas tinha de ser uma pena alta, bastante severa, porque a pessoa é de tal maneira humilhada, de tal maneira violentada, são coisas que ficam para sempre, que nunca conseguem sair, e é um sofrimento tão grande, tão grande... que deveriam ser severamente punidos...</li> <li>5. Prisão (...)</li> </ol> |
| <b>Pena de Morte</b>                | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. (...) enquanto em Portugal, ou nos outros países, não houver pena de morte, porque quando um fizesse uma coisa dessas e fosse condenado à morte, talvez os outros já não fizessem porque tinham medo do que lhe poderia acontecer.</li> </ol>  |
| <b>Outras</b>                       | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Eu tratava deles! (Risos) Como eu disse há bocado, se eu tivesse uma arma eu fazia uma loucura, mas fazia mesmo, não era por mim, porque eu não duvido que depois de mim tenha havido outras...não era por mim, era pelas mulheres em geral.</li> </ol>  |
| <b>Mostrar a verdade aos outros</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. No caso do meu tio se eu pudesse mostrar às pessoas que disseram que eu estava mal da cabeça, que realmente não foi assim, se eu pudesse arranjar argumentos e mostrar que ele é a pessoa que é (...) eu acho que assim faria justiça. Porque ele pensa que tem as costas quentes e que consegue dar a volta às situações e eu acho que isso seria um castigo exemplar para ele.</li> <li>2. E não deviam ocultar as caras deles quando aparecem nas televisões, que era para toda a gente saber quem são e o que fizeram.</li> </ol>  |
| <b>Castrar</b>                      | <ol style="list-style-type: none"> <li>3. Deveriam era ser logo castrados que era para não voltarem a fazer isso, não era precisos mais castigos nenhuns , era só isso.</li> <li>4. (...) ao mesmo tempo não queria pena de morte, não queria que ele morresse, mas queria algo muito pior, sabe?!... O castigo que a justiça poderia dar... o que eu faria era cortar-lhe o pénis. Porque eu acho que todos os homens têm o poder no pénis, sem ele, eles próprios, sentem que não são nada. E eles na pena de morte morrem e não sofrem; aqueles que ficam é que vão sofrendo, pois para eles tudo acabou. E eu preferia vê-lo a sofrer...</li> </ol>  |

|                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| <b>Fazer o mesmo que eles fizeram</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>5. Deviam fazer a eles o mesmo que eles fizeram às pessoas.</li> <li>6. Na altura se eu pudesse, matava-o, mas antes fazia-lhe mal, para pagar tudo o que ele me fez a mim e às outras senhoras</li> <li>7. Bem a pior coisa que se pode fazer a uma pessoa é fazer-lhe o mesmo... (risos) Pô-los numa situação péssima e eles reflectirem. Porque não vale a pena castigar de forma que eles vão para a prisão e, amanhã, são soltos e ainda fazem pior porque ficam revoltados.</li> </ol> |
| <b>Justiça Divina</b>                 | <ol style="list-style-type: none"> <li>8. Acho que pena de morte e prisão perpétua, ninguém merece tal coisa. Serei compreensiva demais mas eu acho que ele irá pagar se não fôr na justiça dos homens é na justiça de Deus, como dizem os Católicos.</li> </ol>  |

Ao nível da penalização que as mulheres do nosso estudo consideram ser justa verificamos através da tabela 37 que a prisão, juntamente com o tratamento são as opções mais referidas. Relativamente à pena de morte apenas uma mulher a considera, no entanto, outras mulheres acham que é mais penalizante fazerem-nos passar por algum sofrimento, que consideram ser maior do que a pena de morte. Uma mulher refere, ainda, que A Justiça Divina é a merecida (ver tabela 37).

| <b>Tabela 38 - Análise dos conselhos que as vítimas/sobreviventes de violação dariam a outras mulheres vítimas/sobreviventes de violação</b> |  |
|--|--|
| <b>Categorias</b>  | <b>Narrativas sobre o Tema</b>   |
| <b>Normalizar os sentimentos e sintomas</b>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que eu diria é que quando acontece, é um acto muito fresco, a pessoa pensa em matar-se, vai-se abaixo, não tem vontade pela vida... e o facto daquele "herói" nos fazer aquilo faz-nos sentir muito fracas, sem controlo na vida. Diria que é normal tudo isto. Mas depois, depois de três meses a pessoa já começa a levantar-se porque quer ver a pessoa que nos fez mal enterrada, ou em baixo, sem forças. E nós assim conseguimos recuperar.</li> </ol>   |
| <b>Pedir ajuda</b>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aconselhava-a a fazer o mesmo que eu fiz, a procurar ajuda, porque por muito que se pense que não, precisa-se sempre. Eu, por exemplo, pensei que conseguia sozinha, mas passado um tempo não consegui ficar com aquilo só para mim: achava que me estava a comer por dentro dia para dia e tive de contar a alguém. Por isso procurar ajuda é uma boa forma. E, claro, contar com as pessoas amigas, que também ajudam bastante, ou seja, por um lado procurar ajuda dos profissionais, polícia, APAV, etc. e por outro procurar os amigos, que também ajudam bastante.</li> <li>2. Recorrer a um bom amigo.</li> <li>3. E depois falar sobre o assunto, não guardar só para si, não pensar que pode resolver tudo sozinha, é mesmo preciso falar com alguém.</li> <li>4. E queria dizer, também, às pessoas que são violadas para não ocultarem, para desabafarem, porque o sofrimento é muito se as pessoas se fecharem vai ser pior ainda. E os receios que temos no início depois passam, porque chega a uma altura que não aguentamos tanto sofrimento, o que é que adianta só chorar, temos que lutar.</li> <li>5. (...) que procurasse esta Associação, aqui existem pessoas que as podem ajudar, que sabem orientar, porque uma pessoa que é vítima de violação fica completamente desorientada...</li> </ol> |

|   |  |
|---|--|
| <b>Ajustar o apoio à realidade de cada mulher</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Primeiro ia saber o que ela estava a sentir e qual era a vontade dela. Mas depende das situações, se ela engravidou, se conhecia os violadores... não sei há situações muito diferentes... se foi um amigo, se foi um estranho... e cada uma vai sentir emoções diferentes.</li> <li>2. Eles cometeram crimes e é muito mau estar numa situação dessas mas cada situação é diferente. E cada pessoa fica traumatizada à sua maneira. Eu só acho que termos reacção na altura é impossível, eu na primeira vez tive foi sorte, porque a minha única reacção foi chorar e ficar ali.</li> </ol>  |
| <b>Evitar reagir para não sofrer mais</b>         | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Bem, conselhos eu acho que o melhor é tentarem resolver as coisas de modo a evitar a violência, se a pessoa reage e no estado em que eles estão pode ficar muito pior. Mas a pessoa não pode ficar sempre calada, tem é de escolher as alturas para não se prejudicar mais.</li> <li>2. (...) eu acho que não vale a pena a pessoa reagir... não sei... porque eu estava dentro de casa... na rua não sei se poderia ter fugido ou não, mas ali de portas fechadas...passou-me pela cabeça... mas a pessoa fica... se reagisse podia levar uma facada, uma bofetada, podia ser atada, esfaqueada. Por isso, quanto a mim o melhor é não reagir... Sei lá.</li> </ol> |
| <b>Dizer que não são culpadas</b>                 | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. .. E pensarmos que não somos culpadas pelo que aconteceu mas apenas as vítimas.</li> <li>2. Primeiro dizia-lhe que não tem de se sentir culpada minimamente de nada. Eu acho que ouvir isso é muito importante, embora eu tivesse de ouvir várias vezes para me convencer que realmente não tinha.</li> </ol>  |
| <b>Fazer denúncia</b>                             | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. E acho que devia fazer a denuncia sempre, porque estes casos não devem ficar esquecidos, e deve haver justiça, apesar da nossa justiça estar um bocado "avariada" (risos), mas acho que deveria haver justiça, qualquer cidadão tem o direito de fazer a sua vida, se ele cumpre a lei... tem de haver a denúncia para a pessoa ser julgada e se a justiça melhorar a pessoa vai ter aquilo que merece.</li> </ol>   |
| <b>Perdoar</b>                                    | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acho que o melhor é tentar perdoar</li> </ol>  |

Na análise dos conselhos que estas mulheres dariam a uma outra que vivesse uma experiência de violação (tabela 38) verificamos que se enquadram nas seguintes categorias: 1) ao nível da normalização dos sentimentos e sintomas; 2) grande parte das mulheres aconselha também pedir ajuda; 3) outras mulheres sugerem que a ajuda deve ser dada com base nas necessidades das mulheres; 4) algumas consideram que se deve evitar reagir à violação para não sofrerem mais; 5) outras consideram que o mais importante é dizer-se a essas mulheres que não são culpadas; 6) algumas aconselham a fazer a denúncia da violação e 7), uma mulher aconselha, ainda o perdão do violador.

## 5.2. Discussão dos Resultados

Dos resultados obtidos através das entrevistas realizadas, podemos proceder à sua discussão, no sentido de respondermos às questões de investigação:

- De que forma as mulheres vítimas deste crime acreditam ou não nos mitos da violação e de que modo as afecta no seu processo de recuperação?
- Quais as razões que as levaram a denunciar, ou não, o crime?
- Como foram recebidas nas instituições a que se deslocaram após o crime e que impacto esse acolhimento teve nelas?
- Qual o acolhimento recebido pelos outros significativos (familiares, amigos, colegas) e de que modo isso as marcou ou não?
- Qual a severidade do crime e nível de impacto?
- O que consideraram ou considerariam ser útil para melhorar o processo pelo qual passam as mulheres vítimas de violação?

Ao longo de toda a discussão dos resultados devemos ter em conta que: 1) duas mulheres estão à espera de julgamento, um dos violadores está a aguardar o julgamento em liberdade; o outro está preso; 2) duas mulheres viram os seus processos serem arquivados por falta de testemunhas e falta de provas; 3) duas mulheres têm o processo de divórcio a decorrer; 4) das 10 mulheres desta amostra 3 encontram-se, neste momento, a coabitar com o violador.

Para tentarmos responder à primeira das questões de investigação: **De que forma as mulheres vítimas deste crime acreditam ou não nos mitos da violação e de que modo isso as afecta no seu processo de recuperação?** Procedemos a uma análise do conteúdo das entrevistas e verificamos a presença de mitos sobre a violação nalgumas das mulheres entrevistadas, exemplos:

*"... eu sinto-me quase como algumas pessoas que cometeram um crime mas continuam de cabeça levantada"*

---

"Eu não merecia...Se eu fosse uma mulher dada a todos os homens, como vemos muita da juventude da minha idade, eu até aceitava que aquilo acontecesse, mas não"...

"E para prevenirmos sermos violadas é não andarmos em sítios pouco seguros."

"Mas também há mulheres que gostam de provocar e os homens não são de ferro."

"(...) não estava nada à espera que isso um dia me fosse acontecer a mim, ainda mais pelo meu marido, não é (...)"

"(...) ele disse-me que era o meu marido e que tinha todo o direito de o fazer."

"Pode estar é doente, afectado (...)"

"(...) acho que ele tem um certo desequilíbrio(...)"

Sabemos, através de vários estudos<sup>48</sup> como o facto de as mulheres acreditarem nos mitos sobre a violação pode prejudicar o processo de recuperação das próprias mulheres. A interiorização destes mitos sobre a violação faz com que muitas vítimas/sobreviventes sintam culpa ou responsabilidade pela sua própria violação, culpabilidade, expressa através de alguns dos seus discursos:

"E depois penso o que é que eu poderia ter evitado...(…), porque a minha janela não estava trancada..."

"Sentia[-me culpada]. Achava que não devia estar na rua aquela hora. Eu sou uma mulher porque é que eu andava sozinha aquela hora? Senti-me bastante culpada."

"Porque na altura eu pensei que era a pior mulher deste mundo, não há solução, se calhar fui eu que levei a isto. Foi difícil eu compreender que não levei nada a isso e que a culpa não era minha."

"(...) fiquei com muita raiva e nojo de mim mesma."

---

<sup>48</sup> Amir, 1971; Brownmiller, 1975; Feild, 1978; Burt, 1980; Malamuth, 1981; Sanday, 1981; Kanekar e Nazareth, 1988; Rocha & Vieira, 1990; Donatand & D'Emilio, 1992; Allison & Wrightsman, 1993; Sousa, Mateus e Lopes, 1993; Sorenson & White, 1992 citado por, Costin, & Kaptanoglu, 1993; Lonsway & Fitzgerald, 1995; Bohner, Reinhard, Rutz, Sturm, Kerschbaum, & Effler, 1998; Kelly e Regan, 2001

---

*"Na segunda, pronto, pensei "nunca mais saio à noite, nunca mais saio sozinha, nunca mais confio em ninguém", e claro fiquei revoltada comigo mesma e enojada de tudo e mais alguma coisa."*

*"(...) senti-me muito culpada e com nojo de mim própria. Eu fui muito parva, muito abelhuda meter-me assim num carro de quem não conhecia."*

*"(...) eu deveria ter-lhe dado um pontapé, ter-me ido embora, mas não reagi... E durante muito tempo pensei que a culpa era minha porque eu devia ter tido uma atitude mais agressiva com ele, mas não, (...)"*

*"A princípio senti-me culpada, terá sido alguma coisa que eu disse, mas eu culpo-me mais pelo facto de não ter sido agressiva, (...)"*

*"Porque eu acho que as mulheres acabam por ter um sentimento de culpa (...)"*

O estudo realizado por Meyer e Taylor (1986), anteriormente referido, demonstra que apesar da maioria das vítimas/sobreviventes de violação apresentam índices elevados de culpabilidade, essa culpabilidade não é benéfica para as mulheres violadas, ou seja, não é uma resposta saudável ao processo de recuperação das mulheres violadas e, como tal, as intervenções junto dessas sobreviventes não deve encorajar a culpabilização das próprias.

A interiorização destes mitos sobre a violação, por parte de outros indivíduos com quem as vítimas/sobreviventes contactam, vem reforçar os seus sentimentos de culpa ou a responsabilidade pela sua própria violação, o que prejudicará profundamente o seu processo de recuperação; muitas das mulheres entrevistadas referem esse receio ou essa realidade:

*"(...) também depende da mulher, se a mulher for muito dada aos homens claro que muitas pessoas não vão acreditar que aquilo aconteceu."*

*"(...) a minha mãe sabe. Ela diz para eu ter paciência com ele."*

"(...) tentaram arranjar desculpas para o facto, por exemplo, a minha tia disse que se calhar tinha sido o facto de eu levar uma saia preta mais curtinha, que era uma saia- calção,"

"(...) A minha mãe avançou com a ideia de... nós saímos daqui no dia a seguir aos anos de uma das minhas priminhas pequeninas e eu nessa festa de anos levei um vestido preto que era um bocado decotado."

"(...) ela disse que eu queria o marido dela e que tinha ido para a cama com o marido dela por causa de dinheiro e que aquilo era tudo mentira, que eu tinha era inveja dela."

"(...) a falta de confiança que ele demonstrou, porque ele acha que eu nunca deveria ter entrado naquele carro. Em parte ele culpa-me."

"Muitos culpam-me por ter entrado naquele carro. Toda a gente me culpa, dizem "tu nunca deverias ter entrado naquele carro".

"Houve pessoas que me disseram, isso custou-me muito na altura, mas tu podias ter enganado, não dizias os códigos; destes os códigos porque quiseste."

"Porque ainda deve haver muitas pessoas que pensam que se estamos casadas temos aquela obrigação. Depois também deve haver pessoas que pensam que nós só temos aquilo que merecemos, que se calhar provocámos..."

No sequência do que foi analisado anteriormente podemos reflectir sobre as revelações feitas pelas mulheres violadas, e respondermos, assim, à segunda questão da investigação: **Quais as razões que as levaram a denunciar, ou não, o crime?** Sabemos que muitas mulheres preferem não revelar que foram violadas, as razões para tal são, entre outras, usualmente relacionadas com os mitos da violação e com o sentimento de culpabilidade por parte das mulheres sobreviventes.

Como já referimos neste trabalho, segundo Kathleen Alexander e Candance Waldron (1990) o facto do crime de violação ser pouco denunciado tem a ver com algumas das seguintes razões: medo de retaliações; medo da polícia e dos

---

procedimentos hospitalares e judiciais; no caso das adolescentes, medo de que os pais descubram; medo que não acreditem nelas; sentimentos de vergonha e embaraço; sentimentos de culpa; medo das reacções dos maridos, companheiros(as) ou namorados(as); medo de que isso traga mais problemas; não querer lidar com a polícia devido a más experiências anteriores e não acreditarem que têm provas suficientes, especialmente no caso das mulheres que foram violadas por sujeitos com quem tinham relações próximas.

No caso das vítimas/sobreviventes por nós entrevistadas verificámos que as razões para não denunciarem os agressores se prendem com cinco categorias de razões: 1) medo; 2) falta de confiança na justiça; 3) sentirem que iam ser culpabilizadas ou desacreditadas, 4) vergonha; 5) quererem poupar mais sofrimento aos outros, e a elas próprias.

No entanto, todas as vítimas/sobreviventes acabaram por revelar a violação, ainda que não tenham feito a denúncia. A motivação para revelar a violação foi, na maioria dos casos, o sofrimento sentido em consequência da violação. A denúncia da violação à polícia foi realizada apenas por quatro das mulheres entrevistadas neste estudo: três fizeram-no logo após a violação, ainda que uma não tivesse revelado, nesse primeiro contacto, que tinha sido violada, mas apenas assaltada e uma das vítimas/sobreviventes recorreu a esta instituição dois meses depois da violação. Uma das mulheres entrevistadas dirigiu-se à polícia algum tempo após a violação. As restantes mulheres (n=6) não apresentaram a denúncia de violação à polícia, ainda que quatro das sobreviventes o tenham feito por serem, também, vítimas/sobreviventes de violência doméstica.

Com o objectivo de respondermos a uma outra questão deste estudo: **Como foram recebidas nas instituições a que se deslocaram após o crime e que impacto esse acolhimento teve nelas?** Iremos identificar, em primeiro lugar, que instituições foram contactadas pelas mulheres sobreviventes de violação entrevistadas nesta investigação. Assim, como já foi referido, quatro mulheres recorreram à polícia; no recurso às instituições de saúde verificamos que cinco das mulheres entrevistadas recorreram aos

---

serviços de saúde, sendo que duas recorreram às urgências do Hospital e três recorreram ao Centro de Saúde, cinco das mulheres referem que não recorreram aos serviços de saúde em consequência da violação; ao nível do recurso a outras instituições de apoio por parte das vítimas/sobreviventes em consequência da violação verificamos que todas as mulheres contactaram a APAV e que para além desta instituição, uma mulher recorreu à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, outra recorreu, também, à Associação de Mulheres Contra a Violência – AMCV, (onde está a ser acompanhada) e outra a um apoio alternativo.

Analisando a forma como foram recebidas e como se sentiram quando recorreram à polícia podemos verificar que das mulheres que tiveram contacto com a polícia em consequência da violação, duas referem sentir-se surpreendidas com o desempenho positivo da polícia, as restantes não se pronunciaram sobre esta questão:

*"(...)E depois veio a judiciária (...) Depois quando o senhor veio fez as provas e depois foi lá à Judiciária e levaram partes de roupa e as provas periciais, depois voltei a casa e depois eles foram lá tiraram-me fotografias e viram as impressões digitais. (...) [Relativamente aos profissionais da polícia] Isso não tive razão de queixa. Eles até correram o quarteirão todo, fizeram o percurso e andaram a avisar os prédios, e correram tudo. E depois o agente da judiciária disse para não dizer lá nada, que falasse apenas no assalto porque eu ficava mais salvaguardada. Achei que eles tiveram um certo cuidado."*

*"À polícia foi mais a raiva, a raiva dele. Justiça, para ele pagar por aquilo que fez. Porque se não fosse a raiva eu teria ido ao hospital, mas não teria ido à polícia. E agora estou à espera de julgamento."*

*"(...) Fui para a esquadra e o senhor que me atendeu disse que havia lá o problema do tal assalto da pastelaria, se eu não me importava de ir apresentar queixa no dia a seguir, eu disse que não, (...) Foi aí informada que tinha um prazo para apresentar queixa, segundo esse prazo vi que tinha hipóteses de apresentar queixa mais tarde. Mas nunca falei na questão da violação sempre só como se fosse um assalto. E ainda bem que eu não fiz a queixa naquele dia, porque eu não teria dito nada, absolutamente nada... (...) Fui apresentar queixa, mas esse meu colega entrou primeiro e falou com dois agentes, aliás, com os mesmos dois agentes que tinham falado comigo naquela noite, ou seja, eles já estavam mais ou menos a par do que se tinha passado. Foi muito mais fácil, assim, ele ter ido*

---

primeiro falar com eles... Fiz a identificação do indivíduo por fotografia e depois de eu apresentar queixa eles indicaram-me a APAV.(...) Eles, na polícia, receberam-me muito bem, não estava à espera que fosse assim, até porque sempre tive uma ideia muito diferente dos polícias, foram muito humanos, falaram comigo com calma, disseram-me que eu tinha todo o tempo para contar o que se tinha passado, para não ter medo porque as coisas tinham de ser feitas e eu podia colaborar, visto que decidi apresentar queixa. Eles tentavam animar-me com piadas, piadas sobre o café deles que era tão bom que nem os cães da rua o bebiam, isto enquanto eu estava a prestar o meu depoimento. A principal razão para eu ter apresentado queixa foi o facto de esses meus amigos me dizerem que eu não era a primeira e não ia ser a última... (...)"

"Mais ou menos na mesma altura, mais ou menos dois meses depois.(...) Levaram-me ao hospital ao serviço de medicina legal e fizeram-me testes, mas já não valia muito a pena porque já tinha sido há dois meses. Mas isso deu-me muito trabalho. O que se sofre para se resolver um assunto, nos dias de hoje... A PSP fez tudo e mais alguma coisa para terem tudo. Mas eu só queria uma coisa, tirar aquilo que estava dentro de mim, porque aquilo não era meu, era mas não era. Eu só queria isso, não queria polícia, não queria prendê-los, não queria nada."

Sobre esta questão, um elevado número de estudos concluíram que um tratamento insensível por parte de elementos do Sistema de Justiça pode intensificar sentimentos de vergonha, culpa e impotência na vítima de violação (Feldman-Summers & Palmer, 1980; Madigan & Gamble, 1981 citados por Norris & Feldman-Summers, 1981).

Na análise à forma como foram recebidas e como se sentiram ao nível das instituições de saúde podemos verificar que das mulheres que tiveram contacto com o hospital em consequência da violação, referem, ambas, algum desapontamento com a forma como foram recebidas:

" E depois fui para o Hospital (...) Eu acho que cá em Portugal não têm formação, eu sei que no estrangeiro eles fazem o " corpo de delito" e cá não me fizeram, só me fizeram a colheita de esperma, viu-me aquela marca, viu se eu tinha mais algum ferimento no corpo, mas naquele momento não se formaram hematomas, depois é que se formaram. No Instituto de Medicina Legal é que, até foi uma médica estrangeira, que me disse que

cá em Portugal não tinham conhecimentos sobre violação, porque no Hospital eles tinham de me fazer o "corpo de delito", pronto, tirar fotografias, fazer todos aqueles exames e não o fizeram. E naquele momento eu deveria ser logo acompanhada pela polícia, logo ali no Hospital e não o fizeram, eu é que saí do Hospital e fui dar a minha queixa no posto da polícia. E lá no Instituto de Medicina Legal ela disse, que me deveriam ter feito todos aqueles exames que agora eu estava ali mas já era tarde, no Hospital é que deveriam ter feito. Mas depois ela fez mais uns exames que faltavam e fez aquelas perguntas todas sobre como tinha sido, que deveriam ter feito no Hospital."

"(...) depois fui para o banco do Hospital. (...) No hospital foram, sei lá, uns cinco ou seis médicos, só que não havia Delegado de Saúde porque estava fora. E estive lá desde as seis da manhã até às onze e tal. E eu não me lavei, nem fiz chi-chi, eu nem me mexia porque eu não queria perder nada, nada... E esperei porque a tal senhora teve de vir da Costa porque não estava lá ninguém capaz de fazer as provas. (...) Eu acho que em termos do Hospital, talvez não estivessem [à altura de lidar com a situação]. Também foi num feriado, enfim... Não havia ninguém de serviço no Instituto e acho que apanharam a senhora por acaso, que tinha ido para um Congresso e depois tinha o telemóvel. Eu estive muitas horas... Eu cheguei lá ainda não eram sete da manhã e ela apareceu por volta das onze e meia. Eu lembro-me de me contorcer toda porque não podia ir à casa de banho e eles também não podiam fazer nada ... foram lá vários médicos falar comigo. (...) eu estava lá num sítio onde estão outros doentes à espera. E depois fizeram-me a medicação. Essa foi outra das coisas muito dolorosas, porque eu tive de fazer um tratamento para a SIDA. Tomei lá uma injeção para a Hepatite. E depois trouxe para casa um tratamento complicadíssimo, foi horrível! Tive de fazer durante um mês, tomava 16 comprimidos por dia (...) O tratamento é de uma violência. Foi horrível! (...) A minha irmã é que lá foi, mas acho que a alertaram, porque aquilo tinha várias contra-indicações. Eu depois até fui ao banco do hospital porque fiquei assustada de ver aqui uma bola no estômago. Depois fiz muitas consultas externas e análises, análises essas que estou sempre a fazer, as últimas vou fazer no fim deste ano. O médico até disse que eu tive sorte que a gordura ficou aqui [no estômago] não ficou no sangue... (...) Não sei se eles falaram dos sintomas, mas o tratamento foi recomendado. Eles dizem que evita a SIDA, para eu estar segura. Eu cheguei a ir à consulta e a dizer que não queria continuar o tratamento, mas o médico disse-me para eu o fazer, que ficaria mais descansada. Ah! E tomei a pílula do dia

---

*seguinte. Estes medicamentos todos é que me puseram completamente impossibilitada de trabalhar. Isto repercutiu-se na minha vida toda com muita violência."*

A propósito das conclusões que retiraram dos seus estudos, Bart & O'Brien, (1985) referem que todos os profissionais que trabalham nas emergências dos hospitais deveriam ter competências adequadas para lidarem com as vítimas de violência sexual.

A médica que tivemos oportunidade de entrevistar neste estudo refere, igualmente, a não existência de um serviço especializado para este tipo de vítimas o que acarreta dificuldades ao trabalho dos médicos que não sabem encaminhar ou dar respostas adequadas a este tipo de situações, visto que não receberam formação na área da violência sexual.

Relativamente aos exames forenses as ONGs europeias referem existirem prática desadequadas, recursos limitados e falhas na recolha das evidências (Kelly, Regan, 2001), o que é confirmado pelos testemunhos de algumas das mulheres que entrevistámos.

Da análise do discurso das mulheres podemos, também, observar uma desarticulação entre os serviços policiais, os serviços de saúde e o Instituto de Medicina Legal.

Das mulheres que tiveram contacto com o Centro de Saúde verificamos que as razões que as levaram a efectuar esse contacto, ainda que possam indirectamente advir da violação, prendem-se com razões muito específicas: necessidade de medicação psiquiátrica, violência doméstica e necessidade de fazer um aborto.

Relativamente à forma como foram recebidas e como se sentiram ao nível do acompanhamento da APAV podemos verificar que as mulheres referem que a principal ajuda foi ao nível do apoio psicológico, ainda que algumas das mulheres tivessem também solicitado outro tipo de apoios:

"Foi só a APAV porque eu estava-me a acabar psicologicamente. Dia para dia eu estava a acabar-me (comoção). Mas vim quatro ou cinco meses depois, foi quando comecei a trabalhar. (...) quando eu vim cá fui atendida pela Dra. (?), depois deixei de vir cá porque não era sempre a mesma pessoa e cada vez que cá vinha tinha de contar tudo outra vez. Mas ela foi muito querida, depois quando me via dizia sempre "Já está mais bonita, vejo que já está a levar a vida para a frente." Mas a ajuda foi só psicológica."

"Só a APAV. (...) Indicaram-me onde é que eu poderia ir, fui para ao Hospital Amadora Sintra. (...) Duas vezes [que veio a APAV], acho eu. Eles deram-me mais foi a ajuda psicológica, porque assim havia alguém que estava dentro do meu assunto, não era como essas pessoas que estão fora e dizem "E tem bebé, ah!". Senti que me apoiava e não impunham nada."

"Vim aqui à APAV, vi numa revista e vim cá. Falei com uma rapariga que estava a dar apoio porque a doutora não estava, ela depois disse-me para eu vir mais tarde, mas eu não vim. (..) Era uma rapariga com muito pouca experiência, deveria estar a estagiar ...o apoio foi muito pouco...quer dizer, desabafei, deu para desabafar, mais nada."

"Ao princípio quando cheguei [à APAV] puseram-me à minha disposição um senhor para eu falar, eu não me senti à-vontade, e então trocaram. Eu disse que preferia que fosse uma senhora. Nessa altura o meu marido estava comigo, (...) Depois, aqui na APAV, veio essa senhora, ela perguntou se eu queria ficar sozinha com ela eu disse que sim e o meu marido saiu. Conteí precisamente a mesma coisa que lhe conteí a si, mas não completamente tudo porque não me senti à-vontade para o fazer. Depois fiz outra consulta, não senti necessidade de fazer mais porque me transtornava muito a minha vida, ter de conciliar os horários para cá vir. Mas ajudaram-me imenso, aliás foi com a ajuda deles que eu consigo estar agora como estou, mesmo só com duas consultas."

"(...) foi só a APAV. (...) Deram-me apoio psicológico e disseram-me o que eu tinha que fazer, para ir à GNR se eu quisesse sair de casa para comunicar à GNR."

"Só à APAV. Fui muito bem recebida. Foram muito amáveis e eu estava à espera de uma coisa do género, venha daqui a 15 dias, mas não, fui logo recebida e foi uma grande ajuda porque eu

acho que sozinha não era capaz. (...) E foi mesmo a minha mãe que se lembrou da APAV e trouxe-me cá. Vim cá uma vez por semana durante um período de tempo, falei sempre com a mesma pessoa, quer dizer, a pessoa com quem eu falei na primeira vez não era uma pessoa indicada mas desabafei, ouviu-me, o que foi óptimo, e depois a partir daí tive várias sessões com a mesma técnica."

"Aqui na APAV foi mais um desabafo, um consolo. Na altura o que eu precisava era que me arranjassem um sítio para eu trabalhar bem longe daqui, que pudesse ir para outro lado mas com um trabalho para eu poder sobreviver. Foi isso que eu vim pedir, mas não me arranjaram... eu também acabei por não vir cá mais."

"Fui à APAV, por sugestão do meu amigo. O que eu queria era um pouco de orientação, saber onde é que me havia de dirigir. Porque eu queria fazer um divórcio, depois ele batia-me aqui à porta (...) para levar os filhos... Eu queria saber o que fazer se tinha de o deixar levar os filhos e ficava sujeita a que ele não os trouxesse mais...Querida saber o que fazer... Lá falaram comigo, perguntaram se eu me levantava bem de manhã, se tinha feito alguma tentativa de suicídio."

No que concerne à forma como foram recebidas e como se sentiram ao nível do acompanhamento da AMCV podemos verificar que a mulher que recorreu a esta instituição de apoio refere ter sido encaminhada pela APAV e refere, também, que a associação tem sido importante para as decisões que ela tem/teve de tomar sobre a sua vida:

"Dirigi-me a AMCV. A primeira vez dirigi-me à APAV e depois a APAV é que me indicou esta associação. Fui muito bem recebida, tanto na APAV (que foi pelo telefone) a senhora que me atendeu deu-me muito apoio nessa altura. E depois aqui na Associação também. Ajudaram-me a ver várias hipóteses para eu poder decidir sobre a minha vida."

Para darmos resposta a uma outra questão de investigação, **Qual o acolhimento recebido pelos outros significativos (familiares, amigos, colegas) e de que modo isso as marcou ou não?**, vamos analisar mais algumas das respostas dadas pelas

sobreviventes entrevistadas. As mulheres entrevistadas neste estudo acabaram por revelar as violações, na sua grande maioria aos amigos(as), posteriormente, em alguns casos, seguiram-se os familiares, os colegas de trabalho e, numa das situações, o companheiro. Duas mulheres preferiram, ainda, revelar em primeira mão aos familiares e uma delas após os familiares revelou, também, aos colegas de trabalho. As reacções dos outros significativos podem ser analisadas através do discurso das mulheres:

1) Reacções que tiveram impacto positivo nas mulheres:

*"As reacções foram sempre positivas, no sentido de me ajudarem."*

*"Só depois de dois meses é que contei a alguém. (...) Foi só a amigos, professores. (...) Eles deram-me muito apoio, apoio moral, depois de saberem o que se tinha passado. E sentiram pena de mim."*

*"(...) ela apoiou-me, porque ela vai à terra aos fins-de-semana e leva-me, conversa comigo... E eu presentemente não tenho ninguém, estou muito sozinha. Não me dá conselhos mas ouve-me. Ela é uma pessoa que também já passou muito, ficou viúva, (...), ou seja, também tem tido uma vida complicada. E partilhamos os nossos problemas."*

*"Entretanto pedi ajuda a esse casal e disse que precisava de falar com eles. (...) E com a ajuda deles lá consegui contar o que se tinha passado. E eles disseram que eu não podia fazer uma queixa de um simples roubo, que tinha de contar mais do que só o assalto. Ofereceram-se para irem comigo, para estarem sempre ao pé de mim se eu quisesse e disseram que lá eu iria encontrar pessoas que me iam ajudar. Fui apresentar queixa, mas esse meu colega, entrou primeiro e falou com dois agentes, (...) Foi muito mais fácil, assim, ele ter ido primeiro falar com eles... (...) eu achava que todos me iam dizer que eu não devia andar na rua aquela hora."*

*"(...) Ele disse sempre que se eu não quisesse contar que não fazia mal, que eu tinha todo o tempo para ver se queria contar ou não, e disse, também, que não estava muito interessado em saber o que se tinha passado. Disse, ainda, que estava comigo que me ia ajudar e que os dois íamos passar esta fase difícil que tinha surgido. Não foi brusco, não houve discussão."*

"A reacção da minha amiga... ela é como se fosse uma irmã e é mulher de um polícia, pronto... ela aconselhou-me, esteve a conversar comigo..."

Para o meu pai foi a pior coisa que lhe poderiam ter feito, é uma filha... mas deu-me muito apoio."

"Elas vêm e depois dão-me apoio psicológico.

A minha mãe é que tem ajudado muito, coitada.(...)

Eu também desabafo muito com a minha irmã mais velha. Ela dá-me apoio psicológico, mas não pode ajudar mais(...)"

"Só a uma amiga minha, uma amiga minha sabe disso. Eu tinha necessidade de contar a alguém, tinha necessidade de desabafar, de contar a alguém e escolhia a ela, porque tenho confiança nela. (...) claro que ela ficou revoltada, mas foi só isso. Ela já se ofereceu várias vezes para me ajudar. Ela diz que se eu quiser algum dia sair da minha casa e ir para casa dela estou à vontade,(...)"

Reacções que tiveram impacto negativo nas mulheres:

"(...) a falta de confiança que ele demonstrou, porque ele acha que eu nunca deveria ter entrado naquele carro. Em parte ele culpa-me. (...) Mas depois telefonou a pedir desculpa por não ter acreditado sempre em mim, mas eu não lhe perdoei, porque ele duvidou de mim, e por causa disso eu perdi toda a confiança nele e deixei-o. Tive muito em baixo Duas vezes tentei cometer suicídio (...)"

"Houve pessoas que me disseram, isso custou-me muito na altura, mas tu podias ter enganado, não dizias os códigos, destes os códigos porque quiseste. Mas eu acho que foi a minha estratégia para não me magoar e se calhar hoje poderia não estar aqui a contar isto..."

"Ela não tinha hipóteses de me ajudar. Ela deu-me algum apoio, mas pouco."

"Das pessoas que revelei todas me apoiaram, mas algumas pessoas tentaram arranjar desculpas para o facto, por exemplo, a minha tia que se calhar tinha sido o facto de eu levar uma saia preta mais curtinha, que era uma saia- calção(...) A minha mãe avançou com a ideia de... nós saímos daqui no dia a seguir aos anos de uma das minhas priminhas pequeninas e eu nessa festa de anos levei um vestido preto que era um bocado decotado.

---

*Pronto, inventavam essas hipóteses todas... mas eu andei lá vestida de todas as formas. Mas pronto, daí a dizerem que eu é que tive a culpa por isto ou por aquilo, não. A princípio senti-me culpada,(...)"*

No estudo, já citado, de Sarah Ullman (1996) verificou-se que as reacções negativas por parte dos outros significativos das mulheres violadas, tais como culpabilizar as mulheres, tratá-las de forma diferente e controlar as suas decisões, têm um impacto negativo no seu processo de recuperação, a longo prazo, e nos sintomas psicológicos. E as reacções positivas, tais como acreditar nas mulheres, ouvi-las e permitir-lhes que expressem os seus sentimentos, facilitam o processo de recuperação e são menores os sintomas psicológicos (Ullman, 1996).

Uma outra questão de investigação que tentámos dar resposta é a seguinte: **Qual a severidade do crime e nível de impacto?** Para analisarmos a severidade da violação podemos observar que a maioria (n = 7) das mulheres sentiram que as suas vidas estavam ameaçadas durante as violações. No que diz respeito ao impacto das violações podemos analisá-lo a vários níveis: 1) impacto da violação noutras pessoas para além da vítima/sobrevivente, 2) impacto da violação no dia-a-dia; 3) impacto da violação nas relações com os outros; 4) impacto da violação nas relações afectivas; 5) impacto da violação na relação com os filhos; 6) impacto da violação na profissão; 7) impacto da violação na saúde física e psíquica; 8) recurso a medicação psiquiátrica, bebidas alcoólicas ou drogas, em consequência da violação; 9) tentativas/ameaças de suicídio ou homicídio, em consequência da violação;

Da análise do impacto da violação noutras pessoas para além da vítima/sobrevivente, em 80% dos casos as mulheres apontam outras pessoas: os companheiros, os(as) filhos(as), os pais e as mães e, ainda, num caso, a irmã e noutro o avô, uma outra mulher aponta as amigas como as que mais sofreram o impacto da sua violação visto que também já tinham sido violadas.

Todas as mulheres (100% da amostra) referem ter sofrido alterações nas vidas diárias provocadas pelas violações e, verificamos que se centram essencialmente em

---

dois níveis de análise: 1) alterações nas suas “forma de estar”- em 3 das mulheres entrevistadas; 2) modificações nalguns dos seus hábitos - também, em 3 dos casos; e em 4 situações verificaram-se consequências dos dois tipos.

Cerca de 90% das mulheres da nossa amostra referiram ter sentido que as relações com os outros ficaram afectadas pela violação, quatro apontam como a maior consequência a perda de confiança nos outros, muitas delas (n = 3) indicam que essa perda de confiança aconteceu tanto nas relações mais próximas como nas relações com os estranhos. Três vítimas/sobreviventes indicam ter perdido a confiança sobretudo nos homens. Uma vítima/sobrevivente apontou que a maior consequência a nível das relações com os outros foi o facto de quebrar o contacto com os seus amigos. Uma outra mulher indicou que a sua grande dificuldade ao nível das relações com os outros em consequência da violação é o estabelecimento/gestão de novas relações .

Relativamente ao impacto que a violação teve nas relações afectivas verificamos que seis das mulheres entrevistadas consideram que a violação afectou as relações afectivas. Num dos casos, a relação foi mesmo quebrada, e noutra houve muita relutância por parte da mulher em revelar ao marido que tinha sido violada, ficando a relação também afectada por isso. Três das mulheres referem terem iniciado novos relacionamentos, (visto que em dois dos casos os seus violadores eram os anteriores companheiros), e apontam como bastante difíceis estas novas relações em consequência das violações. Duas mulheres optaram por não revelarem aos seus companheiros as violações, em todo o casos as relações foram, também, afectadas. Apenas uma mulher refere não ter sentido a sua relação afectada, salientando que o companheiro foi até uma grande ajuda. Devemos, realçar, novamente, para o facto de três das mulheres entrevistas ainda estarem a viver com os violadores.

No que concerne ao modo como as mulheres da nossa amostra que têm filhos (n=6) consideram que essas relações foram afectadas verificamos que, quatro consideram que as relações foram de algum modo afectadas devido a sua falta de disponibilidade mental, apesar de referirem o esforço que fizeram para que os filhos(as) sofressem o menos possível. Uma das mulheres considera que a relação com o seu filho

---

ficou valorizada depois da violação. Uma última mulher foi afastada da sua filha em consequência da situação de violência em que vivia com o seu violador e companheiro.

No que diz respeito ao impacto que as mulheres consideram ter sofrido no seu emprego/ocupação em consequência da violação, podemos analisar que quatro das mulheres consideram ter ficado afectadas nos seus empregos porque não puderam (não podem) trabalhar durante um período de tempo. Uma das mulheres considera que a violação afectou o seu desempenho no seu local de trabalho tendo como consequência o despedimento, uma outra considera que a violação afectou o seu relacionamento com os colegas de trabalho do sexo masculino. Duas mulheres da nossa amostra não estavam empregadas aquando das violações.

Relativamente às consequências para a saúde das mulheres vítimas/sobreviventes de violação que entrevistámos, verificámos que são muitas as consequências quer a nível físico, quer a nível psicológico. 50% das mulheres referem consequências ao nível da sua saúde física e 80% ao nível da sua saúde psicológica. Apenas uma mulher diz não identificar consequências da violação ao nível da sua saúde.

Ao nível do recurso a medicação psiquiátrica, podemos observar que grande parte das vítimas/sobreviventes de violação entrevistadas, não só sentiram necessidade, como recorreram a calmantes e comprimidos para dormir, apenas uma das vítimas/sobreviventes refere ter sentido necessidade, mas não chegou a recorrer. Uma das mulheres refere não ter sentido necessidade de o fazer enquanto que outra indicou que já antes da violação tomava medicação psiquiátrica.

Grande parte das mulheres da nossa amostra (80%) fizeram tentativas/ameaças de suicídio e/ou homicídio o que demonstra o grau de sofrimento a que estas mulheres estiveram, ou estão, sujeitas.

Do referido, podemos concluir que as violações têm um impacto colossal nas vidas destas mulheres, que se repercute aos mais variados níveis de análise.

---

A última questão de investigação que nos propusemos responder pretende saber: **O que consideraram ou considerariam ser útil para melhorar o processo pelo qual as mulheres vítimas de violação passam?** Para tal podemos analisar as respostas das mulheres da nossa amostra às questões: 1) sobre qual a melhor ajuda que tiveram e, 2) quais os apoios que acham que deveriam existir para as situações de violação.

Quanto aos apoios, considerados mais relevantes para o universo analisado podem ser organizados em dois grandes grupos, as suas redes sociais naturais e as suas redes sociais formais. Ao nível da rede social natural foram referidos: os companheiros, os(as) amigos(as), os(as) filhos(as), os vizinhos os professores e a família. Relativamente à rede social formal foram referidos: a APAV, a AMCV<sup>49</sup>, a médica de família e a polícia (com algumas limitações).

Ao nível dos apoios que deveriam existir para ajudarem as mulheres vítimas/sobreviventes de violação na opinião das mulheres entrevistadas, verificamos que a criação de instituições de apoio é muitas vezes referida pela nossa amostra. A necessidade de justiça é outra condição essencial para estas mulheres, bem como a sensibilização, da comunidade em geral, para estes casos.

Respondidas que estão as questões de investigação, vamos tentar dar resposta aos principais objectivos que foram eleitos para esta investigação, e que se reúnem em torno da análise do crime de violação na perspectiva das vítimas. Os objectivos são: 1) desmistificar o crime de violação com base nos testemunhos das vítimas, isto é, demonstrar com factos; 2) analisar o que, na perspectiva das vítimas/sobreviventes, é benéfico para a evolução positiva do percurso de vida dessas mulheres, ou seja para o seu processo de recuperação; 3) perceber que medidas ainda são necessárias tomar, nas nossas sociedades, para que as condições sejam criadas de forma a que a violação deixe de ser um crime escondido (pelos sentimentos de vergonha, culpa e sentimento de impotência, falta de apoio afectivo, social e institucional, medo, etc.).

---

<sup>49</sup> É de salguardar, mais uma vez, que a amostra foi recolhida essencialmente através da APAV e da AMCV.

---

Relativamente ao primeiro dos objectivos, a análise das entrevistas permite-nos verificar que, contrariamente a um dos mitos sobre a violação – a maioria das violações são cometidas por estranhos –, a maioria das violações da nossa amostra foi cometida por conhecidos das mulheres (40% por desconhecidos, 80% por conhecidos: 20% amigos/conhecidos; 10% tio; 50% maridos). Tal como Teresa Rocha e Margarida Vieira (1990) referem, cerca de metade das vítimas conhecem os violadores, geralmente, essas mulheres são da mesma comunidade, escola, local de trabalho, local de habitação ou, ainda, da mesma família.

Esta ideia é reforçada pelos dados apresentados por Alexander e Waldron (1990) que referem que a maioria das violações ocorrem entre pessoas que se conhecem, quer sejam, maridos/companheiros, amigos íntimos, conhecidos pais/padrastos ou colegas de trabalho, ou seja, 53% das violações recai nesta categoria, apenas 21 % das violações são cometidas por estranhos.

No caso da violações maritais, verificamos que, tal como no estudo realizado por Finkelhor e Yllo (1984), [que dividiram este crime em três categorias: violações com agressão física; violações sem agressão física e violações obsessivas], a maioria das mulheres, que entrevistamos, violadas pelos maridos enquadra-se na primeira das categorias, ou seja, violações com incidentes mais violentos, normalmente, associadas a relações onde para além do abuso sexual existe um grande índice de agressão física e nada têm a ver com a sexualidade, parecem antes ser motivadas pelo desejo intenso de magoar, humilhar as suas mulheres usando o sexo como veículo para o fazer (n= 4); uma das mulheres enquadra-se na segunda das categorias, que inclui histórias em que a violência é mais reduzida, em que a força utilizada tinha a ver com acesso ao sexo mas não causando danos físicos muito severos, este tipo de violação indicavam ser motivado menos pela raiva ou fúria e mais pelo desejo de ter poder, de controlar, de dar uma lição, de demonstrar quem manda; e, aparentemente, nenhuma das mulheres por nós entrevistada se enquadra na terceira categoria, que incluía as histórias em que os maridos tinham algumas preocupações sexuais pouco habituais, muitos obcecados por

---

pornografia, e desejavam que as suas mulheres colaborassem em actos que retiravam da mesma.

Outra questão que merece alguma reflexão pelo facto de contribuir para a desmistificação de mais uma das ideias erradas acerca da violação – a ideia de que as violações são impossíveis se as mulheres lutarem – o facto é que, independentemente de serem utilizadas armas ou não, muitas mulheres sentiram as suas vidas ameaçadas durante as violações. Na nossa mostra, na maioria das violações não foram utilizadas armas ou quaisquer outros objectos (n=9), em dois dos casos da nossa amostra, houve ameaça da utilização de armas, que nunca foram visualizadas pelas mulheres e apenas numa única situação foi utilizada uma arma. No entanto, a maioria (n = 7) das mulheres sentiram que as suas vidas estavam ameaçadas durante as violações. Recorrendo assim a várias estratégias de sobrevivência que se enquadram nas seguintes categorias: 1) tentaram lutar, fugir ou gritar; 2) tentaram apelar aos sentimentos do violador com o objectivo de o dissuadir; 3) tentaram evitar a proximidade com o violador; e 4) tentaram aceder ao que lhes era exigido para salvaguardarem as suas vidas, as dos seus filhos ou evitarem mais sofrimento.

O impacto severo e devastador que a violação teve, aos mais diversos níveis, na vida das mulheres que entrevistamos, vem, também, de alguma forma, ajudar a contestar os mitos que consideram que: 1) *as mulheres fantasiam acerca da violação e desejam ser violadas*, 2) *as mulheres provocam as violações através de comportamentos ousados, vestidos provocantes, andando até tarde na rua, etc., pelo que só as mulheres “más” são violadas*.

Por outro lado, a relutância que as mulheres entrevistadas demonstram relativamente à denúncia das suas violações, também vem, de certa forma, contradizer os mitos que consideram que: 1) as mulheres acusam os homens de violação numa tentativa de os controlarem ou ofenderem; e 2) a maior parte das denúncias de violação são falsas.

Muitos autores, com uma abordagem feminista da violação, corroboram esta ideia, defendendo que a violação é suportada por crenças que encorajam a dominação social e

económica dos homens sobre as mulheres e a aceitação dos mitos sobre a violação ajudam a suportar essas crenças (Amir, 1971; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Donatand & D'Emilio, 1992; Feild, 1978; Malamuth, 1981; Sanday, 1981; Sorenson & White, 1992; citado por, Costin, & Kaptanoglu, 1993).

Com base na interiorização destes mitos sobre a violação muitos indivíduos atribuem às vítimas/sobreviventes a culpa ou a responsabilidade pela sua própria violação.

O segundo objectivo deste estudo pretende analisar o que, na perspectiva das vítimas/sobreviventes, é benéfico para a evolução positiva do percurso de vida dessas mulheres, ou seja para o seu processo de recuperação.

**Tabela 39 - Análise da descrição dos processos de recuperação das vítimas/sobreviventes de violação cruzando o tempo que decorreu da violação e com a relação com o violador**

| O tempo que decorreu da violação | Relação com o violador | Narrativa sobre o Tema   |
|----------------------------------|------------------------|--|
| Menos de 6 meses                 | Marido                 | (...) eu ainda estou numa situação que não consegui passar... porque eu tenho dias que estou bem, que me sinto libertada, mas ainda tenho dias que estou mal, ainda não passei para o lado de lá. Talvez agora já tenha mais dias bons do que dias maus. Mas a situação ainda não está resolvida (...)há coisas que não se esquecem... as violações.   |
| Menos de 6 meses                 | Desconhecido           | Estou a sentir a minha recuperação de uma forma muito rápida, tal e qual como eu queria. Há dois meses atrás sentia-me muito mal por estar assim, eu nunca tinha sido assim. E eu queria voltar a ser eu mesma, queria voltar a ser eu mesma. Quando pessoas que me conhecem me dizem que estou muito diferente eu digo que é da idade, mas para os meus familiares, às minhas irmãs eu não posso dizer isso, eles conhecem-me muito bem, sabem que estou diferente, mas também sabem que eu estou muito melhor do que há dois meses atrás. E vejo que dia para dia consigo obter mais o que eu era. Já não preciso de sair à rua acompanhada durante o dia, já consigo estar em casa sozinha, antes só estar em casa eu tinha medo, não tinha vontade de fazer nada e isso agora mudou e está a mudar, eu também não quero ser assim... Neste momento estou à procura de emprego porque acho que me vai fazer bem, distrai-me bastante (risos). |
| Menos de 6 meses                 | Marido                 | Melhor coisa que me poderia acontecer era sair de casa sem que ele me viesse perseguir.  |
| Menos de 6 meses                 | Marido                 | Eu acho que ainda não estou em processo de recuperação, porque as violações ainda não acabaram, nem vão acabar... ainda é a mesma coisa, eu reajo igual agora e antigamente às violações.  |
| 8 meses                          | Desconhecido           | Agora estou calma, felizmente existem pessoas que são amigas e sabem ter uma conversa e o dia-a-dia faz esquecer um bocadinho das tristezas que o mundo trás. Ainda estou muito revoltada.   |

|          |              |  |
|----------|--------------|--|
| 8 meses  | Marido       | Porque na altura eu pensei que era a pior mulher deste mundo, não há solução, se calhar fui eu que o levei a isto. Foi difícil eu compreender que não levei nada a isso e que a culpa não era minha. (...) Todos os dias me levanto e penso que tenho de ter mais força, eu tenho força suficiente. Comecei por ser uma pessoa infeliz, depois passei a ser uma pessoa mais ou menos feliz, hoje em dia sou feliz porque recuperei a minha maneira de rir, é o lema das gordinhas "estar sempre a rir". Mas sinto que evolui bastante.   |
| 11 meses | Tio          | Não foi fácil, houve alturas em que eu saía da APAV e pensava "pronto já estou bem", mas bastava acontecer qualquer coisa de contrário, ou contarem-me qualquer coisa relacionada com ele ou com a família do género "olha, ela diz que não acredita, que ele contou-lhe de outra maneira", pronto, ia tudo por água a baixo, depois na outra semana quando eu chegava aqui vinha outra vez... Portanto, teve muitos altos e baixos, não foi uma coisa gradual e linear.. uma semana estava bem, a outra também, depois à terceira já estava mal outra vez, depois voltava a animar-me mais, foram altos e baixos... e não foi um percurso suave. Custou-me um bocado revelar-me na minha intimidade nas coisas que eu fazia mas soube bem depois, no final, ver que apesar de tudo que eu tive a contar ... não posso dizer que tenha sido uma boa experiência para eu crescer, isso não, é ridículo... Mas ajudou-me a ver as coisas de outra maneira, talvez eu agora já não seja tão ingénua.(...)Ainda não estou totalmente recuperada, ainda há momentos em que penso no assunto e há situações que volto a pensar mais no assunto. Por exemplo, agora vou casar, (...) Nestas situações ainda vem muito à memória a situação. Está a fazer um ano... Nunca tive pesadelos, mas tinha muitas imagens recorrentes ao longo do dia...  |
| 12 meses | Desconhecido | Eu até acho que tenho recuperado, às vezes parece um sonho. Mesmo agora eu passei aqui com o meu namorado e ele era assim "Vieste aqui tantas vezes e não sabes onde é, é sinal que isso está a ser esquecido", porque eu passei a porta e não vi. Quer dizer... assim, no dia-a-dia vou ultrapassando, mas depois... Sinto que houve uma evolução, nos primeiros meses sentia-me muito mal, aliás a fazer aquele tratamento a pessoa sente-se muito mal, e deixei de fazer coisas... de fazer ginástica, de ir a espectáculos... não era eu... não era a minha vida.  |
| 16 meses | Amigo        | Agora já sinto mais força. Como já disse, andei muito em baixo, tentei o suicídio, tentei mesmo cortar o meu pulso para não... tentei o suicídio duas vezes, mas sentir a dor e pensar no meu filho fez com que não o fizesse. O meu filho também tem sido uma grande ajuda... Depois que aquilo me aconteceu eu não queria ser mais tocada por nenhum homem, e esse conseguiu. Ele tem me dado muito apoio, muito carinho, às vezes penso que se fosse outro, haveriam muitas discussões e com ele não, e também tenho fido mais força pelo meu filho... Mas tudo isto é com fé no julgamento, porque se não houver justiça.(...) Até agora tenho-me mantido calma porque estou à espera da justiça. Mas Deus tem me dado forças, mas naquele momento eu achei que Deus me abandonou, quando cheguei a casa naquele dia, eu tenho um crucifixo no quarto, atirei-o e deitei tudo para o chão. (Lágrimas) Eu pensei que Deus não poderia ter deixado aquilo acontecer. Deus abandonou-me naquele momento. E por isso afastei-me de Deus tornei-me mais desconfiada, mas de vez em quando já o procuro. Mas se Deus existe a verdade vai ser vista. (...) Perdi o meu emprego. Não tenha muita paciência para o meu filho. Fiquei sem o meu companheiro. E vivia isolada em casa, fechada em casa sem me sentir bem. Depois comecei a recuperar, hoje em dia... tenho tido o apoio da minha patroa, também. Tenho pesadelos. Durante meses eu sonhava com ele, tinha medo de dormir...aquele cheiro dele. Houve uma altura em que eu pensava que estava a ficar maluca, não conseguia dormir, não conseguia comer, não tinha vontade de sair, só me apetecia estar sozinha, não ouvir barulhos. Estava sempre a pensar, "mas porque é que aquilo me aconteceu?". Afecta muito, especialmente se não tivermos força de fazer com que... esquecer, esquecer, a gente não esquece, mas pronto... Tenho dias em que estou melhor, tenho dias em que estou mais em baixo... Mas eu vou recuperar. Tenho que ter força, tenho que ter,(...). Quero mostrar ao mundo e a toda aquelas mulheres, que fracas que elas foram. |

|                  |              |   |
|------------------|--------------|---|
| Mais de 30 meses | Desconhecido | Há alturas em que penso mais nisso do que outras. De cada uma das situações foi diferente.<br>Da primeira tive muito medo, mas já foi há muito tempo, passou. Mas ainda me lembro do medo que senti e até da roupa que tinha vestida. |
|                  | Desconhecido | Na segunda vez senti-me muito culpada e com nojo de mim própria. Eu fui muito parva, muito abelhuda meter-me assim num carro de quem não conhecia.  |
|                  | Marido       | Do pai da minha filha tive muito nojo... e eu falo bem com ele, agora, mas também é pela minha filha.   |

Com a base nos discursos das mulheres sobre os seus próprios processos e recuperação (tabela 39) e tendo em conta que 80% das mulheres foram violadas há menos de um ano, podemos verificar que, excepto as mulheres que ainda se encontram a coabitar com o violador e que não se consideram em processo de recuperação (3 mulheres), todas as mulheres consideram estar a evoluir bem nos seus processos de recuperação, para isso consideram terem contribuído os contactos com as instituições de apoio e os apoios vindos das suas redes de suporte natural. Podemos confirmar a importância dada aos apoios, quando observamos que o conselho que estas mulheres consideram ser o mais importante para as mulheres que foram violadas é “pedirem ajuda”. Compreenderem e interiorizarem que a culpa da violações não era delas, a esperança na justiça e a luta para “voltarem a ser quem eram”, parecem ser dados relevantes para os processos de recuperação destas mulheres.

Ainda relativamente aos processos de recuperação descritos pelas mulheres, não nos parece, (ainda que apenas nos possamos basear nos discursos das próprias mulheres e sem termos elementos quantitativos), haver uma diferença entre as mulheres violadas por conhecidos e as violadas por desconhecidos.

Tal como sugerem muitos estudos realizados nesta área em que se demonstra que a violação por conhecidos tem consequências idênticas ao crime de violação cometido por estranhos, as sobreviventes de violação por conhecidos apresentam níveis de depressão<sup>50</sup>, medo e ansiedade<sup>51</sup>, e sintomas de *stress pós-traumático*<sup>52</sup>, iguais, e

<sup>50</sup> Beckerm Kkinner, Abel, Axelrod, & Tracy, 1984; Frank, Turner, & Stewart, 1980; Gidycz & Koss, 1991; Katz, 1991; Koss, Dinero, Seibel, & Cox, 1988; Sales, Baum, & Shore, 1984; Santiago, McCall-Perez, Gorcey, & Beigel, 1985; Siegel, Golding, Stein, Burnam, & Sorenson, 1990; Ullman & Siegel, 1993.

<sup>51</sup> Frank et al., 1980; Gidycz & Koss, 1991; Girelli, Resick, Marhoefer-Dvorak & Hutter, 1986; Koss et al., 1990.

---

muitas vezes superiores<sup>53</sup>, aos das mulheres violadas por desconhecidos (Frazier & Seales, 1997).

O terceiro objectivo que nos propúnhamos cumprir com esta investigação era perceber que medidas são ainda necessárias tomar, nas nossas sociedades, para que as condições sejam criadas de forma a que a violação deixe de ser um crime escondido (pelos sentimentos de vergonha, culpa e sentimento de impotência, falta de apoio afectivo, social e institucional, medo, etc.).

Dos discursos elaborados pela mulheres, podemos verificar que a relutância em denunciar a violação é uma realidade para a maioria destas mulheres devido ao medo, à falta de confiança na justiça, à culpabilidade que sentem, à vergonha e para evitarem sofrerem mais ou evitarem o sofrimento nos outros.

Por outro lado, essa relutância é reforçada pelas atitudes dos outros significativos com quem algumas das vítimas/sobreviventes contactaram e pelos serviços onde se deslocaram. Nos hospitais não existem tratamentos especiais e adequados, realizados por técnicos com formação para lidarem com este tipo de vítimas/sobreviventes. Este facto é confirmado pela resposta a uma entrevista exploratória realizada com uma médica (que já tivemos oportunidade de referir), que afirma: *“Acho que era muito importante que passasse a haver essa formação, porque nós não estamos preparados para lidar com essas situações, quando isso acontece nós não sabemos muito bem o que fazer na altura e não damos seguimento às coisas como deve ser.”* E acrescenta: *“Não existe um serviço especializado para atendimento a vítimas de violação, isso não. Nem conheço nenhum hospital que o tenha.(...) Mas nestas situações de violação o mais urgente é a criação de apoios imediatos, ou seja, o apoio na crise. (...) o apoio imediato é que é muito importante, porque é a partir daí que a pessoa começa a organizar as coisas, os sentimentos, toda a situação, porque naquele momento eu penso que a pessoa não consegue entender o que lhe aconteceu*

---

<sup>52</sup>Kramer & Green, 1991.

<sup>53</sup> Ellis, Atkeson, & Calhoun, 1981; Ellis et al., 1981; Ullman & Siegel, 1993; Bownes, O’Gordon & Sayers, 1991<sup>a</sup> 1991b.

---

*conscientemente, e depois disso posteriormente traz-lhe problemas, trás consequências mais tarde.”*

Nos serviços policiais, apesar das boas impressões causadas às quatro mulheres da nossa amostra que recorreram a estas instituições por causa da violação, as mulheres foram recebidas por agentes do sexo masculino e sem formação especializada para actuarem nestes casos, e as outras mulheres que recorreram à polícia por outras razões não chegaram a revelar as violações.

No que respeita à falta de confiança na justiça por parte das mulheres violadas ela é perceptível, porque para além das duas mulheres que apresentaram queixa e viram os seus processos serem arquivados, verificamos também que a justiça não está adequada ao crime de violação, segundo Conceição Brito Lopes – jurista da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres – *“(…) os crimes violentos, nomeadamente os crimes sexuais violentos, já são falados com mais abertura do que antigamente, mas como a lei não mudou muito, nomeadamente no sistema de provas, continua a ser extremamente difícil provar esse casos, as pessoas acham que não vale a pena falar neles, expor-se para depois não obterem qualquer justiça. Portanto, tanto quanto eu sei da formação de jovens advogados, (...) não há qualquer preparação nessas áreas dos crimes sexuais, não há qualquer tratamento especial nessa área .”* Brito Lopes refere ainda que: *“Aliás eu já fui contactada por mulheres que já tinham sido violadas e numa data bastante posterior vieram-me perguntar o que é que poderiam fazer, e uma vez que não havia qualquer indício da violação nem alguma testemunha, elas não podem fazer nada. Porque tudo passa pelo sistema de provas vigente no Sistema Processual Penal e o sistema de provas é feito quase sempre com testemunhas.(...) Porque a mulher pode ser bastante clara ‘o meu violador foi esta pessoa’, mas não se pode fazer nenhuma colheita do indivíduo para comparar com qualquer exemplar que tenha sido recolhido do corpo da mulher, portanto, é tudo à base de testemunhas, não havendo testemunhas, não há caso.”*

Podemos ainda, registar que a articulação entre as várias instituições, polícias, hospitais, Institutos de Medicina Legal e Instituições de Apoio (APAV, AMCV, etc.)

---

são praticamente nulas. Para além de que, as instituições de apoio estão pouco divulgadas e muito centralizadas, tornando-se difícil o acesso a todas as mulheres violadas.

Assim, verificamos que ainda há muito a fazer nas nossas sociedades para melhorarmos as condições para dar apoio às mulheres vítimas de violação. E nesse sentido as mulheres violadas por nós entrevistadas sugerem: 1) a criação ou proliferação de Instituições de apoio às mulheres violadas que as acompanhassem aos serviços de saúde; que lhes dessem apoio jurídico, as encaminhassem e dessem apoio aos seus processos de recuperação (70% da amostra); 2) que a justiça deveria ser mais adequada a este tipo de crime, garantido, assim, que mais mulheres considerassem valer a pena apresentarem queixa (60%); e 3) uma maior sensibilização/educação/informação junto da comunidade em geral, o que levaria a que a relutância em denunciar a violação com medo das reacções dos outros diminuísse e, por outro lado, houvesse uma maior ajuda e compreensão para com as sobreviventes de violação.

No capítulo seguinte apresentaremos as principais conclusões que poderemos retirar desta investigação.

## ***VI. Conclusões***

---

## VI. CONCLUSÕES

A análise dos resultados permitiu responder de forma satisfatória às questões de investigação e, deste modo, retirar conclusões e fazer algumas articulações entre elas.

- Através dos resultados, ficámos a conhecer que as mulheres violadas que entrevistámos e que recorreram à APAV e à AMCV, independentemente da relação entre elas e o violador, isto é, conhecido, íntimo, ou desconhecido da mulher, apresentam consequências negativas profundas em consequência da violação, que resultam num processo de recuperação longo e difícil.
- Verificámos, através deste estudo, que as violações no contexto das relações maritais são uma realidade, ainda que muitas das mulheres nesta situação o tenham revelado porque eram, também, vítimas/sobreviventes de violência doméstica.
- Observámos, ainda, que a presença de mitos sobre a violação, nas nossas comunidades, faz com que muitas mulheres se sintam culpadas ou responsáveis pelas suas violações, o que dificulta os seus processos de recuperação. Verifica-se que, para estas mulheres, o facto de compreenderem que não são nem culpadas nem responsáveis pela violação, é um factor muito importante para os processos de recuperação.
- As instituições de apoio têm um impacto muito positivo no processo de recuperação destas mulheres, no entanto, apresentam dificuldades em dar apoio para além do apoio psicológico ou emocional, (como por exemplo, serviços de apoio na crise, acompanhamento aos hospitais ou outros serviços, apoio aos outros significativos das sobreviventes, campanhas de informação/sensibilização). É de evidenciar que todas as mulheres violadas entrevistadas neste estudo, demonstram um grande esforço para recuperarem da situação em que se encontram, confirmando-se que o termo “sobrevivente” é aquele com que a maioria mais se identifica.
- Os dados da presente investigação vão no sentido de confirmar o facto de muitas violações continuarem a não serem denunciadas por razões que se prendem com o medo, a falta de confiança na justiça, receio de serem culpabilizadas e

desacreditadas e sentirem que se não revelarem não vão sofrer tanto e não vão fazer sofrer os outros significativos.

- A justiça/legislação não se encontra adequada às situações de violação, de acordo com os dados recolhidos neste trabalho.
- Os outros significativos, tal como as próprias mulheres e o resto da sociedade em geral, desconhecem as realidades a cerca do crime de violação, o que dificulta a adequação de respostas às necessidades sentidas pelas mulheres violadas.
- Os serviços aos quais as mulheres violadas entrevistadas neste trabalho recorreram apresentam dificuldades em lidar adequadamente com as situações de violação. A falta de unidades ou técnicas especializadas para dar o apoio necessário nestas situações é visível. Para além disso, a articulação necessária entre os serviços que as mulheres violadas recorrem (policias, serviços de saúde, instituto de medicina legal, instituições de apoio), tão necessária para os casos de violação, é praticamente inexistente nos casos analisados.

Uma síntese elaborada com base nas conclusões retiradas deste estudo parece-nos pertinente: verificamos que estamos perante um problema que se apresenta como um círculo vicioso, que não pode ser interrompido se for considerado caso a caso, as medidas de suporte para as situações de violação, terão de ser de tipo sócio- político e preventivo. Se não vejamos a figura 1:

Figura 1



Para que se quebre o ciclo representado pela figura 1 é necessária uma alteração da forma como o problema da violação é encarado pela sociedade em geral. Sendo a violação um problema com repercussões ao nível da saúde pública e, acima de tudo, uma violação dos direitos humanos<sup>54</sup>, as medidas a tomar terão de passar pelo nível da prevenção, mas também pela garantia de que os serviços existentes dão respostas às necessidades das mulheres violadas e dos seus outros significativos.

Antes de finalizarmos esta investigação consideramos oportuno ressaltar algumas ideias sobre o presente trabalho, por se tratar de uma investigação com carácter exploratório, levanta muitas mais questões do que aquelas a que responde. Seria, por isso, pertinente a realização de estudos de investigação ao nível dos serviços aos quais as mulheres podem recorrer, bem como estudos ao nível das crenças sobre a violação nos profissionais e na população em geral; estudos sobre os julgamentos de casos de violação e até mesmo investigações que nos permitissem ter a noção real dos casos de violação existentes em Portugal.

Em termos de resultados esperados temos a esperança de que esta investigação contribua, por um lado, para melhorar as condições das mulheres que foram, são ou serão vítimas/sobreviventes de violação ou, por outras palavras, que os processos de recuperação sejam mais facilitados e, por outro lado, para a diminuição e/ou erradicação dos casos de violação. Temos consciência que, para que tal suceda, muitas transformações sociais têm de ter lugar, por isso não temos a ambição de que este trabalho por si só, provoque tais alterações, mas acreditamos veementemente que pode ser um bom contributo nesse sentido.

Ao nível das limitações deste trabalho devemos referir, para além das condicionantes da investigação, as limitações institucionais e as limitações pessoais, quer das vítimas quer da investigadora. As limitações institucionais prendem-se com a facilidade/dificuldade de acesso às mulheres vítimas de violação, quer em termos de quantidade, tempo e espaço “permitido”. As limitações pessoais ligam-se, por um lado,

---

<sup>54</sup> Na conferência mundial sobre os direitos humanos, a qual deu origem à Declaração de Viena (1993), refere “*Os direitos de mulheres e raparigas são uma parte inalienável, integrante e indivisível dos direitos humanos universais.*” (CIDM, 1995, p. 11).

---

com a competência científica mas também empática que conseguimos estabelecer com as entrevistadas e, por outro lado, com a disponibilidade mental e física das próprias para colaborarem na investigação. Temos consciência que a amostra reduzida utilizada no estudo não nos permite fazer generalizações e, por outro lado, todas as mulheres violadas que não recorreram a instituições de apoio ficam totalmente de fora deste tipo de estudos; no entanto, e tentando não cair nalgum pretenciosismo, temos, também, consciência que este é um estudo inovador na realidade portuguesa e que pode ser o ponto de partida para outros estudos mais aprofundados na área da violação.

## ***VII. Referências Bibliográficas***

---

## VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ahrens, C. E. & Campbell, R. (2000). Assisting Rape Victims as they recover from rape: The impact on friends. *Journal of Interpersonal Violence*, 15, 9, 959 – 986.

Alexander, K. & Waldron, C. (1985). The Realities of Rape. In E. Crespo & C. Waldron (eds.), *Reclaiming Our Lives*.(pp. 15- 31). Massachusetts: Department of Public Health.

Alexander, K.O.. (1990). Profile of the rapist. In E. Crespo & C. Waldron (Eds.), *Reclaiming Our Lives*.(pp. 33- 44). Massachusetts: Department of Public Health.

Allison, J.A., & Wrightsman, L.S. (1993). Attitudes toward rape and rape victims. In J. A. Alisson & L.S. Wrightsman (Eds.), *Rape: The Misunderstood Crime* (pp. 98 - 126). Newbury Park: SAGE Publications.

Allison, J.A., & Wrightsman, L.S. (1993). Date Rape and Acquaintance Rape. In J. A. Alisson & L.S. Wrightsman (Eds.), *Rape: The Misunderstood Crime* (pp. 60 - 84). Newbury Park: SAGE Publications.

Allison, J.A., & Wrightsman, L.S. (1993). Preventing rape. In J. A. Alisson & L.S. Wrightsman (Eds.), *Rape: The Misunderstood Crime* (pp. 242 - 259). Newbury Park: SAGE Publications.

Allison, J.A., & Wrightsman, L.S. (1993). Why study Rape. In J. A. Alisson & L.S. Wrightsman (Eds.), *Rape: The Misunderstood Crime* (pp. 1- 19). Newbury Park: SAGE Publications.

Allison, J.A., & Wrightsman, L.S. (1993). Spousal Rape. In J. A. Alisson & L.S. Wrightsman (Eds.), *Rape: The Misunderstood Crime* (pp. 85 - 97). Newbury Park: SAGE Publications.

- 
- Allison, J.A., & Wrightsman, L.S. (1993). The rapist. In J. A. Alisson & L.S. Wrightsman (Eds.), *Rape: The Misunderstood Crime* (pp. 20 - 45). Newbury Park: SAGE Publications.
- Amnistia Internacional (1995). *Mulheres e Direitos Humanos*. AI: Portugal.
- Associação de Mulheres contra a violência (2001). [on-line]. Available: <http://www.amcv.pt>. (25 Novembro 2001)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2001). [on-line]. Available: <http://www.apav.pt>. (25 de Novembro 2001)
- Bardwick, J. M., & Douvan, E. (1971). Ambivalence: The socialization of women. In V. Gornick & B. K. Moran (Eds.), *Women in sexist society: Studies in Power and powerlessness* (pp. 147-157). U.S.A.: Basic Books, Inc.
- Bart, P. B. & O'Brien, P. H. (1985). *Stopping Rape: Successful Survival Strategies*. U.K.: Pergamon Press Inc.
- Beleza, T. P. (1994). O conceito legal de violação. *Revista do Ministério Público*, 15, 59, 51 – 64.
- Beleza, T. P. (1996). *Sem sombra de pecado. O repensar dos crimes sexuais na Revisão do Código Penal*. Comunicação apresentada nas Jornadas de direito criminal . Revisão do Código Criminal, I Vol., Centro de estudos Judiciários, Lisboa.
- Bell, J. (1993). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- ✓ Bohner, G.; Reinhard, M.; Rutz, S.; Sturm, S.; Kerschbaum, B.; & Effler, D. (1998). Rape myths as neutralizing cognitions: evidence for a causal impact of anti-victim

---

attitudes on men's self-reported likelihood of raping. *European Journal of Social Psychology*, 28, 257 – 268.

Bohner, G., Weisbrod, C., Raymond, P., Barzvi, A., & Schwarz, N. (1993). Salience of rape affects self-esteem: The moderating role of gender and rape myth acceptance. *European Journal of Personality*, 23, 561-579.

Brownmiller, S. (1975). *Against Our Will: Men, Women and Rape*. New York: Bantam Books.

Brownmiller, S. (1999). Rape is a political crime against women. In S. Brownmiller (ed.), *In our time: Memoir of a revolution* (pp. 194 – 224). New York: Dell Publishing.

Buchwald, E., Fletcher, P., & Roth, M. (1993). *Transforming A Rape Culture*. E.U.A.: Milkweed Editions.

Burgess, R. G. (1997). *A Pesquisa de Terreno : Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

Campbell, R. & Davidson, W. (1993). *Police Officer's Perceptions of Date Rape*. Michigan: State University.

Campbell, R. (1995). The role of work experience and individual beliefs in police officers' perceptions of date rape: An integration of quantitative and qualitative methods. *American Journal of Community Psychology*, 23, 2, 249–277.

Campbell, R., & Johnson, C. R. (1997). Police officers' perceptions of rape: Is there consistency between state law and individual beliefs? *Journal of Interpersonal violence*, 12, 2, 255- 274.

Canço, D. & Castro, I. (2001). Portugal: Situação das Mulheres 2001. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

---

Código Penal Português, (1998). Atualizado pela Lei n.º 65/98 de 2 de Setembro.

Cohn, E. G. (1993). The prediction of police calls for service: The influence of weather and temporal variables on rape and domestic violence. *Journal of Environmental Psychology*, 13, 71-83.

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1995). *Agenda Global*. CIDM: Portugal.

Costa, J. M., & Alves, L. B. (1999). Perspectivas teóricas e Investigação no domínio da delinquência sexual em Portugal. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 9, 2, 281 – 312.

Costin, F., & Kaptanoglu, C. (1993). Beliefs about rape and women's social roles: A turkish replication. *European Journal of Social Psychology*, 23, 327-330.

✓ Cruz, A. M. (1990). *Violação*. Comunicação apresentada no colóquio Internacional sobre Criminalidade e Cultura, Centro de estudos Judiciários, Lisboa.

✓ Davis, R. C., Brickman, E., & Baker, T. (1991). Supportive and unsupportive responses of others to rape victims: Effects on Concurrent Victim Adjustment. *American Journal of Community Psychology*, 19, 3, 443-451.

Diamond, M., & Robbins, C. (1997). *Manual de apoio a sobreviventes de violação*. Departamento de Saúde Pública de Massachusetts – Coligação de Massachusetts contra a violência sexual (Tradução e adaptação para português – AMCV e DGS).

Ellis, E. M., Atkeson, B. M., & Calhoun, K. S. (1981). An assessment of long-term reaction to rape. *Journal of Abnormal Psychology*, 90, 3, 263 – 266.

- 
- Finkelhor, D. & Yllo, K. (1984). Marital Rape: The Misunderstood crime. . In E. Crespo & C. Waldron (eds.), *Reclaiming Our Lives*.(pp. 198- 203). Massachusetts: Department of Public Health.
- Foley, L. A., & Pigott, M. A. (1997). Race, Age and jury decisions in a civil rape trial. *American Journal of Forensic Psychology, 15*, 1, 37-55.
- ✓ Frazier, P. & Seales, L. M. (1997). Acquaintance Rape Is Real Rape. In M. D. Schwartz (ed.), *Researching Sexual Violence, Against Women: Methodological and Personal Perspectives*. (pp. 54-64). London: SAGE Publications.
- Gylys, J. A., & Mc Namara, J. R. (1996). Acceptance of rape myths among prosecuting attorneys. *Psychological Report, 79*, 15-18.
- ✓ Hoff, L.A. (1990). *Battered Women as Survivors*. London: Routledge.
- Kanekar, S. & Seksaria, V. (1993). Acquaintance versus stranger rape: Testing the ambiguity reduction hypothesis. *European Journal of Social Psychology, 23*, 485-494.
- Kanekar, S. & Vaz, L. (1988). Attribution of causal and moral responsibility to a victim of rape. *Applied Psychology: An international review, 37*, 1, 35-49.
- Kanekar, S., & Nazareth, A. (1988). Attributed rape victim's fault as a function of her attractiveness, physical hurt, and emotional disturbance. *Social Behavior, 3*, 37-40.
- Kelly, L., & Regan, L. (2001). Issues in prosecuting rape cases. in L. Kelly & L. Regan (Eds.), *Rape: The Forgotten Issue? - A European research and networking project?* (Pp. 25 – 43). Child and Woman Abuse Studies Unit, University of North London: London.
- Kelly, L., & Regan, L. (2001). The prevalence of rape and attrition across Europe. in L. Kelly & L. Regan (Eds.), *Rape: The Forgotten Issue? - A European research and*

---

*networking project?* (Pp. 13 – 24). Child and Woman Abuse Studies Unit, University of North London: London.

- ✓ Kershner, R. (1996). Adolescent attitudes about rape. *Adolescence*, 31, 121, 29 – 34.
- Koss, M. (1993). Rape: Scope, Impact, Interventions, and Public Responses. *American Psychologist*, 48, 10, pp. 1062-1069.
- ✓ Koss, M., Figueiredo, A. J., Bell, I., Tharan, M., & Tromp, S. (1996). Traumatic memory Characteristics: A cross-validated mediational model of response to rape among employed women. *Journal of Abnormal Psychology*, 105, 3, 421 – 432.
- Krahé, B. (1991). Police officers' definitions of rape: A prototype study. *Journal of community & Applied Social Psychology*, 1, 223-244.
- Lambert, A. J. & Raichle, K. (2000). The Role of political ideology in mediating judgments of blame in rape victims and their assailants: A test of the just world, personal responsibility and legitimisation hypotheses. *Society for Personality and Social Psychology*, 26, 7, 853 – 863.
- Langhinrichsen- Rohling, J., & Monson, C. M. (1998). Marital rape: Is the crime taken seriously without co-occurring physical abuse? *Journal of family Violence*, 13, 4, 433 - 443.
- Layman, M. J., Gidycz, C. A., & Lynn, S. J. (1996). Unacknowledged versus acknowledged rape victims: Situational factors and posttraumatic stress. *Journal of Abnormal Psychology*, 105, 1, 124 – 131.
- Léssard-Hébert, M., Goyette, G., Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

- 
- Liñares, E. (1989). Disparidades ao nível do casal. In Direcção Geral da Família (Ed.), *Tempo para o Trabalho, Tempo para a Família* (pp. 175-190). Lisboa: Ministério do Emprego e Segurança Social.
- Lonsway, K. A., & Fitzgerald, L. F. (1995). Attitudinal Antecedents of Rape Myth Acceptance: A Theoretical and Empirical Reexamination. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 4, 704-711.
- Lopes, C. L. (1987). Colloquy on violence within the family: measures in the social field. Strasbourg: Council of Europe.
- Lopes, F. (1990). *Violação*. Comunicação apresentada no colóquio Internacional sobre Criminalidade e Cultura, Centro de estudos Judiciários, Lisboa.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência contra as Mulheres*. Comissão para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros: Lisboa.
- ✓ Lourenço, M. R. (2001). *Corpo, sexualidade e violência sexual na modernidade: Contributos para uma análise contextualizada da violência sexual na sociedade portuguesa*. Dissertação de doutoramento apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.
- Magalhães, M. I. M. (1994). Maria: um corpo de duas faces. In Português. In M. Reynolds de Souza, T. Joaquim, D. Canço, P. Pires I. Castro (Eds.), *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, (pp.705-713). Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Maia, G. (1999). Código Penal Português Anotado (13ª Edição). Lisboa: Almedina.
- Meyer, C. B., & Taylor, S. E. (1986). Adjustment to Rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 6, 1226-1234.

---

Monteiro, F. J. (2000) *Mulheres Agredidas pelos Maridos: De vítimas a sobreviventes*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Norris, J., & Feldman-Summers, S. (1981). Factors Related to the Psychological Impacts of Rape on the Victim. *Journal of Abnormal Psychology*, 90, 6, 562-567.

Peristiany, J. G. (1965). *Honra e vergonha*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

Pires, A. P. (1985). *Mulheres violentadas*. Lisboa: A Regra do Jogo Edições.

Pollard, P. (1992). Judgements about victims and attackers in depicted rapes: A review. *British Journal of Social Psychology*, 31, 307 – 326.

Quivy, R., Campenhaoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Renzetti, C. M. & Edleson, J. L. (1996). An introduction to the problem of wife rape. In C. M. Renzetti & J. L. Edleson (Eds.), *Wife Rape*. (pp. 1–10). E.U. A.: Sage Publications.

Renzetti, C. M. & Edleson, J. L. (1996). Providing services to wife rape survivors. In C. M. Renzetti & J. L. Edleson (Eds.), *Wife Rape*. (pp. 93–109). E.U. A.: Sage Publications.

Renzetti, C. M. & Edleson, J. L. (1996). Defining and ending the violence. In C. M. Renzetti & J. L. Edleson (Eds.), *Wife Rape*. (pp. 37– 63). E.U. A.: Sage Publications.

---

Renzetti, C. M. & Edleson, J. L. (1996). Understanding women's experiences of wife rape. In C. M. Renzetti & J. L. Edleson (Eds.), *Wife Rape*. (pp. 11-36). E.U. A.: Sage Publications.

Renzetti, C. M. (1997). Confessions of a Reformed Positivist: Feminist Participatory Research as Good Social Science. In M. D. Schwartz (ed.), *Researching Sexual Violence, Against Women: Methodological and Personal Perspectives*. (pp. 131-143). London: SAGE Publications.

Rocha, T. & Vieira, M. (1990). Violação e Espancamento: Mitos e consequências. *Análise Psicológica*, 2, VIII, 179-186.

Santos, J. C. (1998). Prova médica: que prova? Reflexões sobre os exames periciais em matéria de abusos sexuais de crianças e adolescentes. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.

Scott, C. S., Lefley, H. P., & Hicks, D. (1993). Potential risk factors for rape in three ethnic groups. *Community Mental Health Journal*, 29 2, 133 – 141.

Silva, L. F. (1995). *Entre marido e mulher alguém meta a colher*. Celorico de Basto: À Bolina.

Soares, S. (1989). Tempo para o trabalho, disponibilidade para a família. In Direcção Geral da Família (Ed.), *Tempo para o Trabalho, Tempo para a Família* (pp. 377-417). Lisboa: Ministério do Emprego e Segurança Social.

Sousa, E., Mateus, F. & Lopes, P. (1993). Decisões em matéria penal: o caso da violação e o peso de variáveis extralegais. *Sociologia, Problemas e Prática*, 14, 141-157.

- ✓ Sousa, M. J. (1990). *Violação: Considerações Médico-Legais*. Comunicação apresentada no colóquio Internacional sobre Criminalidade e Cultura, Centro de estudos Judiciários, Lisboa.
- Stanko, E. A. (1997). "I Second That Emotion": Reflections on Feminism, Emotionality, and Reserch on Sexual Violence. In M. D. Schwartz (ed.), *Researching Sexual Violence, Against Women: Methodological and Personal Perspectives*. (pp. 74-85). London: SAGE Publications.
- Temkin, J. (1997). Plus ça Change: Reporting rape in the 1990s. *British Journal of criminology*, 37, 4, 507 – 528.
- Thompson, M. (2000). Life after rape: a chance to speak? *Sexual and Relationship Therapy*, 15, 4, 325 – 343.
- Thornhill, R. & Palmer, c. t. (2000). *A natural history of Rape: Biological bases of sexual coercion*. Massachusetts: Library of Congress.
- Ullman, S. E. (1996). Social reactions, coping strategies, and self-blame attributions in adjustment to sexual assault. *Psychology of Women Quarterly*, 20, 505-526.
- Waldron, C. (1990). The Sociological and political implications of rape. In E. Crespo & C. Waldron (Eds.), *Reclaiming Our Lives*.(pp. 8- 13). Massachusetts: Department of Public Health.
- Whaley, R. B. (2001). The paradoxical relationship between gender inequality and rape: Toward a refined theory. *Gender & Society*, 15, 4, 531-555.
- Women face greater risk of rape from men they know. (1989, March 3).*Police Review*, p.432.

## ***Anexos***

---

## Anexo I – Guião das entrevistas exploratórias (médica, comissário da PSP e agente da GNR) sobre a Violação de Mulheres

1. Profissão \_\_\_\_\_
2. Idade \_\_\_\_\_
3. Exerce a profissão à \_\_\_\_\_ anos
4. Local: Meio Rural  Meio Urbano
5. Sexo: F  M
6. Quais são os procedimentos habituais quando uma mulher violada chega:
  - às urgências do Hospital/Centro de Saúde
  - ou
  - à esquadra policial
  - ou
  - ao seu consultório/escritório?
7. Profissionalmente, já se deparou com alguma situação de violação? (Se sim) descreva-a(s).
8. Sente (ou sentiu) dificuldades em lidar com uma situação de violação? (Se sim) Que dificuldades?
9. Durante a sua formação profissional recebeu formação específica para lidar com situações de violação? (Se não) Acha que seria necessário? E que tipo de formação?
10. Pessoalmente, tem conhecimento de mulheres que tenham sido violadas? (Se sim) Considera que essas mulheres tiveram a assistência e o apoio necessário? Em que medida?

- 
11. Em sua opinião considera que a comunidade tem disponibilizados os serviços necessários para as mulheres vítimas de violação? (Se não) O que acha que deveria existir?
  12. Para terminar, a temática da violação é uma questão que a(o) preocupa? Em que medida?

---

## Anexo II - Entrevista com Médica

Profissão: Médica

Idade: 28 anos

Exerce a profissão à 3 anos

Local: Meio Rural                      Meio Urbano X

Sexo: F X              M

Susana - Quais são os procedimentos habituais quando uma mulher violada chega:

**Médica - No caso da mulher chegar com alguma lesão física, se tiver sido sujeita a agressões físicas, são feitos os tratamentos que esses ferimentos requerem e depois é solicitado apoio à equipa de ginecologia e obstetrícia. A mulher violada (tal como outro doente qualquer) tem um registo escrito (processo) que a vai acompanhando por todos os serviços por onde passar (não é a mulher que leva esse processo é a pessoa que a acompanha visto que todos os doentes vão sempre acompanhados), onde ficam registadas todos os ferimentos e observações feitas. Portanto a primeira equipa faz a ficha de urgências e é esta que a vai depois acompanhar. Depois nos serviços de ginecologia, julgo que existe um Kit próprio para recolha de provas no caso de violação: desse kit faz parte a recolha de líquidos vaginais. (No caso de estar de serviço no serviço de ginecologia um médico homem, é esse médico que faz os testes, não é chamada uma médica mulher, no entanto, as doentes são usualmente acompanhadas por uma enfermeira-parteira). Esses testes são guardados para serem enviados para o laboratório. Essas análises laboratoriais só são feitas no caso da mulher apresentar queixa. Fica registada a vontade da mulher apresentar queixa, ou não, nesse momento, pois no caso da mulher querer apresentar queixa é vedado o acesso aquele processo a menos que o Tribunal o requirite (o Processo de Urgência), nós não entregamos o processo à doente nem a ninguém, nem à polícia, o Hospital fica responsável pelo processo e este só é entregue ao Tribunal.**

**Não existe um serviço especializado para atendimento a vítimas de violação, isso não. Nem conheço nenhum hospital que o tenha.**

---

**Existe no Centro de Saúde uma psicóloga infantil e se surgisse uma situação de violação não a encaminharia para ela, quando muito para a psiquiatra. No hospital onde trabalho não há nenhuma psicóloga, há uma assistente social, há uma psiquiatra que dá lá apoio, mas não dá consultas...**

Susana - Profissionalmente, já se deparou com alguma situação de violação? (Se sim) descreva-a(s).

**Médica - De violação não, mas de agressão física em que houve acto sexual sim, não sei se foi antes ou depois da agressão.**

Susana - Sente (ou sentiu) dificuldades em lidar com uma situação de violação? (Se sim) Que dificuldades?

**Médica - Dificuldades em lidar com as lesões físicas não, mas para dar encaminhamento ou aconselhamento sim. A questão psicológica é que era mais complicada.**

Susana - Durante a sua formação profissional recebeu formação específica para lidar com situações de violação? (Se não) Acha que seria necessário? E que tipo de formação?

**Médica – Não. Tive formação para lidar com situações difíceis no geral, do tipo comunicar notícias ou ouvir algumas informações mais complicadas, não propriamente situações de violação. Acho que era muito importante que passasse a haver essa formação, porque nós não estamos preparados para lidar com essas situações, quando isso acontece nós não sabemos muito bem o que fazer na altura e não damos seguimento às coisas como deve ser.**

Susana - Pessoalmente, tem conhecimento de mulheres que tenham sido violadas? (Se sim) Considera que essas mulheres tiveram a assistência e o apoio necessário? Em que medida?

**Médica - Sim. Não, não tiveram o apoio necessário. Não recorreram a lado nenhum, a nenhum local para receberem apoio, nem revelaram a ninguém. E penso que não o fizeram por vergonha, por medo, por sentimento de culpa, por se sentir responsável (pelo menos num caso específico), por sentir culpa do que tinha acontecido.**

---

Susana - Em sua opinião considera que a comunidade tem disponibilizados os serviços necessários para as mulheres vítimas de violação? (Se não) O que acha que deveria existir?

**Médica - A comunidade tem lacunas a muitos níveis. Há tanta coisa que faz falta. Mas nestas situações de violação o mais urgente é a criação de apoios imediatos, ou seja, o apoio na crise. Porque a posteriori há as consultas de psiquiatria e psicologia. Mas o apoio imediato é que é muito importante, porque é a partir daí que a pessoa começa a organizar as coisas, os sentimentos, toda a situação, porque naquele momento eu penso que a pessoa não consegue entender o que lhe aconteceu conscientemente, e depois isso posteriormente traz-lhe problemas, trás consequências mais tarde. As pessoas deveriam receber esse apoio no momento em que são vistas pelos médicos. É claro que depois todo o acompanhamento é importante mas o momento da crise é fundamental. Porque se a mulher tiver esse apoio, depois, mais tarde, se necessitar de mais apoio vai pedir, mas se não tiver nesse momento então... E depois aparecem problemas mais tarde que, aparentemente, podem não estar ligados a essa situação, mas estão.**

Susana - Para terminar, a temática da violação é uma questão que a(o) preocupa? Em que medida?

**Médica - Não, a mim preocupa-me, especialmente por causa dos casos que conheço. E acho que as pessoas, especialmente as mulheres, pensam sempre que isso é uma coisa que só acontece aos outros, e quando temos uma situação perto de nós, pensamos mais nisso. Penso que as pessoas ainda se encontram muito “indefesas” perante estas situações.**

**FIM**

---

### Anexo III - Entrevista com Comissário da PSP

Especialidade dentro da profissão: **Comissário da PSP**

Idade: **32 anos**

Exerce a profissão há **12 anos**

**Meio Urbano**

**Sexo masculino**

Susana - Quando uma mulher é violada e vai a uma esquadra da PSP quais são os procedimentos habituais?

Comissário - **O procedimento imediato é tentarmos perceber as circunstâncias em que ocorreu a violação, tentar apurar o maior número de dados possíveis, para enquadrar a situação em termos do crime. O procedimento imediatamente a seguir é levá-la ao hospital para que faça um exame completo e ginecológico; nestes casos torna-se mesmo obrigatório como meio de prova. Depois da vítima ter sido assistida e examinada procedemos à elaboração do auto de denúncia, da queixa, formalizamos as coisas em termos processuais e depois esse auto é encaminhado para o Ministério Público.**

**Existem outros procedimentos que nós poderemos ter imediatamente que é, de acordo com as características do suspeito que nos são fornecidas pela vítima e do local onde foi a violação, nós lançamos imediatamente uma operação no sentido de localizar o suspeito ou os suspeitos. Existem uma série de situações que imediatamente a seguir nós conseguimos localizar o suspeito da violação e acabamos por efectuar a detenção, não é um flagrante, mas pedimos um mandato de detenção às autoridades judiciais - Ministério Público, ou através de um oficial emitimos a ordem de detenção e fazemos a detenção. Isto para quê? Para que a vítima depois possa fazer um reconhecimento do suspeito nas condições obrigatórias que são: a vítima é colocada num local seguro, onde ela pode ver o suspeito, mas ele não a possa ver. Neste momento já temos esse sistema em muitas**

---

esquadras, o que permite esse procedimento. O suspeito, ou suspeitos, são colocados entre outras pessoas, que não têm nada a ver com o caso, para que o reconhecimento seja mesmo efectivo e porque a lei nos obriga a isso.

Susana - Mesmo que a mulher não queira ir ao hospital vocês fazem um aconselhamento?

Comissário - Tentamos que a mulher compreenda que é importante porque vai constituir um meio de prova que é exigido para verificarmos se estamos na presença ou não de um crime de violação, de um crime sexual. Tentamos aconselhar a vítima que naquele caso concreto, para que possamos desencadear as nossas diligências, era importante que fosse ao hospital.

Porque este tipo de crimes, (gostaria de fazer aqui uma ressalva), são crimes que dependem da queixa da vítima, ou seja, se a vítima não se quiser queixar, não se quiser ver envolvida, não quiser formalizar a queixa, nós não podemos fazer nada. A acção penal depende dela, só há acção penal se ela quiser apresentar queixa. Em muitos casos as mulheres vão ao departamento policial, à esquadra, referem que foram vítimas de violação ou outro crime sexual, mas depois dizem que não querem apresentar queixa, que só lá foram dar conhecimento. Porque têm vergonha do que passaram, o trauma do momento. Mas naturalmente que nestes casos são logo informadas que desde aquela data têm seis meses para apresentar queixa, não é preciso fazerem-no logo no momento. Nós tomamos nota, mas se ela não apresentar queixa nós não podemos encaminhar as coisas para o Ministério público, deixamos as coisas como estão.

Quando a vítima quer apresentar a queixa, temos de a aconselhar que é necessário efectivamente fazer o exame.

Susana - Mas é complicado se ela não faz o exame e depois dentro desse prazo (dos seis meses) resolve apresentar queixa, não existem provas?

Comissário - Pois exactamente! Mas tudo isso lhe é explicado. Mas ainda existem muitos casos em que os exames são feitos uma semana depois.

Susana - Mas isso não adianta nada pois não, não são só 72 horas...?

Comissário - Exactamente, para se fazer a recolha de sémen ou outros vestígios, existe um prazo máximo que vai das 48 horas às 72, a partir daí torna-se difícil...

---

Susana - Esse primeiro contacto da mulher é recebido por qualquer pessoa que lá esteja, ou por um técnico especializado ou mais sensibilizado para estas questões?

Comissário - Nestes casos temos várias determinações internas que nos orientam no sentido de: sempre que haja uma senhora, uma vítima de um crime sexual, o caso deve ser de imediato, em primeira instância, o primeiro contacto logo, deve ser feito por uma mulher polícia, mas não é uma especialista, tem formação policial. No entanto, pensa-se que assim se consegue uma maior aproximação, que a mulher vítima se sente mais à vontade se for uma mulher. Depois as outras diligências, a tentativa de localização do sujeito, de formalização da queixa etc. já pode ser um dos funcionários que estejam de serviço e nesse caso pode ser um homem ou uma mulher.

Nalguns casos não conseguimos que seja uma mulher. Eu recordo-me de um caso de uma senhora que foi vítima de violação (e que apanhamos o indivíduo e ele foi condenado), mas não tínhamos nenhuma mulher ali para a atender; eu recordo-me que estava em casa e o graduado que atendeu a senhora telefonou-me para casa e disse-me "temos aqui um caso de violação e não temos cá nenhuma mulher", nós tentámos, ainda, contactar com uma colega que era guarda mas não foi possível e foi eu que fiz essa primeira abordagem com ela. Tentei pô-la à vontade, para apurar como é que as coisas tinham acontecido.

Mas a regra geral é: devem ser atendidas por uma mulher.

Susana - Já acabou por responder um pouco a esta minha questão, mas se poder desenvolver um pouco mais... Profissionalmente já se deparou com situações de violação?

Comissário - Sim várias. Posso descrever alguns casos. O caso que eu falei, e posso começar por ele. Foi uma senhora que tinha vindo de Torres Vedras de comboio, chegou já eram umas onze da noite, e ficou à espera de alguém que a ia buscar à estação, como essa pessoa estava atrasada ela fez dois ou três telefonemas para essa pessoa mas nunca conseguiu localizá-la e ficou ali um pouco à espera. Até que surgiu um indivíduo que, provavelmente, se apercebeu do que se passava e ofereceu-se para a levar. A senhora, talvez um pouco ingenuamente, confiou e acabou por explicar ao senhor onde era a sua casa, mas o suspeito (e depois o arguido do processo) acabou por levá-la para um local completamente diferente

daquele que era suposto. Ela apercebeu-se, mas aí começaram as ameaças e depois levou-a para uma zona descampada, erma, e acabou por , com ameaças e violência, consumir a violação. Depois abandonou-a lá no local e fugiu. A senhora era uma pessoa com alguma formação, era professora,, acabou por conseguir ir para a estrada e houve um carro que parou e que a ajudou, levaram-na à esquadra. E quando eu cheguei à esquadra ela apresentava vestígios evidentes de violência, falei com ela e ela acabou por contar o que se passou. Depois foi de imediato ao hospital, fez os exames, no hospital também teve um bom acompanhamento da doutora que lá estava, no sentido de a acalmar, em termos psicológicos tentou que o trauma fosse o menor possível. E, uma coisa muito importante, ela não só conseguiu descrever o suspeito muito bem, como tirou a matrícula da viatura. E nós pela matrícula conseguimos localizá-lo imediatamente. Eu próprio, uma vez que já era de noite e para não estar a recorrer ao Ministério Público (MP), emiti a ordem de detenção (que teria de ser confirmada logo de manhã pelo MP). Cumpridos estes requisitos ele foi detido umas horas depois, ao princípio ele negou. Ela fez o reconhecimento e disse que não tinha dúvidas que era ele. No outro dia ele foi a Tribunal e ficou logo em prisão preventiva a aguardar julgamento. Depois foi condenado mais tarde, passados uns bons meses, houve várias sessões de julgamento. Eu tive oportunidade de assistir a uma em que ele se mostrava arrependido em que confirmava os factos e acabou por apanhar uma pena pesada, que eu não sei bem agora quanto é que foi...

Outro exemplo que tenho, e que me marcou bastante, foi uma moça bastante nova que namorava com um indivíduo de cor e ela regularmente saía com algumas amigas do namorado, numa dessas noites três indivíduos “amigos” do namorado, depois de terem saído de um bar, seguiram-na e acabaram por apanhá-la violentamente e, numas obras de uns prédios, violaram-na os três. Nós na esquadra já conhecíamos a moça, porque ela já uma vez nos tinha pedido ajuda, porque era de uma família pobre, tinha algumas dificuldades e uma vez já nos tinha pedido ajuda e nós tínhamos arranjado umas roupas para ela e para a família. O que me marcou mais neste caso, não foi só o facto de ela ter sido violada duas vezes por cada indivíduo, foi violada seis vezes, seis vezes... ela estava

---

bastante afectada. Entretanto apareceu o namorado e uns amigos, também, bastante transtornados com a situação. Nesse caso ela foi atendida, no primeiro contacto onde se explicou tudo, por uma mulher polícia que estava de serviço meu gabinete, [no gabinete do comandante da esquadra], ficaram lá recolhidas e foi lá que ela contou tudo. Depois foi para o hospital fez os exames e, no hospital, (ainda por cima), detectaram que ela estava grávida, grávida de mês e meio, ela não sabia e os violadores também não sabiam. Isto foi uma coisa que me marcou muito, a todos nós...

De imediato conseguimos localizar quem eles eram, até porque o namorado nos disse quem eles eram. Isto também foi durante a noite e nós não sabíamos onde é que eles residiam e como para entrarmos numa casa é preciso mandato de busca, e outras formalidades que não tínhamos naquele momento e não eram possíveis de obter, esperámos até de manhã e logo de manhã nós fomos a tribunal e pedimos um mandato de detenção emitido pelo MP. Sabíamos que eles trabalhavam numas obras e fomos lá buscá-los. Esses indivíduos apanharam 20 anos, no cúmulo jurídico dos três.

Susana - Esses dois casos foram muito bem sucedidos...

Comissário - Foram, foram. Aliás neste tipo de caso, a experiência que tenho, (e eu tive em dois comandos de esquadra de duas cidades relativamente pequenas), é que, quase sempre, são bem sucedidos, no sentido de encontrarmos o suspeito ou os suspeitos. Eu penso que isso se deve ao facto de ter havido um contacto muito próximo entre a vítima e o violador e se a vítima apresentar queixa ela lembra-se, quase sempre, bem das características físicas do violador, a não ser que o indivíduo actue de cara tapada ou tape a cara da mulher, (que foram casos que nunca me aconteceram), mas nos casos em que eu trabalhei nós fomos sempre bem sucedidos, pode não ser logo nas horas imediatas mas fomos bem sucedidos.

No meu primeiro caso aqui nesta cidade, que foi uma violação de uma moça por um indivíduo que frequentava a casa dela, onde existia uma relação mais ou menos íntima, mas ele violou-a, esse foi um pouco mais complicado, nós só ao fim de três ou quatro dias é que tivemos o mandato de detenção do MP. Mas normalmente estes casos são bem sucedidos em termos de taxa de sucesso, eu sei disso porque estou a trabalhar nas estatísticas a nível nacional, a taxa é muito maior em termos

da detenção dos indivíduos do que aqueles que ficam por saber quem foram os indivíduos. Isto porque a vítima consegue descrever as características do sujeito e com outros meios de prova que são possíveis de recolher, quase sempre passadas umas horas, ou no máximo alguns dias, conseguimos a detenção. Existem também casos, ao nível nacional, que eu nunca trabalhei mas sei, de indivíduos que violam quatro cinco mulheres e sempre pelo mesmo *modus operandis* e que só na quarta ou quinta violação é que conseguimos detectá-los. Existem várias queixas, reunimos tudo e depois batemos a zona, fazemos vigilâncias, etc., até que apanhamos o indivíduo, quase sempre quando se prepara para fazer outra violação.

Susana - Violações dentro do casamento, também vos chegam casos desses?

Comissário A mim não, mas conheço alguns casos. Esses são mais difíceis para se comprovar que houve violação tem de haver o não consentimento da vítima, este é um dos requisitos constitutivos do crime, não pode haver consentimento por parte da vítima, e para se provar que não houve consentimento é muito difícil, as únicas provas que existem são as testemunhais, a palavra da vítima contra a palavra do suspeito. Nos casos das violações dentro do casamento, que existem em termos estatísticos no universo total das violações, (eu posso afirmar que nós temos uma média de 170 violações por anos participadas, mas nós não podemos contar com as cifras negras), mas cerca de 5 a 7% das violações são-no dentro do casamento. Mas são de facto mais difíceis de provar porque é a palavra da mulher contra a do suspeito, pode haver exames periciais, pode haver recolha de sémen, mas não nos chega para saber se houve ou não consentimento, porque eles são casados, nesses casos é preciso investigar muito bem todo processo do casamento, se o casamento estava a correr bem, se tinham discussões, se já existiam antecedentes de violência, isso tudo irá determinar algumas das provas.

Tivemos um desses casos em que a testemunha é um dos filhos, que diz "que o pai violou a mãe, e que a mãe gritou muito, etc., etc."

Susana - Sentiu dificuldade em lidar com essas situações de violação, em termos profissionais?

Comissário - Naquele aspecto profissional, em que tens uma vítima de um crime, como outras vítimas de outros crimes, não. Embora estes tenham circunstâncias

---

muito especiais que os tornam muito difíceis, no sentido de conseguirmos separar o nosso lado profissional e o nosso lado humano. É um acto que me repugna... mas em termos profissionais eu tento encaminhar as coisas tal como estão escritas e depois há aquele lado humano...

E quando é que eu sinto mais isso? É no momento da detenção dos indivíduos, quando nós os levamos para a esquadra e... eu posso até dizer, que é muito difícil controlar o nosso pessoal quando estão perante um indivíduo que é detido por violação. A minha primeira preocupação nestes casos é controlar o meu pessoal, porque se eu deixasse eles davam cabo deles, porque eles também se sentem repugnados.

(Um pequeno à parte: Um violador que vá para um estabelecimento prisional... eles também repugnam isso...)

Bem, quanto a mim, eu senti algumas dificuldades por causa do meu lado humano, às vezes dá vontade de fazer justiça pelas próprias mãos, nunca permiti tal coisa mas... é muito difícil controlar o pessoal, o que eu faço é: aquele pessoal que fez a detenção ou que fez a investigação de um caso concreto, não os deixo estar sozinhos com o suspeito, sou eu que estou ou o sub- chefe. E tento resolver as coisas o mais rapidamente possível para o levarem para o Tribunal.

Em termos profissionais é só seguir as regras, é receber a queixa, é fazer a investigação, a detenção e levá-lo a Tribunal e o meu trabalho esgota-se aí.

E nestes casos concretos eu esforço-me para que eles saiam da esquadra o mais depressa possível, ou seja, para os levar a Tribunal o mais depressa possível.

Susana - Em termos profissionais recebeu formação específica para lidar com as situações de violação?

Comissário - Não. Quando se abordam os crimes sexuais na Escola Superior de Polícia, abordam-se meramente os aspectos legais que devem ser cumpridos. Mas em termos de preparação psicológica, chamemo-lhe assim, ou preparação técnica, não tivemos.

Susana - E acha que seria necessário?

Comissário - Eu penso que sim. Todos os casos que mexem com as emoções das pessoas, se calhar se tivéssemos alguma preparação específica nesse sentido era importante, talvez se evitassem determinadas reacções. Mas há determinados casos

---

que não há preparação que resista, naqueles em que mexem também com os nossos sentimentos. Eu acho que a preparação que deveria existir seria em termos de apoio psicológico.

Na nossa formação nós recebemos alguma informação, muito ligeira, sobre como abordar alguns tipos de vítimas, mas é muito pelo alto. Agora quando nós somos responsáveis por uma esquadra a nossa preocupação é darmos indicações ao nosso pessoal para não fazerem comentários sobre o que a vítima está a contar, especialmente nos casos de violação ou de outros crimes sexuais em que eles devem manter-se atentos aos factos e não fazerem comentários.

Mas eu penso que isso diminuiu porque em 90% dos casos de violação as vítimas são atendidas por mulheres.

Susana - Considera que as mulheres violadas têm na comunidade os serviços necessários?

Comissário - O conhecimento que eu tenho é que tem havido um grande esforço, quer através do Estado quer através das ONGs, para que haja efectivamente esse apoio, até em termos do processo de recuperação dessas mulheres para que elas possam voltar à sua vida normal. Eu considero que tem havido um grande esforço. Agora não conheço bem os resultados desses esforços, se têm efectivamente conseguido ter sucesso.

Susana - Vocês nas esquadras têm trabalhado em rede com outras instituições no sentido de encaminharem as mulheres?

Comissário - Sim, com a APAV. E aqui nesta cidade tínhamos ao apoio ali dos psiquiatras do hospital que se disponibilizavam para falar com a vítima na intervenção na crise.

Susana - Acha que deveriam existir outras coisas para além dessas que falou?

Comissário - Eu sou a favor que deveria haver um gabinete de apoio psicológico em todas os departamento policiais e esse gabinete tanto daria apoio interno, como externo. Ou seja, nós teríamos os nossos psicólogos que em determinados momentos, quer para os agentes policiais que viveram situações difíceis, quer para as próprias vítimas, dessem apoio. Esse serviço deveria haver em permanência, como existem em algumas forças policiais.

---

A PSP tem um gabinete de psicologia, que está a começar agora, há um ano, a nível nacional que está sediado em Lisboa, tem psicólogos contratados, mas que se orienta mais concretamente para os aspectos internos, para o pessoal que tem problemas e que precisa de acompanhamento. Claro que em determinados casos, mais complexos, ou mais mediáticos, eles têm uma intervenção, mas são casos pontuais.

Mas para a maioria das vítimas nós temos de contar com as organizações não governamentais.

Eu sou apologista que deveria existir um gabinete, (mas está a ver a complexidade disto num país como o nosso, em que as coisas demoram muito a serem implementadas, é preciso recursos financeiros, humanos, etc, etc.), em todas as esquadras, ou pelo menos, nas mais importantes, em que o volume de queixas é muito grande, um gabinete de apoio psicológico e que poderia funcionar para os dois lados, para os polícias e para as vítimas.

Susana - Há pouco falou nas cifras negras, porque é que achas que no caso de violação elas são mais elevadas?

Comissário - Sim, sim, a taxa dos casos participados é menor que os reais. Mas existem outros crimes em que isso também acontece, como o crime de burla.

Quanto a mim, da análise que tenho feito, há uma grande preocupação da vítima em não dar ao conhecimento público aquilo que lhe aconteceu. Existem basicamente duas situações: 1) a vítima tem medo porque foi ameaçada e tem medo que se falar o indivíduo que a violou possa vir a fazer o mesmo como retaliação, (mas a percentagem é menor); 2) , a vergonha das vítimas que não querem dar a conhecer publicamente o que lhes aconteceu. Mas a grande percentagem, que contribui muito para as cifras negras é, de facto, estes últimos caos. Algumas não querem que os maridos saibam, porque acham que vão ter problemas no casamento, na sua vida normal, nos seus locais de trabalho.

Mas eu acho que assim ainda vai ser mais difícil gerirem essa situação, guardarem tudo para elas, outras contam a uma amiga e têm de viver com isso tudo só para elas. Da análise que nós temos feito a grande razão que contribui para as cifras negras é o não quererem dar a cara, e considero que para se dar a cara por este tipo de crime é preciso ter muita coragem, porque a mulher está num momento

---

extremamente difícil, às vezes em estado de choque. Eu acho que é preciso ter muita coragem para apresentarem queixa e seguirem com as coisas, porque se o caso é levado até às últimas consequências a vítima tem de ir a Tribunal, no Tribunal, muitas das vezes está aberto ao público e ela tem de contar o que aconteceu com aqueles pormenores todos do acto em si... e isto, por vezes, é difícil de falar, e têm de reviver tudo novamente, várias vezes, porque existem várias sessões de julgamento. É o inquérito, é o julgamento nas suas várias sessões...

Ou é alguém com muita força e coragem ou... tem de pensar que com aquele acto elas estão a impedir que aquele indivíduo faça mal a mais alguém. Caso contrário...

A maioria das mulheres não quer passar por isto quer é esquecer ...

Susana - E o que é que achas que se pode fazer para evitar ou diminuir esse sentimento de vergonha?

Comissário - Eu acho que o mais importante seria assistência psicológica e falar-lhes que o acto delas, de se queixarem, etc. vai contribuir para ajudar outras pessoas.

Eu penso, também, que não seria descabido haver campanhas de sensibilização a nível nacional mobilizando os meios de comunicação social. Porque o crime de violação é um crime grave, mas é um crime que depende da participação da mulher, e existem muitos mais por ano que não são participados e se calhar apostam-se noutras campanhas, como ao nível da droga, e não se aposta neste tipo de crime, talvez até com medo de tocar neste tema. Mas acho que se poderia começar por aí, por campanhas de sensibilização, em que se apresentasse o que as vítimas devem fazer, as taxas de sucesso neste tipo de crime, dados estatísticos, apresentar vantagens de apresentar queixa.

FIM

---

## Anexo IV - Entrevista com Agente da GNR

Especialidade dentro da profissão: Núcleo de investigação criminal

Idade: 27 anos

Exerce a profissão há 5 anos

Meio Urbano

Sexo masculino

Susana - Quando uma mulher violada vai a uma esquadra da GNR quais são os procedimentos habituais?

GNR - Nesses casos que exigem uma certa sensibilidade se houver uma mulher agente, nós tentamos encaminhar para a mulher, porque ela está num estado de fragilidade e tendo uma mulher polícia ela fica mais à vontade para expor essa situação, mas muitas são violadas sem pedirem ajuda, a maior parte delas. Mas aquelas que têm coragem suficiente para se dirigirem à GNR, tentamos encaminhar para uma mulher. E o objectivo primeiro é tranquilizá-la, porque as pessoas quando vêm ao Posto da Guarda, não gostam de entrar lá, pensam que se entrarem no Posto da Guarda ficam com a fama estragada.

Procuramos, então, que seja alguém com sensibilidade para isso, e se for mulher melhor. Tentamos que as pessoas fiquem o mais à vontade possível e depois tentamos saber o que é que se passou. Uma mulher violada, deve ser uma das piores coisas que pode acontecer a uma mulher, a mulher sente-se culpada e pensa "o que é que eu fiz, ou o que é que eu não fiz". E a primeira preocupação que eu tenho e penso que todos os colegas têm, é tentar acalmá-la e depois saber o que é que se passou, quando ela consegue contar. Depois é fazer o auto e encaminhá-la para o médico do tribunal para que seja examinada. Mas o Tribunal tem vários dias pré estabelecidos para esse atendimento mediante a comarca e segundo essa tabela nós vimos e, por vezes, aconselhamos que a mulher recorra a um médico que ela tenha, o médico de família, para fazer o exame porque assim é mais recente. Se nós a mandarmos para as urgências, ela em princípio faz logo esse exame e fica a saber se está tudo bem com ela, pode ter lesões internas ou externas, e assim a pessoa fica mais tranquila e eles ficam com o relatório e é uma prova.

---

**Outras vezes elas vão para as urgências e depois a polícia é lá chamada. Mas de qualquer forma ela tem de ser vista pelo médico do tribunal, para fazer os exames. Isto acontece com qualquer vítima de agressão.**

Susana - Profissionalmente já lidou com alguma situação de violação?

GNR - Já tive uma situação dessas mas foi um pouco especial, porque tinha a ver com prostituição, eu penso que o acto foi feito depois ele não pagou e ela como retaliação fez queixa. Mas nunca tive mais nenhum contacto com casos de violação.

Susana - Pensa que sentiria dificuldades em lidar com esses casos?

GNR - São situações que exigem uma certa sensibilidade porque é difícil pormonos no lugar da mulher, e é uma coisa que não estamos constantemente a lidar. Exige uma sensibilidade e por isso não é qualquer pessoa que sabe lidar com essas situações. Por isso é que deve ser uma mulher polícia a tratar dessas situações, porque elas podem-se pôr mais na pele da outra mulher e conseguem lidar melhor com isso do que os homens. Mas eu pessoalmente acho que se tivesse uma situação dessas acho que conseguiria lidar. Mas acho que da parte da mulher violada é que seria difícil para ela expor-se perante um homem, porque está traumatizada. Se eu fosse mulher acho que preferiria uma mulher. Elas devem-se sentir mal, devem-se sentir sujas, devem estar muito traumatizadas.

Nós agora temos o apoio à vítima e temos com isso um ambiente, supostamente, mais acolhedor para essas situações e para as agressões domésticas, e esse gabinete é só para isso, não tem computadores, é mais cómodo, para que as pessoas se sintam melhor e não se sintam tão intimidadas. Este gabinete existe há pouco tempo, mais ou menos há dois anos.

Susana – Durante a sua formação profissional recebeu alguma formação específica para lidar com as situações de violação?

GNR - Não. A minha formação profissional foi num campo mais abrangente.

Susana - E pensa que seria necessário?

GNR - Penso que sim, até para vários tipos de crimes. Para este deveria ser necessário muita sensibilidade, muita calma, especialmente nunca culpar a vítima. Porque basicamente ela nunca tem a culpa, embora possa acontecer, mas isso logo se sabe através do tribunal não é ali que interessa se tem culpa ou não. E depois é muito importante, não transparecer nervosismo, porque comportamento gera

---

comportamento. E imagine o que é um polícia dizer "você com essa mini-saia o que é que queria?", é claro que a mulher até poderia ir com muita vontade de apresentar queixa, mas assim, retrai-se .

Agora com o projecto INOVAR eu penso que as coisas estão a melhorar, com cursos etc... estão a tentar promover essa sensibilização, mas só alguns é que... porque isso vem da própria pessoa, da educação da pessoa desde miúdo, porque se a pessoa for educada e sensibilizada desde miúdo, isso é tudo , mais do que saber termos técnicos...

Susana - Costumam encaminhar as mulheres para receberem apoio noutras instituições?

GNR - **Eu não tenho essa experiência, mas nós temos o contacto da APAV.**

Susana - Pessoalmente tem conhecimento de mulheres que tenham sido violadas?

GNR - **Não.**

Susana - Na sua opinião a comunidade tem disponibilizados os meios necessários para as mulheres violadas?

GNR - **Eu não conheço esses serviços, possivelmente por não haver divulgação. Se eu não sei se calhar a maior parte da população também não sabe.**

Susana - A temática da violação é uma questão que o preocupa, e em que medida?

GNR - **A violação preocupa a qualquer um, penso eu. Porque todos temos mulheres ou filhas e nunca saberemos se lhes poderá acontecer uma coisa dessas. Nesse aspecto preocupa-me muito, porque eu não sei o que faria se uma coisa dessas acontecesse a uma filha minha... uma coisa é eu ser o policial outra é ser o marido ou o pai. Isso é muito violento... Mas nós nestas coisas, nós os portugueses, somos muito "isso só acontece aos outros".**

Susana - Porque é que considera que muitas das violações não são denunciadas?

GNR - **Eu penso que por vergonha, por medo de represálias, porque não têm informação... e as pessoas para irem ao posto e depois para um tribunal têm de saber muito bem aquilo que querem, se não, não conseguem. Só se elas tiverem coragem, é preciso muita coragem e força de vontade.**

No meu caso, eu tento que as pessoas percebam que o agressor pode vir a fazer aquilo a outras pessoas se elas não denunciarem.

Mas as violações nunca vão acabar, se calhar só se sabe 1/3 das violações. Para além de que, as violações normalmente acontecem é dentro das famílias raramente

---

são por desconhecidos e, por isso, tenta-se sempre encobrir por causa das implicações que trás para a própria família e assim é difícil... o problema é que raramente é só uma vez...

É preciso ter muita coragem, porque elas acabam por ser discriminadas perante a sociedade.

**FIM**

---

**Anexo V – Entrevista com a Dra. Raquel Cardoso – Presidente da  
Associação de Mulheres contra a Violência - AMCV**

**Susana – Qual é o trabalho que a AMCV tem vindo a desenvolver relativamente à violação? Tem sido um assunto prioritário para esta associação?**

**Dra. Raquel Cardoso** – A área da violação é uma área que, normalmente, não nos surge directamente, têm surgindo, pontualmente, algumas situações de violação por desconhecidos. Apesar de ter sido a nossa primeira área de actuação quando a Associação surgiu, mas actualmente não surgem muitas situações de violação. O que surge muitas vezes, e que tem a ver com a forma como são entrevistadas as mulheres, é a situação de violação associada à violência doméstica. Essa é uma área que é muito frequente. E nós normalmente perguntamos como é a situação de intimidade com o companheiro, na situação de violência doméstica e depois é trabalhado com a mulher o direito a dizer que não, o direito à sua integridade física, mas são normalmente mulheres que têm pouco poder negocial com os agressores. Mas essa vertente faz parte de toda a intervenção, uma intervenção global em que a violação é uma parte.

**Susana – Essas mulheres tendem a interpretar essas situações como uma violação ?**

**Dra. Raquel Cardoso** – É uma pergunta difícil de responder porque nós não perguntamos isso, e não fazemos essa distinção, porque estamos a falar de violação e de direitos e portanto, quando se dá uma violação no contexto da intimidade, é uma violação de direitos, e se elas o entendem ou não como uma obrigação da suas relações íntimas... o que as mulheres ressaltam é que elas não querem e são forçadas.

**Susana – Mas a primeira queixa que as trás cá não é o facto de serem violadas?**

**Dra. Raquel Cardoso** – Não, é a violência, uma violência continuada no tempo, normalmente há vários anos e que procuram uma resposta para a sua situação de agressão física, psicológica e, também, violação.

**Susana – Apesar de não existir uma grande número de mulheres a dirigirem-se à AMCV por violação, a associação considera ter técnicas especializadas para lidar com essas situações?**

**Dra. Raquel Cardoso** – Nós temos um grupo grande de sobreviventes de abuso sexual na infância, e por isso as técnicas que trabalham com as mulheres têm formação e conhecimentos no contexto da violência doméstica, o que abrange a questão da violação

no contexto do casamento. Têm também conhecimentos ao nível do abuso sexual devido ao seu trabalho com sobreviventes de abuso sexual, se bem que o abuso sexual muitas vezes não passa pela violação, mas estas situações prepara-as para lidarem com as outras situações. Se bem que cada situação é um caso diferente e muitas vezes surgem dúvidas na técnica que está a fazer o atendimento, sobre qual a melhor estratégia, mas tendo em conta que o nosso trabalho é feito numa perspectiva da prioridade que a mulher nos trás, portanto, é um trabalho de conjunto com aquela sobrevivente, seja ela de violência doméstica, de violação ou de abuso sexual. É construída a intervenção de acordo com o que a mulher nos trás e nos põe em cima da mesa, as suas prioridades, os seus objectivos.

**Susana – Quais são as razões, na sua opinião, que levam a que uma associação como a AMCV, não tenha assim tantas mulheres a pedirem apoio em situações de violação?**

**Dra. Raquel Cardoso** – A violação levanta-nos diversas questões, por um lado, é uma temática que não tem sido muito abordada como uma violação de direitos, é vista como uma violação à auto determinação sexual e por isso centra a violação, quase exclusivamente na questão da sexualidade e, portanto, lidar com agressões físicas, com nódoas negras, é quase mais fácil do que expor a sua intimidade, a sua sexualidade. E se existem muitas mulheres que não denunciam situações de violência e de outras situações de violação de direitos, a violação, como mexe com uma parte mais íntima ainda menos mulheres denunciam, porque elas sentem que são recriminadas e penalizadas por terem sido vítimas de violação.

**Susana – Qual é a sua opinião sobre a articulação dos serviços para dar apoio às mulheres violadas, nomeadamente, os hospitais, a polícia e as IPSS como a AMCV?**

**Dra. Raquel Cardoso** – A articulação dos serviços em Portugal é um problema grave que os profissionais têm. Tendem a não articular com as outras instituições e a ficarem com o problema na mão e, muitas vezes, sem lhes conseguirem dar resposta. Todas estas intervenções têm de ser globais, porque não é apenas um problema de justiça, não é apenas um problema de apoio psicológico. É necessário, por exemplo, que as mulheres que são sobreviventes de violação, possam sair de casa, a zona onde moram deixa de ser sentida como segura, e portanto o apoio pode passar por procurar um outro

---

sítio diferente para morar, ou aumentar a sua rede social de apoio. E, portanto, até os profissionais que estão no terreno, seja os médicos, os juristas, os psicólogos, etc... perceberem que estas intervenções na área da violação de direitos têm de ser intervenções multidisciplinares e que conjuguem várias áreas, nomeadamente serviços públicos e ONGs. Penso que dificilmente as sobreviventes irão achar que o seu problema está resolvido na totalidade. E a articulação é realmente o grande desafio dos profissionais em Portugal.

**Susana – Acha que é possível que aconteça com a violação o mesmo que aconteceu com a violência doméstica, ou seja, um maior conhecimento desta realidade ao nível do público em geral e o desenvolvimento de projectos de intervenção junto de profissionais como os polícias?**

**Dra. Raquel Cardoso –** Acho que é mais complicado, vais ser sempre mais complicado. Porque à semelhança dos velhos ditados que surgem “entre marido e mulher não metas a colher”, provérbio esse que tem sido, ao longo dos anos, desmitificado, na violação continua a haver o mito de que as mulheres são violadas porque querem, e portanto, estamos a falar de um crime contra a integridade física e contra a segurança pessoal e a maneira como estes crimes são vistos tem realmente de mudar, tem de se perceber que não há escolha, não há alternativa para essas mulheres, e que elas são sobreviventes de um crime sobre o qual não têm qualquer responsabilidade, quem controla a situação é o agressor. E é essa mudança de atitudes que a sociedade vai ter de trabalhar e pôr a responsabilidade não na vítima, mas no agressor. E essa mudança de atitudes da sociedade é um trabalho de gerações e portanto é demorado, mas é um trabalho que tem de ser feito, tal como noutras áreas, como no abuso sexual de crianças, como na área do tráfico, da prostituição, porque são situações de violação de direitos e de violência contra as mulheres. São temáticas que têm de começar a ser abordadas.

**Susana – Faz parte dos planos da AMCV intervir mais na área da violação, no futuro?**

**Dra. Raquel Cardoso -** Faz. A longo prazo. Nós estamos a desenvolver serviços na comunidade para sobreviventes de violência doméstica e temos a consciência e a certeza que as situações de violação vão surgir, vão surgir pelas sobreviventes de violência doméstica e não só.

---

**Susana – Do contacto que têm tido com as mulheres que nessas situações se dirigiram à polícia, ou aos hospitais, qual é a ideia que elas lhes transmitem desses serviços?**

**Dra. Raquel Cardoso –** Depende sempre da pessoa que elas encontram nos serviços. Temos relatos de sobreviventes que foram extremamente bem tratadas quer pelos polícias quer pelos hospitais (por exemplo, ao nível das infecções sexualmente transmissíveis), que sentem que foram muito bem tratadas. E temos relatos de mulheres sobreviventes que sentem que foram tratadas selvaticamente pelos profissionais.

**Susana – Então o que pudemos dizer é que depende da pessoa que está a frente da mulher, e se o indivíduo está ou não sensibilizado para lidar com este tipo de situações, mas não há uma formação específica por parte desses técnicos que uniformize essa intervenção?**

**Dra. Raquel Cardoso –** Não tem havido formação transversal nesta área. Existem algumas acções de formação pontuais onde essas temáticas são abordadas, mas penso que não haverá directivas sobre estratégias de intervenção para os profissionais que estão no terreno. Mas não tenho a certeza. O que as sobreviventes relatam é que, dependendo do profissional que está no terreno, vai existindo uma maior sensibilidade por parte dos profissionais. Há uma sensibilização crescente para estas temáticas.

**Susana – Como é que a AMCV vê uma intervenção mais adequada junto da problemática da violação, o que deveria existir para além da sensibilização do público em geral, da desmistificação, que referiu anteriormente?**

**Dra. Raquel Cardoso –** Uma série de coisas, por exemplo, a articulação, que também já falámos. Outra coisa importante seria que as sobreviventes não tivessem de estar sempre a relatar a profissionais diferentes qual é a sua situação. Outra coisa importante seria a formação dos profissionais, nomeadamente, dos técnicos de saúde, dos polícias e dos magistrados que são quem, em última instância, irão julgar a situação e que têm necessariamente de ser formados nesta especificidade. Por outro lado, o que muitas das sobreviventes falam tem a ver com o tempo, o tempo é muito importante. É muito importante nestas situações que as mulheres voltem a obter o controlo sobre as suas próprias situações, se demoram muito tempo a ser atendidas, se demora muito tempo a queixa a ser julgada, ela vai ter que reviver a situação novamente e, portanto, isso será bastante traumático. Tem de haver uma especificidade em termos de atendimento, uma

---

especialização dos profissionais nesta área. Por outro lado, também é importante que estas mulheres tenham a oportunidade de ter um apoio continuado, porque são situações que têm de ter um acompanhamento ao longo do tempo, por muito que exista grande autonomia, existem sempre situações de crise e portanto há que haver serviços na comunidade disponíveis e receptivos a esta problemática.

**Susana – Os centros de crise são um exemplo do que está a falar?**

**Dra. Raquel Cardoso** - Os centros de crise são especializadas nestas áreas, na área da violência sexual e portanto, são profissionais que se dedicam exclusivamente ao apoio a sobreviventes de violação e abuso sexual de crianças e é necessário implementá-los em Portugal, também.

**Susana - Relativamente à prevenção da violação, que medidas é que considera que deveriam existir?**

**Dra. Raquel Cardoso** - Eu penso que os jovens tem de ser trabalhados em termos de direitos humanos e numa cultura de não violência, porque muitas vezes a situação da violação em si, surge muito cedo e não é por acaso que os países mais desenvolvidos nesta área estão a fazer um investimento muito grande ao nível da prevenção, quer nas crianças, quer nos adolescentes, para prevenir situações de *Date Rape*, para se fazer um trabalho de sensibilização. Pois não é possível continuar a aceitar que os jovens considerem que o aceitar de um convite para sair como uma aceitação para ter relações sexuais, que as mulheres têm direito a dizer que não e que a vida sexual e íntima das mulheres não pode ser levada a julgamento nos casos de violação... Há muita prevenção a fazer, e só se reduz os números... estava-me a lembrar de um pequeno artigo que saiu numa revista feminina há pouco tempo que dizia que uma em cada cinco mulheres é vítima de violação, isto são números assustadores. E portanto, tem de se fazer muito trabalho, quer com as sobreviventes, quer em termos de prevenção.

**Susana - Ao nível de trabalhos de investigação dentro destas áreas, como podem ser conduzidas investigações que nos conduzam aos números reais?**

**Dra. Raquel Cardoso** - Eu estava a pensar em duas coisas, por um lado, num trabalho de investigação feito por uma investigadora inglesa, que tem a ver com o mito da violação na rua e o mito da casa segura, ou seja, há muito a ideia que a violação só ocorre na rua por desconhecidos, mas o que na realidade é visível é que a casa é o sítio de maior risco para as mulheres. A probabilidade da violação ocorrer na rua por um desconhecido é

---

muito menor que a probabilidade dessa violação vir a acontecer por alguém da confiança dessa mulher. Esta é uma área que eu sinto que terá de ser abordada em termos de investigação. Por outro lado, a investigação só por si, em termos de saber números de ocorrências, ou seja, as denúncias na policia, não vai contabilizar as situações que não chegam a ser queixa, por isso temos de repensar a própria investigação, temos de pensar nos mecanismos para recolha de dados, como devemos elaborá-los. E este é um desafio que está em cima da mesa ao nível da União Europeia. Tem sido feita muita investigação mas essa que tem sido feita não permite, por exemplo, comparar dados entre vários países, e portanto, é necessário estudarem-se indicadores que venham a permitir fazer-se realmente investigação nestas áreas.

**Susana - E considera que isso é uma prioridade, ou seja, tem de se mostrar ao público em geral que existem violações?**

Dra. Raquel Cardoso - É uma prioridade porque os números têm a vantagem de porem o problema “em cima da mesa”. Então em Portugal, não se faz nada sem números, mas tem de ser uma prioridade a par de outras medidas, a investigação só por si, também não vai responder aos problemas dessas mulheres. Perguntar se foi vítima de violação vai levantar o problema que muitas vezes está minimamente organizado em termos internos, e isso pode desencadear reacções...

**Susana - Se não houverem serviços para apoio podem criar graves problemas...**

**Em termos dos serviços que a AMCV disponibiliza a uma mulher violada.**

Dra. Raquel Cardoso - Normalmente o que acontece, quer por iniciativa da própria, quer por envolvimento de outros profissionais, as mulheres contactam-nos via telefone e marcando um atendimento pessoal, onde é feita uma avaliação da situação com uma técnica da área do atendimento, quer por uma jurista, exactamente para minimizar o facto da mulher ter de relatar várias vezes a mesma situação. A partir dessa avaliação é desenhado, em conjunto com a mulher, um projecto com base naquilo que ela nos pede e no apoio que nos solicita, pois podem ser medidas tão diferentes como um grupo de ajuda mútua, um acompanhamento em termos psicológicos, às vezes um esclarecimento em termos do processo judicial... tudo depende do que é pedido e o nosso trabalho é feito segundo aquilo que a mulher nos pede.

**Susana - Mesmo que seja um pedido de intervenção na crise?**

---

Dra. Raquel Cardoso - Mesmo que seja um pedido de intervenção na crise. Dependendo da nossa possibilidade na altura sim. Normalmente nós não deslocamos ao hospital para dar o apoio, mas se for sentido como prioritário isso pode ser feito.

**Susana - Disse há pouco que a AMCV surgiu para dar resposta às situações de violação. Isso foi há quanto tempo e porquê?**

Dra. Raquel Cardoso - A associação surge em 1992, porque há um conjunto de mulheres que são sobreviventes de vários crimes que sentem que há uma desadequação dos serviços que existem na comunidade. Por exemplo, as mulheres têm seis meses para apresentar queixa, mas só podiam fazer uma perícia se quisessem apresentar queixa, penso que essa situação ainda continua, só mudou foi o sítio da queixa, agora podem apresentar queixa no Instituto de Medicina Legal, mas continuam a ser quase obrigadas, compelidas a apresentar uma queixa, quando elas têm seis meses para apresentar uma queixa. Continua a haver uma desadequação entre o real e aquilo que são as medidas. E é nesse quadro de referência que em 1992, surge um grupo na comunidade, um grupo de apoio a sobreviventes de violência de várias áreas, nomeadamente de sobreviventes de violação. Depois há um processo de constituição de uma associação como movimento da sociedade civil com o objectivo de criar serviços na comunidade, *lobbys* de pressão para que estas incoerências sejam alteradas, criar mecanismos de prevenção e fazer formação aos profissionais, portanto, um leque global de intervenção. É um movimento de sobreviventes que se organiza, à semelhança de outras organizações deste género que foram criadas pelo mundo fora, que sente que há uma necessidade e havendo uma necessidade a sociedade civil tem de se organizar para lhe dar resposta, e é assim que surge esta associação.

**Susana - A AMCV tem estatísticas sobre os números de sobreviventes que a contactam?**

**Dra. Raquel Cardoso - Não.**

**FIM**

## Anexo VI - Entrevista com Dra. Luísa Waldherr – APAV

Susana - Como é que surge APAV e com que objectivos gerais aparece no contexto da sociedade portuguesa?

Dra. Luísa - A APAV apareceu há cerca de 11 anos. E apareceu do seguinte modo: o Presidente do Instituto de Reinserção na altura, era o Dr. Miranda Pereira. Ele e mais algumas pessoas com quem ele falou, começaram a aperceber-se que, de facto, havia algum trabalho feito na parte do agressor, mas que nada havia na parte das vítimas. Essas pessoas acharam que era indispensável que se fizesse algum trabalho com a vítima. Porque a parte da penalização do agressor ajuda imenso a vítima, ajuda ao "sara das feridas", mas mais nada, ficava-se por aí. Daí que ele juntou um grupo de pessoas e formou então a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima-APAV, cujo objectivo era apoiar as vítimas aos vários níveis, a nível psicológico, a nível social e a nível jurídico. Esses objectivos ainda se mantêm. Desde então a sociedade evoluiu muito. As pessoas recorrem muito mais à APAV hoje do que nessa altura. Por um lado porque desconheciam a existência da associação, mas também por desconhecimento dos seus direitos. Por exemplo, os maus tratos eram qualquer coisa que as pessoas não divulgavam, as violações não divulgavam, os abusos sexuais em menores não divulgavam. Era uma vergonha divulgar isso. O próprio divórcio, as pessoas ocultavam que se queriam divorciar, e muitas vezes separavam-se e ficavam anos e anos separados, reconstituíam família com outra pessoa mas nunca se casavam porque já eram casados, pois nunca se tinham chegado a divorciar. Ao longo dos anos houve, de facto uma evolução ao nível da sociedade mas também ao nível do trabalho da própria associação, que hoje é muito mais profissional do que era nessa altura.

Susana - Ao nível dos casos de violação quais são os objectivos do apoio?

Dra. Luísa – Na parte jurídica, temos pouca intervenção, isto porque quando as vítimas nos chegam já passou o tempo legal para apresentação de queixa - 180 dias. Outras vezes, ainda estão dentro do prazo, mas quando lhes é dado a conhecer os procedimentos e quando elas se apercebem de que não vai ser possível apresentarem provas, elas optam por não apresentar queixa, porque já passaram

---

mais de 72 horas desde a violação, porque se lavaram , porque deitaram a roupa fora, muitas até queimaram a roupa e portanto, não existem provas físicas, não existem provas testemunhais e o processo muito naturalmente vai ser arquivado...]. O que as leva a apresentarem queixa, mesmo sem provas é porque algumas vítimas têm consciência que é importante as autoridades terem conhecimento do número de casos que existem. Sobretudo quando é feito por estranhos e em determinados locais de Lisboa, em que há maior incidência de números, verificamos a importância da denúncia, para que as próprias autoridades desenvolvam medidas no sentido de maior vigilância daquele local. Isso até já aconteceu e já se conseguiu que fosse apanhado alguém em flagrante e preso. Elas ou têm consciência ou são alertadas para esta necessidade e depois escolhem se querem apresentar queixa ou não. Por outro lado, elas sabem que, ainda que o processo tenha probabilidades de ser arquivado, até essa altura ele vai ser chamado a depor, e a família dele vai se aperceber, e elas consideram que mesmo que ele não venha a ser castigado, só o passar por esse processo e por essa vergonha, as pode ajudar. E se não apresentarem a queixa então fica tudo no silêncio. Isto são as mais corajosas, essas é que chegam a este ponto.

Portanto, do ponto de vista jurídico é mais explicar os procedimentos, como é que se apresenta a queixa, é disponibilizarmo-nos para irmos com elas, porque é muito traumatizante uma mulher estar numa esquadra, num balcão de atendimento. Nesses casos nós pedimos para que a vítima seja atendida à parte. E isso facilita a vida à mulher e à própria polícia também. Pois não é muito fácil para um agente de autoridade, sobretudo se for homem, estar a fazer perguntas que são de certo modo íntimas. O agente da autoridade pode eventualmente sentir-se um pouco desconfortável, mas se ele souber que está ali um técnico ao lado, que já ouviu muitos depoimentos, que está dentro do assunto, ele próprio se sente menos intimidado. Nós temos sentido isso , contudo nós pedimos sempre que possível que seja uma agente mulher.

Depois explicamos os procedimentos jurídicos, o que pode acontecer, que tipo de provas são necessárias, explicamos o que é o exame de medicina legal, as perícias, os cuidados que elas devem ter. porque se elas nos avisam antes é-lhes dado a conhecer a importância de não tomarem banho, de não deitarem a roupa fora,

---

onde devem despir a roupa, onde a devem guardar... mas, infelizmente, em muitos casos já vamos tarde. A nossa função é também a nível psicológico. Quando estas mulheres nos procuram é muitas vezes a este nível que pedem ajuda. E aí, depois, é que se faz um trabalho mais prolongado.

Susana - A APAV tem técnicos especializados na área de violação?

Dra. Luísa - Não existe, até ao momento, uma formação específica, o que acontece é que qualquer psicólogo tem apenas a sua formação geral, claro que nós tentamos que seja sempre um psicólogo da área de clínica, mas ainda não há formação específica nesse sentido. O que tem acontecido é que uma situação de violação vai para o técnico A, aparece a segunda vítima de violação há tendência para pôr essa outra vítima no técnico A, aparece outra e tentamos que vá para a mesma pessoa, ou seja, tenta-se que a pessoa se vá especializando no contacto com o terreno, que lhe vai dando a experiência, vai conhecer melhor as reacções da vítima e vai ficando um pouco mais preparado do que outros técnicos.

Susana - Em termos da articulação da APAV com outras instituições, no que diz respeito aos casos de violação?

Dra. Luísa - Não, não existem protocolos celebrados, nós temos vários contactos com as esquadras e ao longo dos anos temos participado em algumas acções de formação, pedidas mesmo pelo comando geral. Em todos esses contactos damos a conhecer a nossa disponibilidade. Existe um protocolo informal neste sentido, se qualquer esquadra tem uma vítima de maus tratos ou de violação, nós disponibilizamo-nos para, caso a esquadra assim o queira, telefona para o gabinete da APAV mais próximo e pede a um técnico para se deslocar à esquadra, isto no sentido de quando a senhora vai apresentar a queixa já ter um técnico ao lado, já estar apoiada, já estar mais calma e depois a seguir apresenta a queixa e o encaminhamento é feito através desse técnico. Os polícias sabem isso, agora depende de quem está naquele momento de serviço.

Ao nível dos hospitais é a mesma coisa. Há pessoas que têm mais sensibilidade para estas questões, e nesses casos encaminham-nos as pessoas, telefonam-nos, pedem-nos para falar um pouco com a pessoa ao telefone, e quando a pessoa vem ao atendimento já tem uma ideia do que é que vem fazer. Telefonam-nos enfermeiras

---

dos centros de saúde, telefonam-nos do Instituto de Medicina Legal, mas são casos, infelizmente, ainda muito raros.

Susana- faz parte dos objectivos da APAV que no futuro essas articulações sejam mais reais?

Dra. Luísa - Ah, sim. E hoje já são mais do que eram aí há uns quatro anos. Nos últimos quatro anos a APAV sofreu um processo de reestruturação e houve grandes mudanças nesse sector e está muito mais próxima e tem muitas parcerias, tem trabalhado em muitos projectos e tenta sempre ir buscar instituições da sociedade civil e das forças de autoridade como parceiras, a GNR, por exemplo tem sido nossa parceira nalguns projectos: e isto é um modo das duas instituições estarem mais próximas.

Susana - Qual é o "feed-back" que as mulheres, ou os técnicos da APAV que se deslocam, têm dos polícias, dos enfermeiros, dos médicos...?

Dra. Luísa - Infelizmente a maioria dos técnicos não estão formados para lidarem com as situações de violação. Aquilo que nos aparece na generalidade, isto é um pouco da experiência empírica, é que as pessoas não estão preparadas e têm consciência que não estão preparadas. E a primeira vez que um médico atende alguém que diz "eu fui violada", ele pode ter alguma dificuldade em lidar com a situação, depois desenvolve algumas estratégias para tentar lidar com esta realidade, mas que por vezes não são as melhores. Em alguns casos tornam-se até um pouquinho agressivos. Isso pode ter a ver com um problema pessoal do técnico em lidar com aquela situação inesperada. Contudo, isso vai reflectir-se na vítima, que se vai sentir muito mal e por vezes pensa " eu fiz mal em ter vindo aqui". Isto infelizmente é muito comum.

Susana - A APAV tem dado formação, disse-me há pouco, essa formação tem incidido na área da violação?

Dra. Luísa - Também, mas não só. Tem sido em termos mais gerais, mais da compreensão do fenómeno, como é que esse tipo de vítimas, na generalidade, deve ser tratado, como é que deve ser a consulta, as necessidades que elas têm, os efeitos psicológicos que a vítima vai ter, portanto é mais geral, ao nível de qualquer trauma com alguma gravidade. Este é um trabalho que tem sido feito aos poucos e, por enquanto, a violação ainda não é abordada individualmente. No entanto,

---

existem casos, em que certas instituições, nomeadamente escolas, nos fizeram esse pedido, e o técnico que foi só falou da violação, e aí preparou-se anteriormente para uma acção de formação só sobre violação. Mas os pedidos ainda são muito poucos.

Susana - Na sua opinião o que deveria existir na sociedade para melhorar as respostas às mulheres violadas?

Dra. Luísa - Sobretudo muita informação e muita formação, especialmente aos técnicos de saúde e às autoridades, são as duas forças com maior impacto, a polícia porque é normalmente o primeiro sítio onde vão, e os centros de saúde.

Nós sabemos, por exemplo, que existem centros de saúde e hospitais que nem sequer conhecem os procedimentos a tomar no caso de uma vítima de violação lá aparecer. E é triste mas é uma realidade. Nós tivemos casos de jovens (com 18, 19, 20 anos) que foram acompanhadas pelos pais e por uma falha do sistema e dos técnicos, quando elas foram ainda iam a tempo das provas serem recolhidas, contudo, o sistema está montado de tal forma, e por desconhecimento, o tempo passou e as provas não foram recolhidas e depois era tarde de mais. Ainda há pouco tivemos um caso de uma jovem que é deficiente e foi violada por um indivíduo quando ela ia a atravessar a rua para ir para o centro de dia que frequenta e costuma ir sozinha. Foi abordada por esse indivíduo. Ele trouxe-a de volta para o prédio e aí ela foi violada. Quando a mãe chegou levou-a ao centro de saúde, que não a orientou e não encaminhou as coisas convenientemente. O que fizeram? Marcaram-lhe uma consulta para o instituto de medicina legal para cinco dias depois. Isto é incompreensível. Cinco dias depois era inútil, ela já não ia lá fazer nada. Porque os centros de saúde não fazem as recolhas, mas existem hospitais a trabalharem 24 horas, e o centro de saúde deveria ter encaminhado a utente para o hospital da área. Nos hospitais onde não existem peritos chama-se o instituto de medicina legal, porque quando este está fechado tem técnicos escalados 24 horas que através de um número de telemóvel são chamados. A função dos médicos é accionarem esse sistema e o perito vem ao hospital onde a mulher está e faz as recolhas. A maior parte das vezes isso não é feito.

Portanto, existem técnicos que não sabem que o tempo em que se pode recolher provas é de 72 horas. Ao nível dos técnicos de saúde existem algumas falhas.

---

Ao nível das forças de segurança, os problemas são mais ao nível da relação com a vítima.

Mas está-se a trabalhar nesse sentido e têm-se feito muitos progressos.

Susana - Ao nível da prevenção da violação o que é que acha que se poderia fazer?

Dra. Luísa - O que eu acho que se deveria fazer, além das campanhas, porque os média hoje em dia têm muita força, e são um óptimo meio de fazer passar a mensagem, era indispensável que se passassem anúncios publicitários para explicar às pessoas o que é que elas podem fazer. E acho que isso deveria começar nas escolas, logo na escola primária, para não dizer mais cedo e deveria portanto fazer parte dos currículos escolares. Mas este é um assunto tabu, aliás a sexualidade ainda é um assunto tabu e alguns professores têm ainda dificuldades em lidar com esses temas. E enquanto isso se mantiver é um pouco difícil a mudança. A formação é indispensável, mas também a informação, porque os jovens, (nós temos ido às escolas dar alguma formação) e são impressionantes as perguntas que os jovens de 14 e 15 anos nos fazem, quando têm a coragem de as fazer, porque alguns nem têm. Apesar da sociedade estar mais aberta, a maioria dos pais, ainda não falam sobre estes assuntos com os filhos e os jovens continuam a recolher informação dos seus pares e nem sempre é essa a forma mais correcta. Eu penso que na próxima geração as coisas serão mais fáceis.

Susana - A APAV tem algum telefone 24 horas?

Dra. Luísa - Durante o dia as pessoas recorrem directamente aos gabinetes de apoio à Vítima. Existe um numero único 707 20 00 77, em que a pessoa só paga o valor de uma chamada local, mas isto funciona durante o horário de abertura dos serviços. A partir do momento que os gabinetes fecham, ou seja, das 17:30 até às 9:00 do dia seguinte e as 24 horas de Sábado e de Domingo e Feriados temos um número que é o 800 20 21 48 onde as pessoas podem telefonar e receber e informação e esclarecerem dúvidas, mas também em termos de intervenção na crise. Se a mulher acabou de ser violada e pede que a técnica se desloque lá, essa é a situação ideal para a intervenção, porque lhe é imediatamente explicado o que ela deve fazer para evitar que as provas desapareçam.

O Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica – 800202148 existe há cerca de um ano.

---

Susana - A nível de estatísticas, eu sei que a APAV tem alguns números, até na Internet, essas estatísticas estão organizadas de que forma?

Dra. Luísa - **Estão organizadas por anos, por gabinetes, por conselhos. Mas nas estatísticas nós só dizemos se foi violação, independentemente de ser ou não no âmbito da conjugalidade. Nesse sentido nós sabemos que existem muitas mais do que aquelas que nos chegam. Muitas vezes elas próprias não têm consciência de que são vítimas de violação, sobretudo no âmbito da conjugalidade. E portanto, nem sequer falam disso e não falam por desconhecerem que isso também é crime. Nós ouvimos aquilo que as vítimas nos dizem, mas se elas se apresentam, por exemplo, como vítima de mais tratos, existem grandes probabilidades de elas serem, também, vítimas de violação, mas nós não lhe fazemos a pergunta directamente. Vamos por outros caminhos e é aí que nos apercebemos que ela muitas vezes é também vítima de violação, mas não tem essa consciência. Aliás, eu diria que uma grande percentagem das pessoas que nos procuram vítimas de maus tratos, nos diz que tem relações sexuais com o marido contra a sua vontade.**

**FIM**

---

## **Anexo VII - Entrevista com Dra. Conceição Brito Lopes – Jurista da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres**

**Dra. Conceição Brito Lopes** – Antes de 1982 o Código Penal, na definição de violação referia "*copula ilícita com mulher*"; no Código Penal aprovado em 1982 desapareceu a palavra "*ilícita*". Este termo era considerado pelos juristas como excluindo automaticamente a violação dentro do casamento, porque a cópula no casamento era sempre lícita. E o Código Penal, anotado por Abílio Neto, nas anotações diz isso muito claramente [VER CÓPIA DESTES DADOS]. No fundo, o que eu lhe posso dizer é que até 1982 aparecia a palavra "*ilícita*" na definição de violação e que, com a sua supressão na definição do crime de violação, passou a considerar-se a verificação do crime de violação dentro do casamento. Posso também dizer que nós fomos um dos primeiros países da Europa a fazer isso.

**Susana - A sua formação de base é...?**

**Dra. Conceição Brito Lopes** - Sou advogada, e exerci advocacia vários anos.

**Susana - Enquanto advogada contactou com casos de violação?**

**Dra. Conceição Brito Lopes** - Enquanto advogada só contactei com casos de Direito de Família: Divórcios, Regulação do Poder Paternal. Era a minha especialidade.

**Susana - Ao nível da formação que teve, acha que na altura deram ênfase às questões ligadas com a violação?**

**Dra. Conceição Brito Lopes** - Não, absolutamente nada. No tempo em que estagiei os estágios eram extremamente maus, já era uma grande sorte arranjarmos um Patrono e o Patrono não tinha sequer tempo para nos apoiar. Eu fiz praticamente o meu estágio junto do Tribunal Criminal, porque era um assunto que me interessava e não assisti a nenhum julgamento em caso de violação. Recordo-me que a coisa mais parecida com um crime sexual foi um caso de um casal de jovens que tivera relações sexuais. Na altura dessa relação ainda vigorava a lei que permitia ao pai apresentar queixa contra o indivíduo que tivesse relações com a filha menor. Foi um caso julgado à porta fechada e eu como estagiária pude assistir. Mas isto foi a única coisa que vi ligeiramente semelhante a crimes sexuais.

---

**Susana - Na sua opinião considera que, hoje em dia, houve alguma evolução, na forma como esses assuntos são abordados ao longo da formação de futuros juristas ou advogados?**

**Dra. Conceição Brito Lopes -** Não lhe sei dizer. Sei que os crimes violentos, nomeadamente os crimes sexuais violentos, já são falados com mais abertura do que antigamente, mas como a lei não mudou muito, nomeadamente no sistema de provas, continua a ser extremamente difícil a apresentação de prova nesses casos. Assim, as pessoas acham que não vale a pena falar neles, expõem-se para depois não obterem qualquer justiça. Tanto quanto sei da formação de jovens advogados, não há qualquer preparação especial na área dos crimes sexuais.

**Susana - Qual é o procedimento habitual, imaginando que estava a exercer advocacia e que uma mulher chegava ao seu consultório e dizia que tinha sido violada e que queria apresentar queixa, que queria ir para a frente com isso?**

**Dra. Conceição Brito Lopes -** Em primeiro lugar teria de saber se a mulher tinha sido observada, que autoridades tinha contactado, se havia provas, indícios ou testemunhas... Aliás já fui contacta por mulheres que tinham sido violadas e numa data bastante posterior, vieram-me perguntar o que é que poderiam fazer. Uma vez que não havia qualquer indício da violação nem qualquer testemunha, elas não podiam fazer nada. Porque tudo passa pelo sistema de provas vigente no sistema processual penal e o sistema de prova é baseado quase sempre em depoimentos de testemunhas. Como sabe, mesmo que sejam feitas recolhas de amostras do interior do corpo da mulher, não é permitido recolher sangue, ou qualquer outro material para comparação, da pessoa que a vítima indica como violador. A mulher pode ser bastante clara «.. o meu violador foi esta pessoa...», mas não se pode fazer nenhuma colheita do indivíduo para comparar com qualquer exemplar que tenha sido recolhido do corpo da mulher, portanto, é tudo à base de testemunhas. Não havendo testemunhas, não há caso. Isto é perfeitamente inaceitável.

A lei teria de ser alterada, na minha perspectiva, e certamente teriam que estar previstas sanções para as mulheres que fizessem falsas declarações porque, apesar de eu não prever que isso viesse a acontecer com muito frequência, (mas tem sempre que se prever que isso possa acontecer, falsas denúncias para colocar mal homens inocentes), desde que houvesse sanções pesadas para essas falsas denúncias, essa pequena margem

---

de erro seria eventualmente corrigida. Agora não se pode é permitir que esse crime continue impune só porque não se pode fazer uma picadinha para se tirar umas gotas de sangue. Mas a verdade é que a nossa lei prevê que as pessoas são inocentes até prova em contrário, a acusação é que tem que provar.

**Susana - Ao nível do seu trabalho aqui na Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres...**

**Dra. Conceição Brito Lopes** - Estou aqui há quase vinte anos e recebi apenas duas denúncias de violação. Num caso era uma mulher adulta que tinha ido dançar com uns amigos para um clube nocturno e conheceu lá uma pessoa que se integrou nesse grupo de amigos e que se ofereceu para lhe dar boleia, parou num sítio ermo apontou-lhe uma pistola à cabeça e violou-a. Ela telefonou para cá, passado algum tempo sobre o crime, a perguntar-me o que é que poderia fazer, porque na altura não apresentara queixa. Era uma mulher adulta, não tinha provas da violação, não tinha maus tratos, (com uma pistola encostada à cabeça ela ficou quieta), e posteriormente soube que esse sujeito já tinha feito mais violações a outras mulheres e queria saber o que é que poderia fazer. Ela pessoalmente já não podia fazer nada, não tinha quaisquer indícios, não apresentou queixa, não foi observada no hospital. Limitei-me a dizer o que é que as outras pessoas podiam fazer se ainda fossem a tempo. Esta foi uma das duas queixas de violação que recebi e que não teve qualquer seguimento.

A outra queixa foi uma menor que veio aqui com um familiar. Aparentemente a menor tinha mantido relações com um homem adulto e disse que tinha sido violada por ele. Toda a forma como foi descrito o caso, nomeadamente pela menor, pareceu-me um caso de sedução e não um caso de violação - ela tinha sido convencida e não propriamente violada. O termo "sedução" existia na lei penal antiga mas já não existe na lei actual, actualmente diz-se "abusando da sua inexperiência". Pareceu-me que era um caso desses e que a menor, para se defender dos adultos, dos seus pais, teria dito que tinha sido forçada a cometer aquele acto.

Os outros casos de violação de que tenho conhecimento, são mulheres casadas que eram constantemente violadas pelos maridos, isto é, obrigadas a suportar relações sexuais contra a sua vontade, e, na maior parte dos casos, não tinham a menor noção de que estavam a ser vítimas do crime de violação ou de abuso sexual, (porque eram relatadas outras formas de abuso sexual): estavam incomodadas, estavam revoltadas, mas, como

era o marido, não referiam o caso como sendo violação. Eles batiam-lhes para terem relações sexuais e era isso que apresentavam como motivo da consulta, mas não se queixavam propriamente do crime de violação, havia a noção de que ele era marido «tinha direitos»... Era muito raro sentirem que tinham sido sexualmente abusadas. Partiam do princípio que uma violação ou um crime sexual se passa com uma outra pessoa...

**Susana - Fazia-lhe sentido que houvesse uma formação mais específica das pessoas que trabalham na área do Direito para lidarem com estas situações?**

**Dra. Conceição Brito Lopes** - Eu acho que deveria haver formação a nível de advogados, de magistrados do Ministério Público e Judiciais, portanto, das pessoas que têm de trabalhar com as vítimas destes crimes, acho que isto era extremamente importante para as pessoas ficarem sensibilizadas. Como já se deve ter apercebido, as pessoas têm uma ideia muito errada daquilo que se passa com as vítimas de violência sexual, não estão sensibilizadas, partem do princípio que uma mulher violada e que não apresenta queixa é porque não se importa, não percebem que há outras coisas que levam a que a mulher não denuncie um crime tão grave. Eu acho, bem como toda a gente que trabalha nesta área, que deveriam existir campanhas de sensibilização. É um pouco delicado, todos os assuntos sexuais têm de ser tratados com uma certa delicadeza devido à mentalidade vigente e não porque sejam assuntos tabus, mas eu acho que é um crime não elucidar as pessoas que estão a ser vítimas de crimes, é um crime institucional deixar as pessoas na ignorância de que há um crime de que estão a ser alvo, apesar delas não terem consciência disso.

Às vezes são feitas acusações de que as pessoas que trabalham nesta área estão a provocar as mulheres para que façam queixa, ou para que tomem atitudes que vão «destabilizar a família», mas na realidade é o dever das pessoas que trabalham nessa área alertar para situações criminosas para que as mulheres as possam evitar ou, eventualmente, denunciar se forem vítimas delas. Eu acho que a formação é essencial a nível dos técnicos, e a sensibilização ao nível das populações em geral.

**Susana - Ao nível dos técnicos o que é que acha que deveria ser dado ênfase?**

**Dra. Conceição Brito Lopes** - Como sabe eu acho que a lei está mal feita, mas eu não sou penalista para dizer como é que a lei deveria estar feita, mas as leis têm de ser feitas de maneira a servir as vítimas, devem apanhar e julgar os criminosos e puni-los, e

---

proteger as vítimas. E as nossas leis estão feitas mais para proteger o criminosos do que as vítimas, esta é minha opinião.

Portanto, as pessoas que trabalham com leis deveriam ser sensibilizadas ou formadas em duas áreas: em primeiro lugar têm que conhecer os mecanismos da vítima, ou seja, como é que funciona a pessoa que é vítima de crime, porque é que ela oculta, porque é que ela não denuncia, não podem interpretar mal este silêncio, que é um silêncio humilhado, um silêncio dorido, um silêncio de medo e não de "não se importar". Portanto, é preciso desmontar este mito que têm as pessoas que trabalham na área de direito em relação ao silêncio das vítimas. Tinham que receber formação no sentido de se colocarem "nos pés das vítimas", entenderem os seus mecanismos. Por outro lado, a não operacionalidade da lei. Os juristas têm tendência para dizer "existe a lei, metam processos" e, deverão ser sensibilizados para as razões porque a lei não funciona em determinadas circunstâncias. Se a lei está mal tem de mudar, as leis não são imutáveis, são inventadas pelas pessoas para servir determinados objectivos. Quando não o fazem, devem ser mudadas.

Deveriam existir duas vertentes de sensibilização em relação às pessoas de formação jurídica: uma mais voltada para as vítimas, para o conhecimento dos mecanismos da vítima e outra voltada para a lei propriamente dita, que não está adequada às circunstâncias reais.

**Susana - Acha que as mulheres vítimas de violação têm na comunidade, na policia, nos hospitais, etc. as condições desejáveis?**

**Dra. Conceição Brito Lopes** - Isso não lhe sei dizer, pois como lhe disse não atendo mulheres vítimas de violação. Posso, por analogia com as mulheres vítimas de violência, tentar imaginar como é que será, e penso que, actualmente, está um pouco melhor. Ao nível da polícia, as mulheres vítimas de violência já têm um melhor acolhimento por parte da polícia, inclusive há normas que os obrigam a prestar determinado tipo de informação, nomeadamente o direito à indemnização civil. Acho que está um pouco melhor mas tem a ver com as zonas do País onde isso acontece e a mentalidade vigente. A nível da grande Lisboa as polícias já têm uma mentalidade diferente, há um melhor conhecimento e, portanto, já existem muitas esquadras em que as mulheres são bem atendidas, são bem orientadas, são aconselhadas e informadas, mas não lhe sei dizer percentagens. Apesar dos programas que existem, nomeadamente o

---

INOVAR, as polícias queixavam-se, quando nós aqui da Comissão lhes íamos dar formação, que não tinham para onde mandar as mulheres que apareciam nas esquadras e postos e, por muito boa vontade que eles tivessem, não havendo redes de apoio, o caso parava ali.

Em relação à violação a ideia que eu tenho, mas que é uma ideia perfeitamente empírica e baseada naquilo que ouço contar e que eventualmente leio, é que o crime de violação é, muitas vezes, imputado à própria mulher como sendo a culpada, porque foi para certos locais, porque se vestiu assim, porque deixou fazer assim, etc. Dá-me ideia que a comunidade propriamente dita imputa o crime de violação às mulheres e não lhes dá muito apoio. A mulher violada, de uma maneira geral, é considerada uma mulher «impura», e, em parte, talvez seja por isso que elas se abstêm de denunciar. Uma mulher violada que diga ao marido que foi violada, corre o risco de ele achar que a culpa foi dela. Eu não tenho dados portugueses porque não há estudos, mas nos Estados Unidos não é nada infrequente os maridos divorciarem-se a seguir. Portanto, a mulher violada é duplamente vitimizada, ou triplamente, pela sociedade em que se integra.

Em relação aos serviços oficiais, não sei como é nos hospitais. Na policia, em alguns sítios é melhor, noutros sítios é pior, consoante a idade e a formação do agente, e o local onde a policia está inserida. Em meios pequenos, onde todos se conhecem, é mais difícil conseguir que a polícia aja contra o agente do crime, segundo narram as vítimas. Por outro lado, se as mulheres apresentarem queixa, toda a gente fica a saber. A violação ainda é considerado um crime que envergonha a vítima, tal como os maus tratos físicos, as mulheres têm vergonha de contar. Eu estou só a tirar ilações ao nível da violação, como lhe disse, mas considero que a violação é algo de muito mais humilhante para a mulher, que atinge mais a sua integridade pessoal. Penso que a sociedade não está receptiva a apoiar a mulher vítima desse tipo de crime.

Em conversas com colegas de formação jurídica mas que seguiram diversos caminhos, noto que existe sempre a suspeição da «culpa» da vítima, há uma grande intolerância.

Conhece a história do «Macho Ibérico»? Se um juiz se permite elaborar um acórdão nestes termos, imagine o que não se pode encontrar a outros níveis. É esta a mentalidade. Isto é completamente da idade da pedra. As mulheres são responsabilizadas pelos crimes que os homens cometem: os homens são totalmente

---

desresponsabilizados, eles «não têm culpa de serem provocados», portanto a culpa é da mulher que os provocou.

**Susana - Para além dos serviços que estávamos a falar, polícias e hospitais, ao nível de outros serviços como é que funcionam?**

**Dra. Conceição Brito Lopes** - Há a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV e há a Associação de Mulheres Contra a Violência - AMCV. A AMCV tem um trabalho grande com mulheres vítimas de violação, levam muito a sério esse crime e fazem o possível por dar apoio a essas mulheres, como sabe. A APAV não sei, mas presumo que também leva muito a sério esse assunto e tenta apoiar as mulheres dentro das suas capacidades. O trabalho da Comissão é diferente: na Comissão não damos propriamente apoio, o nosso trabalho é informação jurídica, mas como disse, eu pessoalmente só recebi duas vítimas de violação. Há poucos anos atrás, as duas colegas com quem tive oportunidade de trocar impressões tinham atendido, respectivamente, 2 e nenhuma vítima de violação, e ambas estavam há mais anos do que eu na Comissão. Portanto, nós não temos conhecimento directo do que se passa. E aquilo que fazemos na Comissão é dar informação jurídica, que na maior parte dos casos já não é útil, como já lhe narrei. Quando achamos que é útil e a mulher está receptiva, enviamo-la para o apoio psicológico.

Acho que os crimes de violação ainda estão muito escondidos pelas razões que focámos. O crime de violação tem que ser desmontado, não é um crime mais vergonhoso que outros crimes. É um pouquinho difícil explicar isto às mulheres porque todo o preconceito social fá-las sentir que aquilo é muito mais vergonhosos que qualquer outro crime. É um crime e o criminosos tem de ser punido, a vítima nunca pode ser culpabilizada. O que eu pretendo essencialmente, é que, para além do criminoso ser punido, a vítima não sofra tanto.

**Susana – Do trabalho do Instituto de Medicina Legal tem algum conhecimento sabe como é que as coisas estão a funcionar ao nível da violação?**

**Dra. Conceição Brito Lopes** – Tenho muito pouco conhecimento, conheço uma médica do IML do Porto, que é Dra. Ana Clara Grams, que pode ser uma fonte de informação preciosa, mas não conheço concretamente o trabalho do IML

**Susana – Nos Estados Unidos e Canadá existe uma rede de trabalho entre polícias, hospitais e Instituto de Medicina Legal para lidar com estas casos de violação,**

---

**entre outros, acha que seria necessário que este trabalho começasse a surgir em Portugal?**

**Dra. Conceição Brito Lopes** – Absolutamente. Tanto para estes crimes como para os crimes de violência, porque o sacrifício que é exigido das mulheres, a repetição constante daquilo que lhes aconteceu, o desânimo que isso gera nelas é dissuasor da apresentação de queixa. Elas sabem o calvário que vão ter de percorrer e começam logo pela não apresentação de queixa. Aliás, eu pergunto sempre às mulheres vítimas de violência, se não apresentaram queixa "porquê?", e com muita frequência é-me dito "Porque eles não fazem nada". Há o sentimento de que não se vai fazer justiça e as mulheres, nomeadamente no crime de violação, que ofende muito mais os seus sentimentos, não se sentem com coragem de andarem a fazer um determinado percurso. Se houvesse uma rede dos vários serviços, elas dirigindo-se a um estavam automaticamente em contacto com todos, pelo menos é assim que deve funcionar uma rede: através de um serviço a mulher fica em contacto com todos os que, em princípio, lhe vão ser necessários, para estar protegida e apoiada. Em Portugal não é assim, as vítimas são tratadas quase como criminosas, têm que dizer muitas vezes a mesma coisa para se ter a certeza de que «não estão a contar mentiras». As vítimas têm de ser protegidas e têm de ser apoiadas, há uma inversão de valores em relação à vítima, parece que se está a proteger o criminoso. Havendo uma rede a vítima só necessitava de chegar a um dos "bicos da estrela", porque depois irradiava para a estrela toda, isso sim, seria um sistema justo e eficaz.

**FIM!**

---

## Anexo VIII - Caracterização da Amostra

Instrumento n.º 1

1. Idade \_\_\_\_\_ anos

2. Situação conjugal

1. Solteira
2. Casada
3. Divorciada
4. Separada
5. Viúva
6. União de Facto

3. Número de Filhos \_\_\_\_\_

4. Ocupação/Profissão \_\_\_\_\_

5. Escalão de Rendimento Familiar Mensal

1. Até 67 contos<sup>55</sup>
2. Entre 67 e 150 contos
3. Entre 151 contos e 250 contos
4. Entre 251 e 450 contos
5. Mais de 451 contos.

N.º Membros do Agregado Familiar \_\_\_\_\_

6. Habilitações Literárias

1. Não sabe ler/nem escrever
2. Primário
3. Preparatório
4. Secundário/Técnico-profissional
5. Curso médio ou superior
6. Cursos pós-universitários

7. Nacionalidade \_\_\_\_\_

8. Preferência Religiosa \_\_\_\_\_

---

<sup>55</sup> Valor do ordenado mínimo em Fevereiro de 2001

---

## **Anexo IX - Guião de Entrevista**

### **Instrumento n.º 2**

Este estudo tem como objectivo saber um pouco mais sobre o crime de violação na perspectiva das mulheres que tiveram essa experiência, para que num futuro próximo as formas de lidar com essas situações seja mais adequada. Gostaria de contar com a sua colaboração, isto é, que respondesse a algumas questões com base na sua experiência.

Algumas das questões que lhe vou colocar relacionam-se com uma situação que deve ser bastante difícil para si falar sobre ela. Desde já de agradecer-lhe por ter aceite participar neste estudo.

1. Alguma vez pensou que poderia vir a passar por uma situação deste tipo?

2. Presentemente como classificaria o nível em que a violação ainda afecta a sua vida:

- o Ao nível das suas relações com os outros
- o Ao nível da sua segurança
- o Ao nível da saúde física e psíquica
- o Ao nível profissional
- o Outros níveis \_\_\_\_\_

3. Pode-me falar um pouco de como é que tudo se passou.

3.1. Há quanto tempo ocorreu a violação?

3.2. Que idade tinha na altura?

3.3. Conhecia o(s) violador(es)? (Se sim) De que forma?

3.4. Em que contexto (local e a que horas) se deu a violação?

---

3.5. Foi utilizada alguma arma/objecto?

4. Sentiu durante o ataque que a sua vida estava ameaçada? Que estratégias utilizou para se defender?

5. Como descreve os momentos imediatos que se seguiram à violação?

6. Após a violação o que é que fez?

7. Revelou a alguém, dos seus familiares, amigos, colegas ou vizinhos, que tinha sido vítima de violação? Porque razões? (Se sim) Como reagiram?

8. De uma forma geral, como é que a violação afectou a sua vida pessoal na relação com os outros [os seus familiares, os(as) seus (suas) amigos(as), os(as) seus(suas) colegas, os(as) seus(suas) vizinhos(as)]?

9. Qual o impacto que a violação teve nas suas relações afectivas dessa altura (companheiro(a), ou tem namorado(a), marido)?

10. Tem filhos(as)? (Se sim) De que modo é que a violação afectou a relação com os(as) seus(suas) filhos(as)?

11. Tem emprego? (Se sim) De que modo é que a o facto de ter sido vítima de violação afectou a sua situação de trabalho? (Se não) A violação teve alguma relação com essa situação?

---

12. Sente que, de algum modo, a sua situação acabou por afectar a vida de outras pessoas? (Se sim) Quem e como?

13. Que impacto é que a situação de violação teve no seu dia-a-dia? Ou seja, tinha alguns hábitos [como ir ao cinema, a um bar, sair sozinha etc... (referir estes exemplos apenas se não for entendido o teor da questão)] que deixou de ter em consequência da violação?

14. Tem alguns problemas de saúde que considere que, de alguma forma estão relacionados com a violação? (Se sim) Quais?

15. Sentiu necessidade de recorrer a medicamentos psiquiátricos, bebidas alcoólicas ou drogas?

16. Dirigiu-se a alguma instituição? (Se sim) Como foi recebida?

17. Recorreu a serviços de saúde? (Se sim) Como é que foi a ajuda que recebeu? Como é que se sentiu? (Se não)Quais foram as suas razões para não o fazer?

18. Recorreu à polícia? (Se sim) Como é que foi a ajuda que recebeu? Como é que se sentiu? (Se não)Quais foram as suas razões para não o fazer?

19. Recorreu à justiça? (Se sim) Como é que foi a ajuda que recebeu? Como que se sentiu? (Se não)Quais foram as suas razões para não o fazer?

---

20. Recorreu a outros serviços de apoio? (Se sim) Quais? Que ajuda lhe foi prestada? Como é que se sentiu? (Se não)Quais foram as suas razões para não o fazer?

21. Qual foi a ajuda mais importante(vizinhos, amigos e familiares ou dos serviços profissionais)? E a mais eficaz?

22. Que apoios é que acha que deveriam existir e não existem? Na sua opinião o que considera mais importante para prevenir a violência sexual, nomeadamente a violação, contra as mulheres?

23. Descreva o que gostaria que acontecesse aos violadores:

- o Tratamento (médico/psiquiátrico/ psicológico/outro)
- o Prisão
- o Prisão perpétua
- o Pena de Morte

24. Como descreveria o seu processo de recuperação?

25. Com base na sua experiência, que conselhos daria a uma mulher que foi violada?

Outros comentários.

---

## Anexo X – Lista de Siglas e Conceitos

- AI** – Amnistia Internacional
- AMCV** – Associação de Mulheres Contra a Violência
- APAV** – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- CIDM** – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
- DPH** – Department of Public Health
- FBI** – Federal Bureau of Investigation
- GEPMJ** – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- GPLPMJ** - Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça
- IML** – Instituto de Medicina Legal
- IMLC** - Instituto de Medicina Legal de Coimbra
- IMLL** - Instituto de Medicina Legal de Lisboa
- IMLP** - Instituto de Medicina Legal do Porto
- IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social
- MJ** – Ministério da Justiça
- MP** – Ministério Público
- ONGs** – Organizações Não Governamentais
- PJ** – Polícia Judiciária
- PSP** - Polícia de Segurança Pública

***Date Rape*** – Significa em português “violação de encontro”.

***Empowerment*** - Também referido em português como empoderamento.